



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” - UNESP,  
CAMPUS BAURU  
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO (FAAC)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO  
LINHA DE PESQUISA: GESTÃO E POLÍTICAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO  
MIDIÁTICA

VANDERLÉIA VALÉRIA DE MELO

**ABORDAGENS DAS REVISTAS *VEJA E CARTACAPITAL* SOBRE O PROCESSO  
DE *IMPEACHMENT* DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF**

Bauru /SP  
FEVEREIRO - 2019



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” - UNESP, CAMPUS  
BAURU

FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO (FAAC)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

LINHA DE PESQUISA: GESTÃO E POLÍTICAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO  
MIDIÁTICA

VANDERLÉIA VALÉRIA DE MELO

**ABORDAGENS DAS REVISTAS *VEJA E CARTACAPITAL* SOBRE O PROCESSO  
DE *IMPEACHMENT* DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus Bauru (SP), para obtenção do título de mestre em Comunicação pela aluna Vanderléia Valéria de Melo, sob orientação da Professora Doutora Caroline Kraus Luvizotto.

Bauru /SP  
FEVEREIRO – 2019



Melo, Vanderléia Valéria.

Abordagens das Revistas *Veja* e *CartaCapital* sobre o processo de *Impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff/  
Vanderléia Valéria de Melo, 2019  
218 f.

Orientadora: Caroline Kraus Luvizotto

Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2019

1. Jornalismo. 2. Revista *Veja*. 3. Revista *CartaCapital*. 4. Esfera Pública. 5. *Impeachment* I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. II. Título.

**ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE VANDERLEIA VÁLERIA DE MELO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO - CÂMPUS DE BAURU.**

Aos 07 dias do mês de março do ano de 2019, às 10:00 horas, no(a) Sala de reunião dos Programas de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Profa. Dra. CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO - Orientador(a) do(a) Departamento de Ciências Humanas e Programa de Pós-Graduação em Comunicação / Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, Prof. Adj. MAXIMILIANO MARTIN VICENTE do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Prof. Dr. GENIVALDO DE SOUZA SANTOS do(a) Campus de Birigui / Instituto Federal de São Paulo - IFSP, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de VANDERLEIA VÁLERIA DE MELO, intitulada **ABORDAGENS DAS REVISTAS VEJA E CARTACAPITAL SOBRE O PROCESSO DE IMPEACHMENT DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF**. Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final APROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

  
Profa. Dra. CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO

Prof. Adj. MAXIMILIANO MARTIN VICENTE

  
Prof. Dr. GENIVALDO DE SOUZA SANTOS

Melo. Vanderléia Valéria de. **ABORDAGENS DAS REVISTAS VEJA E CARTACAPITAL SOBRE O PROCESSO DE IMPEACHMENT DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus Bauru (SP), para obtenção do título de mestre em Comunicação pela aluna Vanderléia Valéria de Melo, sob orientação da Professora Doutora Caroline Kraus Luvizotto.

**Área de Concentração:** COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA

**Linha de Pesquisa:** GESTÃO E POLÍTICAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA

#### **BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dra. Caroline Kraus Luvizotto**

Presidente/Orientadora / Instituição: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP

**Prof. Maximiliano Martin Vicente**

Instituição: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP

**Prof. Genivaldo de Souza Santos**

Instituição: Instituto Federal de São Paulo

## AGRADECIMENTOS

Quero primeiramente agradecer a Deus, pela força, discernimento e fé na condução do meu trabalho.

Sou professora de ensino médio e Técnico, da rede pública do Estado de São Paulo e também do Centro Paula Souza – Etec. Com “dois empregos” sempre tive receio em começar um mestrado, por saber que exigiria muita dedicação, e com tantos compromissos, temia não dar conta de realizar tudo, embora tivesse esse sonho há quatro anos.

Como por vontade do destino, uma noite em casa, recebo uma mensagem via WhatsApp de minha amiga Michelle, minha colega de trabalho na ETEC, na mensagem continha um link de um processo seletivo de uma parceria entre a UNESP e o Centro Paula Souza para selecionar professores da ETEC interessados em cursar mestrado ou doutorado. Em suas delicadas palavras disse: “Van, tem vagas para a UNESP de Bauru, não tem na área da educação, mas dá uma olhadinha, sei que você quer muito fazer mestrado na UNESP, de repente te interessa. Beijos!” Essa mensagem mudou a minha vida.

Gostaria de agradecer imensamente a minha doce amiga Michelle, tanto por essa mensagem como por todas as dicas na elaboração do pré-projeto, além das correções do pré-projeto e de uns artigos ao longo do mestrado.

Entrei no segundo semestre de 2016 e tenho que confessar, o começo foi difícil. Adequar minha rotina das escolas com as aulas das disciplinas deu certo trabalho, mas ajeitando aqui e ali, finalmente comecei a frequentar as disciplinas do primeiro semestre de mestrado. Eu estava feliz e orgulhosa!

O novo assustou um pouco, novos assuntos, novos autores, novos desafios, novos amigos...

Agradeço aos meus amigos, que foram presentes da UNESP, que tiveram ao meu lado direta e indiretamente durante essa pesquisa: Daiane, Jéssica, Paloma, Cassiana, Alana, Douglas e a Yasmin, pela ajuda com a revisão do trabalho. Entre os amigos, gostaria de fazer um agradecimento especial ao amigo Leandro Brito, que me apoiou ao longo dessa empreitada, me motivando nos momentos que pensei em desistir, me ajudando com as correções dos textos, com as leituras, com as dúvidas e com os debates enriquecedores. Obrigada por tudo, Lê.

Agradeço de coração a professora Caroline Kraus Luvizotto, por acreditar e confiar em meu trabalho, sem nem me conhecer. Obrigada pelas vezes que me incentivou, quando estava totalmente sem rumo. Obrigada pelo incentivo a melhorar sempre.

Agradeço ao Centro Paula Souza e a UNESP pela parceria de ambos, pois, sem ela não teria realizado meu sonho – cursar mestrado na UNESP.

Agradeço aos Professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FAAC/Unesp/Bauru).

Agradeço aos professores da banca de qualificação, Maximiliano Martin Vicente e Carlo José Napolitano pelas ótimas contribuições ao meu trabalho.

Agradeço incansavelmente a minha família, que sempre compreendeu o fato de eu não poder me fazer presente em todos os momentos, meu humor por vezes instável e minha ansiedade constante. Agradeço em especial a minha mãe Aparecida, meu sobrinho Murilo e a minha irmã Vanessa que ouviram inúmeras vezes meus anseios e me confortaram em todas as situações. Obrigada família!

Agradeço por último ao meu namorado Valdecir, pelo companheirismo, pela paciência, pelas inúmeras vezes que ficou sozinho, por aguentar o meu estresse, entre outras coisas mais. Obrigada pelo grande amigo que sempre demonstrou ser e por ser esse grande apoiador das minhas conquistas. Obrigada por estar presente e ser compreensível em todos os momentos, me impulsionando nas horas difíceis e torcendo por mim nas boas. Obrigada, amor!

“A Reforma Política é importante, mas nenhuma reforma será maior do que a conscientização popular”.

(Victor Bello Accioly)

Melo. Vanderléia Valéria de. **ABORDAGENS DAS REVISTAS VEJA E CARTACAPITAL SOBRE O PROCESSO DE IMPEACHMENT DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus Bauru (SP), para obtenção do título de mestre em Comunicação pela aluna Vanderléia Valéria de Melo, sob orientação da Professora Doutora Caroline Kraus Luvizotto.

## RESUMO

A partir do exemplo do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, esta pesquisa ressalta a importância dos meios de comunicação para a formação de uma esfera pública mais democrática e tem como objetivo analisar como as matérias da *Veja* e *CartaCapital* abordaram o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, buscando refletir sobre a importância da mídia para a esfera pública e o debate democrático. A imprensa tem um papel importante na formação da opinião de seu público, participando direta e indiretamente no processo decisório de uma nação. O uso da mídia pela política é recíproco, pois a mídia usa a política para organizar suas pautas e a política, através de seus atores políticos, se aproveita da mídia para ter visibilidade e se legitimar perante a sociedade. As seguintes questões nortearam esta pesquisa: Como as revistas *Veja* e *CartaCapital* abordaram as notícias sobre o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff? Essas abordagens sugerem algum tipo de posicionamento político na linha editorial? É possível estabelecer um debate plural e democrático sobre o assunto, configurando uma esfera pública inclusiva e participativa? Para responder as perguntas levantadas ao longo do estudo e atingir o objetivo proposto, dois procedimentos metodológicos foram utilizados: a pesquisa bibliográfica e a análise de conteúdo. A análise e a discussão dos resultados são pontos fundamentais do trabalho, pois é onde averiguamos como *Veja* e *CartaCapital* abordaram as notícias sobre o processo de *impeachment*, se houve ou não um posicionamento político pela linha editorial, buscando uma abordagem que proporcione uma esfera pública mais inclusiva e participativa. Ao final deste estudo, sugere-se que tanto *Veja* como *CartaCapital* primaram pelos seus posicionamentos políticos-ideológicos, levando seus leitores a partilharem de uma singularidade de opinião conforme a linha editorial de cada revista. Por serem duas importantes revistas nacionais, exercem influência na opinião pública e ao direcionarem intencionalmente o olhar do leitor para as suas ideologias particulares, interferem de forma desfavorável na construção de uma esfera pública mais inclusiva e democrática.

Palavras-chave: Jornalismo. Revista *Veja*. Revista *CartaCapital*. Esfera Pública. *Impeachment*.

Melo. Vanderléia Valéria de. **ABORDAGENS DAS REVISTAS VEJA E CARTACAPITAL SOBRE O PROCESSO DE IMPEACHMENT DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus Bauru (SP), para obtenção do título de mestre em Comunicação pela aluna Vanderléia Valéria de Melo, sob orientação da Professora Doutora Caroline Kraus Luvizotto.

### ABSTRACT

Based on the example of President Dilma Rousseff's *impeachment*, this research underscores the importance of the media for the formation of a more democratic public sphere and aims to analyze how *Veja* and *CartaCapital* news addressed the *impeachment* of President Dilma Rousseff, seeking reflect on the importance of the media to the public sphere and democratic debate. The press plays an important role in forming the opinion of its public, participating directly and indirectly in the decision-making process of a nation. The use of the media by politics is reciprocal, since the media uses politics to organize their policies, and politics, through its political actors, takes advantage of the media to gain visibility and legitimize itself before society. The following questions guided this research: How did *Veja* magazines and *CartaCapital* address the news about President Dilma Rousseff's *impeachment* process? Do these approaches suggest any kind of political positioning in the editorial line? Is it possible to establish a pluralistic and democratic debate on the subject, configuring an inclusive and participatory public sphere? To answer the questions raised during the study and to achieve the proposed objective, two methodological procedures were used: bibliographical research and content analysis. The analysis and discussion of the results are fundamental points of the work, because it is where we find out how *Veja* and *CartaCapital* addressed the news about the *impeachment* process, whether or not there was a political positioning through the editorial line, seeking an approach that provides a more public sphere inclusive and participatory. At the end of this study, it is suggested that both *Veja* and *CartaCapital* excelled by their political-ideological positions, leading their readers to share a singularity of opinion according to the editorial line of each journal. Because they are two important national journals, they exert an influence on public opinion, and by intentionally directing the reader's gaze to their particular ideologies, they have an unfavorable effect on building a more inclusive and democratic public sphere.

Keywords: Journalism. *Veja* Magazine. *CartaCapital* Magazine. Public Sphere. *Impeachment*.



## INDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Edições da Revista *Veja* - conforme as categorias.....63

Tabela 2 - Edições da Revista *Carta Capital* - conforme as categorias.....64

## ÍNDICE DE SIGLAS

BR - Brasil

BBB - Boi, Bala e Bíblia

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DEM - Democratas

EUA – Estados Unidos da América

FEE - Fundação de Economia e Estatística

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

MBL - Movimento Brasil Livre

MPF - Ministério Público Federal

MST - Movimento Sem Terra

MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PIB – Produto Interno Bruto

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro – atual MDB

PPS - Partido Popular Socialista

PRN - Partido da Reconstrução Nacional

PT - Partido dos Trabalhadores

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PV – Partido Verde

PUC - Pontifícia Universidade Católica de Campinas

STF - Supremo Tribunal Federal

TCU - Tribunal de Contas de União

UDN - União Democrática Nacional

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UNE - União Nacional dos Estudantes

USP – Universidade de São Paulo

PSL - Partido Social Liberal

## ÍNDICE DE ANEXOS

|                                                                                            |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| ANEXO 1 – Edições das revistas <i>Veja</i> selecionadas para a pesquisa.....               | 126 |
| ANEXO 2– Edições das revistas <i>CartaCapital</i> selecionadas para a pesquisa.....        | 127 |
| ANEXO 3 – Texto Revista <i>Veja</i> – Ed. 2417 – “A Faixa Providencial”.....               | 128 |
| ANEXO 4 - Texto Revista <i>Veja</i> – Ed. 2417 – “E o Governo Mal Começou”.....            | 129 |
| ANEXO 5 – Texto Revista <i>Veja</i> – Ed. 2417 – “Até Ela Fala Naquilo...” .....           | 135 |
| ANEXO 6 – Texto Revista <i>Veja</i> – Ed. 2417 – “Mercenários em Ação”.....                | 137 |
| ANEXO 7 – Texto Revista <i>Veja</i> – Ed. 2417 – “A Pior Subversão”.....                   | 141 |
| ANEXO 8 – Texto Revista <i>Veja</i> – Ed. 2421 – “ É Minha”.....                           | 143 |
| ANEXO 9 – Texto Revista <i>Veja</i> – Ed. 2439 – “No País do Pixuleco...”.....             | 144 |
| ANEXO 10 – Texto Revista <i>Veja</i> – Ed. 2439 – “De Volta para a Rua”.....               | 149 |
| ANEXO 11 – Texto Revista <i>Veja</i> – Ed. 2456 – “Vergonha e Tristeza”.....               | 159 |
| ANEXO 12 – Texto Revista <i>Veja</i> – Ed. 2456 – “Carta Do Leitor”.....                   | 162 |
| ANEXO 13 – Texto Revista <i>Veja</i> – Ed. 2456 – “O Governo de Desintegra”.....           | 163 |
| ANEXO 14 – Texto Revista <i>Veja</i> – Ed. 2469 – “O Desespero da Jararaca”.....           | 169 |
| ANEXO 15 – Texto Revista <i>Veja</i> – Ed. 2469 – “A Serpente Acuada”.....                 | 170 |
| ANEXO 16 – Texto Revista <i>CartaCapital</i> – Ed.842 – “ Fantasma da UDN”.....            | 178 |
| ANEXO 17 – Texto Revista <i>CartaCapital</i> – Ed.842 – “ Começar De Novo”.....            | 179 |
| ANEXO 18 – Texto Revista <i>CartaCapital</i> – Ed.846 – “ Efeito Vaccari (Capa)”.....      | 183 |
| ANEXO 19 – Texto Revista <i>CartaCapital</i> – Ed.846 – “Vaccari – Só Faltava Essa”.....   | 184 |
| ANEXO 20 – Texto Revista <i>CartaCapital</i> – Ed.846 – “ Carnavalização da Política”..... | 189 |
| ANEXO 21 – Texto Revista <i>CartaCapital</i> – Ed.864 – “ Tragicomédia”.....               | 190 |
| ANEXO 22 – Texto Revista <i>CartaCapital</i> – Ed.864 – “ Cunha e Seus Milhões”.....       | 191 |
| ANEXO 23– Texto Revista <i>CartaCapital</i> – Ed.864 – “Do Fora FHC ao Fora Dilma”.....    | 195 |

|                                                                                             |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| ANEXO 24 – Texto Revista <i>CartaCapital</i> – Ed.881 – “ O STF Freia Cunha (Capa)”.....    | 197 |
| ANEXO 25 – Texto Revista <i>CartaCapital</i> – Ed.881 – “ O Natal De Dilma”.....            | 198 |
| ANEXO 26 – Texto Revista <i>CartaCapital</i> – Ed.881 – “ A Prisão de Cunha”.....           | 203 |
| ANEXO 27 – Texto Revista <i>CartaCapital</i> – Ed.881 – “Dessa Vez Veremos Uma Reação”..... | 204 |
| ANEXO 28 – Texto Revista <i>CartaCapital</i> – Ed.881 – “Remendo Mal Feito”.....            | 206 |
| ANEXO 29 – Texto Revista <i>CartaCapital</i> – Ed.893 – “ A Força do Caos”.....             | 207 |
| ANEXO 30 – Texto Revista <i>CartaCapital</i> – Ed.893 – “ Brasil, Capital Curitiba”.....    | 213 |
| ANEXO 31 – Texto Revista <i>CartaCapital</i> – Ed.893 – “ Charge”.....                      | 218 |

## SUMÁRIO

|                                                                                                |           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 – Introdução.....</b>                                                                     | <b>18</b> |
| <b>2 – Resgate histórico sobre a instituição do <i>Impeachment</i> .....</b>                   | <b>23</b> |
| 2.1 – Instituição do <i>Impeachment</i> no Brasil.....                                         | 25        |
| 2.2 – <i>Impeachment</i> de Fernando Collor de Mello.....                                      | 26        |
| 2.3 – <i>Impeachment</i> de Dilma Rousseff.....                                                | 30        |
| <b>3 – História da Imprensa Impressa.....</b>                                                  | <b>38</b> |
| 3.1 – Imprensa Alternativa.....                                                                | 41        |
| 3.2 – Revistas <i>Veja</i> e <i>CartaCapital</i> .....                                         | 46        |
| <b>4 – Esfera Pública e Participação Democrática.....</b>                                      | <b>50</b> |
| 4.1 Mídia X Opinião Pública.....                                                               | 55        |
| <b>5 – Procedimentos Metodológicos.....</b>                                                    | <b>60</b> |
| <b>6 – Análise e Discussão de Resultados da Revista <i>Veja</i> e <i>CartaCapital</i>.....</b> | <b>67</b> |
| 6.1 – Análise Descritiva dos Textos da Revista <i>Veja</i> .....                               | 67        |
| 6.1.1 – Revista <i>Veja</i> – Edição 2417.....                                                 | 67        |
| 6.1.1.1 – Texto 1 - A faixa providencial.....                                                  | 67        |
| 6.1.1.2 – Texto 2 - E o governo mal começou.....                                               | 68        |
| 6.1.1.3 - Texto 3 – Até ela fala Naquilo.....                                                  | 70        |
| 6.1.1.4 - Texto 4 - Mercenários em Ação.....                                                   | 71        |
| 6.1.1.5 - Texto 5 – A pior subversão.....                                                      | 73        |
| 6.1.2 - Revista <i>Veja</i> – Edição 2421 - 15/04/2015.....                                    | 75        |
| 6.1.3 - Revista <i>Veja</i> – Edição 2439 - 19/08/2015.....                                    | 75        |
| 6.1.3.1 - Texto 1 - No país do Pixuleco.....                                                   | 75        |
| 6.1.3.2 - Texto 2 - De volta pra Rua.....                                                      | 77        |
| 6.1.4 - Revista <i>Veja</i> – Edição 2456 - 16/12/2015.....                                    | 79        |
| 6.1.4.1 - Matéria 1 - Vergonha e Tristeza.....                                                 | 79        |
| 6.1.4.2 - Matéria 2 – Sessão do Leitor.....                                                    | 81        |
| 6.1.4.3 - Texto 3 – O Governo se Desintegra.....                                               | 81        |

|                                                                          |            |
|--------------------------------------------------------------------------|------------|
| 6.1.5 - Revista <i>Veja</i> – Edição 2469 - 16/03/2016.....              | 83         |
| 6.1.5.1- Matéria 1 - Capa - O desespero da Jararaca.....                 | 83         |
| 6.1.5.2 - Matéria 2 - A serpente Acuada.....                             | 83         |
| 6.2 - Análise descritiva dos textos da revista <i>CartaCapital</i> ..... | 85         |
| 6.2.1 - Revista <i>CartaCapital</i> – Edição 842 - 25/03/2015.....       | 85         |
| 6.2.1.1 - Texto 1 - Fantasma da UDN.....                                 | 85         |
| 6.2.1.2 - Texto 2 - Começar de novo?.....                                | 87         |
| 6.2.2 - Revista <i>CartaCapital</i> 846 – Edição - 22/04/2015.....       | 89         |
| 6.2.2.1 - Texto 1 - Efeito Vaccari (CAPA).....                           | 89         |
| 6.2.2.2 - Texto 2 - Vaccari – Só faltava Essa .....                      | 89         |
| 6.2.2.3 - Texto 3 - A carnavalização da política.....                    | 91         |
| 6.2.3 - Revista <i>CartaCapital</i> 864 – Edição - 26/08/2015.....       | 92         |
| 6.2.3.1 - Texto 1 – Tragicomédia.....                                    | 92         |
| 6.2.3.2- Texto 2 – Cunha e Seus Milhões.....                             | 93         |
| 6.2.3.3 - Texto 3 – Do Fora FHC Ao Fora Dilma.....                       | 94         |
| 6.2.4 - Revista <i>CartaCapital</i> 881 – Edição - 23/12/2015.....       | 96         |
| 6.2.4.1 - Texto 1 – O STF freia Cunha.....                               | 96         |
| 6.2.4.2 - Texto 2 – O Natal de Dilma.....                                | 97         |
| 6.2.4.3 - Texto 3 – A prisão de Cunha.....                               | 98         |
| 6.2.4.4 - Texto 4 – Dessa vez veremos uma reação?.....                   | 99         |
| 6.2.4.5 - Texto 5 – Remendo mal feito.....                               | 100        |
| 6.2.5 - Revista <i>CartaCapital</i> 893 – Edição - 13/03/2016.....       | 101        |
| 6.2.5.1 - Texto 1 – A força do Caos.....                                 | 101        |
| 6.2.5.2 - Texto 2 – Brasil, capital Curitiba.....                        | 104        |
| 6.2.6 - Texto 3 – Charge.....                                            | 106        |
| 6.3 - Análise e Discussão dos Resultados.....                            | 107        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                         | <b>114</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                  | <b>119</b> |
| <b>ANEXOS.....</b>                                                       | <b>126</b> |

## INTRODUÇÃO

As manifestações ocorridas ao longo de 2015 e 2016 no Brasil foram marcadas por uma inquietação que tomou conta das ruas, das telas e das páginas dos noticiários em todo o Brasil e que apontavam para uma crise de representação da democracia brasileira, evidenciada pelo discurso apartidário presente nos protestos.

As manifestações contra o governo da presidente Dilma Rousseff foram sustentadas pelos escândalos de uma suposta corrupção no governo, envolvendo a Petrobrás, como também os altos custos com os impostos e as tarifas. A crise política enfrentada pela presidente foi agravada devido a rejeição das contas fiscais de seu governo pelo TCU (Tribunal de Contas da União), sendo consideradas “pedaladas fiscais”.

As manifestações populares exerceram um papel importante frente à pressão pró-*impeachment*. Os encontros foram marcados por meio das redes sociais e os protestos foram crescendo. No dia 17 de abril de 2016, com a Esplanada dos Ministérios tomada por manifestantes, o Senado teve a autorização da Câmara dos Deputados para instaurar o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Mesmo alegando ser vítima de um golpe, a presidenta foi destituída do cargo em 31 de agosto de 2016, tendo como principal causa as *pedaladas fiscais* ou crime de responsabilidade, quem assumiu o cargo foi o vice-presidente Michael Temer.

Os escândalos políticos sejam de natureza individual ou sistêmica, sempre são ótimos ingredientes para as principais matérias do jornalismo político moderno. Segundo Thompson (2002), os escândalos pressupõem conjuntos ou expectativas que são violados e que uma vez descobertos, tendem a ser denunciados. No referido caso brasileiro não foi diferente: todo o processo de *impeachment* foi noticiado pelos veículos de comunicação do país.

A imprensa tem um papel importante na formação da opinião de seu público, participando direta e indiretamente no processo decisório de uma nação. O uso da mídia pela política é recíproco, pois a mídia usa a política para organizar suas pautas e a política (através de seus atores políticos) se aproveita da mídia para ter visibilidade e se legitimar perante a sociedade. A mídia é uma influente produtora de sentidos, capaz de promover uma espécie de controle social colaborando para uma massificação da sociedade (SILVA, 2007).

De acordo com Tambelli (2014), o telespectador, ouvinte e leitor são levados a compreender o fato do ponto de vista dos interesses das grandes empresas jornalísticas que defendem a sua ideologia particular que nem sempre são as mesmas do público.



Mesmo com o surgimento e crescimento de outras mídias de notícias, como as redes sociais online, os impressos ainda se fazem presentes na informação ao leitor. O hábito de folhear uma revista, mesmo caindo em desuso, persiste em resistir no cotidiano dos cidadãos brasileiros. Na sociedade contemporânea, o papel da mídia é promover o acesso à informação, sendo assim, também tende a formar a opinião pública. É comum tanto as revistas como os jornais serem lembrados pelos seus posicionamentos políticos e ideológicos.

Nesse contexto, a partir do exemplo do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, esta pesquisa ressalta a importância dos meios de comunicação para a formação de uma esfera pública mais democrática e tem como objetivo analisar como as matérias da *Veja* e *CartaCapital* abordaram o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, buscando refletir sobre a importância da mídia para a esfera pública e o debate democrático.

As questões que nortearam a pesquisa são as seguintes: Como as revistas *Veja* e *CartaCapital* abordaram as notícias sobre o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff? Essas abordagens sugerem algum tipo de posicionamento político na linha editorial? É possível estabelecer um debate plural e democrático sobre o assunto, configurando uma esfera pública inclusiva e participativa?

Para o desenvolvimento desta dissertação, dois procedimentos metodológicos foram adotados: a pesquisa bibliográfica e a análise de conteúdo, crítica e interpretativa, proposta pela autora Laurence Bardin. O levantamento das informações disponíveis nas edições das revistas *Veja* e *CartaCapital* juntamente com as demais leituras realizadas foram de extrema importância para a obtenção dos resultados desta dissertação.

O estudo foi realizado com base na investigação de 10 edições das revistas *Veja* e *CartaCapital*, sendo cinco edições pertencentes a cada revista, publicadas imediatamente após as principais manifestações populares favoráveis ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, que aconteceram respectivamente em 15 de março, 12 de abril, 16 de agosto e 13 de dezembro de 2015 e no dia 13 de março de 2016, segundo o Data folha, a fim de levantar os dados necessários para responder o problema de pesquisa desta dissertação.

O trabalho iniciou com uma revisão bibliográfica com a finalidade de discutir aspectos relevantes sobre o *impeachment* e sua instituição pelo mundo, passando pelos dois processos ocorridos no Brasil. Nessa parte, as reflexões foram desenvolvidas principalmente por meio do trabalho realizado pelo escritor e jurista Paulo Brossard, que apresenta um estudo sobre o tema. Desse modo, nesse capítulo, buscou-se fazer um resgate do processo histórico do *impeachment*, desde seu nascimento, suas transformações ao longo do tempo, as características

peculiares de cada período da história, chegando por fim até sua implantação no Brasil. Abordou-se o primeiro *impeachment* do Brasil, do presidente eleito pelo voto direto após a constituição de 1988, Fernando Collor de Mello, terminando enfim com o *impeachment* da primeira mulher eleita para presidente do Brasil, Dilma Rousseff. Desse modo esse capítulo proporcionou um conhecimento da definição geral sobre o processo de *impeachment*, procurando entender qual é a sua função no cenário político, bem como o seu papel como instrumento de direito do cidadão.

O capítulo 3 discutiu alguns aspectos específicos da história da imprensa impressa. Assuntos importantes para o estudo foram destacados, como a imprensa alternativa e seu desenvolvimento ao longo do tempo, bem como seu posicionamento atual. Apresentamos as duas revistas, *Veja* e *CartaCapital*, destacando as particularidades e o posicionamento político de ambas. Como um dos objetos de pesquisa, a revista *CartaCapital* se auto classifica como mídia alternativa frente as imprensas de massa, esse capítulo tem grande importância para o trabalho.

O capítulo seguinte concentrou a discussão sobre a esfera pública e suas transformações ao longo do tempo. Partimos de uma revisão de Habermas em seu clássico *Mudança estrutural da esfera pública* dialogando juntamente com outros autores, onde investigamos essas transformações e as consequências na formação da opinião pública. Com a reviravolta causada pela internet na estrutura da esfera pública, esse capítulo traz grandes contribuições para uma análise dos impactos dessa mudança dos locais de debate, que antes eram presenciais e agora passaram a ser virtuais, quebrando os limites do espaço físico, possibilitando, talvez, a construção de uma esfera pública mais inclusiva.

Os últimos capítulos foram reservados respectivamente, para a metodologia e para as análises e discussão dos resultados, desenvolvidas em torno das matérias das revistas. Iniciando com a apresentação dos procedimentos metodológicos usados na pesquisa, realizando uma contextualização dos métodos, explanando os critérios levados em consideração na hora de definir os materiais que ajudaram na obtenção dos resultados deste estudo.

A análise e a discussão dos resultados são pontos fundamentais do trabalho, pois é onde averiguamos como *Veja* e *CartaCapital* abordaram as notícias sobre o processo de *impeachment*, se houve ou não um posicionamento político pela linha editorial, buscando uma abordagem que proporcione uma esfera pública mais inclusiva e participativa.

Ao final deste estudo, sugere-se que tanto *Veja* como *CartaCapital* primaram pelos seus posicionamentos políticos-ideológicos, levando seus leitores a partilharem de uma singularidade de opinião conforme a linha editorial de cada revista. Por serem duas importantes revistas nacionais, exercem influência na opinião pública e ao direcionarem intencionalmente o olhar do leitor para as suas ideologias particulares, interferem de forma desfavorável na construção de uma esfera pública mais inclusiva e democrática.

## **Capítulo 2**

### **RESGATE HISTÓRICO SOBRE A INSTITUIÇÃO DO *IMPEACHMENT***

## 2- RESGATE HISTÓRICO SOBRE A INSTITUIÇÃO DO *IMPEACHMENT*

*Impeachment*, palavra da língua inglesa que na tradução para o português significa impedimento. No ambiente político é conhecido como um processo que tem por finalidade impedir um governante de fazer mau uso do exercício de um cargo ou de uma função, que possa prejudicar os interesses do país. Riccitelli (2006, p.4) afirma que “a finalidade principal do *impeachment* é impedir a permanência no poder daquele que desmerece a confiança popular”.

Quando surgiu na Inglaterra, já era tratado como um procedimento constitucional que previa o afastamento dos ministros do rei que abusassem do poder ou das regalias que possuíam, porém, segundo Schilling (2004), o rei estava livre desse procedimento, pois estava acima da lei, tendo o poder absoluto e a responsabilidade de seus erros recaía sobre seus ministros e conselheiros que não o teriam aconselhado corretamente.

De acordo com os estudos apontados por Ferreira (1998), Brossard (1992) e Gallo (1992), o registro do primeiro *impeachment* que ocorreu no mundo apresenta algumas discordâncias. Ferreira retrata que o fato aconteceu em 1376, conforme aponta a maioria dos autores ingleses. Já para Brossard existem outras evidências, onde alguns autores defendem que o fato teria acontecido em face do comerciante Richard Lyons, enquanto outros autores, aqui em conformidade com Ferreira, acreditam ter sido em face de Willian Latimer (lorde Latimer). Brossard ressalta ainda que alguns autores ingleses acreditam que o primeiro *impeachment* aconteceu em 1283, em face de David, irmão de Llewellyn. Ferreira (1998), no entanto, concorda com Gallo (1992) que o processo de *impeachment* tenha acontecido em 1376, porém defende que teria ocorrido em face de seis pessoas, Lorde Latimer e Lorde Neville (oficiais da Coroa), Ellis, Peachey, Bury e Lyons.

O *impeachment* caiu em desuso por um tempo, pela complexidade e morosidade do processo que era prolongado devido ao direito de defesa do acusado. O Parlamento então resolveu substituí-lo por uma lei condenatória chamada de *Bill Of Attainder*, que seria um processo legislativo que condenava *ex vi legis*<sup>1</sup>, sendo muito mais rápido do que o procedimento demorado e burocrático do *impeachment* (FERREIRA FILHO, 2012).

A lei, porém, foi abolida em meados do século XIX por ser considerada como potencial de risco, devido ao clima de tensão que era gerado durante os julgamentos. O Parlamento convencido da importância do *impeachment* para a realização de seus interesses

---

<sup>1</sup> Expressão do latim que significa: Por força da lei.

políticos reativa o seu uso em 1620, sendo aplicado principalmente para as altas autoridades do Reino. Foi usado com características penais no final do século XVII contra Clive e usado em 1805 pela última vez contra o lorde Melville, acusado de má administração das finanças do Almirante, porém foi absolvido em 1806 (RICCIELLI, 2006). O instituto do *impeachment* passou a ser um instrumento muito importante para o parlamento inglês, quando a responsabilidade política deixou de ser do monarca e passou para o parlamento.

Mesmo adotando um sistema parlamentarista-monárquico, a Inglaterra sempre se preocupou com o abuso do poder político. Já os Estados Unidos preferiram adotar o sistema de república presidencialista, o que proporcionou certo grau de autonomia entre os três poderes, desenvolvendo um processo de responsabilização, que apesar de ter o mesmo nome que o inglês (*impeachment*), o americano era exclusivamente político, enquanto o inglês era criminal.

Sobre a diferença entre o *impeachment* inglês e o norte-americano, Brossard (1992, p.22) explica que

(...) a diferença básica entre o *impeachment* inglês e o norte americano esta em que, na Grã-Bretanha, a Câmara dos Lordes julga a acusação dos Comuns com jurisdição plena, impondo livremente a sorte das penas, até a pena capital, ao passo que o Senado americano julga a acusação da Câmara com jurisdição limitada, não podendo impor outra sanção que a perda do cargo, com ou sem inabilitação para exercer outro, relegado o exame da criminalidade do fato, quando ele tiver tal caráter á competência do Poder Judiciário.

O *impeachment* francês foi instituído contra o presidente da república, em 1875, após a revolução francesa, em casos de alta traição e também contra os ministros de Estado. O primeiro processo de *impeachment* nos Estados Unidos contra um presidente da república aconteceu em 1868 contra o então presidente Andrew Johnson, que assumiu o mandato de Abraham Lincoln após seu assassinato em 1865. Houve outras duas aberturas de processo de *impeachment* nos Estados Unidos, do presidente Richard Nixon e do presidente Willian Jefferson Clinton. No primeiro caso, o presidente Nixon renunciou antes do processo de *impeachment* ser concluído; já no caso do presidente Clinton, o processo se realizou, porém o presidente foi absolvido pelo Senado.

A seguir, contemplaremos como foi a instituição do *impeachment* no Brasil, desde o período da monarquia, passando pela ditadura civil militar e por fim como é aplicado nos dias atuais no sistema presidencialista.

## 2.1 - INSTITUIÇÃO DO *IMPEACHMENT* NO BRASIL

A primeira Constituição do Brasil, a constituição do Império, foi criada em 25 de março de 1824, não admitiu exatamente o *impeachment*, mas um processo penal contra os ministros de Estado, conforme orientava o artigo 133 do documento legal que dizia:

Art. 133. Os Ministros de Estado serão responsáveis

I. Por traição. II. Por peita, suborno, ou concussão. III. Por abuso do Poder. IV. Pela falta de observância da Lei. V. Pelo que obrarem contra a Liberdade, segurança, ou propriedade dos Cidadãos. VI. Por qualquer dissipação dos bens públicos. (BRASIL, 1824).

Em seu artigo 99, a pessoa do imperador era “Inviolável e Sagrada, não estando sujeito a responsabilidade alguma”. Sendo somente seus secretários, ministros e conselheiros os responsáveis pelos crimes cometidos (BRASIL, 1824).

Segundo Brossard (1992), o *impeachment* no Brasil, durante a constituição de 1824 foi enfraquecendo, assim como aconteceu na Inglaterra e sua aplicação era feita pelo parlamento através de termo de confiança. Com a revogação da constituição de 1824 e a proclamação da República, foi implantado o sistema de governo presidencialista, e a figura do imperador, até então inviolável e sagrada, perdeu o espaço para o presidente da república, que era legalmente responsável por seus atos.

Na primeira constituição republicana brasileira de 1891, algumas alterações significativas foram realizadas, e o *impeachment* aparece para os crimes cometidos pelo Presidente da República e pelos Ministros de Estados, sendo o Senado Federal responsável pela procedência ou não da acusação. Nessa constituição, o *impeachment* deixa de ser de natureza criminal e passa a ser de natureza política. Já na constituição de 1934, no caso de um *impeachment*, um tribunal especial era instituído, composto por nove juízes, três senadores, três deputados e três ministros da corte, responsáveis pela decisão final.

Em 1953, foi a primeira vez que o *impeachment* (Lei nº 1079/1950) foi aplicado no Brasil contra o presidente Getúlio Vargas. A acusação resultou na instauração da CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito - do jornal Última Hora para investigar o favorecimento de Samuel Wainer na aquisição de financiamentos junto ao Banco do Brasil para o Jornal Última Hora<sup>2</sup>. A alegação foi recebida em 1953 e votada em junho de 1954, numa sessão com 211 deputados participantes. O resultado apresentou 136 votos contra, 35 votos a favor e 40

---

<sup>2</sup> Mais sobre o assunto, disponível em: < <http://www.ccmj.org.br/fatos/1953/247> > Acesso: 02 de maio de 2018.

se abstiveram. Com esse resultado, o pedido de *impeachment* foi rejeitado pela Câmara, devido à falta de quórum necessário.

As Constituições de 1946, 1967, 1969 e 1988 regularam o *impeachment* e o vincularam aos crimes de responsabilidade do Presidente da República. “A ideia de responsabilidade é inseparável do conceito de democracia, e o *impeachment* constitui um eficaz instrumento de apuração de responsabilidade, sendo assim, de aprimoramento da democracia” (BROSSARD, 1992, p.7).

No Brasil, para que seja iniciado um possível processo de *impeachment* é necessária uma denúncia, que pode ser feita por qualquer cidadão, tenha ele cargo político ou não. Para que o processo se inicie, a denúncia deve ser aceita pelo presidente da Câmara dos Deputados.

Segundo a Constituição de 1988, o *impeachment* do Presidente da República, por crimes de responsabilidade, tem todo o desdobramento no Senado desde sua instauração até o julgamento final, porém, o Senado não pode instaurá-lo sem antes ter a autorização pelo voto de dois terços da Câmara dos Deputados e depois de autorizado, não pode deixar de fazê-lo.

Iniciado o processo, o Presidente é suspenso do cargo que passa a ser exercido por seu substituto legal; se em cento e oitenta dias, porém, a decisão definitiva não tiver sido prolatada, o processo continua regularmente, mas a autoridade afastada retoma o exercício de duas funções, até o julgamento, para ser absolvida ou condenada. Agora tem que se obter o voto de dois terços do Senado cuja decisão é irrecorrível; uma vez condenado fica inabilitado para exercer qualquer função pública por oito anos, conforme prevê a Constituição Federal, no seu art. 52; a sanção política aplicada pelo Senado não exclui outras sanções aplicáveis pelo Poder Judiciário nos termos da lei (BROSSARD, 1992).

O tópico a seguir apresenta a ascensão e a queda através de um processo de *impeachment* do primeiro presidente eleito pelo voto direto após a ditadura civil militar.

## **2.2- IMPEACHMENT DE FERNANDO COLLOR DE MELLO**

Em 1989, o Brasil viveu um período de muitas transformações, pois foi nesse ano que aconteceu a disputa da primeira eleição direta para a Presidência da República, após anos de ditadura civil militar. Um misto de entusiasmo, felicidade e ao mesmo tempo de tensão tomou conta dos cidadãos brasileiros durante todo o processo eleitoral que comemorava o direito de elegerem seu representante de forma direta.



Fernando Collor de Mello foi o primeiro presidente eleito pelo voto direto no modelo da Constituição democrática de 1988. A eleição de Collor representava para o povo brasileiro a grande mudança, com medidas democráticas, que promoveriam melhorias significativas para o país.

Foi eleito por um partido pequeno, o PRN (Partido da Reconstrução Nacional), por uma pequena margem de votos contra seu adversário, Luiz Inácio Lula da Silva (Collor - 53,03% e Lula 46,97%)<sup>3</sup>. Collor, atendendo aos anseios do povo brasileiro, foi intitulado como o *caçador de marajás* (termo dado aos funcionários públicos com altos salários) e *pai dos descamisados* (expressão muito utilizada por políticos para se referirem aos pobres), com a promessa de acabar com as regalias dos funcionários públicos que recebiam altos salários, proteger os menos favorecidos e trazer a estabilidade econômica.

Alguns dos possíveis motivos que podem ter levado Collor à Presidência da República foram o vazio político, o fracasso das instituições partidárias e o desgosto popular com a classe política, que formaram as condições ideais para o surgimento desse novo nome, desse personagem que representava o moderno, sendo apresentado ao eleitorado como uma opção inteiramente diferente daquelas que haviam sido cogitadas até então.

Para mostrar ser a melhor opção entre os demais candidatos, Collor usou da sua experiência com a comunicação, afinal sua família era dona do mais poderoso grupo de comunicações de Alagoas. Sabia que caberia à mídia a função de promover a sua imagem, de mostrar que ele estava disposto a acabar com todos os males do país. Para isso acontecer, foi elaborado um programa de campanha baseado em um eficiente marketing político, para construir a imagem de um candidato que refletisse os anseios do povo naquele momento.

Segundo Costa e Costa (2004), Collor promoveu um marketing de si mesmo à medida que sua maneira de conquistar a mídia crescia, qualquer atitude sua era intensamente divulgada. Tudo foi muito organizado e arquitetado, a começar pelo nome do partido no qual Collor pretendia concorrer às eleições. O PRN, em substituição ao Partido da Juventude, trazia uma ideia de mudança, de renovação, de restauração da ordem do país.

Não há como negar a influência crescente que os meios de comunicação tiveram sobre opinião pública ao longo do século XX, como a imprensa exerceu uma significativa influência nos destinos de uma nação, e como a centralidade das mídias como o Rádio e principalmente a televisão, geraram profundas mudanças, seja como fonte de informação ou entretenimento.

---

<sup>3</sup>Resultados eleições de 1989 para presidente. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/desde-diretas-ja-brasil-nunca-teve-virada-no-segundo-turno-da-eleicao-presidencial.html> > Acesso em 04/01/2019.

A televisão com suas características de instantaneidade e visualidade criaram uma espécie de proximidade entre coisas ou pessoas em pouco tempo, seja um personagem de novela ou um político por exemplo.

É notável que a rápida popularidade de Collor resultou da combinação entre a grande penetração dos meios de comunicação de massa principalmente a televisão e das mensagens de fácil assimilação por grande parte da população. Nas eleições de 1989, as revistas também tiveram um papel muito intenso ao abordar assuntos ligados à política, principalmente a revista *Veja* que não mediu esforços para que o *Caçador de Marajás* tornasse conhecido em todo território nacional, publicando várias matérias sobre Collor antes mesmo de ser candidato à presidência da república.

A primeira matéria da revista *Veja* sobre Fernando Collor foi publicada em abril de 1987 quando ainda governava o Estado de Alagoas e trazia um título bem sugestivo para a entrevista “Vou acabar com os Marajás” no qual Collor acusa outros políticos de corrupção e contesta o governo de José Sarney. É dessa forma a revista *Veja* e os demais meios de comunicação reservaram um espaço para esse político que deixou de ser conhecido apenas em Alagoas e ganhou a atenção no cenário nacional.

O ex-governador de Alagoas Fernando Collor de Mello tomou posse no dia 15 de março de 1990, tornando-se o mais jovem presidente brasileiro, mas com apenas 100 dias de mandato, surgem às primeiras denúncias de um esquema de corrupção montado por Paulo César Faria, conhecido como PC Farias, ex - tesoureiro de campanha eleitoral de Collor. Alegando que o presidente seria cúmplice de PC Farias, o irmão Pedro Collor concedeu duas entrevistas à revista *Veja*, onde apresentou documentos comprobatórios de irregularidades de empresas de PC Farias no exterior.

As denúncias de corrupção foram intensamente divulgadas pela mídia e associadas ao desgaste da imagem do presidente, ocasionado, tanto pelo fracasso na implantação dos planos para a estabilização da economia, como pelo confisco da poupança de milhões de brasileiros que gerou muita insatisfação e revolta. Uma grande mobilização popular tomou conta das ruas do país, dando origem à chamada geração cara-pintada (movimento estudantil de 1992, que protestaram pelas ruas do país com os rostos pintados com as cores da bandeira nacional), que pediam o *impeachment* do presidente.

Após a aprovação na Câmara Federal por 441 votos a favor, 38 contra, 01 abstenção e 23 ausências, o presidente foi afastado de seu cargo (LIMA, 2005). Mesmo Collor

renunciando em 29 de setembro e alegando que estava sofrendo perseguição política, o Senado concluiu o processo de *impeachment*.

Como Collor renunciou ao cargo no dia do julgamento pelo Senado, então coube a casa decidir apenas em relação aos direitos políticos, e a decisão foi de que o presidente perderia seus direitos políticos por oito anos. Collor ainda tentou reverter, no Supremo, a cassação de seus direitos, afirmando que, devida a sua renúncia, não havia mais motivo para o julgamento ocorrer. Todavia, como não se tratava somente da separação das penas, mas o julgamento como um todo, o Supremo afirmou ser necessário, pois a perda dos direitos políticos ainda não havia sido votada e não era uma pena acessória, sendo tão importante quanto a cassação do mandato em si.

Em abril de 2014, por falta de provas, Collor foi inocentado pelos crimes de falsidade ideológica, corrupção passiva e peculato pelo Supremo Tribunal Federal. A relatora, a ministra Carmen Lúcia, apontou falhas na denúncia, e ao apresentar seu voto favorável à absolvição, disse que não havia provas que demonstrassem a participação do ex-presidente. Foi apoiada pelos ministros Dias Toffoli, revisor do processo, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux e Ricardo Lewandowski. Teori Zavascki concordou com a absolvição por peculato, mas entendeu que falsidade e corrupção já haviam prescritos e, portanto, não deveriam ter o mérito julgado. Contudo mesmo os crimes de falsidade e corrupção já terem prescritos, a ministra decidiu julgar o mérito mesmo assim por entender que as acusações tinham relações.

Não poderia deixar de citar as muitas semelhanças entre as eleições de 1989 (Fernando Collor x Lula) e última eleição de 2018 no Brasil (Jair Bolsonaro x Fernando Haddad), mesmo ambas acontecendo em contextos diferentes. Entre as várias semelhanças podemos citar a baixíssima avaliação dos presidentes em exercício em ambos os anos (José Sarney em 1989 e Michel Temer em 2018), o surgimento de candidatos novos e competitivos (Fernando Collor de Melo e Jair Messias Bolsonaro) pertencentes a partidos pequenos, sem histórico para serem criticados ou associados a governos anteriores, além de apoiar um discurso antissistema, visando o combate a corrupção. Também a estratégia do uso da mídia, na qual Collor utilizou amplamente da televisão e de revistas e Bolsonaro praticamente realizou toda a sua campanha eleitoral através das redes sociais (*Facebook*, *Whatsapp* e *Instagram*). Ao observar os pontos de semelhanças, nessas eleições de 2018 podemos dizer que Jair Bolsonaro foi o “Collor” e Haddad foi o “Lula” de 1989, e repetindo o mesmo feito, nessa eleição de 2018, novamente o PT saiu derrotado.

A seguir teremos a abordagem da vida e trajetória da primeira mulher eleita como presidente do Brasil, com destaque em sua militância e na forma como foi deposta da cadeira presidencial.

### **2.3- IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF**

Dilma Vana Rousseff nasceu na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, no dia 14 de dezembro de 1947. Filha de Pedro Rousseff, um imigrante búlgaro e da professora Dilma Jane da Silva.

Sua militância iniciou-se aos 16 anos, enquanto cursava o ensino médio, quando foi para as ruas protestar contra o golpe militar que depôs o presidente eleito João Goulart. Foi durante sua militância que conheceu o advogado gaúcho Carlos Franklin Paixão de Araújo, com quem se relacionou por mais de trinta anos. Participou da luta organizada contra a ditadura civil militar e fez parte de movimentos de luta armada de esquerda, como o Comando de Libertação Nacional e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, no ano de 1969.

Foi presa em janeiro de 1970 e viveu quase três anos no presídio Tiradentes em São Paulo. Livre da prisão em 1973 ingressou na faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde teve a oportunidade de começar a trabalhar, em 1975, como estagiária na Fundação de Economia e Estatística (FEE), órgão do governo gaúcho<sup>4</sup>.

Devido ao seu grande envolvimento político, auxiliou o ex-governador Leonel Brizola a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT), no início da década de 80, no Rio Grande do Sul. Assessorou a bancada trabalhista na Assembleia Legislativa e assumiu a Secretaria Municipal da Fazenda em Porto Alegre a convite de Alceu Collares (PDT), na época prefeito. Em 1993, quando Leonel Brizola se tornou Governador, Dilma assumiu a Secretária Estadual de Energia, Minas e Comunicação. Em 2000, Dilma filiou-se ao Partido dos Trabalhadores e em 2003, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, tornou-se a ministra de Minas e Energia até 2005, quando assumiu o cargo de Ministra da Casa Civil, exercido anteriormente por José Dirceu<sup>5</sup>, envolvido no escândalo do *Mensalão* (operação que investigou um suposto esquema de desvio de recursos de órgãos públicos e de empresas estatais, onde o dinheiro era usado

---

<sup>4</sup> Disponível em <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/presidenta/biografia>> Acesso em: 20 maio, 2018

<sup>5</sup> Foi deputado estadual e federal por São Paulo, e teve como última ocupação o cargo de ministro-chefe da Casa Civil do Brasil. Foi acusado de tráfico de influência, enriquecimento ilícito e diversos crimes praticados nos Governos Lula e Dilma no período de 2003 a 2016, sendo condenado pelos crimes relativos ao chamado escândalo do “Mensalão”.

para realizar pagamentos a parlamentares em troca de apoio político, bem como para custear outros gastos do Partido dos Trabalhadores) e teve que renunciar.

Dilma Rousseff foi a escolhida por Lula para sua sucessão. Venceu as eleições de 2010 e se tornou a primeira mulher eleita para presidente da história do Brasil, sendo inclusive reeleita para seu segundo mandato em 2014<sup>1</sup>. Mas sua popularidade não estava boa e alguns meses após a vitória nas urnas, começam a aparecer alguns indícios de protestos e manifestações contra o seu governo, impulsionados pela onda das manifestações que tomaram conta do país em junho de 2013, devido ao aumento das tarifas de ônibus em São Paulo.

Como em 1992, quando os jovens conhecidos como *caras pintadas* saíram às ruas protestando contra o então Presidente Fernando Collor de Mello, novamente as pessoas saíram às ruas pedindo o *impeachment* de Dilma Rousseff. Uma mistura de gritos de ordem, multidões nas ruas, discursos engajados, às vezes acompanhados de certa violência tomaram conta do país. Após 24 anos do *impeachment* de Fernando Collor de Mello, o Brasil novamente enfrentou um processo de *impeachment*, agora de Dilma Rousseff. De 2015 a 2016, *impeachment*, foi à palavra mais falada e mais ouvida pelos brasileiros. O país foi tomado por um frenesi expressado em forma de muitos protestos, onde as vozes de um povo, que pareciam se interessar mais pela política, clamavam por uma democracia mais vibrante.

As manifestações populares do dia 13 de março de 2016 ocorreram na maioria das regiões brasileiras, sendo considerado o maior ato político na história do Brasil, superando as Diretas Já, segundo a Folha de S. Paulo. No final de junho 2013, as manifestações ocorridas no Brasil apontaram para uma crise de representação da democracia brasileira e, para isso, uma das teorias levantadas responsabilizou a falta de conhecimento do eleitor sobre os temas de relevância nacional.

Os primeiros vestígios de manifestações contrárias ao governo da presidente Dilma Rousseff iniciaram-se timidamente durante os protestos de junho de 2013 (contra o aumento da tarifa de ônibus de São Paulo), com o aparecimento de alguns cartazes contendo dizeres desfavoráveis à administração da presidente.

Convocadas pelas redes sociais, essas manifestações de 2013 ganharam destaque e nos anos seguintes (2014 e 2015), novas manifestações tomaram conta das ruas, agora contra os gastos com a copa do mundo no Brasil, que aconteceria em 2014, em contrapartida aos baixos investimentos na saúde, educação e segurança pública.

Após o auge das manifestações de 2013, muitos processos investigativos da polícia federal ganharam força e vários políticos e empresários foram indiciados. Com os

desdobramentos da Operação Lava Jato, realizado pela Polícia Federal, diversos mandados de busca e apreensão foram feitos, com intenção de apurar um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou bilhões de reais em propina.

A partir dessa operação, o Tribunal Federal decidiu investigar cerca de 50 políticos (a maioria deles pertencentes a partidos aliados ao governo) supostamente envolvidos no esquema de corrupção, agravando ainda mais o descontentamento da população em relação ao governo da presidente reeleita. Assim, grupos como Vem pra Rua<sup>6</sup>, Movimento Brasil Livre<sup>7</sup> e Revoltados Online<sup>8</sup> convocaram as pessoas através das redes sociais para grandes manifestações pelo Brasil, pedindo o fim da corrupção e o *Impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Lembrando que essa não foi a única investigação sofrida pelo governo do PT, a primeira foi movida pelo Ministério Público Federal (MPF) que ficou conhecida como Mensalão e foi encerrada em 2012, já no governo de Dilma.

O fato do esquema investigado pela Lava Jato ser descoberto no governo Dilma, somado a insatisfação com o governo nas chamadas pedaladas fiscais, fez com que o então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, em 02 de dezembro de 2015, aceitasse um dos sete pedidos de *impeachment* contra Dilma, que havia sido protocolado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e pela advogada Janaína Paschoal.<sup>9</sup> Lembrando que em 1992, tanto o jurista Hélio Bicudo, como Janaína Paschoal (na época estudante de direito) atuaram nas ações que instituíram o *impeachment* do presidente Fernando Collor.

Configuradas por alguns juristas como irregularidades e por outros como crime de responsabilidade, pois se tratar de uma manobra financeira ilegal para disfarçar um resultado negativo nas contas do governo. Exatamente esse ato do governo por ser considerado um

---

<sup>6</sup> Movimento que surgiu em 2014, através do Facebook, que se auto define como suprapartidário, democrático e plural, com objetivo principal de informar as pessoas (através de suas paginas da rede social) e organiza-las para lutarem contra a corrupção. Disponível em: < <https://www.vempraru.net/o-movimento/> >. Acesso em 11 nov. 2018.

<sup>7</sup> Movimento que surgiu em 2014 pelas redes sociais, que se identificam como uma entidade que tem como objetivo a mobilização das pessoas em prol de uma sociedade mais livre, justa e próspera, conforme a descrição em sua própria pagina do facebook. Disponível em: <[https://www.facebook.com/pg/mblivre/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/mblivre/about/?ref=page_internal)>. Acesso em: 11 nov.2018.

<sup>8</sup> A comunidade foi fundada em maio de 2010, porém sua trajetória de sucesso tem início nas manifestações de junho de 2013, porém sua trajetória de sucesso tem início nas manifestações de junho de 2013, com a saída de milhões de pessoas às ruas para protestar contra o governo num ato que havia começado contra o reajuste das tarifas de transporte público.

<sup>9</sup> Eduardo Cunha autoriza abrir processo de impeachment de Dilma. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/eduardo-cunha-informa-que-autorizou-processo-de-impeachment-de-dilma.html>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

crime de responsabilidade, foi uma das principais causas que levou a então presidente Dilma Rousseff a sofrer o processo de *impeachment*.

*Pedalada fiscal* é o nome dado a uma manobra financeira usada com o objetivo de disfarçar e melhorar a real situação de orçamentos governamentais, fazendo parecer que há um equilíbrio entre gastos e despesas nas contas públicas<sup>10</sup>.

Segundo a explicação do professor de direito tributário da UERJ, Ricardo Lodi Ribeiro<sup>11</sup>

As chamadas *pedaladas fiscais* nada mais são do que o apelido dado ao sistemático atraso nos repasses de recursos do Tesouro Nacional para que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal paguem benefícios sociais como o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, seguro desemprego, crédito agrícola etc. Como as instituições financeiras pagam em dia os benefícios, o atraso no repasse dos recursos públicos gera contratualmente o pagamento de juros pelo governo aos bancos públicos. De fato, a conduta, que visa a dar certa aura de equilíbrio às contas públicas em momentos de aperto de caixa, não é boa prática de Finanças Públicas.

Para fazer o repasse aos bancos públicos e privados responsáveis pelos pagamentos de benefícios, como abono salarial, aposentadorias e seguro desemprego, o Governo Federal repassa o valor a esses bancos através do Tesouro Nacional. O atraso nos repasses vindos do Tesouro Nacional é a chamada Pedalada Fiscal.

No caso do governo Dilma Rousseff, o Tribunal de Contas da União entendeu que o Tesouro Nacional teria atrasado, voluntariamente, o repasse de recursos para a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para o pagamento de programas sociais como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, abono salarial, seguro-desemprego e subsídios agrícolas.

Essas instituições faziam o pagamento com recursos próprios, garantindo que os beneficiários recebessem em dia. Ao mesmo tempo, o governo omitia esses passivos nas estatísticas da dívida pública, postergando para o mês seguinte a sua contabilização. O atraso intencional e repetido no repasse financeiro simula que os gastos do governo foram menores do que foi efetivamente gasto, assim, a demonstração nos gastos de governo não representa a realidade e pode falsamente demonstrar que as metas fiscais foram cumpridas, quando na realidade não foram.

---

<sup>10</sup> Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/pedalada-fiscal> > Acesso em 04/06/2018.

<sup>11</sup> Ribeiro, Ricardo Lodi. Pedaladas hermenêuticas no pedido de impeachment de Dilma Rousseff, 2015. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2015-dez-04/ricardo-lodi-pedaladas-hermeneuticas-pedido-impeachment> - Acesso em 18/06/2018.

A Constituição Federal, em seu artigo 85, transcreve que os crimes de responsabilidade serão aqueles que atentarem contra a Constituição Federal e especialmente a existência da União, o livre exercício dos Poderes do Estado, a segurança interna do país, a probidade da administração, a lei orçamentária, o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais e o cumprimento das leis e decisões judiciais.

Dispõe o artigo 85 da Constituição Federal

Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra: I - a existência da União; II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação; III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; IV - a segurança interna do País; V - a probidade na administração; VI - a lei orçamentária; VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais. (BRASIL, 1988).

O descontentamento com o governo da presidente Dilma, que terminou com seu *impeachment*, não foi somente pelas “pedaladas fiscais”, pois a presidente convivia com manifestações contra o seu governo desde o início do segundo mandato, com índices de reprovação atingindo 71% da população (Datafolha)<sup>12</sup>. Um dos principais motivos do descontentamento em relação ao seu governo era a ruim situação econômica do país. Dilma tomou muitas medidas numa tentativa de melhorar a situação econômica do país e sofreu duras críticas ao manter as taxas de juros artificialmente baixas a partir da redução das tarifas de energia e a política de desoneração das indústrias. Essas medidas pressionaram as contas públicas e houve a necessidade de um ajuste fiscal, que em contrapartida reduziu a confiança dos investidores e consumidores no país. A fraca gestão econômica foi um fator relevante contra a presidente Dilma.

As manifestações tiveram um papel importante, pois fizeram pressão para que o *impeachment* da presidente Dilma acontecesse. O “Fora Dilma” e o “Fora PT” eram organizados pelo Movimento Brasil Livre (MBL), movimento Vem pra Rua e Revoltados On Line, onde os encontros para os protestos eram combinados e convocados pelas redes sociais. As maiores manifestações favoráveis ao *impeachment* aconteceram nos dias 15 de março, 12 de abril, 16 de agosto, 13 de dezembro de 2015 e no dia 13 de março de 2016.

Duas manifestações merecem destaque: a do dia 15 de março de 2015, e a do dia 13 de março de 2016. A primeira de 15 de março, segundo o Datafolha foi uma das maiores concentrações de pessoas reunidas contra o governo, o que com certeza contribuiu para que

---

<sup>12</sup> Disponível em: < <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/08/1665278-recorde-reprovacao-a-dilma-supera-pior-momento-de-collor.shtml> > Acesso em 22/01/2019.



aumentasse a pressão contra a presidente. E contou com uma prévia, que ficou conhecida como “Paneleção e Buzinação”. Os organizadores da manifestação solicitaram, via redes sociais, que as pessoas protestassem saindo nas sacadas dos prédios e nas ruas batendo panelas ou buzinando durante o pronunciamento da presidente Dilma, que aconteceria no dia 08 de março 2015 em função do Dia Internacional da Mulher.

A manifestação do dia 13 de março de 2016 também teve grande repercussão. Esse protesto, segundo o Datafolha, superou o ato das Diretas Já e foi considerado o maior protesto Anti-Dilma até então. No mês seguinte a manifestação, em 17 de abril de 2016, com a Esplanada dos Ministérios repleta de manifestantes favorável ao processo de *impeachment*, o Senado foi autorizado pela Câmara dos Deputados a instaurar o processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff, com um placar de 367 votos favoráveis, 137 contrários, 07 abstenções e 02 ausentes<sup>13</sup>.

Em 11 de maio de 2016, com um resultado de 55 votos favoráveis, 22 contrários e 02 ausentes, o Senado Federal aprovou a abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, determinando que a presidente ficasse afastada de suas funções por 180 dias<sup>14</sup>.

Durante todo o processo, por várias vezes, Dilma alegou ter sido vítima de um golpe implantado por aqueles que a queriam fora do governo. Em sua opinião, as pedaladas fiscais e a insatisfação com seu governo não eram base legal para sequer abertura do processo de *impeachment*, porém em 31/08/2016, foi destituída de seu cargo por 61 votos favoráveis e 20 contrários, tendo como principal causa as chamadas *pedaladas fiscais* ou crime de responsabilidade, assumindo o seu lugar, o vice-presidente Michel Temer.

Pelo artigo 33 da Lei do *Impeachment* – a Lei 1.079, de 1950 –, o Senado “fixará o prazo de inabilitação do condenado para o exercício de qualquer função pública”. Ou seja, perder o cargo não significa, necessariamente, perder os direitos políticos, e os senadores devem decidir se isso ocorrerá ou não. No da presidente Dilma Rousseff, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, determinou que a votação final do processo de *impeachment* no Senado da presidente afastada seria dividida em duas etapas, uma sobre a perda do mandato e a outra sobre a inabilitação dos seus direitos políticos. E mesmo sendo considerado ilegal perante a Constituição Federal, tal decisão foi aceita e no

---

<sup>13</sup> Câmara aprova prosseguimento do processo de impeachment no Senado. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/camara-aprova-prosseguimento-do-processo-de-impeachment-no-senado.html>. Acesso em: 04 de jun.2018

<sup>14</sup> Processo de impeachment é aberto e Dilma é afastada por até 180 dias. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/processo-de-impeachment-e-aberto-e-dilma-e-afastada-por-ate-180-dias.html>>. Acesso em 04 jun. 2018.

total, 42 senadores votaram pela inabilitação política da ex-presidente, sendo que eram necessários 54 votos para cassar seus direitos políticos. Neste caso não teve punição com a inabilitação para funções públicas, podendo assim se candidatar para cargos eletivos e também exercer outras funções na administração pública.

A solicitação pela divisão das votações, conhecido como “fatiamento da votação”, no *impeachment* de Dilma, foi feita pelo Partido dos Trabalhadores, representado pelo senador Humberto Costa (PT-PE), com objetivo de preservar o direito da ex-presidente de disputar eleições ou ocupar postos na administração pública mesmo após o Senado decidir por sua cassação.

Após conhecermos um pouco sobre o processo de *impeachment* em algumas partes do mundo e os ocorridos no Brasil, apresentamos um histórico sobre a mídia e a imprensa impressa, tendo em vista que esta pesquisa tem como objetos de estudo as revistas *Veja* e *CartaCapital*.

## **Capítulo 3**

### **HISTÓRIA DA IMPRENSA IMPRESSA**

### 3- HISTÓRIA DA IMPRENSA IMPRESSA

A fabricação do papel pelos chineses e a invenção da imprensa por Gutenberg impulsionaram a reprodução em escala e uma maior velocidade na divulgação da informação. Com a facilidade de registrar em papéis todos os acontecimentos sociais, políticos e econômicos do Ocidente, nasceram no século XV as primeiras impressões, as gazetas (com informações sobre atualidade), os pasquins (folhetos sobre fatalidades e infortúnios alheios) e os libelos (folhas de caráter opinativo), proporcionando, no século XVII, a criação de um gênero intitulado de jornalismo. Originário da Inglaterra, o jornal também passou de maneira bem distinta por terras francesas, alemãs e norte-americanas. Desde o início, o jornalismo já sofria rígidos controles do governo, com imposição de leis severas para o seu funcionamento – era a censura que aparecia para atrapalhar o progresso dos impressos. Na Inglaterra, por exemplo, foi imposta uma lei onde o jornal deveria pagar um selo para ter a permissão de sua circulação, fazendo encarecer o preço do exemplar e dificultando a sua venda<sup>15</sup>.

Tanto os Estados Unidos como a Alemanha também sofreram com os rigorosos controles do Estado, forçando-os a publicações desinteressantes, com assuntos de pouca relevância. A imprensa francesa tinha todo seu conteúdo supervisionado por uma organização corporativa antes de ser publicado, esse método era conhecido como autorização prévia. Esses fatos já mostram que desde essa época o jornal que tinha uma linha mais crítica, que instigava seus leitores a formar um senso crítico em relação à política vigente, eram vistos pelas autoridades do Estado como prejudicial ao seu governo.

A imprensa até o início dos anos 1800, oscilava entre ter uma característica com um formato opinativo, de difusão de ideias e de sustentação de um partido ou associação, para uma característica de noticiário menos político, menos econômico e mais abrangente. Em 1930, uma tendência começa a aparecer nos Estados Unidos, quando o artigo foi substituído pela notícia como produto jornalístico por excelência, e o leitor correligionário pelo maior número de leitores possíveis, independentes de suas preferências.

No final do século XIX e início do século XX o jornal perde um pouco essa característica mais opinativa e tende a apresentar um estilo mais voltado para o consumo, devido ao crescimento da imprensa e as características de cada país, conforme registram Albert e Terrou:

---

<sup>15</sup> Disponível em [www.conhecimentogeral.inf.br/lei\\_do\\_selo/](http://www.conhecimentogeral.inf.br/lei_do_selo/) Acesso em 25/11/2018

A imagem da imprensa no mundo e as características essenciais tanto das fórmulas do jornalismo como das do mercado da imprensa de cada país estavam, em 1914, muito próximas das de hoje, pelo menos nos países industrializados, pois fora do mundo ocidental a imprensa ainda tinha muito que progredir, até porque o grau de desenvolvimento dos jornais era como o é ainda hoje, uma função direta da ocidentalização da vida econômica e social. (ALBERT E TERROU, 1990, p. 51).

No Brasil, a imprensa teve um nascimento tardio em relação a circulação das publicações pelo mundo afora. Teve como marco oficial o ano de 1808, ano em que a família real saiu de Lisboa e dirigiu-se para o nosso país, na cidade do Rio de Janeiro. Na época, a veiculação de jornais ou qualquer outro periódico era proibida por aqui, pois nada poderia circular sem a permissão da coroa portuguesa.

Com intenção de fazer circular informações de interesses da Coroa, sem conteúdo social, o então Príncipe Regente Dom João VI criou o primeiro jornal, *A Gazeta do Rio de Janeiro*, que finalmente começou a circular em território nacional, três meses antes do *Correio Braziliense*, jornal de oposição ao domínio português, de autoria de José Hipólito da Costa<sup>16</sup>, que por falta de autorização para fazê-lo no Brasil, era impresso em Londres e de lá transportado através de navios para as cidades brasileiras.

Com a revogação do veto à impressão no Brasil, publicar deixou de ser crime e começaram a aparecer títulos que se dividiam em áulicos<sup>17</sup> e críticos, constituindo uma tendência que persistiu pelo restante do século XIX, com os jornais sendo usados como instrumentos da luta política e, em alguns casos, partidária.

Assim como os jornais, também as revistas chegaram ao Brasil juntamente com a corte portuguesa e tiveram um papel importante na imprensa impressa. As primeiras revistas tinham um formato gráfico muito parecido com os jornais e livros da época, porém com o passar do tempo ganhou um novo estilo gráfico que permitiu em suas páginas a inclusão de cultura, textos em colunas, fotos, ilustrações, entre outras coisas. Apresentavam uma linha editorial mais conservadora que defendia o absolutismo monárquico português e em suas páginas continham conteúdos mais específicos com publicações mais longas e mais elaboradas.

---

<sup>16</sup> Jornalista brasileiro nascido na Colônia do Sacramento, na época território ocupado por tropas luso-brasileiras, fundador do *Correio Braziliense*, publicado em Londres (1808-1823), jornal em língua portuguesa a circular sem censura.

<sup>17</sup> Os áulicos fluminenses constituem-se como um grupo de grande importância no Primeiro Reinado.

Algumas dessas revistas, como a *Revista Ilustrada*<sup>18</sup> e a revista *O Cruzeiro* tornaram-se ícones do humor e do jornalismo. A revista *O Cruzeiro* chegou com uma inovação arrojada no visual, enfatizando a fotografia e as reportagens mais objetivas e logo se tornou referência gráfica, literária e jornalista, conquistando o mercado editorial do país.

Conforme Bahia (1990), *O Cruzeiro* chegou com muitas novidades, alterando completamente os modelos tradicionais de conteúdo, impressão e veiculação de notícia. Passou a ser a principal corrente editorial da época ao realizar reportagens fotográficas de qualidade, com objetivo de descrever a realidade do país. Se existisse um local desconhecido, a revista o revelava aos seus leitores através de suas páginas. E essa tendência da imagem da fotografia tomou conta do Brasil no final da década de 30 com a influência do movimento bahaus<sup>19</sup>, com a imigração de fotógrafos alemães que abusaram nas formas, no grafismo e nos recursos como ampliação e montagem.

Ainda com a influência de bahaus, em 1952 foi lançada a revista *Manchete* por Adolfo Bloch. A revista também usou a estratégia da fotografia como principal forma de linguagem e rapidamente ganhou o gosto dos leitores, proporcionando em poucas semanas o segundo lugar dentre as revistas semanais de maior circulação no país, ficando atrás somente da renomada e até então, hegemônica *O Cruzeiro*. Só atingiu a primeira colocação quando seu fundador Adolpho Bloch modernizou a gráfica, a redação e pessoalmente comandou a produção da revista. Com investimento, a revista começou a ganhar destaque

Investindo em equipamentos gráficos, priorizando a fotografia e a diagramação, procurando pautar assuntos mais modernos, *Manchete* vai deixando *O Cruzeiro* para trás na preferência do público (...). Os números sobre a morte de Kennedy em 1963 ou dos astronautas pisando na lua em 1969 também têm enorme repercussão. Isso sem contar os números especiais, como por exemplo, os do Carnaval, cujo material é propício à explosão de cores e da visualidade. (MIRA, 2001, p. 84).

De modo geral, a imprensa brasileira passou por algumas fases que merecem destaque, como as lutas contra a escravidão, a independência, a queda da Velha República e o Estado Novo varguista, contra o golpe de 1964, sofrendo quase toda sua trajetória com os períodos de repressão. Pretendendo se livrar dessas proibições nasceu a imprensa alternativa de resistência. Esses veículos representavam a contracorrente ao poder hegemônico e

---

<sup>18</sup> Revista literária em quadrinhos que apresentava uma linha sátira em suas publicações. Circulou no Rio de Janeiro de 1876 a 1898.

<sup>19</sup> Foi a primeira escola de design do mundo, fundada em 1919 pelo arquiteto Walter Gropius, em Weimar, Alemanha.

procuravam dar voz àquela parcela da sociedade que, reprimida, não tinha instrumentos de mediação social diante do poder dominante.

O tópico a seguir, traz um estudo da imprensa alternativa e uma reflexão sobre a sua importância como um contra ponto ao proporcionar outra forma de jornalismo, com uma linha editorial diferente frente aos veículos tradicionais favoráveis aos propósitos da minoria burguesa em detrimento do interesse público, principalmente das classes menos favorecidas. Enfatizando que a revista *CartaCapital*, um dos objetos de estudo desse trabalho, se auto identifica como uma mídia alternativa, o que também é confirmado através de estudos de vários autores, como veremos nas leituras seguintes.

### 3.1 - IMPRENSA ALTERNATIVA

A palavra *alternativa* vem de *alter*, que sugere alterações, mudanças. Segundo o dicionário Aurélio (FERREIRA, 1999) significa algo que se contrapõe a interesses ou tendências dominantes. A expressão imprensa alternativa, surgiu para caracterizar um tipo de imprensa de resistência política e ideológica que não pactuava com a mesma postura da mídia tradicional (grande mídia).

Durante a ditadura civil militar, esse foi um período sem liberdade no Brasil, onde a imprensa brasileira era dividida em duas categorias: a grande imprensa e a imprensa alternativa. O papel da mídia alternativa era combater o regime autoritário, denunciando abusos e violação aos direitos humanos entre outros assuntos de interesses dos menos favorecidos. Esses pequenos jornais e seus respectivos jornalistas foram perseguidos pelos militares, algumas vezes até presos e muitas de suas edições foram apreendidas, porém não poderiam desistir, pois eram responsáveis por fazer uma crítica ao sistema de poder vigente.

Para Kucinski (1991) existiam duas linhas de jornais alternativos: aquela que favorecia o discurso político e aquela desvinculada do discurso ideológico. Geralmente o alternativo que privilegiava o discurso político expressava sua posição diretamente e explicitamente. Já aqueles entediados do discurso ideológico atacavam o autoritarismo através de críticas ligadas aos costumes e a moral da burguesia. Mas segundo o autor havia dois pontos em comuns entre elas, onde ambas combatiam ideologicamente a ditadura e lutavam por mudanças, conforme afirma

A imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações institucionais que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. É na dupla oposição

ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual-jornalística sob o autoritarismo, que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos. (KUCINSKI, 1991, p.26).

Essas publicações alternativas eram vendidas nos mesmos locais que os tradicionais como bancas, nas universidades e convenções e também por assinaturas, apresentando uma leitura diferente perante aos grandes jornais existentes. Foi uma mídia que lutou contra a imprensa que apresentavam pretensões hegemônicas.

O termo imprensa alternativa é de domínio comum da sociedade brasileira e identifica um tipo de jornal tabloide ou revista de oposição, dos anos 70, cuja venda era feita em bancas ou de mão em mão. Eram publicações de caráter cultural, político e expressavam interesses da média burguesia, dos trabalhadores e da pequena burguesia. Eram espaços nos quais grupos de oposição ou frentes políticas emitiam uma corajosa condenação ao regime político. (FESTA, 1986, P.16)

Quando a expressão imprensa alternativa é falada, quase sempre é associada ao período da ditadura civil militar e que deixou de existir com o fim do regime, porém o termo imprensa alternativa, segundo Aguiar (2008) já era conhecido no Brasil no início do século XIX, não sendo necessariamente um termo do período ditatorial.

A própria imprensa brasileira começou com um alternativo, o Correio Braziliense, fundado por Hipólito Jose da Costa em 1808, em Londres, entre outras coisas para lutar pela independência do nosso então futuro país, [...]. Durante o Império houve vários alternativos. [...]. Na Primeira República também houve alternativos, [...]. (AGUIAR, 2008, p. 234).

Kucinski (1991) considera equivocado estabelecer uma relação direta entre a imprensa alternativa com a fase da ditadura. Para justificar seu posicionamento, o autor argumenta que o surgimento dos alternativos tinha na verdade um interesse muito mais jornalístico, motivado pela esperança dos jornalistas em conquistar um novo espaço, libertando-se das restrições da grande imprensa.

A ditadura, entanto, não foi a única razão de ser da imprensa alternativa. Apesar de sua presença ter sido mais intensa no imaginário dos intelectuais, jornalistas e ativistas políticos do que já era nos âmbitos das relações de produção, o imaginário da imprensa alternativa não se constituiu apenas dessa presença. Nem a ditadura podia sozinha explicar a riqueza do fenômeno alternativo, a diversidade de suas manifestações ou a tentativa de criar todo um ‘modelo ético político’, com formas e estratégias próprias, que confrontaria com o sistema dominante muito mais no campo permanente da tentativa de construção de uma contra-hegemonia ideológica, do que no campo conjuntural da resistência à ditadura. (KUCINSKI, 1991, p. 25).

Aguiar (2008) aponta alguns fatos que nos explicam porque a palavra alternativa nos induz a pensar nos anos do governo militar e porque essa imprensa alternativa teve tanto



destaque no período ditatorial. O autor explica que um dos motivos era que com a rígida censura imposta pela ditadura, muitos jornalistas foram impedidos de escrever da maneira que queriam, provocando a saída de muitos deles dos jornais de grande circulação. Associado a isso, o autor aponta também a realização pessoal dos jornalistas, proporcionado por essas novas formas e espaços alternativos, onde teriam a liberdade para expressar realmente o que pensavam e sabiam.

A conjugação desses fatores – massa de produtores insatisfeitos com suas condições de trabalho, meios técnicos em transformação, massa de leitores insatisfeitos com o que liam – foi o caldo de cultura favorável para a proliferação da imprensa alternativa que, pela primeira vez, recebeu este nome, ao lado de outro, “imprensa nanica” dado pelo escritor João Antônio, numa alusão ao episódio bíblico de Davi e Golias. (AGUIAR, 2008, p. 237).

Para Carvalho (2004), para ser considerada uma imprensa alternativa não pode ter relação com o mercado, muito menos ideais capitalistas. Em suas palavras

Nem todo veículo de comunicação é uma empresa capitalista, logo, nem todo meio de comunicação destina-se a veicular a concepção burguesa de mundo. Há uma imprensa que se especializa em comunicar outras concepções de mundo relativas aos projetos políticos de partidos, sindicatos e outras organizações da sociedade. Esta imprensa é definida pelos especialistas como imprensa alternativa, ela apresenta outras concepções de mundo, veiculando outros valores e interesses que não aqueles da grande imprensa. De todo modo, a distinção só vem a confirmar a grande imprensa como atividade capitalista. (CARVALHO, 2004, p. 10).

Para Downing (2002) a imprensa alternativa precisa ter como propósitos primordiais a oposição direta ao sistema de poder e suas atitudes e conquistar o apoio da sociedade, construindo uma rede contrária a sobrevivência dessa estrutura de poder. Grinberg completa esse pensamento sobre a imprensa alternativa

Para ser verdadeiramente alternativa, não basta que um meio esteja à margem das redes de distribuição da grande imprensa, mas deve ostentar uma diferença qualitativa em face dela. Nesse sentido, o alternativo opõe-se ao meramente complementar ou marginal, pois simplifica, embora em medida variável, um questionamento do status quo. (GRINBERG, 1987, p. 24).

Kucinski defende que a imprensa alternativa é aquela que lutava por mudanças, combatia a ditadura civil militar e o capitalismo.

O que identificava toda a imprensa alternativa era a contingência do combate político-ideológico à ditadura, na tradução de lutas por mudanças estruturais e de crítica ortodoxa a um capitalismo periférico e ao *imperialismo*, dos quais a ditadura era vista como representação. (KUCINSKI, 1991, p.16).

Dentre as revistas, algumas tiveram esse viés de jornalismo alternativo, proporcionando ao seu leitor uma realidade diferente das leituras proporcionadas por outras

revistas da época como a revista *Manchete*, a revista *O Cruzeiro* e a revista *Veja*, integrantes da chamada mídia convencional.

Revistas como *Diretrizes*, criada em 1938, uma década depois de *O Cruzeiro*, por Samuel Wainer, é exemplo de uma leitura alternativa. Suas produções embasadas na apuração, traziam textos jornalísticos com criticidade. Sua circulação durou até 1944, quando se viu sufocada pela censura do regime militar (NASCIMENTO, 2002). Mesmo com uma baixa tiragem que não excedia cinco mil exemplares, se consolidou com publicação de viés político (FARO, 1999).

Outra revista que chegou às bancas em uma época histórica do país foi a *Realidade*, período em que a nação se encontrava no início de um regime ditatorial. Durante sua circulação, 1966 a 1976, o país e a sociedade brasileira passaram por grandes mudanças sociais e políticas e a revista proporcionou aos leitores um jornalismo diferenciado. Embora fosse um produto da grande imprensa, assumiu, devido ao estilo jovem da equipe, uma postura contestadora do conservadorismo vigente. Tinha como objetivo mostrar a realidade do Brasil para os brasileiros, através de suas reportagens que abordavam temas que eram tabus para a época, de uma maneira que fosse próxima do cotidiano das pessoas.

Kucinski (2001) classifica a imprensa alternativa em três grandes linhagens responsáveis pelas produções alternativas. Duas delas receberam influência direta do jornalismo praticado na revista *Realidade*. Pioneira nos anos 1960 pelo estilo de resistência a ditadura, também apresentava um jornalismo com ambições estéticas, inspirado no *new journalism* americano<sup>20</sup>, baseado na vivência direta do jornalismo. Com uma redação com espírito democrático e com preocupação política, o grupo todo tinha a mesma posição editorial. Tanto os fotógrafos como os repórteres de texto da revista *Realidade* buscavam uma sintonia, pois a imagem e o texto eram retratados através de uma abordagem particular (MELO, 2006).

A revista *Cadernos do Terceiro Mundo* também teve um papel importante na imprensa alternativa. Nasceu como consequência direta do exílio de milhares de líderes políticos e sindicais, de profissionais liberais, jornalistas, estudantes e militantes de diferentes ideologias e origens, provocado pelo ciclo das ditaduras latino-americanas das décadas de 60, 70 e 80 do século passado. Fundada em 1974, na Argentina, teve sua sede transferida em 1980 para o Brasil, no Rio de Janeiro. A grande rede que ela conseguiu reunir de jornalistas, comunicadores, pensadores, militantes, líderes políticos, sindicais, educadores, estudantes,

---

<sup>20</sup> Novo Jornalismo Americano

diplomatas, permitiu que ela se mantivesse, na contracorrente, durante mais de três décadas. Abordavam questões e temas que não agradavam aos interesses de quem estava no poder, como por exemplo, a dívida externa, a reforma agrária, entre outros. Foi pioneira em muitas questões levantadas como no tema dos transgênicos, na luta pelo respeito à pluralidade sexual e no direito da terra para as comunidades indígenas.

Uma nova concepção para o termo mídia alternativa esta sendo adotada para poder suprir a complexidade midiática contemporânea, que se dispõe de diversos meios, não se limitando somente aos impressos. É necessário entender que tanto a imprensa, como a história do Brasil sofreram transformações muito significativas com o fim da ditadura civil militar, refletindo diretamente no mercado editorial e, conseqüentemente, no fragmento alternativo do jornalismo nacional.

De acordo com Grinberg (1987), o termo alternativo traz uma complexidade muito grande, devido a continuidade da sua utilização ao longo do tempo, o que torna necessário historicizá-lo, fazendo uso de novo conceito/concepção, mais apropriado para cada período.

Chinem (2004) apontou a internet, ao tratar do tema dos novos alternativos, como um importante meio de informação alternativa, destacando as diversas maneiras de propagar ideias nos mais variados grupos sociais, como blogs, sites, TVs a cabo entre outros, sem a necessidade de intermédios mercadológicos, parecendo deixar a mídia mais democrática.

Diferentemente da mídia alternativa da ditadura civil militar, essa nova geração de imprensa alternativa possui outras especificidades, embora mantenha sua postura crítica, são constituídas legalmente e fazem parte do mercado.

A imprensa no Brasil durante o período da ditadura civil militar apresenta algumas similaridades com os dias atuais, como por exemplo, percebemos que alguns veículos têm uma tendência a apoiar o governo e outros a fazer a oposição, porém, muitas vezes pregando um discurso de neutralidade e imparcialidade, o que antes, durante o período da ditadura civil militar tal discurso não existia, e quando um jornal não apoiava o governo suas críticas eram feitas explícitas, tanto como se fossem a favor.

Nem todos os jornais ou revistas deixam evidentes o seu posicionamento, principalmente quando o assunto é relacionado ao campo da política, ficando, às vezes, nas entrelinhas. Quando analisamos o período de repressão, da censura, percebemos que a imprensa, nesse período, tinha seu posicionamento mais evidente, pois mesmo sendo coagida e reprimida, buscavam a liberdade de expressão.

A imprensa alternativa, seja ela jornal ou revista, exerceu uma influência midiática que lutou por mudanças na política, na cultura e até no comportamento. Com um discurso contra hegemônico, antigovernista, os jornalistas e intelectuais encontraram na imprensa alternativa, um espaço com um pouco mais de liberdade, onde puderam expor suas ideias, suas concepções de mundo e suas reivindicações, em um tempo tão difícil de censura e repressão.

Após a abordagem sobre a imprensa impressa, enfatizando a sua importância na difusão da informação, faz-se necessário a apresentação das duas revistas que constituem o *corpus* dessa pesquisa: a revista *Veja* e *CartaCapital*. Apresentamos um pouco da história de cada uma, refletindo a importância de ambas nos dias atuais, no papel de informar, entreter e proporcionar textos interpretativos e opinativos.

### **3.2 - REVISTAS VEJA E CARTACAPITAL**

Em setembro de 1968, nasceu a revista *Veja*, criada pelos jornalistas Civita e Mino Carta, com propósito de fornecer um jornalismo impresso em revista frente às novas tecnologias. Moisés (2015) afirma que *Veja* se consolidou como um dos periódicos mais vendidos no país, com 1,2 milhões de exemplares, abordando temas bem variados, desde política até ecologia.

*Veja* foi lançada em pleno período do Regime Militar (1964-1985), e alguns meses depois entra em vigor o AI-5<sup>21</sup>, período que causou muitos problemas à revista com os órgãos de censura e muitas de suas publicações chegaram a ser mutiladas e apreendidas. *Veja* encontrou nos temas políticos (perigosos e pouco divulgados na época) seu estilo editorial. Um dos fundamentos de sua linha editorial era a oposição ao regime militar, nunca abrindo mão de expor sua opinião crítica (WERNECK et al, 2000, p.60).

*Veja* passou por diversas mudanças e por muitas dificuldades, porém sobreviveu e hoje tem seu espaço no cenário nacional. Mas para manter-se no mercado, *Veja* se adaptou a essas mudanças e hoje possui além da versão impressa, a revista digital, onde o leitor tem acesso de onde estiver, através da internet, aos mesmos conteúdos da versão impressa, acesso

---

<sup>21</sup> O Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, marcou o início do período mais duro da ditadura militar (1964-1985). Deu ao regime uma série de poderes para reprimir seus opositores: fechar o Congresso Nacional e outros legislativos, cassar mandatos eletivos, suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, intervir em Estados e municípios, decretar confisco de bens por enriquecimento ilícito e suspender o direito de habeas corpus para crimes políticos, censura prévia para jornais, revistas, livros, peças de teatro e músicas.

a WEBTV com a TVEJA (a única TV da internet com grade fixa), além de estar presentes nas redes sociais como *Facebook, Instagram, Twitter e Youtube*<sup>22</sup>.

Após deixar a revista *Veja*, Mino Carta, em 1994 fundou a revista *CartaCapital*, que inicialmente era de publicação mensal, dois anos depois, em 1996, passou a ser quinzenal e em 2001 adquiriu a característica semanal, que possui até hoje. Apresentava-se como uma alternativa aos semanários já existentes no mercado, abordando textos mais aprofundados e analíticos.

De acordo com Luvizotto, Amôr e Caldeira (2018, p.626) com uma tiragem de 75 mil exemplares, a revista se destaca pelo comportamento, na maioria das vezes, contrários aos dos grandes meios de comunicação. *CartaCapital*, defende que os meios de comunicação apresentem ações mais honestas para com seu público-leitor e assumam sua posição político-partidária. *CartaCapital* assim como a *Veja* também aderiu aos meios digitais, com versão online e com perfil nas redes sociais.

As autoras concordam com Mesquita (2014) ao afirmar que a revista *CartaCapital* tem como diferencial o seu posicionamento político explícito, além de analisar outros meios de comunicação. Estudos realizados por Fiorucci (2011) e Rocha, Jacobus e Cavalvanti (2011) enquadram a revista *CartaCapital* como um veículo de comunicação alternativo (LUVIZOTTO; AMÔR; CALDEIRA, 2018, p.626).

Diante dos estudos ora mencionados, podemos dizer que a revista *CartaCapital* pode ser considerada uma mídia alternativa, pois a própria revista faz uma diferenciação de si em relação a outras revistas do mesmo gênero. *CartaCapital* se considera um veículo totalmente contrário à grande mídia nacional, inclusive realizando duras críticas a ela, como observamos no trecho de um de seus editoriais<sup>23</sup>

A liberdade de imprensa no Brasil é a das grandes empresas midiáticas deitarem e rolares no esforço concentrado de servir o poder, ou, por outra, a si próprias. Assistimos neste momento ao lamentável espetáculo encenado pela mídia, ainda e sempre disposta a esconder o seu ódio de classe, o seu facciosismo, o seu golpismo, por traz do biombo da neutralidade. (*Carta Capital*, 8 de novembro de 2006, p. 14).

Considerada um veículo de comunicação de massa consagrada no mercado, a revista *Veja*, se declara neutra. Quando questionada de que lado está, a revista rebate

Desde que começou a circular, em setembro de 1968, a revista só tem um lado: o da defesa intransigente do Brasil. Em toda a sua existência, *Veja* sempre se pautou pela

---

<sup>22</sup> Informações disponíveis em < <http://publiabril.abril.com.br/marcas/Veja/plataformas/revista-impressa>> Acesso em 15 de novembro de 2018.

<sup>23</sup> Crítica feita aos veículos de comunicação contra o escândalo da compra do dossiê sobre José Serra (eleições presidenciais 2006) com fins eleitoreiros pelos conglomerados de mídia nacional.

luta por um Brasil em que o progresso econômico e social com igualdade de oportunidades para todos fosse a base de uma sociedade aberta, democrática, tendo a economia de mercado como o motor da criação de riqueza. *Veja* sempre esteve entre as forças da nação que se unem em torno dos valores éticos comuns às sociedades civilizadas e avançadas, segundo informações do site oficial própria revista (<https://Veja.abril.com.br/brasil/de-que-lado-esta-Veja>).

As revistas, *Veja* e *CartaCapital*, nasceram em períodos diferentes, enquanto uma surge no auge da censura e da repressão à imprensa, a outra nasce em um regime democrático. As duas revistas tem estilos, editoriais e posições que diferem uma da outra. Conclui-se assim que cada veículo alternativo marca a época em que nasceu defendendo ou fazendo oposição ao que lhe é contemporâneo.

Através do estudo sobre as revistas *Veja* e *CartaCapital*, possibilitou-se o entendimento do estilo e o posicionamento de cada uma, com informações que nos auxiliaram no entendimento do porque uma se classifica respectivamente como neutra e a outra como alternativa. Com essas informações, poderemos verificar o papel de cada uma durante o período das manifestações favoráveis ao *impeachment* da presidenta Dilma, observando a autoclassificação de cada revista (neutra e alternativa), se foi percebida essa tendência durante as reportagens realizadas.

Considerando a importância da mídia e da imprensa para a formação da opinião pública e o estabelecimento de uma esfera pública inclusiva e participativa, o capítulo seguinte tem como objetivo fazer uma discussão sobre a esfera pública descrita por Habermas e sua relação com as novas formas da comunicação contemporânea, partindo do princípio de que a esfera pública sofreu uma mudança com a chegada da internet, quebrando as barreiras do espaço e do tempo, podendo tornar-se mais ampla e mais diversificada.

## **Capítulo 4**

### **ESFERA PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA**

#### 4- ESFERA PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

É considerado público algo que é acessível a qualquer um. “O Estado é o poder público. Ele deve o atributo de ser público à sua tarefa de promover o bem comum a todos os cidadãos” (HABERMAS, 1984, p.14). O autor descreve a esfera pública como o local onde as pessoas formam opiniões, tomam suas decisões políticas e onde se legitima o exercício do poder.

Winner (2010, p. 56), explica que na Grécia, quando uma pessoa participava de um debate significava que ela estava em um grau de desenvolvimento e de envolvimento. “Um indivíduo se torna uma pessoa pública, não somente uma pessoa privada. Isso permite que os cidadãos entendam os processos e a substância da política mais profundamente”. Para os gregos participarem de um debate público implicava em um desenvolvimento e envolvimento intelectual.

Calhoun (1992) defende que é no entendimento do conceito de público que está a diferença entre a concepção de esfera pública habermasiana e a grega. Na concepção grega, os cidadãos discutiam a via pública e política da polis, porém ser cidadão era privilégio de poucas pessoas. De acordo com Calhoun (1992, p.7) Habermas define esfera pública como a esfera das pessoas privadas que se encontram em um ambiente público, onde se entende uma “sociedade separada do estado e de um âmbito privado separado do âmbito público”.

De acordo com Marinho (2007) para que a opinião pública seja formada e para se chegar coletivamente a um consenso ou concordância sobre algo é necessário que haja um local apropriado à discussão e argumentação do assunto. Um campo ou uma área onde se exerce alguma atividade, física ou intelectual, onde se expande algum tipo de poder é o conceito de esfera pública defendido por Houaiss (2009).

A esfera pública é o resultado do movimento autônomo que valoriza a liberdade de cada cidadão, sua opinião e que permita que possam dialogar-se entre si, contraporem-se e responderem uns aos outros (RIEFFEL, 2010).

Para Brittes (2015), a esfera pública, enquanto lugar de livre debate racional envolve o processo para a formação de opinião, segundo o conceito da esfera pública habermasiana. “A história da opinião pública confunde-se com a história da esfera pública, a qual vai acompanhar os significados alocados às expressões: público e privado em vários momentos” (BRITTES, 2015, p. 40). Os principais temas discutidos na época tinham um viés literário e opinativo.



Arendt (2007) sinaliza a esfera pública como um lugar de superioridade, onde o cidadão se sente livre para participar através de palavras e ações. Segundo a análise de Taylor, esfera pública compreende um espaço comum onde

Os membros da sociedade se encontram através de uma variedade de meios – imprensa, eletrônica e também encontros face a face – para discutirem assuntos de interesse comum e, deste modo, serem capazes de formar a seu respeito uma mente comum (TAYLOR, 2010, p. 4).

Os locais como clubes, ruas, praças onde antes aconteciam os debates e discussões políticas, onde se formavam opiniões e se legitimava o poder, com a chegada da imprensa, foi transferido para os jornais. Mesmo com o acesso a informação mais abrangente, esse espaço midiático não atende a todos os segmentos sociais que almejam participar do debate estabelecido na mídia, pois se por alguma razão não tiverem acesso a esse espaço, serão excluídos, e consequentemente excluídos do espaço público.

Thompson (1998, p.38) afirma que “nosso sentido de passado e de como ele nos alcança se torna cada vez mais dependente da expansão crescente de um reservatório de formas simbólicas mediadas”. Livros, jornais e revistas transformam a civilização, promovendo a mudança da esfera pública e da cultura, a partir do momento que a imprensa passou a mediar os relatos da história.

Habermas (1984) defende que não dá para pensar na esfera pública unicamente como realização de interesses de classes. Mesmo sendo um local restrito a um grupo seletivo de pessoas privadas, esse grupo é formado por pessoas que leem e discutem temas de interesses públicos.

A esfera pública atualmente não é como a que Habermas descrevia, ou seja, aquela onde um grupo seletivo de pessoas se reunia e construía uma opinião, com base em sólidos e fundamentados argumentos, sem a influência do poder político e econômico. Atualmente, devido ao crescimento das novas tecnologias de informação e comunicação, a esfera pública parece estar mais abrangente, com uma característica mais inclusiva, não sendo tão severa na seleção do público participante como era na esfera pública habermasiana.

O conceito de esfera pública sofreu modificações ao longo do tempo desde o pensamento de Habermas, porém algumas características, como sua face política se manteve, afinal a sociedade ainda pode tematizar, reivindicar em espaços públicos abertos, livres de qualquer espécie de coerção e, assim estruturar sua relação com o Estado.

Habermas (1984) compreende que no decorrer do tempo houve uma significativa ampliação dos espaços públicos, em termos de interesse e finalidade, como de grupos, setores

e individuais que os integram. Em suas obras posteriores (1992); (1997), o autor faz uma revisão sobre o conceito de esfera pública e chega à conclusão que é “incorreto falar de uma esfera pública singular, mesmo assumindo certa homogeneidade do público burguês. É preciso admitir a coexistência de esfera pública concorrente e aprender a dinâmica dos processos de comunicação que são excluídos da esfera pública dominante” (HABERMAS, 1992, p.425).

Nesses múltiplos espaços existe um público que mesmo com suas divergências, reúnem-se a partir do horizonte da racionalidade comunicativa. Assim, o autor procurou dar outro sentido ao conceito de esfera pública, tendo no centro a questão da rede (que podemos entender como interação) onde abriga a discussão de interesses coletivos, a ponto de se condensarem em opiniões públicas entrelaçadas em temas específicos.

O aparecimento das novas tecnologias, especialmente a internet, causou uma reviravolta no campo da esfera pública, pois a comunicação e a troca de informação tornaram-se mais acessíveis e abrangentes. Através desses novos mecanismos os governos tem a possibilidade de entender melhor as necessidades dos cidadãos, uma vez que os mesmos podem ter uma maior participação nas decisões do governo, através dos diferentes instrumentos disponíveis no sistema político democrático.

Habermas (2006), porém, faz uma crítica a internet quando diz que ela tem certa utilidade, entretanto se restringe aos países com regimes políticos autoritários como forma de driblar a censura, mas não como forma de enriquecimento da esfera pública, pois proporciona inúmeras conversas fragmentadas e desarticuladas, descomprometidas com a busca pelo entendimento mútuo, consenso e unificação de bandeiras e demandas políticas. Para o autor essa fragmentação do discurso, característica desse tipo de ambiente, não propicia que a esfera pública cumpra uma de suas funções fundamentais que é a tomada de decisões em conjunto, o que segundo ele, só é possível na interação pessoal (face a face). Segundo as próprias palavras do autor

A Internet certamente reativou as bases de um público igualitário de escritores e leitores. No entanto, a comunicação mediada por computador na web pode reivindicar méritos democráticos inequívocos apenas para um contexto especial: pode minar a censura de regimes autoritários que tentam controlar e reprimir a opinião pública. No contexto dos regimes liberais, a ascensão de milhões de salas de bate-papo fragmentadas em todo o mundo tende a levar à fragmentação de grandes audiências de massa, com foco político, em um grande número de públicos isolados. Dentro das esferas públicas nacionais estabelecidas, os debates on-line dos usuários da web promovem apenas a comunicação política, quando os grupos de notícias se cristalizam em torno dos pontos focais da imprensa de qualidade, por exemplo, jornais nacionais e revistas políticas (Habermas, 2006, p.423).

Entretanto se considerarmos a internet como uma espécie de esfera pública virtual, onde esse ciberespaço proporcione ferramentas que facilitem a conversação, podemos levantar a hipótese de que ele pode ampliar as ações políticas do público. Lemos (2009) lança a hipótese do ciberespaço como uma nova esfera pública

Pensar no ciberespaço como uma nova esfera pública de compensação onde o “mundo da vida” amplia o capital social, recriando formas comunitárias, identitárias (público), ampliando a participação política. A função conversacional das mídias de função pós-massiva pode servir como fato privilegiado de resgate da coisa pública, embora não haja garantias. A participação, a colaboração e a conversação são as bases para uma ação política, mas não garantem a sua efetividade (LEMOS, 2009, p.27).

O ciberespaço vai sendo configurado como o espaço onde os atores sociais são ao mesmo tempo produtores e receptores de mensagem e fazem desse espaço uma ferramenta de disseminação da informação. Nesta perspectiva, para Silveira (2009, p. 81-82) a internet revolucionou o campo da esfera pública, onde o cidadão comum, mesmo com poucos recursos tem a possibilidade de levar a sua mensagem para milhões de pessoas, e, de fato, “nunca cidadãos comuns produziram tanto conteúdo comunicacional, inclusive de caráter político, como ocorreu a partir do advento da comunicação em redes digitais distribuídas”.

Lévy (2007) acredita que a esfera pública do século XXI é muito mais que liberdade de expressão, mas sim uma nova oportunidade de escolha das fontes de informação, das relações pessoais ou conversas inovadoras que se desenvolvam em rede, possibilitando através dessa comunicação digital uma interconexão sem fronteira, porém que se apresente eficaz.

O ciberespaço proporciona uma inclusão maior que os outros espaços anteriores, permitindo a expressão pública de diferentes indivíduos, grupos, instituições, comunidades, inclusive todas essas instâncias podem participar no ambiente virtual, o que proporciona novas oportunidades, que talvez no ambiente físico não tivesse como realizar. Com a internet as barreiras geográficas, econômicas, políticas, entre outras quase desapareceram. Lévy (2003, p. 375-376) afirma que “os cibercidadãos expõem as ideias em seus websites e a prática do diálogo habituou-os à discussão, à deliberação pública”.

Com a esfera pública midiaticamente ampliada, a característica de debate e espaço de troca de ideias apresentou uma parcial redução, pois o público leitor dá lugar ao público consumidor, onde as chamadas leis de mercado “também penetram na esfera reservada às pessoas enquanto público, o raciocínio tende a se converter em consumo e o contexto da

comunicação pública se dissolve nos atos estereotipados da recepção isolada” (HABERMAS, 1984, p.191).

Rodrigues (2007, p.25) em conformidade com Habermas também faz uma crítica a essa esfera pública em tempos de sociedade de massa, afirmando que “os espaços públicos já não são, por conseguinte, o espaço de interação entre os cidadãos que decidem debater livremente entre si acerca das questões problemáticas relevantes com vista à obtenção de consensos aceites coletivamente”, mas sim o conjunto de indivíduos que “são alvo das mensagens transmitidas pelos media e de que as sondagens procuram dar conta e medir do ponto de vista estatístico”.

Ao pensar no leitor como consumidor, na imprensa e nos novos meios de comunicação como mediadores desse ambiente, consequentemente relacionamos com a formação da opinião pública. “Com a internet e as mídias digitais, as formas de comunicação e consumo de informação se modificaram, deixando de ser unilaterais – marca dos meios de comunicação de massa –, e passam a ser mais participativas e democráticas” (LUVIZOTTO, 2016, p.234). Isso significa que qualquer pessoa pode produzir e consumir conteúdo.

Observamos que a busca por espaços públicos de participação cidadã livre e democrática é constante em todo o percorrer da história da humanidade, com adaptação ao momento social de cada época. Vimos através de Habermas a evolução da esfera pública grega, passando pela burguesa, até chegar a ascensão dos meios de comunicação de massa. Percebemos que com a chegada das novas tecnologias, a concepção de uma nova esfera pública, menos seletiva, agora interconectada, possibilita uma esfera pública mais participativa.

Saber o seu papel de cidadão dentro dessa rede de interações, onde compartilhamos, transmitimos e retransmitimos é de extrema importância, pois esse grande fluxo de participação nos processos comunicacionais que envolvem essa interação em rede, acaba por modificar a esfera pública. É nesse sentido que julgamos importante compreender o papel da imprensa nesse processo. Partindo do pressuposto de que os cidadãos consomem a informação e que ela é fundamental na esfera pública, é necessário verificar como a informação está sendo disponibilizada, qual o comprometimento da imprensa e como ela se posicionada, principalmente diante de acontecimentos históricos relevantes como o *impeachment* de Dilma Rousseff.

A seguir discutiremos o conceito de opinião pública, sua importância e como a imprensa e esses novos meios de comunicação, transformadores desse espaço público, influenciam na sua construção.

#### **4.1- MÍDIA X OPINIÃO PÚBLICA**

Opinião Pública se entende como o consenso das opiniões individuais em relação a um determinado tema de interesse comum. De acordo com Habermas (2003b) o indivíduo da esfera pública burguesa é possuidor de uma opinião pública que nasce da discussão nos diversos debates realizados entre os envolvidos. Uma opinião pública com consciência política e articulações para assim poder legitimar as leis. “No transcurso do século XVIII, a opinião pública já pretenderá ter competência legislativa para aquelas normas que devem a ela mesma o seu conceito polêmico racionalista” (HABERMAS, 2003b, p. 71).

Tanto Bourdieu (1983) como Champagne (1998) acreditavam que a opinião pública era formada baseada em interesses. Já Page e Shapiro (1992) defendem que a opinião pública não é resultado simplesmente de manipulações emocionais de interesses, mas que é construída de uma forma racional.

Opinião pública é um fator de extrema importância para a existência da democracia, afinal tudo que é de domínio público pode ser objeto de debate público. Originária dos assuntos de interesse público, a opinião pública pode ser expressa por qualquer cidadão que não faça parte do governo, mas que queira que sua opinião seja respeitada e que influencie nas ações do governo (BOBBIO, 1998).

A opinião pública apesar do seu valor, não quer dizer que seja a detentora da verdade. Um dos maiores problemas é acreditar fielmente na opinião pública, como única fonte verdadeira. A opinião mesmo sendo a vontade da maioria, nem sempre é caracterizada como opinião pública. Assim, Grossi explica

A opinião pública não é apenas o equivalente da maioria da opinião da população, mas também depende da intensidade e força com que essas opiniões são sustentadas (e, eventualmente, mobilizadas) por parte de quem as exprime e age. A opinião pública é o resultado de um processo mais amplo do qual uma parte importante também é constituída por minorias ativas (magistrados, grupos militantes, cidadãos mais informados e conscientes) que podem reorientar a dinâmica de opinião como portadores de ‘opinião profunda’ (causada por sentimentos e, com isso, incitar à ação) e sentida muito mais profundamente enraizada do que as simples ‘opiniões levantadas’ mostradas em pesquisas. (GROSSI, 2007, p. 10).

Habermas sinaliza um cuidado em relação aquela opinião pública que é produzida, sem seriedade, visando interesse individual, não atendendo aos interesses gerais dos cidadãos, principalmente em relação à política. “Também as opiniões capazes de serem públicas não crescem sem que haja o fluxo de comunicação de um público pensante até se tornarem uma opinião pública” (HABERMAS, 2003b, p. 249). Para evitar esse tipo de equívoco, é imprescindível a discussão para que a formação da opinião pública seja realizada da maneira mais séria e honesta possível, distanciando ao máximo das influências de concepções manipuladoras. Ainda segundo o autor uma formação de esfera pública com pessoas mais informadas e que procuram discutir com mais intensidade os tópicos em questão, contribuem mais para um processo de opinião pública.

Com o aumento do acesso a leitura e da escrita, a imprensa passa a ter um papel muito significativo para a esfera pública, pois as circulações dos jornais aumentaram em todos os países da Europa. Os encontros que antes eram presenciais deu lugar aos locais onde as pessoas se reuniam para ler os jornais e as revistas e conversarem sobre os conteúdos dos veículos. Assim, esse ato de “ler revistas e conversar sobre elas, trocar opiniões pessoais e formular em conjunto aquelas que, a partir dos anos 90, são depois chamadas de opinião pública” (HABERMAS, 2003b, p. 203).

O papel da imprensa para uma justa e transparente formação da opinião pública seria apresentar os fatos e as informações da maneira mais transparente possível, para que assim o cidadão menos participante ou não tão informado não se deixasse influenciar pelas ideias de outros ou por informações pela metade. Mas isso nem sempre acontece. Habermas então explica

O que se perde, afinal de contas, quando não se consegue ver na imprensa fotos de acusados ou de testemunhas? Pode haver um justificado interesse da esfera pública em saber de que atos são acusadas personalidades contemporâneas, o que se esclarece quanto a isso no processo e qual é a sentença. Estes são momentos importantes para formar a opinião dos cidadãos interessados na vida pública e que, através de um confiável relato sobre o processo, também podem ser levados ao conhecimento de quem não participa das negociações (HABERMAS, 2003b, p. 242-243).

A mídia tem entre suas funções oferecer um espaço de debate de questões públicas para a consolidação da cidadania e da democracia, porém pensar nesse espaço dos meios de comunicação como um local de circulação de muitas perspectivas e pontos de vistas, requer reconhecer que os veículos selecionam um determinado ponto de vista, que pode vir a favorecer e enfatizar alguns aspectos dos acontecimentos em detrimento a outros. Por isso, em muitos momentos, o papel mediador dos meios de comunicação pode ser visto com pouca

credibilidade, por demonstrar formar as discussões a partir de ponto de vista previamente selecionado.

Pela sua importância na sociedade, a imprensa tem grande poder sobre a política. Habermas (2003b) defende a abertura para a presença dos repórteres dentro dos Parlamentos, para assim, contribuírem para a melhoria do exercício da opinião pública dentro das estruturas do governo. Segundo o autor, para o efetivo exercício da mediação entre as diferentes arenas e os atores cívicos e políticos é necessário que os meios de comunicação tenham certa autonomia diante dos poderes econômicos e políticos.

A comunicação na mídia possui características específicas e diferentes das outras formas de interação. Os acontecimentos midiáticos não se prendem na questão do espaço-temporal, pois suas produções ocorrem em tempo-espaço diferente do tempo-espaço da recepção, diferente dos acontecimentos comunicativos que necessariamente obedecem a essa lógica do tempo-espaço. A produção midiática não se restringe mais a determinados locais, pode ser acessada a qualquer momento, de qualquer lugar do mundo, aumentando de uma maneira gigantesca a esfera pública.

A esfera pública ao longo da história foi sofrendo alterações, como Habermas (2003b) já mostrou. A transferência dessa esfera pública nos dias atuais, para uma esfera pública “virtual”, onde não existem limites físicos para a interação, permite um debate com um número muito maior de participantes, porém com um número muito maior de opiniões, que dificulta chegar a um consenso, podendo também, esse público ser influenciados pela opinião da maioria.

Nesse cenário, podemos citar, por exemplo, o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, que foi fomentado por diversos meios de comunicação, principalmente pela internet. Pela proporção alcançada pelas redes sociais nos protestos de junho de 2013 (contra o aumento dos 0,20 centavos na tarifa do transporte público), durante os anos de 2015 e 2016 a internet foi muito usada pelas pessoas para expressassem a insatisfação com o sistema político brasileiro. E também através desses espaços virtuais (as redes sociais), foram organizadas grandes manifestações em prol ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, terminando com a destituição da primeira mulher eleita para presidente no Brasil.

A mídia repercutiu os fatos que efetivaram a cassação do mandato presidencial de Dilma conforme a ótica dos profissionais e a linha editorial adotada. Entre os impressos, as revistas *Veja* e *CartaCapital*, se destacaram pelo discurso que tiveram, algumas vezes de aprovação, outras de repúdio. Por meio de seus conteúdos publicados contribuíram, de certa

forma, para um debate acerca do que estava sendo veiculado e de maneira direta ou indireta, ajudara a formar a opinião das pessoas.

De fato a mídia tem sua importância frente a formação da opinião pública. Apresenta certa influência causando mudança na estrutura da esfera pública e na formação de opinião de cada indivíduo, lembrando que a opinião pública recebe também outras influências como da família, partidos políticos, instituições, entre outros.

No capítulo seguinte apresentamos a análise das publicações das revistas *Veja* e *CartaCapital* durante as cinco maiores manifestações em prol ao *impeachment* de Dilma Rousseff. O próximo capítulo também apresenta a metodologia utilizada.



## **Capítulo 5**

### **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

## 5- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse trabalho de pesquisa tem como *corpus* as revistas *Veja* e *CartaCapital*, onde foram analisadas cinco edições de cada revista referentes aos dias das principais manifestações a favor ao *impeachment* de Dilma Rousseff. Buscando alcançar os objetivos propostos nessa dissertação, a pesquisa teve como fundamentação dois procedimentos metodológicos: a pesquisa bibliográfica e a análise de conteúdo. Com base nas leituras da autora francesa Laurence Bardin (2009), a análise propõe observar como cada revista tratou o assunto do *impeachment* em suas páginas, refletindo sobre a importância da mídia para a esfera pública ao propor um debate democrático.

A pesquisa bibliográfica por se tratar do levantamento das bibliografias já publicadas sobre o assunto, em forma de livros, revistas, periódicos, publicações avulsas, veiculados na internet ou por meio da imprensa escrita, coloca o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito sobre determinado assunto, o que colabora em muito com a pesquisa.

Segundo Amaral (2007), o pesquisador faz o levantamento, a seleção, o fichamento e o arquivamento de todas as informações pertinentes para o desenvolvimento da pesquisa, o que a torna obrigatória em qualquer pesquisa científica.

A análise de conteúdo é um método que se aplica a textos de notícias, tanto escritos como de comunicação oral e visual, através de uma leitura crítica do conteúdo, observa-se o que a mensagem traz, tanto explícito ou implícito. Como citado anteriormente, usaremos como base metodológica para essa análise de conteúdo, as etapas da técnica proposta por Bardin. Essas etapas são organizadas em três fases: 1) Pré-Análise, que compreende a leitura geral do material eleito para a análise, efetuando a organização do material a ser investigado, 2) Exploração do Material, fazendo recortes do material coletado para registros e 3) Tratamento dos Resultados, que se refere a inferência e interpretação, que consiste em captar os conteúdos manifestos e latentes contidos em todo o material coletado.

Para Bardin (2009) a análise de conteúdo refere-se ao conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utilizam procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Segundo a autora, uma análise de conteúdo não deixa de ser uma análise de significados, ao contrário, ocupa-se de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo extraído das comunicações e sua respectiva interpretação. Afirma que a função principal da análise do conteúdo é promover uma visão crítica do que está sendo analisado.

A análise conteúdo foi sofrendo alteração durante o tempo, contribuindo para seu aperfeiçoamento como metodologia. Para a autora, a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a conteúdos extremamente diversificados. (BARDIN, 2009).

Lima (2003) faz um alerta em relação a análise de conteúdo, pois mesmo que passe uma ideia de que seja simples e fácil precisa de considerações, devido a sua complexidade enquanto método analítico e a sua relação com o processo de elaboração das perguntas em relação ao objeto.

Mesmo muito utilizada, a análise de conteúdo sofre críticas, devido a forma de sua aplicação, pois muitos acreditam que se trata somente de uma aplicação quantitativa, não sendo suficiente para dar sustentação para as pesquisas que usam o método dos termos repetidos. Entretanto, Herscovitz (2007) defende que estudos já são realizados utilizando não só elementos quantitativos, mas também qualitativos, demonstrando que a pesquisa fica mais completa.

Em conformidade, Bardin (2009) também parte da ideia de que a análise de conteúdo se realiza de várias técnicas compostas por procedimentos sistemáticos que proporcionam o levantamento de indicadores (quantitativos ou não) permitindo a realização de inferência de conhecimentos.

Assim, a análise de conteúdo compreende técnicas de pesquisa que permitem, de forma sistemática, a descrição das mensagens e das atitudes atreladas ao contexto da enunciação, bem como as inferências sobre os dados coletados. Bardin (2009) ressalta a importância da seriedade que o pesquisador deve ter na utilização da análise de conteúdo, a necessidade de ultrapassar as incertezas, e descobrir o que é questionado.

A análise de conteúdo é considerada uma técnica híbrida, tendo em vista o fato de que oscila entre os polos quantitativo e qualitativo, dependendo da ideologia e dos interesses do pesquisador.

A escolha das revistas deu-se propositalmente pelo fato de se tratar de duas revistas impressas de circulação nacional, e possuírem linhas editoriais distintas. O critério de seleção das revistas para a análise transcorreu de duas maneiras: primeiramente selecionamos as edições que ocorreram imediatamente após as principais manifestações favoráveis ao *impeachment* de Dilma Rousseff, que segundo o Datafolha aconteceram nos dias 15 de março, 12 de abril, 16 de agosto, 13 de dezembro de 2015 e dia 13 de março de 2016. Para selecionar

a amostra que serviu de base para a elaboração do trabalho, após o processo de exploração, reservamos as matérias que mencionam a palavra *impeachment*.

Concluída essa primeira fase, partimos para a segunda fase, que constitui a exploração do material, com as seleções dos recortes necessários para a análise. Para facilitar essa seleção dos recortes, as unidades de registros foram divididas em categorias por meio de uma investigação de temas.

Para Bardin (2006) a maioria dos processos de análise organiza-se em redor de um processo de categorização, que consistem em

Classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos ... sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos. (Bardin, 2006, p. 117).

Para o estudo das revistas *Veja* e *CartaCapital* foram criadas as seguintes categorias:

1) *Título*: geralmente escrito em letras grandes, com objetivo de atrair a atenção do público-alvo para o que se deseja comunicar; 2) *Linha Fina*: pequena linha de texto usada sobre ou logo abaixo do título para destacar informações da matéria; 3) *Conteúdo*: caracterizado pelo desenvolvimento em si, onde são expostos todos os pontos relevantes aos assuntos abordados em ambas as revistas; 4) *Uso de Fonte*: A fonte de uma notícia pode ser qualquer pessoa ou veículo de informação.

As categorias “Título” e “Linha Fina” ajudaram a identificar a forma como ambas as revistas chamaram a atenção de seus leitores, se usaram essas duas categorias como chamariscos para instigar o interesse pelas notícias, em especial sobre os assuntos ligados ao processo de *impeachment* de Dilma. Já a categoria “Conteúdo” ajudou a verificar como se materializaram os temas proferidos pelas reportagens, observando como a equipe editorial de ambas as revistas apresentavam os fatos, principalmente aos que faziam referência ao *impeachment*, se era de maneira simples e objetiva; de maneira interpretativa, estabelecendo uma conexão com os acontecimentos já decorridos ou se a revista apresentava os fatos de maneira opinativa, com propósito de convencer o interlocutor acerca de uma determinada opinião. E por fim a categoria *Uso de Fontes* se faz importante, para poder identificar como a equipe de jornalismo das duas revistas levou em conta fatores importantes referentes a fonte, como autoridade (informações mais confiáveis), produtividade (fornecimento de material suficiente para produzir a notícia toda, sem que seja necessário recorrer a outras fontes) e

credibilidade (avaliar a qualidade da informação fornecida), a fim de identificar qual o critério de confiabilidade era aplicado pela equipe de reportagem de ambas as revistas.

O uso das categorias foram de grande valia, pois nos ajudaram a responder os problemas de pesquisa desta dissertação: Como as revistas *Veja* e *CartaCapital* abordaram as notícias sobre o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff? Estas abordagens sugerem algum tipo de posicionamento político na linha editorial? É possível estabelecer um debate plural e democrático sobre o assunto, configurando uma esfera pública inclusiva e participativa?

Após uma leitura detalhada de todas as edições de ambas as revistas, viu-se que diversos textos apresentavam a palavra *impeachment*, critério obrigatório para a seleção, totalizando 12 textos da revista *Veja* e 16 textos da revista *CartaCapital*. Para a realização da análise, usaram-se as categorias como mecanismos de estudo, categorias essas ilustradas na tabela abaixo:

**Tabela 1 - Edições da Revista *Veja* - conforme as categorias**

| Revista     | Edição/Data           | Assunto/Título do Texto    | Título | Categorias |          |               |
|-------------|-----------------------|----------------------------|--------|------------|----------|---------------|
|             |                       |                            |        | Linha Fina | Conteúdo | Uso de Fontes |
| <i>Veja</i> | 2417<br>(18/03/2015)  | A faixa Providencial       |        |            | X        |               |
| <i>Veja</i> | 2417<br>(18/03/2015)  | E o Governo Mal começou... |        | X          | X        |               |
| <i>Veja</i> | 2417<br>(18/03/2015)  | Até ela fala naquilo...    |        | X          | X        |               |
| <i>Veja</i> | 2417<br>(18/03/2015)  | Mercenários em Ação        |        |            | X        |               |
| <i>Veja</i> | 2417<br>(18/03/2015)  | A pior Subversão           |        |            | X        |               |
| <i>Veja</i> | 2421<br>(15/03/ 2015) | -----                      | -----  |            | -----    |               |
| <i>Veja</i> | 2439<br>(19/08/2015)  | No país do Pixuleco...     |        |            | X        |               |
| <i>Veja</i> | 2439<br>(19/08/2015)  | De volta pra Rua           |        | X          | X        | X             |
| <i>Veja</i> | 2456<br>(16/12/2015)  | Vergonha e Tristeza        |        |            | X        | X             |
| <i>Veja</i> | 2456<br>(16/12/2015)  | Sessão do Leitor           | X      | X          | X        | X             |
| <i>Veja</i> | 2456<br>(16/12/2015)  | O Governo se Desintegra    |        | X          | X        |               |

|                                                        |                      |                                |    |    |    |    |
|--------------------------------------------------------|----------------------|--------------------------------|----|----|----|----|
| <i>Veja</i>                                            | 2469<br>(16/03/2016) | O desespero da Jararaca (Capa) |    | X  |    |    |
| <i>Veja</i>                                            | 2469<br>(16/03/2016) | A serpente Acuada              | X  |    | X  |    |
| Total de Matérias com Referência ao <i>Impeachment</i> |                      |                                | 02 | 06 | 11 | 03 |
|                                                        |                      |                                | 12 |    |    |    |

**Tabela 2 - Edições da Revista *CartaCapital* - conforme as categorias**

| Revista             | Edição/Data         | Assunto/Título do Texto      | Categorias |            |          |               |
|---------------------|---------------------|------------------------------|------------|------------|----------|---------------|
|                     |                     |                              | Título     | Linha Fina | Conteúdo | Uso de Fontes |
| <i>CartaCapital</i> | 842<br>(25/03/2015) | Fantasma da UDN              |            |            | X        |               |
| <i>CartaCapital</i> | 842<br>(25/03/2015) | Começar de Novo              |            |            | X        | X             |
| <i>CartaCapital</i> | 846<br>(22/04/2015) | Efeito Vaccari (Capa)        |            | X          |          |               |
| <i>CartaCapital</i> | 846<br>(22/04/2015) | Vaccari – Só faltava essa    |            |            | X        | X             |
| <i>CartaCapital</i> | 846<br>(22/04/2015) | A carnalização da Política   |            |            | X        |               |
| <i>CartaCapital</i> | 864<br>(26/08/2015) | Tragicomédia                 |            |            | X        |               |
| <i>CartaCapital</i> | 864<br>(26/08/2015) | Cunha e seus Milhões         |            |            | X        | X             |
| <i>CartaCapital</i> | 864<br>(26/08/2015) | Do fora FHC ao Fora Dilma    |            |            | X        |               |
| <i>CartaCapital</i> | 881<br>(23/12/2015) | O STF Freia Cunha (capa)     |            | X          |          |               |
| <i>CartaCapital</i> | 881<br>(23/12/2015) | O Natal de Dilma             |            | X          | X        |               |
| <i>CartaCapital</i> | 881<br>(23/12/2015) | A Prisão de Cunha            |            |            | X        |               |
| <i>CartaCapital</i> | 881<br>(23/12/2015) | Dessa vez veremos uma reação |            |            | X        |               |
| <i>CartaCapital</i> | 881<br>(23/12/2015) | Remendo mal feito            |            |            | X        |               |
| <i>CartaCapital</i> | 893<br>(23/03/2016) | A Força do Caos              |            |            | X        | X             |
| <i>CartaCapital</i> | 893<br>(23/03/2016) | Brasil, capital Curitiba.    |            |            | X        |               |

|                                                           |                     |        |    |    |    |    |
|-----------------------------------------------------------|---------------------|--------|----|----|----|----|
| <i>CartaCapital</i>                                       | 893<br>(23/03/2016) | Charge |    |    | X  |    |
| Total de Matérias com Referência ao<br><i>Impeachment</i> |                     |        | 00 | 03 | 14 | 04 |
|                                                           |                     |        | 16 |    |    |    |

Por fim, após a segunda fase, que consiste na coleta e análise dos dados, ser concluída, os resultados foram obtidos com a combinação de dois procedimentos metodológicos (análise do conteúdo e pesquisa bibliográfica) que juntos auxiliaram no desenvolvimento das inferências e interpretações viáveis em relação aos objetos de pesquisa aqui analisados. Assim, a partir do tópico a seguir, é possível conhecer os resultados da análise realizada em torno das edições selecionadas das revistas *Veja e CartaCapital*.

## **Capítulo 6**

### **ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS DAS REVISTAS *VEJA* E *CARTACAPITAL***



## **6- ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS DAS REVISTAS VEJA E CARTACAPITAL**

Este capítulo apresenta a análise e os resultados das revistas *Veja* e *CartaCapital*, segundo os critérios estabelecidos e apresentados no capítulo anterior. Dividimos esse capítulo em três partes

- 1- Análise descritiva dos textos da revista *Veja*
- 2- Análise descritiva dos textos da revista *CartaCapital*
- 3- Análise e Discussão dos resultados

### **6.1 - ANÁLISE DESCRITIVA DOS TEXTOS DA REVISTA VEJA**

#### **6.1.1 - REVISTA VEJA – EDIÇÃO 2417 - 18/03/2015 (ANEXO 1)**

Na edição da revista *Veja* de dezoito de março de dois mil e quinze foram encontrados cinco textos que mencionam a palavra “*impeachment*” conforme o critério de recorte e seleção adotado, que será usado para todas as edições da revista *Veja* e também nas edições da revista *CartaCapital*. Seguem os títulos com suas respectivas paginações: “A Faixa providencial” (Anexo 3); “E o governo mal começou...” (Anexo 4); “Até ela fala Naquilo” (Anexo 5); “Mercenários em Ação” (Anexo 6) e “A pior Subversão” (Anexo 7).

##### **6.1.1.1 - Texto 1 - A faixa Providencial**

*Veja* apresenta a presidenta Dilma com a faixa presidencial vendando seus olhos. O texto intitulado “A faixa providencial” explica que essa capa é exatamente igual a capa da revista *Veja* datada de 27 de setembro de 2006, ocasião em que foi ilustrado o então presidente Lula com a faixa presidencial também vendando os seus olhos. Naquela edição, a revista fazia uma crítica ao primeiro mandato de Lula que já se encontrava próximo do fim, representando a perplexidade geral com o fato de o presidente e seu partido se apresentarem indiferentes às revelações do mensalão

Pensando no momento dificultoso em que se encontrava o país, percebe-se que a revista buscou agitar os leitores, aproveitando o momento de ânimos alterados devido às manifestações ocorridas pelo país no domingo anterior (15/03). Usando um tom de concordância com os protestos, a revista justifica a saída popular às ruas, devido à indignação

e decepção tanto das pessoas que não votaram como dos eleitores de Dilma, pois, o que foi prometido em campanha não estava ocorrendo.

Em uma demonstração de preocupação com a incapacidade da presidente em ver a realidade, a revista se inspirou na edição de setembro de 2006, do então presidente Lula, que padecia do mesmo problema (enxergar a realidade) que também é apresentado pela sua sucessora, além de tentar entender os motivos da insatisfação popular com o governo e analisar o cenário político após as manifestações, apontando possíveis explicações da presidente para a “crise externa”.

Segundo a revista, a presidente coloca a culpa da crise na inflação e na desaceleração econômica. Mostrando um descontentamento, a revista classifica como “irritante” o fato de a presidente desconhecer as causas da crise e descreve a justificativa de Dilma simplesmente como: “tentou enganar a opinião pública com um discurso de palavras vazias e fantasiosas”. Em relação às manifestações de domingo, a revista espera que cause um “susto” na presidente e que “rompa” com a carapaça responsável por sua alienação.

O posicionamento de *Veja* no texto aparenta ser desfavorável em relação à presidente Dilma, que podem ser observadas por meio da seleção de palavras. Expressões como: “alheia a crise do país; desconhecer as causas da crise; enganar a opinião pública; as manifestações darem um susto na presidente; romper com a carapaça da alienação; renúncia e *impeachment* como única saída para a crise do país”, sugerem o que o conteúdo do texto procura transmitir.

Nesse texto da *Veja*, o *impeachment* não foi mencionado no título e nem na linha fina. A menção do *impeachment* se deu no conteúdo do texto, onde a revista, mesmo supondo ser irreal o *impeachment* da presidente, busca convencer o leitor que as manifestações são necessárias, para uma pressão popular, pois a única solução para a saída da crise seria a renúncia da presidenta ou a destituição do cargo por meio do processo de *impeachment*.

#### **6.1.1.2 -Texto 2 – E o governo mal começou...**

A revista traz um título muito sugestivo para o momento e a linha fina do texto completa

Com pouco mais de dois meses do segundo mandato, Dilma já tem a pior aprovação de um presidente desde o *impeachment* de Collor, as contas públicas em frangalhos, uma economia à beira de uma crise e o povo nas ruas contra ela e seu partido.<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> Linha fina da reportagem “E o Governo Mal começaram...”. Revista *Veja* edição 2417, página 41 de 15/03/2015.

Com essa combinação, a revista *Veja* traz como matéria principal o segundo mandato de Dilma, com indícios nada favoráveis para a presidente. O texto faz jus às quatro páginas da revista, com várias fotos das manifestações nas ruas, do panelaço nas sacadas, além de um esquema com possíveis tipos de saídas para Dilma, demonstrando a importância que a revista deu ao assunto.

Os motivos apontados pela *Veja* nos primeiros meses do segundo mandato, fez Dilma apresentar a pior aprovação de um presidente desde o *impeachment* de Collor, o que teria acontecido devido a má administração das contas públicas a crise econômica e a insatisfação do povo nas ruas protestando. A revista resgata a boa popularidade de Dilma em seu primeiro mandato e sinaliza a queda nos índices de popularidade da presidenta, oriundos da situação das contas públicas que afetam diretamente a vida dos brasileiros com aumento do desemprego, da conta de luz e do preço dos alimentos nos supermercados. A revista indica as manobras malsucedidas da presidente como responsáveis por impulsionarem as manifestações contra seu governo em mais de 200 cidades no domingo do dia 15 de março. A *Veja* alerta para o fato de que, há duas semanas antes, não passavam de trinta convocações feitas pelo facebook, porém esse número dobrou após o panelaço<sup>25</sup> feito durante o pronunciamento da presidente no dia da Mulher. A revista sinalizou que a palavra *impeachment* relacionada com a presidente aumentou em dez vezes nas redes sociais, sugerindo que as manifestações de domingo (15 de março) poderiam ser as responsáveis pelo aumento do desprestígio do governo da presidente. Apesar da revista apresentar dados quantitativos, não fez uso de nenhum tipo de fonte para embasá-los, deixando margem para dúvidas se as informações são verdadeiras, ou meramente opinativas (por ser artigo de opinião não seria obrigatório).

Ao propor as possíveis saídas da presidenta Dilma, que segundo a revista, se encontra encurralada devido à crise política que o país sofre juntamente com a paralisia econômica e os cofres vazios, sugere para um melhor entendimento do público leitor, um tipo de esquema, com a forma de saída e o efeito. A *Veja* sinaliza por meio de uma explicação feita por ela própria, o tipo de saída que causaria “menos” efeitos “negativos” aos brasileiros. Dentre as possíveis formas de saídas, a revista aponta o *Impeachment* como o tipo de saída mais tentador tanto por uma grande parte da população, quanto por parte do Congresso.

---

<sup>25</sup> Durante o pronunciamento da presidente Dilma em homenagem do Dia da Mulher, houve protestos em diversas cidades. Pessoas foram às janelas bater panelas e gritar "Fora Dilma".

O texto aborda vários pontos desfavoráveis e negativos em relação ao governo da presidente Dilma. *Veja* indica o *Impeachment* como uma saída traumática e que deixa sequelas, porém, não aponta nada de positivo do governo Dilma, muito pelo contrário, durante toda a matéria, temos referências como “pior aprovação de um presidente desde o *impeachment* de Collor, aumento do desgaste da imagem de Dilma com as manifestações do domingo dia 15 de março; paralisia econômica e cofres vazios. Durante a análise, percebe-se que *Veja* procura sinalizar os pontos negativos e os problemas do governo da presidente, não mostrando nada sobre os aspectos positivos, ou seja, o que deu certo no governo ou o que o governo fez de bom.

No subtítulo “*A pior semana da presidente*”, *Veja* mostra a semana cheia de protestos que a presidente enfrentou, com imagens do “panelaço”. No momento de seu discurso, Dilma foi surpreendida com outro tipo de protesto, onde as pessoas saíram até as sacadas dos prédios ou nas ruas batendo painéis ou buzinando. Sobre as manifestações, *Veja* considerou o acontecimento do dia 15 de março como de grande importância para os rumos políticos do Brasil. Para a revista, a partir do recado das ruas é que o governo e a oposição (PSDB) decidiriam quais rumos tomar. A revista demonstra certo desapontamento em relação ao partido do PSDB e a seus líderes, a quem chamam de “caciques”, pois mesmo apoiando as manifestações, preferem não deixar explícito o apoio, por não acreditarem que o *impeachment* de Dilma possa ocorrer. *Veja*, no entanto, dá uma intimada em presidente, dizendo que o “recado das ruas” está dado e não poderá mais manter seus olhos fechados para a realidade.

A revista instiga o público leitor ao trazer em sua linha fina os péssimos índices de aprovação de Dilma. A *Veja* justifica que tal resultado se dá devido a crise do país e as manifestações de rua. No conteúdo de sua matéria principal, o destaque dado pela revista afirma que a presidenta teve um início de mandato difícil com as manifestações nas ruas, panelaço, crise política e econômica. A *Veja* procurou convencer o leitor que o *impeachment*, dentre os possíveis tipos de saídas para a presidenta, aparece como o mais tentador entre a população e o Congresso. Em toda a extensão do texto, a revista não se apropria de nenhum tipo de fonte que sinalize que tais informações são confiáveis. O assunto *impeachment* apareceu com frequência no texto, como foi percebido, pois a revista já destacou referenciando-o na linha fina.

#### **6.1.1.3 - Texto 3 – Até ela fala Naquilo**

*Veja* retorna aos anos de 1974 e 1992, ao retratar dois momentos históricos. Duas fotos se fazem presentes no início da matéria, a primeira faz referência ao presidente Collor, deixando o Planalto em 1992 após seu *impeachment* e a segunda trata do presidente Nixon dos EUA, que renunciou em 1974, após o pedido de abertura de *impeachment*.

A revista insinua que até Dilma já fala com naturalidade sobre o *impeachment*, embora refute sua destituição. A revista deu muita importância ao assunto *impeachment*, pois reservou uma boa parte do texto para fazer um resgate da história da instituição do *impeachment* pelo mundo, citando os que aconteceram nos Estados Unidos (Andrew Johnson e Bill Clinton, além da renúncia de Nixon, após abertura do processo), perpassando pelo *impeachment* do presidente Collor e relatando a tentativa frustrada do PT em abrir um processo de *impeachment* contra FHC (Fernando Henrique Cardoso). *Veja* explica que o *impeachment* de Dilma é inevitável, pois diferente de FHC, a presidente vem perdendo apoio no Congresso, e as manifestações das ruas estão fazendo grande pressão para que o *impeachment* aconteça.

A revista demonstra certo desafeto com o partido do PSDB ao se posicionarem a favor das manifestações e quando Fernando Henrique Cardoso afirma que o “*impeachment* é como uma bomba atômica, servindo para dissuadir e não para usar”. *Veja* traz ao contexto o caso de Collor e também o de Lula (no auge do mensalão), onde o ex-presidente FHC já tinha usado a mesma frase para enfatizar o quão traumático e complexo é esse processo, mas para a revista, a verdade seria que o PSDB não queria deixar o posicionamento explícito em relação ao assunto.

A revista faz uso da linha fina relacionando-a com o assunto principal do texto, onde buscou mostrar ao leitor que o *impeachment* já estava entre os assuntos mais falados do país, ressaltando que antes estava restrito ao âmbito das manifestações, mas que devido a grande dimensão que tomou, forçou a presidente Dilma falar sobre ele. No texto, o conteúdo central (*impeachment*) parece ser tratado de maneira opinativa, pois não tem informações de fontes que garantam a veracidade. O assunto *impeachment* tem grande destaque no conteúdo da matéria como um todo, sendo abordado de várias maneiras.

#### **6.1.1.4 - Texto 4 - Mercenários em Ação**

*Veja* inicia o texto afirmando que o Movimento Sem Terra - MST recebeu dinheiro de Lula por anos, que segundo a revista, por ser dinheiro público, seria dinheiro do povo. A revista insinua que o movimento já estava “adestrado” em receber a verba pública, tanto do governo de Lula, como do atual governo de Dilma. A revista acusa o movimento de participar

em 22 Estados fechando rodovias, atacando praças de pedágios, invadindo fazendas, depredando e saqueando empresas privadas e interditando prédios públicos, além de responsabilizar o movimento pela morte de três pessoas em Sergipe.

Para a revista, o MST saiu às ruas com a “desculpa” de reivindicar acesso a créditos bancários, quando na verdade esse não era o objetivo - mas que brigar por recursos - , o real motivo do MST sair às ruas foi demonstrar força, sendo usado como estratégia para intimidar o Ministério Público, a justiça e a oposição, respondendo a uma “convocação” do ex-presidente Lula, preocupado com os desfechos do Petrolão que poderia inviabilizar o segundo mandato se sua sucessora Dilma.

A revista mostra a preocupação do ex-presidente Lula com o possível afastamento da presidente, e na semana em que um suposto processo de *impeachment* ganha ares públicos, Lula sai às ruas e durante um protesto, ameaça soltar seu “exército de Sem Terra” nas ruas. *Veja* descreve de uma maneira negativa o líder do MST João Pedro Stédile e sua ligação direta com o petista que lhe garantiu acesso livre aos principais gabinetes da Esplanada dos Ministérios. Segundo a *Veja*, o líder tem certa simpatia pela Venezuela e Bolívia, além de rotulá-lo como um “mercenário”<sup>26</sup>, que se aproveita da ingenuidade e miséria das pessoas, recebendo repasses milionários por meio da entidade.

Sobre a fala de Stédile, ao ser questionado sobre um possível processo de *impeachment*, a revista faz uso de termo pejorativo como “retórica bolorenta dos esquerdistas que pararam no tempo” para fazer referência à fala do líder, onde o Stédile diz que seria nas ruas que iriam derrotar o império e toda a burguesia.

A revista concentra quase que a totalidade do texto com acusações ao movimento MST e a seu líder, não esquecendo nem o ex-líder do MST, Gilberto Carvalho, mencionando a sua ligação e amizade com o ex-presidente Lula. A CUT (Central Única dos Trabalhadores) também foi citada no texto como parte integrante do exército do ex-presidente Lula em favor a Dilma. A revista desprestigia a imagem do governo PT ao dizer que o movimento é usado pelos líderes do partido conforme seu interesse, ou seja, tanto para o ataque como para a defesa. *Veja* supõe que o MST tenha sido usado para garantir a vitória no Governo do Ceará de Camilo Santana (PT) sobre o seu adversário, na época líder do senado Eunício Oliveira (PMDB) que liderava com vantagem as pesquisas de intenções de votos.

*Veja* revela uma ação fraudulenta esquematizada pelo PT juntamente com o MST, onde antes das eleições (dois meses), um grupo de sem terras teria invadido terras de uma

---

<sup>26</sup> É aquele que age ou trabalha apenas por dinheiro ou algum tipo de vantagem.

fazenda em Goiás, do então senador Eunício. Barracas de lonas foram espalhadas pela fazenda toda, e de uma maneira adulterada, a imagem dessas barracas e de pessoas do movimento, ganharam forma de trabalhadores que estariam sendo mantidos na fazenda do senador em condições precárias a margem da escravidão. O efeito foi devastador para imagem do político peemedebista, garantindo dessa maneira a vitória do petista no segundo turno.

*Veja* insinua que essa invasão na propriedade do senador “não tinha nada de luta por terras”, mas sim seria uma jogada eleitoral. Revela ainda o desfecho da invasão, que teve seu fim após um jantar do senador Eunício, juntamente com o vice-presidente Michael Temer, ambos do mesmo partido, com a presidente Dilma, que encarregou o ministro da casa civil de resolver o caso. A ordem foi repassada ao Ministro do Desenvolvimento Agrário Patrus Ananias e no dia seguinte após o jantar, depois de seis meses de ocupação, o MST saiu das terras do senador em troca da liberação de outra área para as famílias invasoras. A revista destaca

O que demorou seis meses, em menos de 24 horas foi resolvido, o que faz sentido, pois o PT não precisa mais de seus mercenários para conquistar o governo do Ceará.  
27

A *Veja* em uma visão negativa descreve o MST como movido por interesses financeiros, percebe-se isso já no título da matéria quando são chamados de “mercenários” (aqueles que trabalham apenas por interesses financeiros), acostumados, segundo a revista, a receber dinheiro público, antes do governo Lula e agora do governo Dilma. Sem apresentar nenhum tipo de fonte, que prove a veracidade das informações, ao longo do conteúdo do texto, a revista apresenta acusação do movimento de receber dinheiro público, em contrapartida ao apoio a Dilma e seu governo, sinalizando que se necessário for, o “exército” de Lula, como a revista o rotulou, será convocado a sair às ruas contra o processo de *impeachment*.

*Veja* deu grande destaque a esse texto, reservando quatro páginas, porém o assunto *impeachment* não foi muito explorado pela revista. O assunto só apareceu quase no conteúdo final da matéria, quando o líder do MST o mencionou dizendo que a única maneira de vencer os burgueses, seria saindo às ruas contra o *impeachment*.

#### **6.1.1.5 - Texto 5 – A pior subversão**

---

<sup>27</sup> Trecho do editorial da revista *Veja* edição 2417, página 41 de 15/03/2015.

Com base no critério de análise desta pesquisa, este texto foi selecionado por apresentar a palavra *impeachment* no seu conteúdo. Em um texto que fala sobre as manifestações do domingo dia 15 de março, a revista supõe que o governo demonstra um comportamento “praticamente” de ditadores, que querem impor a população a sua vontade, colocando a liberdade de expressão em risco, atribuindo uma liberdade “domesticada”, inofensiva e sujeita a aprovação das autoridades do governo.

A revista defende que a manifestação de 15 de março teve como objetivo esclarecer quais os direitos estavam em vigor no país – os que são autorizados pelo Palácio do Planalto e Instituto Lula ou os que realmente são garantidos pela Constituição Federal.

*Veja* insinua que Dilma e seu governo não têm meios práticos para criar uma ditadura (porque se tivesse, o faria), então utilizaram outros meios, como a repressão, para silenciar quem se opõe a eles. Para a revista, o governo acredita que devido a suas vitórias nas quatro últimas eleições consecutivas, tenham a aprovação eterna do povo e que os descontentes que vão as ruas para manifestarem, não passam de “golpistas” cobertos de raiva. Segundo a revista, o governo da presidente Dilma apresenta um comportamento ditador, que veem nas expressões contrárias uma conspiração “comunista”.

A manifestação do domingo dia 15 de março e o panelaço que ocorreu no domingo anterior, segundo o ex-presidente Lula, não eram “populares”, mas sim uma iniciativa de gente rica, e o panelaço, seria uma brincadeira desses mesmos burgueses (ricos da manifestação) no terraço de seus apartamentos de luxo.

A *Veja* questiona se os 51 milhões de brasileiros que votaram em Aécio e contra Dilma, seriam todos pertencentes à classe A, ou então não fariam parte da população brasileira, fazendo referência à classe burguesa, que Dilma diz ser responsável pelas manifestações.

Percebe-se que a linha editorial da revista segue uma sequência, e em conformidade com o texto anterior analisado, *Veja* resgata a fala de Lula que promete pôr o “exército do MST” na rua. Segundo *Veja*, o governo propõe que as manifestações não puguem violência, porém não é capaz de uma única palavra em relação aos atos de selvageria praticados pelo MST, além de rotular a todos os manifestantes como golpistas. A revista buscou provocar o leitor, ao dizer que o governo considera aquele que se manifesta a favor do *impeachment*, estaria propondo um “golpe militar”.

A revista informa ao leitor que qualquer pessoa pode falar a favor do *impeachment*, que qualquer cidadão tem direito a assinar um pedido de *impeachment* (isso é lei). Resgatou o



fato de que o partido liderou a campanha que levou ao *impeachment* de Fernando Collor de Melo, anos depois defendeu o “Fora FHC”, mas agora por se tratar de um presidente do PT, parece que a lei é deixada de lado.

Com o título, ao lado de uma foto com os dizeres “Fora Dilma e leve o PT junto”, *Veja* sinaliza ao leitor o que se pode esperar em reação ao interior do conteúdo. E ao realizar a leitura, o leitor se depara com um texto, que sinaliza o posicionamento pouco favorável da revista em relação ao governo Dilma e PT, constatado pela classificação do governo como “ditador”, que pratica “repressão” e que criaram a “receita da tirania”.

Embora o texto traga uma descrição extensa sobre as manifestações contra Dilma, a palavra *impeachment* apareceu no conteúdo, porém não teve destaque no texto

#### **6.1.2 - Revista *Veja* – Edição 2421 - 15/04/2015**

Pela seleção das edições, levando em conta as categorias: título, linha fina, conteúdo e uso de fontes e a separação das matérias onde obrigatoriamente deveria aparecer a palavra *impeachment*, a revista *Veja*, edição 2421, da data de 15 de abril de 2015, mesmo contendo muitos textos que apresentavam a situação atual vivida pela presidente Dilma, pelo seu governo e mesmo sendo uma edição posterior a importante manifestação ocorrida em 12 de abril, a revista não trouxe em nenhum de seus textos, nenhuma menção a palavra *impeachment* especificamente, que era o critério obrigatório para que o texto fosse aproveitado. Diante da situação, essa edição não contou com nenhum de seus textos para análise.

#### **6.1.3 - Revista *Veja* – Edição 2439 - 19/08/2015**

Nessa edição de *Veja* datada de dezenove de abril de dois mil e quinze foram encontrados dois textos que mencionam a palavra *impeachment*, utilizado como critério de recorte e seleção. Seguem os respectivos títulos com seus respectivos anexos: “No país do Pixuleco...” (Anexo 9); “De volta pra Rua” (Anexo 10).

##### **6.1.3.1 - Texto 1 - No país do Pixuleco...**

Como texto faz referência à capa, a revista *Veja* dedica seis páginas da edição ao assunto, o que demonstra o grau de importância dado pela revista.

*Veja* traz estampada em sua capa, a imagem do ex-tesoureiro do PT João Vaccari e a edição faz a referência no título à expressão “Pixuleco”, criada pelo tesoureiro para se referir à propina.

“No país do Pixuleco...”, *Veja* inicia o texto propondo aos leitores que o Brasil é o país da propina, da corrupção e discorre sobre o que classificou como sendo “o maior esquema de corrupção da história brasileira”.

Com essa sugestiva introdução, *Veja* descreve as investigações da Lava Jato que se iniciaram em um mero posto de gasolina e que tomaram grandes proporções, chegando até ao envolvimento de deputados, senadores, ministros, ex- ministros e até um ex- presidente da república. Usando palavras como “volume astronômico” de dinheiro e “envolvimento de políticos”, a revista sugere ser o governo o hospedeiro dessa estrutura criminosa. Em relação ao grande esquema de corrupção, *Veja* diz “Os delegados da Lava Jato têm pela frente um imenso desafio: identificar todas as ramificações da gigantesca estrutura de corrupção montada pelo PT dentro de órgãos de governo...”.

*Veja*, no decorrer do texto, descreve como era realizado o esquema de propina encabeçado por Vaccari, em que as empresas para conseguir os contratos, superfaturavam o preço do serviço e repassavam parte do dinheiro ao partido, isso por cinco anos. A revista menciona o petista Alexandre Romano, que foi preso na semana anterior a edição da revista, por ser o responsável pela coleta da propina. Revela que o esquema de desvio começou em 2010, que tinha como beneficiários do dinheiro pessoas próximas ao ministro do Planejamento Paulo Bernardo e de sua esposa Gleisi Hoffmann, ex-chefe da casa civil no governo Dilma. A revista destaca o grande volume de dinheiro repassado em 2010, em plena campanha eleitoral (eleições em que Dilma foi eleita para o primeiro mandato).

A revista dedica parte da matéria às revelações do esquema de corrupção, com vários políticos envolvidos. Aponta o cenário da crise econômica e desavenças políticas como sendo a “tempestade perfeita”, favorecendo para que fossem instauradas CPIs pelo presidente da Câmara dos deputados para investigar o governo, após as contas serem rejeitadas pelo Tribunal de Contas.

A *Veja* traz na capa uma combinação entre a foto de João Vaccari, o título e a linha fina com os dizeres respectivamente: “A República do Pixuleco - A Lava Jato chega a espanada dos Ministérios”, na tentativa de atrair a atenção dos leitores para os acontecimentos que agitaram os bastidores da Esplanada dos Ministérios, com o envolvimento de vários políticos na investigação da operação Lava Jato. A *Veja* apesar de citar o *impeachment* no

conteúdo do texto, não o fez de maneira relevante, mas sim, sinalizou ao leitor que o presidente da Câmara Eduardo Cunha, mesmo denunciado, deixou o caminho preparado para um possível processo de *impeachment*, ao instaurar as CPIs que investigam as contas do governo, após serem rejeitas pelo TCU (Tribunal de Contas da União).

#### 6.1.3.2 - Texto 2 - De volta pra Rua

A *Veja* não usou o tema desse texto como capa, mas se tivesse usado faria todo o sentido, pois tratava do assunto de forma muito sugestiva em relação ao momento em que a população brasileira estava vivendo, com realizações de grandes manifestações contra a presidente Dilma, pedindo seu *impeachment*.

Nesse texto a *Veja* traz o depoimento de cinquenta brasileiros que participaram da manifestação pelo *impeachment* de Collor e os motivos que os levaram a protestar contra Dilma.

A revista faz uso de duas fotos de Tatiana Zaccaro, uma aos 15 anos durante a manifestação contra Collor, onde aparece com o rosto todo pintado de verde e amarelo e uma faixa com os dizeres “Fora Collor”. Com essa imagem, Tatiana se tornou um símbolo do protesto na época. A segunda foto se refere a Tatiana nos dias atuais da edição da revista. Para ela, após vinte e três anos do *impeachment* contra Collor, a “corrupção continuou e ainda promovida pelo partido que acreditavam ser a solução para o problema”.

A explicação do porque o assunto desse texto seria ideal para ser capa da edição dessa semana é simples, pois na linha fina da matéria, a revista faz referência a 16 de agosto de 1992, dia do grande manifesto contra Collor e ao domingo dia 16 de agosto de 2015, quando se realizou uma grande manifestação contra Dilma Rousseff, mostrando que, após vinte e três anos, em contextos diferentes, os desfechos foram parecidos. Em uma mesma data, ocorreu uma manifestação contra um presidente. Seria isso coincidência?

Com a relação entre Collor e Lula, a revista buscou provocar o leitor ao sugerir que mesmo depois de tanto tempo, o problema continua e agora é praticado por quem deveria solucioná-lo. Ao fazer o resgate do momento vivido em 1992, no domingo 16 de agosto, conhecido como “Domingo Negro”, pelo fato das pessoas terem usado roupas pretas nos protestos contra Collor e relacionar com a mesma data (16 de agosto), agora com protestos contra Dilma, percebe-se uma tendência da revista em buscar convencer o leitor a fazer uma comparação de ambos os momentos, diante da pergunta “Semelhanças ou diferenças?”.

*Veja* aponta que os motivos que levaram as pessoas as ruas em 1992, foram: a corrupção, o abuso do poder, os privilégios, o tráfico de influência, a mentira, o que segundo a revista, são muito parecidos com os de agora contra Dilma. A revista traz a informação (sem citar fonte) de que 65% dos brasileiros querem o *impeachment* da presidente, embora não há garantias de que ele iria acontecer.

A revista apresenta outras similaridades da situação entre Collor e Dilma, como a baixa taxa de aprovação (quase 10 vezes menores que a aprovação). Usando dados do Datafolha, a revista afirma que 71% reprovam Dilma e somente 8% aprovam. No caso de Collor, no auge da crise, sua reprovação era de 68% contra 9% de aprovação.

*Veja* preparou uma matéria robusta, com fotos e depoimentos, em que foram dedicadas 10 páginas que oscilaram entre a manifestação de 16 de agosto de 1992 e a de 16 de agosto de 2015. A revista ouviu 50 pessoas que participaram do “Domingo Negro”, com idade, na época da edição da revista, na faixa dos 35 a 66 anos. Entre os depoimentos, nota-se uma decepção com o atual governo, que depositaram tantas esperanças, acreditando ser a solução dos problemas. Críticas como “Vergonha em viver em um país em que se é normal roubar”, “Ter um presidente que não sabe se comunicar” e “Dilma deve renunciar pelo bem da nação”, apareceram nas falas dessas pessoas.

Pela análise do texto, nota-se que a revista demonstrou ser favorável ao *impeachment*, e fez uma reflexão em relação à situação de Dilma, que diferente de Collor, que teve acusação do próprio irmão, que teve o caso Elba como objeto concreto de dinheiro de propina, Dilma não tem nada nesse nível que a comprometa. Outro ponto favorável a Dilma, segundo a revista, era o partido, que diferente do PRN (de Collor) que era pequeno, com apenas 28 deputados, o PT era a segunda bancada da Câmara, com 63 deputados e também a segunda no senado, com 13 parlamentares, o que deixava a presidente em uma situação confortável, pois teria tanto deputados como senadores suficientes para barrar o seu pedido de *impeachment*. *Veja* alerta para o problema, no caso de uma possível saída de Dilma, referente aos mercenários (líderes de movimentos sociais, como MST) e alguns fanáticos, que segundo a revista, poderiam criar uma desordem e um quebra-quebra total.

Segundo a revista, o Congresso teve forças para tirar Collor na época, mas no caso de Dilma a situação é outra, pois mais de 30 parlamentares estavam na mira da Lava Jato, entre eles o próprio presidente da Câmara, Eduardo Cunha e do Senado, Renan Calheiros.

A *Veja* exhibe fotos das manifestações do “Domingo Negro” em 1992 e da manifestação contra Dilma em 2015. Nessas comparações entre Collor e Dilma, percebe-se

uma tendência favorável a saída de Dilma por parte da revista, com uma sugestiva pergunta feita pela revista: “A história se repete?”, além de uma espécie de linha do tempo comparando os dois momentos, com a seguinte explicação: “As semelhanças e as diferenças entre a crise que derrubou Collor e a que assola Dilma”. A revista insinua que Dilma estava prestes a cair ao afirmar: “Os governos não caem porque são ruins, caem por falta de maioria parlamentar e apoio popular”, sinalizando que Dilma, por já ter perdido os dois e precisa urgentemente recuperar pelo menos um deles.

Em uma matéria marcada pelo resgate histórico do *impeachment* de Collor e a comparação entre as manifestações e as crises de ambos os governos, a revista apresenta em sua linha fina a informação dos motivos que levaram 50 pessoas a manifestar contra Collor e os motivos que protestavam contra Dilma. *Veja* traz a palavra *impeachment* tanto na linha fina como no conteúdo, porém o assunto principal da matéria se concentra nos motivos que levaram as pessoas a manifestações que terminaram com o *impeachment* de Collor e nos motivos e nas manifestações que pedem o *impeachment* de Dilma.

#### **6.1.4 - Revista *Veja* – Edição 2456 - 16/12/2015**

Nessa edição de dezesseis de dezembro de dois mil e quinze da revista *Veja*, encontramos três textos que fazem referência ao “*impeachment*”. Seguem os títulos com suas respectivas paginações: “Vergonha e Tristeza” (Anexo 11); Carta do Leitor (Anexo12); “O Governo se Desintegra” (Anexo13).

##### **6.1.4.1 - Matéria 1 - Vergonha e Tristeza**

Com base no critério de análise desta pesquisa, este texto foi selecionado por apresentar a palavra *impeachment* em seu conteúdo. As palavras com conotação negativa (vergonha, tristeza e decepção) que encontramos no título e na linha fina associada a fala do entrevistado “Infelizmente, o PT hoje é um partido como todos os outros que sempre criticamos”, percebe-se que uma desaprovação em relação Dilma Rousseff e seu governo. Em suas páginas amarelas reservadas às entrevistas, a *Veja* trouxe nessa edição uma conversa com o então senador pelo Rio Grande Sul, Paulo Paim<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> Disponível em < <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/825> > Acesso em: 17 jan 2019.

Na chamada da matéria, a revista apresenta a posição do parlamentar em deixar o Partido dos Trabalhadores após trinta anos de militância, onde o motivo seria a decepção com o governo de Dilma Rousseff. Segundo o político, o PT não mais representa as causas sociais e caiu no senso comum como os demais partidos. O político defende o processo de *impeachment*, mas ressalta que não existe fato jurídico que leve a cassação da presidenta.

Ao ser questionado pela revista do por que não deixou o partido durante o escândalo do mensalão, no governo de Lula, como fez muitos de seus colegas, Paulo se declarou um defensor assíduo das causas sociais, e disse que o partido o possibilitou lutar por essas causas, afirmando que seria o parlamentar com mais projetos de leis aprovados em prol a esse tipo de causa. Para o senador, a mudança de partido da noite para o dia não favorece o trabalho.

A Revista *Veja* perguntou ao senador se a falta de ética do partido que já acontece há tempos, não seria motivo suficiente para deixá-lo. Em sua defesa o parlamentar reagiu dizendo que a ética é uma obrigação e que aprendeu desde cedo, que seu foco sempre foi as causas sociais e que ficou enquanto dava para trabalhar e aprovar leis, porém ao perceber que o discurso de campanha foi um e a realidade foi outra, sua saída seria certa, mas não disse para qual partido pensava em se filiar.

A *Veja* não perdeu a oportunidade e questionou o parlamentar em relação aos escândalos e de como foi passar pelo mensalão sendo um parlamentar do PT. O senador disse que ao se informar, a resposta foi que era mentira, mas que ao passar do tempo e ao confirmar a verdade, ficou constrangido e as condições foram piorando até chegar às condições que chegou. O político defendeu que a política devia ser humanitária e não um negócio. Além de dizer que defendeu fielmente e que independente de quem fosse deveria ser investigado e quem errou deveria pagar e não condenar o partido todo.

Ao ser questionado sobre a posição em relação ao *impeachment* de Dilma, o político foi categórico e disse ser contra, por não ver motivos jurídicos, porém não gostava da palavra “golpe”, pois se havia denúncia contundente para o impedimento, que se instalasse o processo, mas se criou um clima político na sociedade que levou a querer o *impeachment*, que se instaurasse também e votasse conforme a Constituição. Quando questionado se em uma possível saída de Dilma, se Temer resolveria o problema, o parlamentar disse que não e mesmo sendo contra o *impeachment*, foi enfático ao defender a convocação de novas eleições em todos os níveis, caso ele aconteça.

*Veja* ao apresentar uma entrevista com um político do PT, que afirmava estar deixando o partido, por não mais o representar e pelo fato de que Dilma não cumpriu o que prometeu

em campanha, a revista supôs que o governo a cada dia perdia mais aliados, até mesmo os do próprio partido.

Essa afirmação da saída como certa pelo então senador Paulo Renato Paim em 2015 não se concretizou e o político ainda hoje, em 2019, continua no Partido dos Trabalhadores exercendo a função de senador, eleito na última eleição de 2018 pelo Rio Grande do Sul, conforme página oficial do Senado Federal<sup>29</sup>.

Nesse texto o assunto *impeachment* foi abordado pela revista no conteúdo do texto, não de maneira direta e relevante, porém o tema apareceu de maneira sutil, quando o entrevistado ao ser questionado, se mostrou totalmente contrário por não ver base legal para a realização do mesmo.

#### **6.1.4.2 - Matéria 2 – Sessão do Leitor**

Nessa edição a sessão do leitor foi dedicada ao *impeachment*. A revista deu preferência a todas as cartas e emails que faziam menção ao *impeachment*. Observa-se um posicionamento, por parte da revista, favorável ao afastamento, pois das oito manifestações dos leitores separadas, somente uma defendia que o *impeachment* era ilegal e se tratava de uma jogada política, as demais apoiavam que o *impeachment* se concretizasse.

A Revista *Veja* aborda o assunto *impeachment* já no título, se concentrando em todo o conteúdo dessa sessão ao leitor. Nota-se que o assunto foi abordado, porém só foi apresentado posicionamentos favoráveis a ele, pois somente um único ponto de vista contrário foi publicado, o que levanta dúvidas se as manifestações foram quase unânimes em relação ao favoritismo por parte dos leitores em relação ao *impeachment*, ou se foi a revista que selecionou conforme seu posicionamento.

#### **6.1.4.3 - Texto 3 – O Governo se Desintegra**

A segunda matéria mais importante dessa edição com seis páginas dedicadas. Com a informação de que não o país, mas também o governo se encontra em crise, a *Veja* apresenta uma crise de alianças, em que os próprios políticos não se entendem entre si, onde Dilma e Temer já não disfarçam mais as divergências e o mal-estar entre si, sinalizando um possível rompimento da aliança com o PMDB.

---

<sup>29</sup> Disponível em < <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/825> > Acesso em 27/01/2019.

A revista *Veja* aponta vários exemplos negativos em relação à Dilma e seu governo como: a fragilidade da presidenta em governar; paralisação da máquina pública; interditou o debate político; acentuou a crise econômica; a inflação superou a casa dos 10%; o desemprego aumentou dia a dia e o país correu o risco de perder o selo de bom pagador, além da presidenta conviver há meses com um recorde de desaprovação.

Segundo a revista, a maioria da população apoiava a abertura do processo de *impeachment*, inclusive os aliados políticos, como Fernando Collor, por exemplo, já alegavam que Dilma não tinha mais condições de continuar no cargo. Para a revista, Collor não fez essa análise por vingança, mas sim pelo que tinha observado no avanço da parcela expressiva do PMDB que trabalhava abertamente para tirar Dilma, encabeçado pelo presidente do partido e vice-presidente Michael Temer. A revista sinalizou que Temer já se preparava há tempo para ocupar o cargo no caso da saída de Dilma.

*Veja* revelou a carta que Temer enviou a Dilma, oficializando o rompimento do partido com o governo, e a manobra que Temer estava fazendo para conseguir a presidência, pregando um governo de união (com ele na presidência).

A revista discordou da justificativa de Dilma sobre o motivo do pedido de *impeachment*: as pedaladas fiscais, quando a presidente disse que o governo usou desse mecanismo para garantir o pagamento de benefícios, como Bolsa família, o que segundo a revista foi balela, pois de acordo com dados oficiais (mas não cita a fonte), mostram que entre os principais beneficiários das pedaladas fiscais estavam grandes empresas do agronegócio.

*Veja* faz referência ao ministro do STF Edson Fachin que suspendeu o processo de *impeachment* alegando que suas regras não estavam claras em relação às questões como se havia base legal para Eduardo Cunha, presidente da Câmara, aceitar o pedido de *impeachment*; ou se ainda havia amparo legal para Eduardo Cunha realizar a votação secreta para a escolha dos integrantes da comissão especial que analisará o caso. Lembrando que Fachin foi indicado ao cargo pela própria presidenta do qual ele foi eleitor em 2014.

Nessa matéria, a revista aborda o assunto do *impeachment* na linha fina e no conteúdo, porém a abordagem sobre o assunto foi muito superficial, fazendo pequenas relações com o assunto principal que se tratava da quebra de aliança do PMDB com a presidente, além da revista não usar nenhum tipo de fonte durante o texto, principalmente para o embasamento das informações quantitativas.



### **6.1.5 - Revista *Veja* – Edição 2469 - 16/03/2016**

A revista *Veja* em sua edição de dezesseis de março de dois mil e dezesseis trouxe dois textos e a capa da revista, que mencionavam a palavra “*impeachment*”. Seguem os títulos: “O desespero da Jararaca” (Anexo14); “Carta do Leitor” (Anexo10), “A serpente Acuada” (Anexo 15).

#### **6.1.5.1- Matéria 1 - Capa - O desespero da Jararaca**

Após a grande manifestação de treze de março de dois mil e dezesseis, que superou o ato das Diretas Já, segundo o Datafolha e foi considerado o maior protesto Anti-Dilma até então, que fez com que a *Veja* produzisse uma edição no mesmo nível da manifestação. Com a junção da imagem da capa com a linha fina, nota-se que a edição preparou um conteúdo, que longo de suas páginas, demonstra um posicionamento anti-Dilma e anti-governo PT, posicionamento já observado em outras edições analisadas da revista.

A *Veja* procurou por meio do casamento entre a linha fina e a capa instigar a curiosidade do leitor para o conteúdo da edição. Na linha fina da capa, a revista referiu-se a Lula como uma jararaca (cobra venenosa e perigosa), que ao ver o governo de sua sucessora derretendo, sob ameaça de *impeachment*, buscou apoio em Brasília, recorreu ao Supremo Tribunal, mas se viu acuado por um pedido de prisão preventiva (Trípex do Guarujá e o sítio de Atibaia).

A revista apresentou a palavra *impeachment* na linha fina, que pela expressão “ameaça de *impeachment*” demonstra o posicionamento desfavorável da revista em relação à Dilma e ao PT, que podem ser constatados pelo uso das expressões: Lula como jararaca, governo de Dilma derretendo, acuado e pedido de prisão preventiva.

#### **6.1.5.2 - Matéria 2 - A serpente Acuada**

Em seu texto principal, a revista faz uso de metáfora, aproveitando a fala do próprio ex-presidente que se comparava a uma jararaca. No início do texto, a revista revelou as articulações que Lula fez em busca de apoio para garantir sua própria proteção, mostrando que, diferente do que Lula disse “A jararaca está viva”, o que se via no momento era que ele estava um tanto acuado, devido às denúncias sobre lavagem de dinheiro e falsidade ideológica.

A revista *Veja* destacou a influência de Lula dentro do governo, ao mandar um recado para Dilma, dizendo que ela tinha obrigação de protegê-lo, e assim estaria por tabela protegendo o governo e seu mandato. A revista colocou Dilma em uma posição “submissa” ao Lula, ao reproduzir a fala do petista: “A Dilma é ótima para ser mandada (por mim), mas é uma tragédia para mandar (nos outros)”, fazendo entender que se ele caísse, ela também cairia.

A revista mostrou um abalo na relação entre Dilma e Lula, que segundo o ex-presidente, sua sucessora ouvia seus conselhos e concordava, porém não os punha em prática, além de acusá-la de ser desleal ao responsabilizá-lo pelos escândalos envolvendo o partido. Lula ainda culpa a presidenta pelos desarranjos da política, que segundo ele, queria se esconder atrás de um discurso de combate a corrupção.

A *Veja* descreve as manobras que Lula fez para tentar se proteger, entre elas, o desejo em ter a tutela dos ministérios da Justiça e da Fazenda, além de defender a nomeação para o ministério da Justiça de Nelson Jobim<sup>30</sup>, a quem atribuiu o estilo de pulso firme, com a capacidade de controlar a polícia federal e manter um diálogo com os ministros dos tribunais superiores, os responsáveis pela palavra final sobre os escândalos de corrupção.

Nesse texto, a revista usa e abusa de metáforas sobre cobras e serpentes, e descreve os aliados como pertencentes ao serpentário de Lula, ao qual cabem defendê-lo. Entre as “cobras” de estimação do ex-presidente, a revista citou: a jararaca verde como sendo Paulo Okamoto, presidente do Instituto Lula e fiel escudeiro do político para assuntos gerais; jararaca da praia, que seria Jaques Wagner, ex-governador da Bahia e chefe da Casa Civil de Dilma; jararaca do serrado, fazendo referência a Renan Calheiros, presidente do Senado; a jararaca do campo como sendo Gilberto Carvalho, amigo do MST e “pau pra toda hora”, segundo Lula; também a jararaca pintada, que se tratava de Ricardo Berzoini, ex-sindicalista, ex-presidente do PT e na época ministro das Comunicações de Dilma e por fim a jararaca de barriga vermelha como sendo Rui Falcão, o braço direito de Lula.

Segundo a *Veja* com as denúncias sobre o patrimônio de Lula (o triplex no Guarujá e o sítio de Atibaia) ficava muito difícil até para os petistas da gema defenderem o político. Não só as pessoas nas ruas protestavam contra Dilma e o governo PT, mas também perderam o apoio da Igreja, que segundo a revista, tinha apressado pelo partido. Outros seguimentos como dos artistas, também se declararam contra o governo. *Veja* citou os vídeos de protestos gravados pela global Juliana Paes.

---

<sup>30</sup> Disponível em < <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=34> > Acessado em 27 jan de 2019.

Ainda utilizando metáforas, a *Veja* disse que o Brasil precisava escapar do veneno ofídico (Dilma, Lula, PT) para retomar o caminho para uma nação mais próspera e estável. E essa fragilidade política dos chefões do PT (Lula e Dilma) era a oportunidade que os caciques do PSDB e PMDB viam para trabalharem ainda mais pela queda do governo.

Pelas expressões desfavoráveis como jararaca, lavagem de dinheiro, Dilma desleal, serpentário de Lula, perda do apoio da Igreja e dos artistas e veneno ofídico, utilizadas ao longo do texto, percebe-se que a revista buscou provocar uma reação de rejeição dos leitores em relação à Dilma, ao PT e Lula.

O título da revista, juntamente com o título do texto não fazia referência a palavra *impeachment*, porém a palavra se fez presente na linha fina da capa e no conteúdo do texto com denúncias do ex-presidente e os relatos de suas manobras para se manter inocente, percebe-se como a *Veja* buscou abordar a figura mais importante do governo PT como desesperado pela ruína do governo Dilma e de um possível *impeachment*.

## **6.2 - ANÁLISE DESCRITIVA DOS TEXTOS DA REVISTA CARTACAPITAL**

### **6.2.1 - REVISTA CARTACAPITAL– EDIÇÃO 842 - 25/03/2015**

Obedecendo ao mesmo critério da revista *Veja*, selecionamos para análise as matérias que mencionavam a palavra “*impeachment*”. E nessa edição de vinte e cinco de março de dois mil e quinze foram encontradas duas matérias que fazem referência ao critério adotado. Seguem os títulos com suas respectivas paginações: “Fantasma da UDN” (Anexo 16); “Começar de Novo?” (Anexo 17).

#### **6.2.1.1 - TEXTO 1 - FANTASMA DA UDN**

A Revista *CartaCapital* inicia o texto com as palavras “conservadora e golpista” ao se referir a manifestação do dia 15 de março. A revista disse que o número de manifestantes apresentado pela mídia foi inflacionado, principalmente em São Paulo, porém concorda que o contingente de pessoas foi grande e que se espalhou por diversas capitais do país e por algumas cidades do interior.

A revista descreveu as manifestações com as pessoas vestidas de verde e amarelo, onde algumas senhoras sessentonas reviviam o movimento cara-pintadas dos anos 90, destacando, que o objetivo dessa manifestação estava desfocado, como era percebido através

dos diferentes cartazes com dizeres: *Impeachment* da presidente Dilma, corrupção, apelo à intervenção militar, além de agressão verbal ao PT e aos petistas.

A *CartaCapital*, discorda quando a mídia dizia que as manifestações eram em “Defesa da Democracia”. A revista criticou diretamente o jornal O Globo, ao dizer que o veículo trouxe números falsos em sua manchete sobre a quantidade de participantes durante a manifestação, desmentidos pelo Datafolha. A *CartaCapital* citou que o jornal O Globo apoiou o golpe de 1964.

A *CartaCapital* sustentou a tese de que os manifestantes se comportaram como herdeiros da concepção udenista. Já no título da matéria, a revista faz menção ao “Fantasma da UDN”, que significava União Democrática Nacional, um partido político de oposição a Getúlio Vargas, que defendia a moralidade e se opunham ao populismo. Tinha apoio da classe média e de alguns setores da elite, além de uma de suas bandeiras defender a abertura da economia para o capital estrangeiro. Também apoiavam o golpe de 1964 que derrubou Jango.

A *CartaCapital* criticou a oposição do PT, que segundo a revista, se diziam “os puros” e se alimentavam do episódio do Mensalão, que, segundo a acusação, foi usado para formar o caixa 2. Segundo a revista essa estratégia era comum a todos os partidos, sendo assim não teriam ética para pregar o discurso em querer acabar com a corrupção. A *CartaCapital* atribuiu esse ataque da oposição ao desespero por estarem fora do poder há 12 anos, caminhando para mais quatro anos.

A palavra *impeachment* foi mencionada no corpo da revista, porém não teve uma relevância no texto como todo, foi somente referenciado como um dos temas tratados nos cartazes durante a manifestação do dia 15 de março, pois a preocupação maior da revista no texto foi apresentar o perfil da manifestação como sendo conservadora e golpista, lembrando os caras-pintadas de Collor em 1992, além de voltar até 1945, comparando-os também a UDN, que nasceu como uma junção de partidos e depois se tornou um partido único que lutava contra o populismo e que tinha apoio da classe média e alguns setores da elite.

Ao ler esse texto e também o início da linha fina que diz “Espalha-se o cheiro de um retorno ao passado...”, me pareceu tão atual, pois *CartaCapital* sugere que os manifestantes de 2015 eram herdeiros udenista. Digo que pareceu atual, pois, nessa última eleição de 2018, e ao observando o perfil da UDN, não há como não fazer uma relação com o partido do PSL (Partido Social Liberal), do atual presidente Jair Bolsonaro.

A UDN era um partido de oposição a Getúlio Vargas, que defendia a moralidade e se opunham ao populismo, contavam com o apoio da classe média e de alguns setores da elite.

Apoiaram o golpe de 1964 que derrubou Jango. Ao ler sobre esse partido (UDN) não tem como não observar a semelhança com o estilo do atual partido PSL, que durante a campanha eleitoral de 2018 também levantou a bandeira da moralidade, dizia lutar contra o “populismo” do PT e do Lula e, tinha o apoio, em sua maioria, da classe elitizada, classe essa, que apoiou o *impeachment* que derrubou Dilma.

#### 6.2.1.2 - TEXTO 2 - COMEÇAR DE NOVO?

Em seu texto principal, a revista *CartaCapital* menciona a situação em que o governo da presidente Dilma se encontra, mostrando que em menos de três meses do início do segundo mandato, o arranjo que sustentava o governo que se desintegrava. Com o novo slogan de “Pátria Educadora”, o ministro da educação Cid Gomes responsável por fazer valer esse slogan é chamado ao plenário para dar explicações sobre uma declaração onde disse: “A direção da Câmara será um problema grave para o Brasil”. Segundo a revista, sem por panos quentes e com o dedo apontado para o presidente da casa, o ministro retrucou: “Prefiro ser mal-educado (Cunha o tinha chamado de mal-educado dias atrás) do que achacar empresas, como ele”. O ministro ainda insinuou que os parlamentares que não defendiam o governo, deveriam “largar o osso”. Aplaudido por quem acompanhava o depoimento, Gomes deixa o Congresso e vai até o Planalto e entrega o cargo, que é aceito por Dilma. Para a revista, aí se encerra a rixa entre as famílias Gomes e Cunha, com o último saindo favorecido.

A *CartaCapital*, assim como a *Veja* relata o momento vivido pelo governo, as manifestações que acuaram a presidenta deixando-a tímida diante dos microfones, ao ver seus índices de popularidade despencarem aproximando dos índices de Fernando Collor. Para a revista essa seria a pior fase do lulismo desde 2003.

A *CartaCapital* revela a manobra do governo na busca com a aproximação do vice Michael Temer, procurando incorporar o peemedebista ao centro das decisões. Para a revista, comandados por Lula, os parlamentares petistas estavam em campanha para tirar Aluizio Mercadante, chefe da Casa Civil, que exercia a função de conselheiro da presidenta. Os parlamentares, no entanto, defendiam a entrada de Jaques Wagner, por não enxergarem em Mercadante a habilidade para compensar a falta de jogo de cintura de Dilma. Mas a presidente, mesmo sofrendo pressão a tempos, se recusa tirar Aluizio Mercadante desse posto, por gostar de seu estilo gerencial, além do que, nem ele queria sair, e não se agradava pela hipótese em voltar para a Educação.

As manifestações de domingo dia 15 de março, segundo a revista, fizeram mais pressão em prol de um arranjo do governo. Com a fragilidade do governo, a oposição fomentou os protestos com o objetivo de pedir a deposição presidencial através do *impeachment* ou por meio de golpe militar. Mas Dilma reagiu como se as passeatas fossem atos apartidários e espontâneos com objetivo apenas de pedir o fim da corrupção, declarou-se humilde e disposta a escutar e dialogar com as ruas. A *CartaCapital*, porém rebateu “resta saber se é possível conversar com quem não aceita outra solução senão a sua saída da presidência”. E no dia seguinte ao protesto, o “Vem pra Rua”, um dos promotores das manifestações, divulgou carta de repúdio à declaração de Dilma e anunciou nova manifestação para o dia 12 de abril. Segundo a revista, os manifestantes das marchas apresentaram um perfil pouco disposto à conversa.

A *CartaCapital*, de posse dos dados do Datafolha, diz que várias páginas do *Facebook* pediam o *impeachment* de Dilma e que dos manifestantes que foram as ruas no domingo dia 15 de março, 47 % pediam o *Impeachment* e o “Fora Dilma” ou “Fora PT”, os outros 47 % apenas diziam protestar contra a corrupção. Como 90% dos entrevistados diziam acreditar que Dilma sabia do esquema de corrupção, então até esses 47 % que se diziam só protestar contra corrupção, na verdade também mirava a presidente. A revista traz dados do estado do Paraná, com base no Instituto Paraná de Pesquisas, onde 85% dos manifestantes defendiam o *impeachment* de Dilma.

A *CartaCapital* sinaliza os tucanos como responsáveis por parte do estímulo às manifestações, apoiando, ajudando na organização (até financeiramente), porém não queriam deixar isso explícito, para assim evitar o rótulo de golpistas. A revista mostrou-se descontente com as afirmações do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, rotulado por ela de tucanomor, que mostrava um posicionamento contrário ao *impeachment* antes das manifestações, onde dizia que o *impeachment* poderia ser comparado “a uma bomba atômica: para dissuadir, não para usar”, porém depois das manifestações do dia 15 de março, apresentou uma nova fala, onde disse que a presidente não tinha mais condições de governar e, caso aparecessem provas de seu envolvimento com os escândalos da Petrobrás, a lei deveria ser cumprida (realizar o *impeachment*), o que para a revista, mostrava o grande esforço do PSDB em querer vincular Dilma a Operação Lava Jato.

Segundo a *CartaCapital* o PSDB em seu plano de relacionar as manifestações com o *impeachment*, contou com o costumeiro apoio da mídia, que mostrou as manifestações nas tevês como “apartidárias, bonitas e pacíficas”. A revista afirma que estimulado pela cobertura

jornalística, houve petista desgostoso que preferiu ficar com as ruas, além de adulterarem a quantidade de pessoas nas ruas para impressionar e pressionar ainda mais a população e o próprio governo.

A *CartaCapital* fez uso da palavra *impeachment* em vários momentos ao longo do texto, o que demonstrou a importância do assunto dado pela revista. Utilizando-se de dados do Datafolha, a revista revelou em vários momentos do texto a falsidade dos números apresentados pela mídia em relação à quantidade de pessoas presentes na manifestação do dia 15 de março, além de trazer para o público a tentativa de diálogo da presidente com as ruas, que foi repudiado pelos responsáveis pelos manifestos, demonstrando que não estariam abertos a conversa e que o foco principal seria a saída da presidente pelo *impeachment*.

## **6.2.2 - REVISTA CARTACAPITAL 846 – EDIÇÃO - 22/04/2015**

Nessa edição da revista de vinte e dois de abril de dois mil e quinze foram encontrados três textos que mencionavam a palavra “*impeachment*”, utilizado como critério de recorte e seleção. Seguem os títulos: “Efeito Vaccari...” (CAPA, Anexo 18); “Vaccari – Só faltava essa” (Anexo 19); “A carnalização da Política” (Anexo 20).

### **6.2.2.1 - TEXTO 1 - EFEITO VACCARI (CAPA)**

Na capa dessa edição *CartaCapital* menciona a palavra *impeachment* na linha fina da capa da revista, em uma tentativa de chamar a atenção dos leitores para os possíveis acontecimentos, inclusive a possível volta da campanha a favor de *impeachment* de Dilma, em relação ao governo da presidente, após a prisão do tesoureiro do PT, Vaccari.

Em um momento complicado para o governo PT, a revista traz as revelações do esquema montado por Vaccari para receber propinas inicialmente dos postos de gasolinas, mas que devido a proporção que chegou, tem deputados, senadores, ministros, ex-ministros e até ex presidente.

### **6.2.2.2 - TEXTO 2 - VACCARI – SÓ FALTAVA ESSA**

Segundo a *CartaCapital* a baixa adesão as manifestações no domingo dia 12 de abril trouxeram um alívio ao governo. No entanto, esse sossego não durou, dois dias depois, em 14 de abril, o jornal Folha de São Paulo trouxe uma entrevista com o ex-funcionário da SBM Offshore (grupo empresarial holandês que prestava serviços para a Petrobrás), onde insinua

que a demora na investigação dos pagamentos de propinas na Petrobrás foi proposital para não atrapalhar a campanha da presidenta. No dia seguinte, uma reviravolta com a prisão do secretário de finanças do PT, João Vaccari, juntamente com a divulgação do relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a existência de crime de responsabilidade, as chamadas “pedaladas fiscais”.

Segundo a revista, tão logo os meios de comunicação disseminaram a notícia, a oposição voltou a defender o pedido de *impeachment*, como também o cancelamento de registro do PT. Revelou que no mesmo dia da prisão de Vaccari, a oposição recebeu alguns organizadores das manifestações. O movimento “Vem pra Rua” chegou a levar uma “Carta do Povo Brasileiro” aos parlamentares, onde pedia o *impeachment* de Dilma, mais transparência na administração pública e menos “doutrinação ideológica” nas escolas.

A *CartaCapital* expõe os cinco partidos que se uniram para encontrar um crime de responsabilidade necessário para retirar Dilma. São eles: PSDB, PPS, PV, DEM e Solidariedade. A revista informou que mesmo não tendo ido às ruas no domingo, 63% dos brasileiros queriam a abertura do Processo do *impeachment* contra Dilma, conforme a pesquisa do Datafolha.

Segundo a revista, os tucanos, oposição do governo, convocaram o ex-ministro Miguel Reale (um dos juristas que assinaram o pedido da abertura do processo de *impeachment* a Dilma, aceito por Eduardo Cunha, presidente da Câmara) para procurar provas que caracterizassem crime de responsabilidade. Para a *CartaCapital*, Reale é acostumado a emitir pareceres a troco de moedas ou afinidades ideológicas. A revista demonstra seu desconforto com o fato da supervalorização do depoimento do ex-diretor da SBM, em que a oposição afirma que Dilma teria interferido nos trabalhos de investigação em benefício próprio durante as investigações. O relator José Múcio afirmou que houve o crime de responsabilidade, porém não citava diretamente a presidente, mas sim os integrantes da equipe econômica do governo passado.

A revista cobra do governo mais firmeza contra os malabarismos da sua oposição. Para a *CartaCapital* se Vaccari já estivesse fora do partido do PT teria evitado muitos problemas. Mas mesmo após sua prisão, o partido continuou a defendê-lo o que para a revista, o afastamento só demorou a acontecer devido a questões legais e não pela vontade da cúpula do partido.

A *CartaCapital* relata todo o desenrolar da investigação e os mecanismos usados nas transações do dinheiro (propina) realizadas por Vaccari que levou a sua prisão. A revista em



uma tentativa de defender a presidenta Dilma, ouviu alguns juristas para debater se o pedido de *impeachment* da presidenta era possível por conta do caso Vaccari. Segundo o professor de direito Administrativo da PUC, Celso Antônio Bandeira de Mello não havia base legal para o processo de *impeachment*, sendo do ponto de vista jurídico algo absurdo, considerando ser uma decisão mais política do que jurídica. Em contra partida a revista traz o parecer de Ivan Oliveira Costa, advogado do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso que afirmou que mesmo sem provas concretas a presidenta poderia ser julgada por crime de improbidade administrativa por omissão e negligência pela corrupção na Petrobrás. E por último, embora a revista considere ser um olhar mais neutro, percebe-se pela fala do advogado João Fernando Lopes de Carvalho, que seu posicionamento era mais favorável à presidenta, pois em seu julgamento, essas questões relativas ao caixa dois, irregularidades de recursos e abuso de poder econômico poderia levar a cassação do diploma, mas não eram elementos para pedido de *impeachment*.

A *CartaCapital* sinalizou ao final do texto um recado ao PT, ao dizer que mesmo não tendo elementos jurídicos para o *impeachment*, a sequência de trapalhadas de seu partido estavam prejudicando a vida da presidenta. Para a revista, faltou o partido ter coragem para confessar seus erros.

Nesse texto a revista fez uso muitas vezes da palavra *impeachment*, pois o assunto foi tratado com grande importância pela revista. Após a prisão de Vaccari e o relatório sinalizando as pedaladas fiscais, o governo voltou a ficar na defensiva e a oposição se agitou no planejamento de novas estratégias para derrubar a presidente.

*CartaCapital* ao fazer uso de especialistas para tratar a legalidade do pedido de *impeachment*, com abordagens e argumentos diferentes, exerceu seu papel, enquanto esfera pública, para que os debates fossem realizados de uma maneira democrática, onde a opinião pública fosse construída a partir de vários posicionamentos e não a partir de uma única visão.

### **6.2.2.3 - TEXTO 3 - A CARNALIZAÇÃO DA POLÍTICA**

Esse texto pode até ser pequeno no tamanho físico, mas se mostra grandioso nas palavras. Nele a revista faz um parecer sobre os protestos de domingo do dia 12 de abril, que vem cheio de ódio de classe e vazios de ideias. Para a revista os manifestantes do “Fora Dilma” ao saírem nas ruas, se comportaram como se tivessem na Disney World, só que nesse caso, não se sabia se quem era o pateta, era aquele que recepcionava ou aquele que visitava.

A *CartaCapital* mostrou-se descontente com as pessoas de “nariz vermelho” (nariz de palhaço) acessório muito usado nos protestos por aqueles que pediam o *impeachment*, mas que segundo a revista poderia ser tanto uma homenagem aos heróis midiáticos do Congresso, como uma menção à autobiografia dos manifestantes (todo brasileiro é palhaço).

A palavra *impeachment* apareceu ao longo do conteúdo do texto, demonstrando o descontentamento por parte da revista, em relação aos manifestantes do “Fora Dilma”. Para a *CartaCapital* as manifestações pedindo o *impeachment* não representam toda a população, mas sim, se tratava do desejo de uma única classe social.

### **6.2.3 - REVISTA CARTACAPITAL 864 – EDIÇÃO - 26/08/2015**

Na edição de a *CartaCapital* da data de vinte e seis de agosto dois mil e quinze foram encontrados três textos onde a palavra *impeachment* foi mencionada, conforme o critério de recorte e seleção. Seguem os títulos e seus respectivos anexos: “Tragicomédia” (Anexo 21); “Cunha e seus Milhões” (Anexo 22); “Do fora FHC ao Fora Dilma” (Anexo 23).

#### **6.2.3.1 - TEXTO 1 – TRAGICOMÉDIA**

Pelo título e pela linha fina percebe-se o descontentamento de a *CartaCapital* em relação as manifestações do domingo dia 16 de agosto e também com o PSDB, principalmente em relação ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Apresentando um posicionamento desfavorável em relação às manifestações de 13 de março, a revista descreve a manifestação como sendo de uma única classe social e não a representação de toda a população. Para a *CartaCapital*, esses protestos seriam manifestações de ódio de classe, onde as pessoas saíam as ruas, primeiramente em forma de festa e clamando “não” contra Dilma, Lula e PT, mas sim contra quem eles “achavam” ser Dilma, Lula e PT. Percebe-se que a revista buscou sinalizar ao leitor que a imagem que a mídia e os veículos de comunicação transmitiam de Dilma, Lula e PT não eram verdadeiras, mas sim imagens construídas conforme a idealização dessa classe comandada pela oposição. Diante das reações triunfantes e eufóricas dos grandes jornais e da oposição, as manifestações do domingo não foram o sucesso esperado pelos organizadores, pois reuniu apenas 800 mil pessoas, que comparadas a última versão da marcha família que levou as ruas o dobro de pessoas e nem assim comoveu, essa de domingo muito menos.

Com base em dados do Datafolha, apresentou o perfil dos manifestantes de domingo: a maioria homens brancos com idade superior aos 51 anos e mais de 70% votaram em Aécio Neves. A revista se reporta as marchas do golpe de 64, onde a maioria dos manifestantes eram burgueses, perfil este muito parecido com o das manifestações de domingo.

A revista declarou que a mais de uma década vem se lamentando pelo fato do PT estar no poder, se comportar como os outros demais partidos. Em relação a presidenta Dilma, a *CartaCapital*, a descreve como uma presidente que descumpriu as promessas que prometeu em campanha, que lhe faltou jogo político, porém era honesta, acima de qualquer suspeita. Já em relação ao ex-presidente Lula, a revista o considerou como sendo o presidente mais amado após a ditadura, além de ter sido o primeiro governo a implantar uma política social e uma política internacional.

A *CartaCapital* reservou para o final do texto seus comentário em relação ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que ao sugerir que a presidenta Dilma deveria em um “gesto de nobreza” renunciar, devido as pesquisas negativas de popularidade, ao qual tornariam seu governo ilegítimo, a revista discorda do ex-presidente, pois seria de exemplo e não poderia usar esse argumento, já que durante seu governo, se a questão da popularidade fosse um motivo plausível, deveria ele também ter renunciado, visto os resultados das pesquisas que apontavam um desfavor popular em relação ao seu governo.

A palavra *impeachment* apareceu uma única vez ao longo do texto em um contexto em que a revista a coloca como sendo algo impossível, visto que o próprio FHC não acreditava que poderia acontecer, sugerindo então que a presidenta Dilma renunciasse.

Esse texto foi assinado pelo próprio Mino Carta, e apresenta em sua linha fina o que o jornalista acredita ser o objetivo e o perfil dos manifestantes: ódio de uma única classe. Mas a revista mesmo demonstrando apoiar Dilma, considerando-a honesta e fazer vários elogios ao presidente Lula como sendo o presidente mais amado após a ditadura, se posiciona em relação ao governo PT, alertando que o partido a mais de dez anos vem se portando como os demais partidos quando estavam no poder.

#### **6.2.3.2- TEXTO 2 – CUNHA E SEUS MILHÕES**

A *CartaCapital* inicia o texto principal dessa edição, referente à sua matéria de capa, descrevendo as manifestações em Belo Horizonte no domingo dia 16 de agosto, destacando que manifestantes mineiros exibiram faixas com os dizeres “Somos milhões de Cunha”, em protesto contra Dilma, Lula e PT, esquecendo-se dos demais suspeitos. Quatro dias depois dos

protestos, Cunha foi denunciado pela Procuradoria Geral da República pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

A revista descreveu todo processo de acusação de Cunha desde o início. Apresentou o esquema envolvendo o senador e ex-presidente Fernando Collor de Mello, que segundo a revista também faria parte de um grupo que teria recebido propina entre 2010 a 2014 de postos de gasolina, para poder usar a bandeira BR.

Segundo a *CartaCapital* o governo comemorou em silêncio a desgraça do adversário, por não possuir ainda a maioria na Câmara, temendo uma ação mais ostensiva por parte de Cunha, visto principalmente pela oposição (PSDB e DEM) como principal fiador de um processo de *impeachment*, pois controlava a bancada do PMDB e contava com o apoio do baixo clero<sup>31</sup>, além de ter a confiança desde o fim da ditadura da bancada BBB (do Boi, da Bala e da Bíblia). Pela análise do cientista político, professor da Fundação Getúlio Vargas, Claudio Couto, restava saber até quando ele manteria essa lealdade, pois ninguém iria permanecer abraçado a um corpo em chamas. Segundo o professor, Cunha foi muito autoconfiante e arrogante ao usar a pauta da Câmara como instrumento de defesa e vingança pessoal.

Em um texto de quatro páginas, a palavra *impeachment* foi usada duas únicas vezes, quando a revista ao longo do texto demonstra a ameaça representada por Cunha em relação à abertura de processo de *impeachment*. Segundo a revista, Cunha era visto pela oposição como principal aliado para que o feito se realizasse. A revista *CartaCapital* nesse texto parece priorizar os escândalos envolvendo esse aliado da oposição, sinalizando aos leitores que Cunha não poderia realizar o desejo da oposição na situação que se encontrava.

### 6.2.3.3 - TEXTO 3 – DO FORA FHC AO FORA DILMA

A *CartaCapital* mostra seu descontentamento com a posição do governo em se manter mudo e não explicar os rumos os país, mas ao invés disso se limitou a reagir de forma defensiva e pouco criativa perante as pressões recebidas.

A revista menciona a oposição, sinalizando que a mesma não expõe ideias e não propõe projetos ou propostas ao debate nacional. A *CartaCapital* menciona novamente a sugestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso de que a presidenta Dilma deveria renunciar, que para ela, seria uma forma de vingança, pois durante o início de seu segundo mandato, em 1999, ouviu do petista Tarso Genro sugestão igual. Na ocasião o petista se

---

<sup>31</sup> Expressão usada para definir relevância de parlamentares.

ancorava no que chamou de “fraude eleitoral”, cometida por FHC, que também durante a campanha fez um tipo de promessa e depois fez tudo diferente. Tarso justificou a sugestão dizendo que o FHC já não tinha mais condições de governar depois do escândalo da privatização.

Segundo a *CartaCapital* a oposição se esqueceu de como se financiava a política no Brasil desde sempre, e que todos os partidos já tiveram suas eleições custeadas através do mesmo mecanismo. Para a revista, a mídia às vezes por ignorância e outras por questões ideológicas oferecem a opinião pública uma visão equivocada da vida política, o que na realidade acaba “legitimando o discurso da oposição”.

A revista abordou a questão dos números superfaturado das manifestantes antigoverno, onde tanto os meios de comunicação como a oposição davam ênfase aos números de participantes, transformando em uma amostra perfeita, excluindo dessa parcela as pessoas que não iam para as ruas.

Segundo a revista esses manifestantes não representariam o Brasil como um todo, pois em sua composição encontrava-se somente a classe média branca das metrópoles. O posicionamento desfavorável em relação aos manifestantes por parte da revista já foi constatado em outros textos em edições anteriores, aparecendo novamente.

Segundo a *CartaCapital* pela segunda vez temos um presidente no início do segundo mandato a enfrentar sérios problemas, com baixíssimos índices de popularidade, chegando a 8% de aprovação no final do primeiro ano após a reeleição. Fernando Henrique, assim como Dilma, também ouviu que deveria renunciar e seus oponentes moveram-se para conseguir seu *impeachment*, convocando protestos populares, e o “Fora FHC” de 1999, chegou a colocar 200 mil manifestantes nas ruas de Brasília. Mas a diferença entre o “Fora FHC” em relação a Dilma, segundo a revista, seria a base aliada de Fernando Henrique, que foi rápida e colocou a etiqueta “coisa de petista” no “Fora FHC”, sendo assim, não caracterizou como sendo manifestação da sociedade como um todo. Agora, porém, os mesmos personagens usam o inverso da estratégia no “Fora Dilma” e querem tornar as manifestações, específicas de um grupo, como representação da maioria do país.

Para fundamentar sua afirmação de que os protestos fazem parte de um grupo específico, a revista se reporta a pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais, realizada em Belo Horizonte, onde foi traçado o perfil dos manifestantes nesse protesto do domingo dia 16 de agosto. Entre os entrevistados cerca de 79% votaram em Aécio e 11% anularam ou deixaram o voto em branco, o que segundo a revista juntando com outros dados de pesquisas

semelhantes realizadas durante o primeiro semestre em outros locais, os resultados não são diferentes, que conclui que não importa a quantidade de manifestantes, se poucos ou muitos, mas sim, os que estavam nas ruas, quase que exclusivamente, eram os eleitores do PSDB.

A *CartaCapital* faz uma crítica os veículos de comunicação, em relação a como a mídia apresentou e discutiu essas manifestações contrárias ao governo, afinal é aceitável que os eleitores que perdem as eleições se sintam tristes, porém o que não se justifica é ocultar isso da opinião pública, escondendo assim a característica mais importante das manifestações. A *CartaCapital*, diante da mudez do governo em relação a situação, sugere um nome as manifestações “Fora Dilma”, como sendo um “Tucanaço”.

Nesse texto, a menção do *impeachment* se deu em seu conteúdo, quando a revista, refere-se à tentativa de *impeachment* de FHC nos protestos contra as privatizações. A *CartaCapital* tentou sinalizar aos leitores a rápida atitude e a estratégia usada pela base aliada de Fernando Henrique, rotulando tais protestos como “ coisa de petista”, conseguindo sufocá-los e evitar um futuro processo de *impeachment*. Para a *CartaCapital*, em relação ao “Fora Dilma, a estratégia poderia ser a mesma e tanto o governo, como sua base aliada, perante ao “Tucanaço” que estavam sofrendo, poderiam levantar a bandeira de “ é coisa de tucano”, porém tanto o governo, como sua base aliada se mantiveram emudecidos, sem reação, na defensiva e sem apresentar nenhuma reação.

#### **6.2.4 - REVISTA CARTACAPITAL 881 – EDIÇÃO - 23/12/2015**

A edição datada de vinte e três de dezembro de dois mil e quinze, conforme o critério de recorte e seleção, com a menção da palavra “*impeachment*”, foram encontrados cinco textos. Seguem os títulos com seus anexos: “**O STF Freia Cunha**” (Capa/Anexo 24); “O Natal de Dilma” (Anexo 25); “A Prisão de Cunha” (Anexo 26), “Dessa vez veremos uma reação?” (Anexo 27), “Remendo mal feito” (Anexo 28).

##### **6.2.4.1 - TEXTO 1 – O STF FREIA CUNHA**

Com o símbolo do Supremo Tribunal Federal estampado na capa, a *CartaCapital* o responsabiliza por frear Cunha, que teve seu pedido de afastamento da presidência da Câmara e também de seu mandato parlamentar, ambos solicitados pelo procurador geral da república. Ao trazer em sua linha fina o basta que o STF deu em Cunha, a revista sinaliza aos leitores,

que simultaneamente derruba-se a trama montada para que o *impeachment* acontecesse, já que era comandada pelo presidente da Câmara.

#### 6.2.4.2 - TEXTO 2 – O NATAL DE DILMA

A *CartaCapital* apresenta como peça principal desse texto Edson Fachin, ministro do STF, indicado por Dilma Rousseff e seu eleitor declarado em 2010. Fachin surpreendeu a todos, até os mais fanáticos antidilmita, com seu voto de liberdade. Na quarta-feira dia 16 de dezembro, em um voto de cem páginas que apoiou as manobras de *impeachment* de Eduardo Cunha, ignorando o trâmite adotado na deposição de Fernando Collor, foi adotado outro que limitou a defesa da presidenta Dilma, facilitando assim as pressões da oposição.

Segundo a revista, a dúvida é até que ponto as pressões sofridas pelo ministro influenciaram no voto, pois desde que assumiu a relatoria, Fachin vem sofrendo assédio moral por parte dos defensores do *impeachment*, como também outros tipos de pressões, como manifestantes em frente sua casa em Brasília. Em uma rua próxima, seu rosto foi pintado no asfalto com um alvo na testa; no Paraná, sua terra natal, cartazes o classificavam como “assassino da democracia”. Entretanto a felicidade da oposição durou pouco, pois Fachin só conseguiu dois votos favoráveis ao seu relatório, um de Gilmar Mendes, antipetista declarado e o outro de José Dias Toffoli, ex-petista.

Segundo a *CartaCapital*, Mendes, após a derrota, classificou a decisão como portadora de pouca fundamentação e insinuou que os colegas de corte estavam tentando dar um “balão de oxigênio a um governo doente”, sinalizando que o governo não teria mais salvação.

A *CartaCapital* abordou os pontos onde o STF frustrou o golpe arquitetado por Cunha: primeiro considerou inválida a constituição de uma chapa avulsa nas eleições da comissão especial de análise do processo contra a presidenta, segundo, não permitiu a escolha dessa chapa por voto secreto e por último determinou que o Senado era quem teria o direito de aceitar ou não um processo de *impeachment*, a Câmara caberia somente autorizar a investigação. A oposição criticou a decisão, mas tiveram que acatá-la.

A revista aponta os rumos que a presidenta Dilma pretendia tomar para permanecer no cargo e se livrar do *impeachment*, com mudanças na área econômica, considerando um “presente de natal” a todos. A revista prevê que o ano de 2016 começaria a todo vapor, já que o presidente do Senado, Renan Calheiros, discreto aliado de Dilma, se preocupou em primeiro momento com as buscas e apreensões que atingiram Cunha, porém respirou aliviado, quando

o mesmo não aconteceu com ele, pois Zavascki (ministro relator da Operação Lava Jato) não autorizou. Ainda sobre Calheiros, a revista relata que realizou várias críticas ao vice-presidente Michael Temer, chegando a chamá-lo de “mordomo de filme de terror”, além de acusá-lo de responsável pelo caos político em Brasília, que teria sido instaurado durante o tempo em que a articulação política do Planalto estava sob sua responsabilidade, onde, segundo o senador, Temer só tratou de nomear aliados.

Percebe-se o uso da palavra *impeachment* em todo o texto, o que demonstra que a revista abordou esse assunto como tema principal, em um texto disposto em cinco páginas para tratar do assunto. Ao trazer o *impeachment* em da linha fina de capa e também na linha fina do texto, a revista buscou mostrar aos leitores as manobras que estavam sendo realizadas para a abertura do processo de *impeachment* e como o STF fez para que esse feito, encabeçado por Eduardo Cunha, fosse barrado.

A revista sinaliza aos leitores a espécie de “traição” de Edson Fachin ao votar a favor das manobras pro *impeachment* arquitetadas por Cunha, o que teria surpreendido até os antidilista, afinal Fachin foi indicado por Dilma.

#### **6.2.4.3 - TEXTO 3 – A PRISÃO DE CUNHA**

Na sequência dos textos analisados foi constatado o posicionamento contrário da revista em relação à Cunha. Nesse texto, em especial, a *CartaCapital* aponta os crimes cometidos por Cunha que tinha motivos concretos para levá-lo à prisão imediatamente. A revista ao apresentar Cunha como um dos favoráveis ao *impeachment* faz uma pequena explicação da instituição do *impeachment* no mundo, além de sugerir a urgência em decretar a prisão de Cunha. Para isso a *CartaCapital* se reporta ao Código Penal Brasileiro, onde qualquer cidadão pode dar voz de prisão, desde que sejam crimes permanentes<sup>32</sup>. E segundo a revista, Cunha estava sendo acusado de lavagem de dinheiro, sendo classificado como um crime permanente. No caso de Cunha, o crime se alonga com a ocultação permanente de capitais em contas correntes, não declaradas no Brasil, que segundo a revista, já poderia dar voz de prisão a Cunha. Entretanto a revista alerta que mesmo qualquer pessoal podendo dar voz de prisão a Cunha, isso não seria prudente, pois devido a sua esperteza, facilmente transformar-se-ia em vítima de desacato.

---

<sup>32</sup> Art. 301- Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.



A *CartaCapital* diz que Dilma, diferente de Cunha não estava sendo acusada por motivo de corrupção e nem de lavagem de dinheiro. A revista também aponta a responsabilidade do Senado em relação ao julgamento do *impeachment* contra Dilma, alertando para duas situações, onde um julgamento político colhido na base do “sim” ou “não”, a corte poderia contar com o fato de que outros presidentes também já deram as “pedaladas”, sendo assim, Dilma não teria agido de má fé, entretanto, poderia considerar a oportunidade da permanência de Michael Temer na presidência como salvação.

A *CartaCapital* após uma busca incansável na tentativa de convencer os leitores sobre as manobras de Cunha, aborda nesse texto os reais motivos existentes para que Cunha seja levado para a prisão. A revista menciona o *impeachment* no corpo do texto, com uma importância relevante, como é percebido pelo fato da revista resgatar o surgimento da instituição do *impeachment* no mundo. Alerta sobre o fato de que o Senado (responsável pela votação) deve se atentar ao fato das “pedaladas”, que já foram praticadas por outros presidentes, o que descaracterizaria o uso de má fé por parte de Dilma.

#### **6.2.4.4 - TEXTO 4 – DESSA VEZ VEREMOS UMA REAÇÃO?**

A *CartaCapital* aponta no início do texto a reação dos movimentos sociais que começam a se manifestar a favor da presidente e contra o processo de *impeachment*. Após um resgate histórico, a revista citou o artigo do jornal Diário Popular que apontou que durante os movimentos da Proclamação da República em 1889, o povo assistia bestializado pensando ser uma parada militar. Sete décadas depois, o golpe de 1964 ocorreu sem um único tiro e sem gente na rua. A *CartaCapital* ao mencionar o fato de 1964, questiona se com o *impeachment* de Dilma será a mesma coisa. Em resposta, os movimentos sociais dizem que não e começam a se articular. Na quarta feira dia 16 de dezembro, aconteceram protestos em 23 Estados e no Distrito Federal, alcançando o maior número de manifestantes em São Paulo, onde 55 mil pessoas (dados do Datafolha) protestaram no trajeto entre a Avenida Paulista até a Praça Roosevelt a favor da presidente e contra o *impeachment*.

Segundo a revista, mesmo defendendo a presidente, os atos não pouparam críticas ao governo, principalmente contra política econômica. Guilherme Boulos, líder o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), diz que os trabalhadores sem teto são contra a cassação do mandato, pela falta de base legal, mas não foram as ruas, pois o governo se mostra indiferente do ponto de vista político, aplica medidas antipopulares, empurra a conta

da crise para os mais pobres e apresenta um programa oposto ao que pregou durante as eleições de 2014, porém reforça Boulos, o *impeachment* é fruto de uma articulação política dos setores da direita, com objetivo da ascensão do vice Michael Temer, o que segundo ele, seria uma forte ameaça de regressão social e trabalhista.

Para a *CartaCapital* as entidades ligadas ao PT, como a CUT (Central Única dos Trabalhadores), pressionam o governo para que mude o rumo da política. No dia anterior ao ato em defesa ao seu mandato, Dilma recebeu um documento com propostas de seis centrais e de uma parcela do empresariado, que segundo Vagner Freitas (presidente da CUT) foi bem aceito pela presidente, o que colaborou para uma maior adesão de trabalhadores nesse ato contra o *impeachment*.

A *CartaCapital* alerta que as manifestações do dia 13 de dezembro, segundo dados do Datafolha, traça o perfil de seus manifestantes. Segundo a revista, a maioria que saíram as ruas eram eleitores de Aécio, do PSDB, com um perfil elitista: 81% têm ensino superior e 44% possuem renda familiar superior a dez salários mínimos e idade média entre 39 e 48 anos. Segundo a presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes), Carina Vitral, a juventude não aderiu aos protestos, por perceber que isso não passa de disputa política, promovidas por grupos que querem a presidência para implantar o seu projeto. Carina ainda faz referência ao movimento “cara-pintada”, que quando saíram às ruas pedindo o *impeachment* de Collor, tinham motivo para tal, pois havia indícios de seu envolvimento com esquemas de corrupção, já no caso de Dilma, isso não existe.

O assunto *impeachment* teve muito destaque ao longo do texto, mesmo a revista abordando a questão dos movimentos sociais criticando o comportamento de Dilma em relação a sua indiferença com a situação política. Ao observar a linha fina da matéria que traz os seguintes dizeres “Os movimentos sociais prometem resistir ao golpe”, a revista demonstra que esses movimentos estão se articulando em defesa da presidente por enxergarem que o *impeachment* se trata de um golpe tramado pela elite, pois não existe base legal para que seja instaurado, já que Dilma não tem indícios de envolvimento em esquemas de corrupção.

#### **6.2.4.5 - Texto 5 – Remendo mal feito**

A *CartaCapital*, ao apresentar a aprovação pelo Congresso da redução da meta fiscal de 2016 de 0,7% para 0,5% do PIB, sinaliza que isso permitirá ao governo manter programas

sociais, como o bolsa família. No mesmo dia, o Brasil teve queda em sua classificação de risco, passando de “investimento” para “ especulativo” segundo a agência Fitch<sup>33</sup>, que de acordo com a revista, diferente do que a mídia apresenta, não aconteceu devido as alterações da meta fiscal, mas sim, pelos reflexos da recessão sobre as contas públicas.

Para a revista, a discussão da nova meta fiscal se deu devido a pressão da proposta de *impeachment* da presidente por suposta violação da lei orçamentária, que originou abertura de créditos suplementares neste ano, além das “pedaladas fiscais” ou manipulação na execução do Orçamento de 2014 que é vetado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O TCU (Tribunal de Contas de União) rejeitou as contas por considerar a prática ilegal.

A *CartaCapital* ouviu o professor de direito financeiro da Faculdade de Direito da USP , Heleno Torres que afirmou que o TCU poderia ter aprovado as contas, com ressalvas, como manda o regimento, mas nunca reprovou por serem irregulares. Ainda segundo o jurista, qualquer interpretação sobre o conceito de crime financeiro, de natureza orçamentária, só pode ser apreciado depois do julgamento pelo Senado Nacional.

A palavra *impeachment* apareceu no corpo do texto, porém não foi o assunto principal da matéria. Sua referência se deu pelo motivo da discussão da nova meta fiscal que surgiu pela pressão do *impeachment* e pelas contas reprovadas pelo TCU, com suspeitas das “pedaladas fiscais”. A *CartaCapital* demonstra sair em defesa de Dilma, quando ao ouvir um especialista em direito financeiro, buscou convencer o leitor de que as contas não poderiam ter sido reprovadas, somente após o julgamento do Senado Nacional.

#### **6.2.5 - REVISTA CARTACAPITAL 893 – EDIÇÃO - 13/03/2016**

A edição datada de treze de março de dois mil e dezesseis, conforme o critério de recorte e seleção com a menção da palavra “*impeachment*”, foram encontrados três textos. Seguem os títulos com suas respectivas paginações: “A Força do Caos” (Anexo 29); “Brasil, capital Curitiba” (Anexo 30); “Charge” (Anexo 31).

##### **6.2.5.1 - TEXTO 1 – A FORÇA DO CAOS**

---

<sup>33</sup> A **Fitch** é uma das mais tradicionais agências de classificação de risco de crédito do mundo. Especializada em qualificar determinados produtos ou ativos financeiros emitidos por empresas ou por governos, atribui notas e classifica esses agentes emissores de títulos públicos (governos) e de títulos privados (empresas) quanto ao grau de risco de não pagamento de suas dívidas dentro do prazo fixado.

A *CartaCapital* inicia seu texto principal aparentemente em defesa da presidente Dilma e de seu governo, ao apresentar uma discordância com o clima radical vivido no país após a ascensão policial, judicial, midiática contra o governo do PT. Segundo a revista, a classe média, que chamou-se de de “endinheirados” estão tomados por uma fúria antipetista, conforme se observa durante os protestos nas ruas, nas redes sociais, nos bares, nas reuniões familiares e no plenário do Congresso, sinalizando que algo grave estava prestes a acontecer.

A *CartaCapital* alerta que nem a chegada de Lula à Casa Civil, última tentativa do governo em mostrar capacidade política e econômica é garantia de normalidade, o que demonstra que o mandato de Dilma corre um risco enorme.

A revista sinaliza que Sergio Moro foi o ícone das manifestações do dia treze de março e que incendiou o Brasil, três dias depois dos protestos com a divulgação dos grampos telefônicos de Lula. A conversa revelada entre Lula e a presidente Dilma, sobre a sua nomeação para o ministério alimentou a mídia e os antepetistas com a tese de obstrução da Justiça, na qual essa posse protegeria o ex-presidente contra um eventual pedido de prisão decretado por Moro. A revista parece discordar da postura de Moro, ao quebrar o sigilo das ligações antes de enviá-las ao Supremo Tribunal Federal. A revista questiona se o juiz poderia ter tomado tal atitude, já que segundo a Constituição, o presidente só pode ser investigado no STF. Segundo o ministro da justiça, Eugênio Aragão, Moro não poderia ter feito isso e teria cometido crime previsto na Lei de Interceptações. Moro teria recorrido aos Estados Unidos, usando como exemplo o caso de Watergate, pivô da queda do presidente Nixon, para se defender das críticas.

A revista questiona porque mesmo depois do pedido de interrupção dos grampos feito por Moro, elas ainda continuaram. A polícia federal justificou como sendo o motivo a burocracia, pois cabia a operadora vivo, no caso, interromper as gravações. Moro, porém, disse que o horário da gravação (que seria após seu pedido de interrupção) não era importante, mas sim o teor das conversas.

Segundo *CartaCapital* após o episódio do grampo, Dilma declarou guerra contra Moro e a Lava Jato, que segundo a presidenta, tem como único objetivo: caçá-la, prender Lula e fechar o PT. Dilma acusa Moro de desrespeitar a Constituições com os grampos, que considera ilegal, além de insuflar a população contra o governo com inverdades, que na sua visão, seria uma tentativa de golpe contra seu governo.

A história dos grampos intensificou uma onda de manifestações contra a nomeação de Lula ao ministério, que segundo a *CartaCapital* foi quase um segundo tempo dos protestos do

dia 13 de dezembro. O que revoltou a população foi a versão de que o ex-presidente teria aceitado o cargo para fugir de Moro e da prisão.

Durante a cerimônia de posse de Lula, o planalto foi tomado por uma multidão vestida de verde e amarelo com faixas contra Dilma, Lula e PT. A cavalaria da polícia militar não conseguiu manter o cordão de isolamento e manifestantes contra e a favor do ex-presidente entraram em conflito. Durante as pausas do discurso de Dilma, o juiz Sergio Moro era hostilizado com palavras de “Moro fascista” pelos integrantes dos movimentos sociais. A TV Globo também foi acusada de inflar a população contra o governo. Lula, porém não chegou a assumir o ministério, pois foi impedido pela liminar concedida por um magistrado, motivado pelo clamor popular.

Em uma aparente tentativa em defender o ex-presidente Lula, a revista sugere que não passa de hipocrisia de boa parte da turma anti-Dilma, anti-Lula e anti-PT, a alegação do ex-presidente usar a nomeação como foro privilegiado e cita vários nomes de políticos do PSDB que também teria usado o foro para se proteger. Usou como exemplo o próprio ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que uma semana antes de passar a faixa de presidente para Lula, sancionou uma lei garantindo o foro especial a ex-presidentes, alegando ser adequado para evitar futuras perseguições políticas ao ex-mandatário. A revista alerta que essa lei foi derrubada em 2005 pelo STF.

A revista também faz menção ao tucano Eduardo Azevedo que renunciou ao mandato de deputado para escapar do julgamento do TSF por conta de sua participação no “mensalão tucano” em Minas Gerais. O deputado foi condenado há 20 anos de prisão, mas recorreu.

A *CartaCapital* destaca o que de diferente tem nessa manifestação do dia treze de março de 2016 em relação as demais. Segundo a revista, a grande novidade nessa marcha anti-Dilma foi o coroamento do juiz Sérgio Mouro, da Lava Jato, como o “justiceiro” do Brasil, além da aclamação de “Moro presidente”, tendo o apoio da camada popular de maior renda.

A revista mostra-se em discordância com a posição do vice-presidente Michael Temer, que irremediavelmente se apresenta rompido com o governo e pronto para herdar a faixa presidencial. Para o líder do partido Rede, Alessandro Molon, a derrubada do PT do poder pode ser uma estratégia para acabar com a Lava Jato e assim o próximo governo passar a ter controle sobre as investigações. Molon sugere que pode ser uma dobradinha entre PMDB e PSDB, porém o que realmente estava acontecendo, era que o governo estava perdendo aliados.

Para *CartaCapital* a oposição não estava aberta ao diálogo e não tinha como dialogar ou tentar convencê-la de que a Lava Jato mexia com todo o sistema político e não somente com os governistas. Para Cássio Cunha, líder do PSDB no Senado, o *impeachment* é irreversível, em razão dos problemas econômicos e do descrédito da presidente na capacidade de governar.

A sobrevivência ao caos político em que se encontra o governo depende da militância de seus aliados, dispostos a saírem nas ruas. Uma situação complicada, segundo a revista, já que há a necessidade de equilíbrio entre a defesa da democracia sem o apoio explícito a um governo considerado reprovado em seu ajuste fiscal.

*Veja* busca através de texto alertar aos leitores sobre as tramas criadas pela oposição, principalmente por Sergio Moro para que o *impeachment* acontecesse. Segundo a revista o juiz foi o principal pivô das manifestações do dia 13 de março. Moro estrategicamente ao divulgar as conversas entre Dilma e Lula, provocou uma revolta que levou as pessoas novamente às ruas, pedindo o *impeachment*.

#### **6.2.5.2 - TEXTO 2 – BRASIL, CAPITAL CURITIBA**

Nesse texto assinado pelo próprio Mino Carta, começa descrevendo sua amizade com o ex-presidente Lula, da negação da política e do complô contra Dilma e o PT. Segundo ele as pessoas vivem de aparências, pois as instituições não funcionam e o Estado de Direito também não.

Brasil, capital Curitiba, para Carta seria o epicentro dos complôs e das motivações da operação golpista, responsável por essa situação de caos.

A Carta reporta-se ao golpe de 1964, que foi apresentado como o salvador da democracia, sendo chamado de revolução, mas que na verdade transformou em um simulacro da democracia, que só serviu para reabrir o Congresso composto por dois únicos partidos que surgiram para transmitir uma falsidade hereditária.

Segundo o jornalista, o único governo que mostrou uma mudança notável foi o de Lula, graças à política social e política internacional, até então inexistente. Para a Carta regredimos progressivamente e o que se espera é o caos e teme pela primeira vez na história do Brasil, que se torne terra de ninguém e vê somente em Lula a liderança popular para o país.

O jornalista faz uso da metáfora da Casa grande (os ricos) como aproveitadores da incapacidade da maioria da população em se livrar do discurso midiático e assim formar sua

própria ideia. Enquanto isso são essas pessoas que não compreendem que Lula é a única esperança de evitar o pior.

A Carta elogia Lula, pelo sua decisão em chefiar a Casa Civil da presidente Dilma, mesmo sob protestos dos militantes do complô que alegavam que essa decisão era somente para evitar sua prisão.

Para o jornalista, Lula confidenciou através do telefone grampeado, que o primeiro problema a ser enfrentado por ele seria a crise econômica, afirmando que o crescimento seria a saída. Carta defende que para o ex-presidente salvar o governo de Dilma e impedir o *impeachment* sua agenda seria bem grande.

A revista ao longo do texto faz muitos elogios ao ex-presidente Lula, e alerta que a acusação que recai sobre o ex-presidente sobre a propriedade do Triplex, não haveria provas em relação a isso. Em relação às doações ao Instituto Lula, o ex-presidente se defende dizendo que Fernando Henrique Cardoso recebeu o dobro de certa empresa.

Baseado em uma pesquisa do Datafolha, o jornalista relata que mais de 70% dos brasileiros aprovam a violência da polícia contra Lula, questionando onde estão os brasileiros que foram beneficiados pelo ex-presidente.

E notável a importância que o jornalista mostra pelo assunto, visto que reserva cinco páginas para seu tratamento. Carta sinaliza uma similaridade ao apresentar duas fotos lado a lado, uma da manifestação de 13 de março de 2016 e a outra da marcha do golpe de 1964, onde descreve sobre a maré humana publicada pelos veículos de comunicação, citando o jornal a Folha de São Paulo e o jornal Estadão, que falaram em 500 mil pessoas no domingo dia 13 de março. Em uma comparação, o jornalista, aponta que 500 mil também foi o número de pessoas nas ruas por ocasião do comício das Diretas Já, que segundo ele, foi um exemplo de bravura e desafio a ditadura.

O jornalista faz críticas a alguns veículos de comunicação em especial à rede Globo, a revista *Veja* e a revista *Isto É*, quando diz que o perfil dos manifestantes que foram as ruas nesse domingo dia 13 de março é muito diferente daqueles que marcharam no golpe de 1964 e também dos “cara-pintada”, que saíram as ruas contra o presidente Fernando Collor empurrados pela mesma Globo que o elegeu juntamente com a ajuda da revista *Veja*, quando o consagrou o “Caçador de Marajás”. Afirma com todas as letras que Collor só caiu pelo fato da revista *Isto É* ter descoberto a ligação entre a casa da Dinda<sup>34</sup> e o palácio do Planalto<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup>A Casa da Dinda foi a residência oficial de Collor entre 1990 e 1992.

Para a Revista Carta, o Brasil é um país corrupto em sua essência, desde seus colonizadores, entregue a lei do mais forte, dado a propina, tanto como autor quanto receptor. Aponta que somos campeões no “levar vantagens”, na trapaça miúda e graúda. Critica a FIESP questionando quanto teria gasto ao financiar o “desfile” de domingo 13 de março, alegando que essa também é uma forma de corrupção.

A Carta traça o perfil dos manifestantes. O jornalista os descreve como famílias, onde os pais levaram seus filhos para ruas, acompanhados de suas babás, com geladeiras portáteis para se abastecer com guaraná, cerveja e até champanhe.

Nesse texto de Carta a palavra *impeachment* apareceu uma única vez ao decorrer do texto, porém o tema central do texto gira em torno dele. Carta aponta Moro como o responsável pela operação de eliminação de Dilma e do governo PT. O jornalista ao tecer muitos elogios ao ex-presidente, de quem é amigo íntimo, busca convencer os leitores de que Lula seria a última esperança de afastar a ameaça da destituição de Dilma do cargo de presidente.

#### 6.2.6 - TEXTO 3 – CHARGE

Na última página dessa edição, a revista *CartaCapital* traz uma charge, onde faz uma crítica ao momento onde todos clamam pelo *impeachment*. Utilizando-se de uma linguagem mais moderna e digital, a história em quadrinhos apresenta o diálogo entre três animais, representados por dois porquinhos e uma girafa. A girafa seria uma blogueira de fofocas e de novas tendências, e os porquinhos seriam quem querem seguir essas novas tendências.

A charge que tem por finalidade satirizar, por meio de uma caricatura, algum acontecimento atual com uma ou mais personagens envolvidos é usado pela revista para criticar o fato de que o *impeachment* tenha se tornado uma tendência, um “modismo”, disseminados pelas redes sociais, em sua maioria pelos “influenciadores digitais”, que não se importava se existia base legal para tal fato, o importante era instigar as pessoas a saírem às ruas, fazerem protestos, publicarem nas redes sociais: textos, opiniões e expressões contra Dilma e seu governo. A moda era pedir o *impeachment*, caso contrário, estaria fora do contexto do momento.

---

<sup>35</sup>Disponível para mais informações em [https://istoe.com.br/161904\\_DEPOIMENTO+DE+MOTORISTA+LEVA+AO+IMPEACHMENT+DO+PRESIDENTE/](https://istoe.com.br/161904_DEPOIMENTO+DE+MOTORISTA+LEVA+AO+IMPEACHMENT+DO+PRESIDENTE/) Acessado em 22/01/2018



### 6.3 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Por meio da análise das categorias, foi possível perceber como as revistas *Veja* e *CartaCapital* abordaram o *impeachment* em suas páginas, em um momento tão conflituoso e decisivo para o país. Veículos de comunicação, que muitas vezes são responsáveis por proporcionar debates políticos, promovendo transformações na esfera pública.

O título tem uma importância fundamental para qualquer notícia, pois é o responsável por chamar a atenção do público leitor. Caso há interesse no título, isso leva o leitor a ler o seu conteúdo.

Partindo de uma análise interpretativa que teve início pela categoria Título, seguindo posteriormente pelas demais categorias (Linha Fina, Conteúdo e Uso de Fontes), usamos como base tanto a descrição dos textos das revistas como a leitura da tabela dessas categorias, conforme já foi explicado na metodologia.

Com relação à categoria Título, foi constatado que a revista *CartaCapital* não mencionou a palavra *impeachment* no título dos textos analisados e na revista *Veja* a palavra foi mencionada somente em um título dos doze textos selecionados, mostrando, por meio dessa categoria, que o título não teve muita relevância na abordagem do assunto “*impeachment*” pelas equipes de jornalismo de ambas as revistas. Embora a menção da palavra não tenha sido no título do texto principal de capa, mas sim na sessão do leitor, isso aponta que a revista buscou mostrar que, entre seus leitores, o assunto estava em evidência e ao selecionar, em sua maioria cartas e e-mails favoráveis ao *impeachment*, visto que somente um dos relatos se mostrava contra, *Veja* enfatizou que a maioria de seus leitores demonstravam ser favoráveis à destituição da presidenta.

Na revista *CartaCapital*, entre seus dezesseis textos selecionados, nenhum trouxe a palavra *impeachment* em seu título, indicando que a revista não procurou evidenciar esse assunto em seu título, por entender a sua importância no despertar do interesse do leitor. Ao fazer essa associação, o assunto poderia ganhar destaque e instigar mais as manifestações e protestos, exatamente o que *CartaCapital* não queria. Numa tentativa de negatar os efeitos já sinalizados pela sua concorrente, a revista *Veja*, que trouxe em um de seus textos, a informação de a palavra *impeachment* associado à presidenta Dilma havia aumentado dez vezes mais nas redes sociais (principal canal de convocação dos manifestantes), após as manifestações e painéis, a *CartaCapital* preferiu a abstenção da palavra, por ter um posicionamento contrário ao assunto, já que considerava tanto as manifestações e o pedido de

*impeachment* como sendo fruto de um golpe de uma classe elitizada comandada pela oposição política, em especial a ala tucana.

Mesmo a palavra *impeachment* não tendo visibilidade nos títulos dos textos (só houve um caso nos textos analisados), tanto a *Veja* como a *CartaCapital* apresentaram uma relação implícita do assunto *impeachment* com os títulos usados. Na revista *Veja*, vários títulos indicam o assunto de uma maneira indireta como: “E o governo mal começou...”, uma referência aos primeiros dias do segundo mandato da presidente Dilma, que já começava em crise, “O governo se desintegra”, sinalizando que o governo não estava bem e aos poucos se fragmentava, “Vergonha e Tristeza”, apontando a vergonha de um governo que se mostrava indiferente aos problemas da nação e tristeza, pois foi por muito tempo a esperança em ser o partido que salvaria o Brasil, “De volta pra rua”, reportando-se as manifestações e protestos que aconteciam em todo o país contra a presidente e seu governo, pedindo o *impeachment*.

A *CartaCapital* também usou dessa estratégia para relacionar o título ao assunto, como: Começar de Novo?, mencionando os primeiros dias difíceis vividos pela presidente Dilma no começo de seu segundo mandato, “Do Fora FHC ao Fora Dilma”, relacionando as manifestações contra Dilma com as ocorridas contra o ex-presidente Fernando Henrique devido as privatizações, e o pedido frustrado de *impeachment* na época, “Brasil, capital Curitiba”, aponta diretamente para o juiz Sérgio Moro, responsável pelas investigações da Lava Jato e pelas prisões de muitas pessoas, inclusive de vários políticos pertencentes ao governo PT.

Embora o tema *impeachment* não tenha sido tão explorado nessa categoria, o assunto se fazia presente de uma maneira sugestiva nos títulos.

A linha fina, ou subtítulo, tem a função de facilitar a vida do leitor, ao completar o que está no título e ao acrescentar mais dados. Foi usada na análise, como uma categoria, que teve a finalidade de mostrar como ambas as revistas buscaram atrair o leitor para o texto. Essa categoria apresentou uma relevância maior do que a categoria título, em seu uso por ambas às revistas. Entretanto, percebeu-se que a palavra *impeachment* foi usada mais vezes pela revista *Veja* do que pela revista *CartaCapital* na linha fina, caracterizando que a revista *Veja* se apropriou mais desse artifício para atrair a atenção do leitor para o assunto.

Nos textos da revista *Veja* que apresentaram a palavra *impeachment*, a revista sugeriu através dos títulos o assunto, de modo indireto, mas foi na linha fina que a revista concretizou o que realmente queria transmitir ao leitor. Através dessa categoria, percebeu-se que a revista *Veja* ressaltou o problema da crise econômica do país e da crise política do governo,

procurando aproximar esses problemas, enfrentados por Dilma e seu governo, da situação econômica e política do governo Collor, que terminou em seu *impeachment*. Ao analisar essa categoria foi possível notar um posicionamento contrário da *Veja* perante a presidenta e seu governo, constatado pelo uso de palavras com conotações negativas no decorrer da linha fina como: “pior índice de aprovação de um presidente após *impeachment* de Collor”, “povo na rua”, “governo derretendo”, “contas públicas em frangalhos”, “ameaça de *impeachment*”.

A *CartaCapital*, mesmo apresentando em um número menor de textos, também fez uso dessa estratégia para conquistar seu leitor. Ao optar por usar a palavra *impeachment* somente na linha fina, já que não a mencionou nenhuma vez nos títulos, a revista buscou sinalizar para o leitor o que realmente queria dizer, pois a linha fina, por oferecer mais dados na informação, vem como um complemento ao título. Notou-se que *CartaCapital* priorizou o uso da palavra *impeachment* na linha fina das capas das edições 846 (Anexos 19 e 20) e 881 (Anexos 25 a 27), indicando já de imediato ao leitor do que se tratava o título, e consequentemente o assunto.

Por meio dessa categoria, identificamos que a revista *CartaCapital* apresentou um posicionamento contrário a onda de protestos pró-*impeachment* que tomou conta do país, ao concentrar em sua linha fina somente referências desfavoráveis ao assunto do *impeachment*, como pode-se perceber no texto da linha fina: “A prisão do tesoureiro do PT reacende a campanha pelo *impeachment* de Dilma Rousseff”. Notou-se que a revista dispôs a informação de uma maneira desfavorável ao fato de, com a prisão de um integrante tão importante do governo PT, o clima pró-*impeachment* voltou em cena. Esse posicionamento desfavorável se confirmou também nos textos 1 e 2 da edição 881 (Anexos 24 e 25), onde a revista ressaltou a questão do STF ter interrompido as ações de Eduardo Cunha, que segundo ela, seria o responsável pelas manobras pró-*impeachment*.

A atenção do público é despertada, em primeiro momento tanto pela foto/imagem, como pelo título e também pela linha-fina, porém é no corpo do texto que o leitor tem o encontro com o que realmente essa junção entre imagem/foto+título+linha-fina quer informar, com uma exposição mais detalhada dos acontecimentos mencionados, de acordo obviamente, com a linha editorial do veículo de comunicação ao qual o texto se refere.

Constatou-se que a categoria conteúdo, analisada nesse trabalho, foi muito bem explorada por ambas as revistas. Tanto a *Veja* como a *CartaCapital* buscaram usar, principalmente a linha-fina para despertar o interesse do leitor para a leitura do texto, onde as

informação mais importantes e mais relevantes sobre o assunto *impeachment*, do ponto de vista de cada revista, estariam presentes de uma maneira mais primorosa e entendível.

Pela análise dessa categoria verificou-se que a revista *Veja*, manteve-se desfavorável a presidente Dilma e seu governo, como já foi constatado nas outras categorias analisadas. Na edição 2417 (Anexos 3 a 7) notou-se que a revista esperava que as manifestações pedindo o *impeachment* desse um susto na presidenta, para assim romper com a carapaça da alienação em que se encontrava frente à crise em que o país estava mergulhado, além de rotular o governo como “ditadores” e “opressores”. A revista sugeriu aos leitores, que o *impeachment*, dentre todas as possibilidades de saída da presidente, seria a melhor e também a solução para a crise, além de ser a mais tentadora, tanto por parte da população como por parte do Congresso.

Na edição 2439 (Anexos 9 e 10) observou-se a posição favorável da revista em relação ao *impeachment* da presidenta, pela maneira como a revista deu importância ao assunto, resgatando os motivos que levaram as pessoas a participarem da manifestação, que ficou conhecida como “Domingo Negro”, que pediam o *impeachment* de Collor, ressaltando os motivos, que essas mesmas pessoas, voltavam às ruas para protestar contra Dilma pedindo sua saída. Pela análise essa categoria, percebeu-se como a *Veja* provocou o leitor, buscando convencê-lo a encontrar similaridade entre as duas situações.

Através da categoria conteúdo, nas edições 2456 (Anexos 11 a 13) e 2469 (Anexos 14 e 15), percebeu-se que revista *Veja* continuou com o mesmo posicionamento desfavorável a presidenta Dilma e seu governo. Abordando de maneira superficial o assunto *impeachment*, nessas edições. A revista se encarregou de hostilizar o governo PT, bem como a figura principal do partido, o ex- presidente Lula. A *Veja* sinalizou o enfraquecimento do governo com a quebra da aliança com o vice-presidente, consequentemente com o partido do PMDB, além de perder apoio da Igreja e da ala de artistas. A aversão a presidenta e a seu governo ficou explícito quando a revista se posicionou, dizendo que o Brasil precisava escapar do veneno ofídico de Dilma, Lula e do PT para retomar o caminho para uma nação mais próspera e estável, além de sinalizar que essa fragilidade vivida pelos chefões do PT era o que a oposição precisava para recomeçar os trabalhos visando a queda do governo.

A revista *CartaCapital* não priorizou o assunto *impeachment* no título nem na linha fina do texto, porém o assunto foi abordado de uma maneira significativa na categoria conteúdo.

Como apreciado nas categorias anteriores, a revista tratou do assunto do *impeachment* explicitamente de maneira muito desfavorável, em vários momentos se posicionava em defesa da presidente Dilma e seu governo. Nas edições das revistas analisadas, muitos de seus textos, faziam referência às manifestações e aos manifestantes *pró-impeachment* como sendo conservadores e golpistas, além de criticar a mídia e a oposição por divulgarem números fraudulentos sobre a quantidade de pessoas nas ruas durante as manifestações contra Dilma (ed.842, Anexos 16 e 17).

A *CartaCapital*, perante a agitação envolvendo a prisão de Vaccari (tesoureiro do PT) e a possibilidade de mais manifestações, por esse motivo, pedindo a abertura do processo de *impeachment*, a revista aparentou sair na defensiva de Dilma, ao ouvir três especialistas sobre a possibilidade de um *impeachment* por razões do caso Vaccari. Dos três ouvidos, o único que se posicionou a favor do *impeachment*, intencionalmente ou não, era advogado do ex-presidente FHC, pertence ao partido de maior oposição a presidenta, os dois outros, apresentaram posições favoráveis à presidenta (Ed.846, Anexos 18 a 20).

A *CartaCapital*, mesmo abertamente defensora de Dilma, em alguns dos textos analisados, cobra mais firmeza da presidente e seu governo frente as situações, reclamando a posição na defensiva de Dilma. Cita a prisão de Vaccari, afirmando que já deveria estar fora do partido, o que teria evitado muitos problemas.

Ao analisar essa categoria percebeu-se que a revista se posicionou abertamente contra as manifestações, buscando mostrar aos leitores que não se tratava da representação da maioria da população, mas sim representavam uma única classe social que tinha como objetivo tirar o PT do poder.

A categoria permitiu perceber que os textos assinados pelo próprio Mino Carta, além de ressaltarem o perfil dos manifestantes como sendo da elite, evidenciou as críticas que fazia a oposição do governo Dilma, principalmente ao partido do PSDB e ao presidente da Câmara Eduardo Cunha, apoiadores do *impeachment*, como também ao juiz Sergio Moro, que segundo o jornalista, seria o principal incentivador das manifestações e responsável pela trama do golpe.

Em relação às pedalas fiscais, principal motivo para a abertura do processo de *impeachment* de Dilma, a revista procurou trazer aos leitores informações convincentes de que esse motivo estaria descartado, ao ouvir um especialista de direito financeiro que afirmou que o TCU não poderia ter reprovado as contas antes de serem julgadas pelo Senado Nacional.

A posição favorável, até partidária da revista se revelou principalmente na edição 893, (anexo 29 a 31), onde Mino Carta expõe abertamente sua amizade com o ex-presidente Lula, com quem falava com frequência, pessoalmente ou por telefone, sobre o complô montado em Curitiba contra Dilma e o PT. Mino Carta afirmou que o único governo que mostrou mudanças significativas foi o de Lula, e que somente ele, chefiando a Casa Civil, poderia salvar o governo Dilma. E para evidenciar o posicionamento diferenciado entre ambas, a *Veja* trouxe para seus leitores, a vinda de Lula para a chefia da casa civil, como uma tentativa de fuga para livrar-se de uma possível prisão, frente às acusações que estava sofrendo.

Podemos constatar como um texto jornalístico em sua inteira formação, título, linha-fina e conteúdo é trabalhoso para se elaborar, além de carregar uma responsabilidade grande nas informações que estão transmitindo aos leitores, sendo responsabilidade do jornalista que elaborou o texto, o seu conteúdo e os reflexos dos fatos ali relatados, bem como, responder pela autoridade, produtividade e credibilidade da fonte. O uso dessa categoria nesse trabalho visava identificar como as equipes de ambas as revistas trataram esses fatores referentes à fonte.

Nessa categoria, obedecendo ao critério estabelecido de recorte e seleção, somente as matérias ditas como principais, foram analisadas, dentre as selecionadas. Os artigos de opinião, carta ao leitor e editorial foram descartados, por não ter obrigatoriedade do uso de fontes. A categoria “uso de fonte”, procurou identificar qual o critério de confiabilidade e veracidade foram utilizados por ambas as revistas, ao apresentarem as informações e dados aos leitores.

Com o uso dessa categoria constatou-se que tanto a revista *Veja* como a revista *CartaCapital* fez uso de fontes em seus textos que exigiam tal obrigatoriedade, porém, percebeu-se que a revista *Veja* não fez a referência em sua totalidade. Mesmo excluindo os artigos de opinião, carta ao leitor, editoriais, que o uso de fonte é facultativo, ainda notou-se a presença de matérias que apresentaram dados estatísticos, valores, números e percentuais sem o referencial das fontes, o que causa certa insegurança em relação a veracidade e credibilidade de tais informações.

Por meio da categoria percebeu-se que a revista *Veja* trouxe para o leitor dados que necessitavam de fontes, principalmente os que faziam menção a quantidade (números), a porcentagens, além de outras informações que exigiam fundamentação e base para ter credibilidade.

No texto 4 da edição 2417, (Anexos 3 a 7) *Veja* faz afirmações de que o MST teria recebido dinheiro público de Lula e agora continua recebendo de Dilma em troca e apoio e proteção. *Veja* revela os valores de 300 milhões, no recebidos, desde o ano de 2004, porém não cita fonte nenhuma. Em uma afirmação tão séria como essa, afinal é dinheiro público que supostamente estava sendo usado como moeda de troca, a revista teria que informar a fonte para dar mais credibilidade à informação, assim não passando a impressão de se tratar de informações vazias e infundadas.

A revista em uma tentativa de desvalorizar o governo da presidenta afirmando teria paralisado a máquina pública e assim acentuou a crise econômica, ocasionando os seguintes reflexos: inflação superou a casa dos 10%; o desemprego aumentou dia-a-dia, o país correu o risco de perder o selo de bom pagador e recorde de desaprovação da presidente. Em nenhuma dessas informações nota-se a presença de fontes. (Anexo13, Texto 3, ed.2456).

A *CartaCapital* se mostrou mais preocupada com o uso de fontes em seus textos. Na maioria das informações referentes a dados numéricos, percentuais e fatos relevantes, fez uso de fontes para ancorar a notícia e mostrar credibilidade aos dados.

O uso de todas as categorias permitiu a pesquisadora perceber que o assunto sobre o *impeachment* da presidenta Dilma esteve presente em todos os textos selecionados em ambas as revistas, algumas vezes se mostrava de maneira mais direta, e outras vezes indireta.

Pela análise constatou que houve direcionamento de ambas as revistas. A revista *Veja* procurou abordar o pedido de *impeachment* e as manifestações de rua que pediam a saída da presidenta, como uma forma de protesto de toda a população brasileira contra a indiferença da presidenta e seu governo em relação à situação caótica em que se encontrava o Brasil. Para a revista, essa posição indiferente e pouco democrática, mostrava o perfil do governo, como “ditadores e opressores”. Buscando o convencimento do leitor, em alguns dos textos, foi averiguada a falta de fontes em determinadas informações, demonstrando que a revista não foi totalmente transparente ao proporcionar ao leitor dados que poderiam não ser confiáveis. Com essa abordagem a revista mostra um único lado do governo Dilma, não apresentando em nenhum dos textos, algo de positivo do governo, privando o leitor de uma comparação entre o que o governo fez de bom, o que deu certo, com as coisas erras que cometeu.

A *CartaCapital*, mostrou-se do lado de Dilma e do seu governo, embora em alguns dos textos tenha alertado a presidente e seus aliados que era necessário sair da defensiva, e expressar alguma reação frente a situação que se encontravam. Nos textos analisados, a revista apresentou dados, trouxe análises de especialistas, mas até nos posicionamento que a

revista dizia ser neutro, notava-se um posicionamento contrário ao *impeachment*, pois a falta de base legal e a tentativa de um golpe por uma classe social elitizada instigada pela oposição, foram as principais causas apresentadas pela revista ao longo dos textos analisados, como justificativa da discordância da revista com o processo.

O intuito das análises não foi julgar se a *Veja* ou *CartaCapital* estavam certas ou erradas em suas publicações, mas sim mostrar como foi a abordagem que cada revista fez sobre o assunto *impeachment*, constatando se houve neutralidade ou se apresentaram posicionamentos favoráveis ou contra por parte de cada uma sobre o assunto. Afinal, a mídia tem entre suas funções oferecer um espaço de debate de questões públicas para a consolidação da cidadania e da democracia, também tem sua importância frente à formação da opinião pública e o consenso das pessoas. O que é veiculado nas páginas dessas duas revistas exerce, de certa maneira, uma influência na formação da opinião de cada indivíduo. Pensar nesses espaços como um local de circulação de muitas perspectivas e pontos de vistas, requer reconhecer que os veículos de comunicação selecionam um determinado ponto de vista, que pode vir a favorecer e enfatizar alguns aspectos dos acontecimentos em detrimento a outros.

Por isso a importância da responsabilidade, por parte dos veículos de comunicação, em assegurar informação de qualidade, com veracidade, para que assim o debate público seja realizado de uma maneira democrática e o mais transparente possível, onde a formação de opinião seja construída não a partir da singularidade de ponto de vista previamente selecionado, mas sim por meio da pluralidade na transmissão das informações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetos de estudo a Revista *Veja* e a Revista *CartaCapital*, as duas são revistas importantes e que tem circulação nacional. Nesta pesquisa, utilizamos 10 edições ao total, sendo 5 edições de cada revista para compor a pesquisa. Por meio do recorte e da seleção adotados, conforme explicado na metodologia, 12 textos da revista *Veja* e 16 textos da revista *CartaCapital* foram separados e analisados. A análise de conteúdo de ambos os veículos foi realizada com a finalidade de compreender como as revistas *Veja* e *CartaCapital* abordaram o *impeachment* de Dilma Rousseff, buscando refletir sobre a importância da mídia para a esfera pública e o debate democrático.



O posicionamento dos veículos de comunicação a respeito de fatos que estão acontecendo na sociedade se revela por meio da maneira como é feita a sua abordagem por esses meios de comunicação. O uso de certas palavras, metáforas, adjetivos, advérbios, ironias, como também imagens apontam o objetivo jornalístico quanto ao tema central a ser tratado.

A análise de conteúdo da abordagem de um veículo alternativo e um tradicional/hegemônico foi importante, pois permitiu reconhecer as intenções jornalísticas e da linha editorial no contexto das manifestações *pró-impeachment*.

O momento vivido pela sociedade foi estampado nas páginas de ambas as revistas. As manifestações e protestos vinculados ao *impeachment* foram o assunto central em quase todos os textos analisados, nem sempre de maneira direta, mas de modo geral, a maioria dos assuntos abordados reportavam ao tema.

Com o primeiro capítulo da dissertação, que se dedicou ao resgate de toda a história da instituição do *impeachment* no mundo, percebeu-se que tanto a *Veja* como a *CartaCapital* usaram de pequenos recortes da história da instituição do *impeachment* para explicar ao leitor, o surgimento e a função desse processo.

Com o segundo capítulo, que tratou da imprensa alternativa no regime militar, constatou-se que a revista *CartaCapital*, considerada um veículo alternativo, conforme justificativa nesse mesmo capítulo, empenhou-se em exercer seu papel, ao se posicionar contrária as manifestações *pró-impeachment*, por julgar ser uma tentativa de golpe de uma classe elitizada, formada em sua maioria por eleitores de Aécio Neves e incentivados pela oposição política à presidenta. Apresentou-se contrária a grande imprensa por discordar das informações sobre o número real de pessoas nas ruas, pois seriam valores falsos, além de não apresentarem o verdadeiro perfil dos manifestantes.

Não nos cabe aqui, avaliar se a *CartaCapital* buscava atacar, ou mesmo criticar os manifestantes, a oposição e a grande imprensa. O que se faz importante destacar é que a revista deve ser vista como uma forma de entender de outra maneira o momento em que o país estava vivendo, principalmente ao proporcionar um olhar mais crítico em relação às manifestações *pró-impeachment* realizadas.

Em relação ao terceiro capítulo, que buscou fazer uma discussão sobre a esfera pública e sua importância para a formação da opinião pública, a análise foi bem relevante, pois se constatou que ambos os veículos de comunicação analisados trouxeram conteúdos que durante o período que antecedeu o *impeachment* contribuíram para a formação da opinião dos

leitores, ao abordarem de forma diferente a mesma situação. A formação da opinião pública, com o surgimento da internet e das mídias digitais, proporcionou aos leitores uma comunicação que deixou de ser unilateral, e mesmo, essa pesquisa, sendo sobre revistas impressas, suas versões on-line já se fazem disponíveis, o que de certo modo facilitou ao leitor a possibilidade de acesso a outros posicionamentos, favorecendo para um debate mais democrático.

O quinto capítulo tratou da metodologia que foi adotada para alcançar os objetivos da pesquisa. Com uma metodologia inspirada na Análise de Conteúdo de Bardin (2009), usamos como critério a seleção das edições tanto da revista *Veja* como da *CartaCapital*, posteriores as principais manifestações pró-*impeachment* de Dilma Rousseff. Para a seleção dos textos, separamos os que faziam referência ao *impeachment*.

O último capítulo dedicou-se a análise e discussão dos resultados que procurou comprovar o problema de pesquisa dessa dissertação. Pela análise das categorias, constatou-se que ambas as revistas abordaram o *impeachment* nas edições selecionadas. Em algumas matérias o assunto ficava mais evidente, em outras, se faziam presente, porém de maneira implícita.

O posicionamento de ambas as revistas se mostrou presente nos textos analisados. Tanto a *Veja* como a *CartaCapital* abordaram a questão das manifestações que pressionaram a abertura do pedido do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Entretanto, percebeu-se pelo conteúdo dos textos que a revista *Veja* buscou mostrar as manifestações como atos democráticos, de protestos contra a “ditadura” e “opressão”, frente à indiferença da presidenta com a situação do país, além de sempre que possível associá-la ao governo do ex-presidente Collor. A revista *Veja* mostrou-se a favor do *impeachment* de Dilma, ancorando-se na justificativa de que a presidenta apresentava péssimos índices de aprovação, o país enfrentava sérios problemas com a crise econômica, aumento da taxa de desemprego, além da questão fiscal, com a rejeição das contas públicas pelo TCU que sinalizavam as chamadas “pedaladas fiscais”, consideradas crimes de responsabilidade fiscal. Inclusive foi constatado durante a análise que, em muitos dados e informações fornecidos pela revista, não tinha referência de fontes.

Já a *CartaCapital*, na maioria de suas páginas apresentava os manifestantes como “conservadores e golpistas”, que faziam parte de um seletor grupo social, apoiados pela oposição política à presidenta e pela grande imprensa, principalmente na divulgação de números falsos de pessoas nas ruas. Além de mostrar ao leitor a tentativa da presidenta em

buscar dialogar com as ruas, o que foi recebido com repúdio pelos organizadores dos protestos, indicando que não estariam abertos a conversas. A *CartaCapital* mostrou-se contra o *impeachment*, pois sempre justificou que seria um golpe contra a democracia do país. Em relação à rejeição das contas públicas pelo TCU, a revista trouxe aos leitores a explicação de alguns especialistas que reforçaram o fato de não haver base legal para a instituição do *impeachment*. A *CartaCapital* alertou os leitores que esse tipo de manobra fiscal já foi praticada por outros presidentes, o que não caracterizava o uso de má fé por parte da presidenta.

Pelo posicionamento favorável e contra constatado, percebeu-se que também houve um direcionamento do leitor, principalmente da revista *Veja*, que mesmo se declarando neutra (conforme sua página oficial), a mesma não foi isenta em nenhum momento, pois seus textos continham, em sua maioria, conotações negativas em relação à presidenta Dilma, seu governo e a maioria dos integrantes do PT, inclusive buscando a comparação do governo da presidenta Dilma como o do ex-presidente Collor, sugerindo ao leitor uma similaridade entre eles.

Já a *CartaCapital* se mostrou bem resistente a ideia de *impeachment*, sempre afirmando se tratar de um golpe da elite. A revista defende que todo veículo de comunicação deve declarar seu posicionamento político, deixou isso bem evidente e se mostrou bem defensora de Dilma e do partido como um todo. Mesmo deixando explícito seu posicionamento político, em alguns textos, advertiu a presidenta e seus aliados, para que tomassem uma atitude frente à situação que estava acontecendo e que saíssem da defensiva em que se encontravam. Pelas análises, a *CartaCapital* se mostrou um pouco mais cuidadosa que a *Veja* em seu direcionamento, pois em suas informações procurou referenciar as fontes dos dados utilizados e ouvir mais de um especialista em relação ao assunto, mesmo que a maioria desses especialistas partilhassem do mesmo posicionamento da revista.

O intuito desse trabalho não é a comparação entre os dois veículos de comunicação, porém, em alguns momentos, faz-se necessário, pois o fato não é se uma revista esta certa e a outra errada, mas sim, evidenciar que mesmo com todo o discurso vendido de que os meios de comunicação devam ser imparciais ou neutros, ou apenas informar o fato como aconteceu, por meio da análise, foi constatado que tanto a *Veja* como a *CartaCapital* primaram pelos seus posicionamentos políticos-ideológicos, seduzindo seus leitores a partilharem de uma singularidade de opinião conforme a linha editorial de cada revista. Por serem duas importantes revistas nacionais, exercem influência na opinião pública e ao direcionarem

intencionalmente o olhar do leitor para as suas ideologias particulares, interferem de forma desfavorável na construção de uma esfera pública mais inclusiva e democrática.

Por fim, acredita-se que esta pesquisa merece estudos futuros, afinal muitas questões sobre esse episódio político tão importante e marcante para o Brasil, ainda estão em aberto e necessitam de um tempo para se desdobrarem. Além de contribuir para novas discussões sobre o papel da mídia e sua responsabilidade ao proporcionar um debate público democrático, construído com base em informação de qualidade.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Flávio. **Imprensa alternativa: Opinião, Movimento e em tempo**. In: MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tânia Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 233-247.

ALBERT, P. e TERROU, F. **História da imprensa**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

AMARAL, João J.F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza: UFC, 2007. Disponível em: <<http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>> Acesso em 13 ago.2018.

BAHIA, J. **Jornal, história e técnica**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990a. v. 1: História da imprensa brasileira.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990b. v. 2: **As técnicas do jornalismo**.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: 4ª ed., 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo>> Acesso em: 17 mai 2018.

BOBBIO, Norberto, et al. **Dicionário de Política. Verbetes Opinião Pública**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 11ª ed., 1998.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRITTES, J. G. **Possibilidades de revitalização da esfera pública habermasiana pelas plataformas multimidiáticas ciberespaciais**.

BROSSARD, Paulo. **O Impeachment**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

CHAMPAGNE, P. **Formar a opinião**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CÂMARA DOS DEPUTADOS e **Lei Federal nº 1.079**, de 10 de abril de 1950. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/camara-aprova-prosseguimento-do-processo-de-impeachment-no-senado.html>> Acesso em: 04 jun 2018.

CALHOUN, Craig. **Introduction**: Habermas and the public sphere. In Habermas and the public sphere. CALHOUN, C. (Org.). The MIT Press: Massachusetts, 1992.

CARTA, Mino. **A mídia implorava pela intervenção militar**. Entrevista.

CARVALHO, Vanderlei Souza. **Imprensa e neoliberalismo no Brasil (1995- 1998)**: o posicionamento da revista *Veja* no primeiro governo FHC. Campinas, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Unicamp, 2004.

CHINEM, Rivaldo. **Jornalismo de guerrilha**: a imprensa alternativa brasileira da ditadura à internet. São Paulo: Disal, 2004.

COSTA, Ricardo e COSTA, Tailson Pires. **Técnicas de persuasão na propaganda eleitoral**. São Paulo: Fiúza Editores, 2004 (p.192 – 195). Denis. MARTÍNEZ, Marcelo. CAMPALANZ, Carolina (ed.). **Medios y opinión pública**. Bogotá: Universidad do Rosario. Escuela de Ciencias Humanas, 2015.

DOWNING, John D. H. **Mídia Radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Senac, 2002.

FARO, José Salvador. **Revista Realidade, 1966-1968**: tempo da reportagem na imprensa brasileira. Canoas: Ed. Da ULBRA / AGE, 1999.

FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Luiz Pinto. **Curso de direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 9ª edição, 1998.

FERREIRA FILHO, MANOEL Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 38ª Edição, 2012.

FESTA, Regina. **Movimentos Sociais, Comunicação Popular e Alternativa**. In: Festa, Regina & Lins da Silva, Carlos Eduardo (orgs). *Comunicação Popular e Alternativa no Brasil*. Paulinas, 1986.

FOLHA DE SÃO PAULO, **Datafolha**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603271-paulista-reune-maior-ato-politico-desde-as-diretas-ja-diz-datafolha.shtml>> Acesso em 21 mar 2018.

GALLO, Carlos Alberto Provenciano. **Crimes de responsabilidade: do impeachment**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1992.

GRINBERG, Máximo Simpson (org.). **A comunicação alternativa na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1987

GROSSI, Giorgio. **La opinión pública - Teoría del campo demoscópico**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria burguesa**. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1984.

\_\_\_\_\_, (2003b). **Mudança Estrutural da Esfera Pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. 2.ed. Trad.: Flávio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 42ss. [Strukturwandel der Öffentlichkeit. Darmstadt: Herman Luchterhand Verlag, 1961].

HABERMAS, Jürgen. **O espaço público 30 anos depois**. Caderno de Filosofia e Ciências Humanas. BH: Unicentro, Ano III, nº 12 abril/99,1999.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria de sociedade burguesa**. RJ: tempo brasileiro 1992.

HABERMAS, Jürgen (Novembro 2006) “**Political Communication in Media Society: Does Democracy Still Enjoy an Epistemic Dimension? The Impact of Normative Theory on Empirical Research**”, *Communication Theory*, Volume 16, nº4, pp.411-426, International Communication Association.

HERSCOVITZ, Heloisa. G. **Análise de conteúdo em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

HOUAISS, Antonio. (Ed.). **Houaiss eletrônico: dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta, 1991.

KÜNSCH, D. et al (orgs.) **Esfera pública, redes e jornalismo**. Rio de Janeiro, E-Papers, 2001, p. 9-30.

LEMOA A. **Nova esfera Conversacional**. In: MARQUES, A.; COSTA, C. T.– 4ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2009

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 2007.

Lévy, Pierre. **Pela ciberdemocracia**. (2003). In D. Moraes (Ed.), *Por uma outra Comunicação: Mídia, Mundialização Cultural e Poder*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

LIMA, George Marmelstein. **O Impeachment de Governador do Estado, Ceará**, 02 dez. 2005. Disponível em: <[https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAAahUKEwiE2LepJ7IAhXLFJAKHQRDBgE&url=http%3A%2F%2Fgeorgemlima.xpg.uol.com.br%2Fimpeachment.pdf&usg=AFQjCNGIUactJtnjwBj2i35SmXYwMkAH6g&sig2=tL7Atp47\\_V3r5LNzD5-xWQ](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAAahUKEwiE2LepJ7IAhXLFJAKHQRDBgE&url=http%3A%2F%2Fgeorgemlima.xpg.uol.com.br%2Fimpeachment.pdf&usg=AFQjCNGIUactJtnjwBj2i35SmXYwMkAH6g&sig2=tL7Atp47_V3r5LNzD5-xWQ)> Acesso em: 03 jun. 2018.

LIMA, M.E.A.T. **Análise do discurso e/ou Análise de conteúdo**. Psicologia em Revista. Belo Horizonte, 2003.

LIMA, V. A. de. **Mídia: Crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

LUVIZOTTO, C.K., AMÔR, A.C., CALDEIRA, P.S. **Estudo das abordagens sobre o “Massacre do Centro Cívico” nas revistas Carta Capital e revista Fórum**. SBPjor / Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. Brasília-DF, v.14, n.2, 618 – 637, Agosto de 2018.

LUVIZOTTO, C.K. **Cidadania, ativismo e participação na internet: experiências brasileiras**. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2183-35752016000200010](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-35752016000200010). Acesso em 28 de dezembro 2018

MARINHO, Karla Azevedo Marinho. **Ciberpolítica: do debate na esfera pública à disputa do poder**. 2007.

MARICATO, Ermínia (org.). **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram conta das ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MELO Chico Homem de. (Org.) **O design gráfico brasileiro: anos 60**. São Paulo, Cosac Naify, 2006.



MESQUITA, Flávio. **As fontes jornalísticas no Caso Dossiê** – uma análise de enquadramento da cobertura das revistas *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *CartaCapital*. 2008. 144f. Dissertação (Mestrado em Gêneros e formatos na cultura midiática). Universidade Estadual Paulista. 2008. Disponível em: <https://www.faac.unesp.br/Home/PosGraduacao/Comunicacao/DissertacoesDefendidas/flavio.pdf> Acessado em 23 de abr 2015.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX**. São Paulo: Olho d'Água/Fapesp, 2001.

MOISÉS, Diogo. **A revista *Veja* na cobertura da luta de terras no Brasil**: Análise da cobertura da revista *Veja* frente ao MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Monografia (Graduação em Jornalismo). Departamento de Comunicação. Centro Universitário de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2005.

NASCIMENTO, Patrícia Ceolin. **Jornalismo em revistas no Brasil**: um estudo das construções discursivas em *Veja* e *Manchete*. São Paulo: Annablume, 2002.

PAGE, B. I.; SHAPIRO, R. Y. **The rational public**: fifty years of trends in american's policy preferences, Chicago: University of Chicago Press, 1992.

ROCHA, B. L., JACOBUS, R. CAVALCANTI, R. (2011). **A indústria da comunicação social brasileira nas eleições presidenciais de 2010**. In: V. C. Brittos, Economia política da comunicação: convergência tecnológica e inclusão digital (pp. 155-182). Rio de Janeiro: Mauad X.

ROTHBERG, Danilo, LUVIZOTTO, Caroline. K. & VANZINI, Kátia. V. (2014). **As revoltas e seu impacto sobre a comunicação pública**: o potencial do Observatório Participativo da Juventude. *Liinc em Revista*, 10(1), 227-240.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – Planalto, **Perfil da Presidente**. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/conheca-a-presidencia/presidencia/presidenta/perfil/presidenta-dilma-rousseff>.

\_\_\_\_\_, **Biografia**. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/presidencia/presidenta/biografia>> Acesso em: 20 mai 2018.

PRIMO, Alex. **Fases do desenvolvimento tecnológico e suas implicações nas formas de ser, conhecer, comunicar e produzir em sociedade**. In: PRETTO, Nelson; AMADEU,

Sérgio (Org.). Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 51-68.

RIBEIRO, Ricardo Lodi. **Pedaladas hermenêuticas no pedido de impeachment de Dilma Rousseff**, 2015. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-dez-04/ricardo-lodi-pedaladas-hermeneuticas-pedido-impeachment>> Acesso em: 05 mai 2018.

RICCITELLI, Antonio. **Impeachment à brasileira**: instrumento de controle parlamentar.1. ed. São Paulo: Manole, 2006.

RIEFFEL, Rémy. **Sociologie des médias**. 3ª ed. Paris: Editions Ellipses, 2010.

RIZZOTTO, Carla; PRUDENCIO, Kelly e SILVA, Michele. **Muita cena e pouca comunicação política?** A Marcha das vadias nos portais de notícias e a questão do reconhecimento. Artigo apresentado na Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação de 2015. Disponível em: <[http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-5d3a9803-a2e8-4721-adac-8168b7435a6f\\_2783.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-5d3a9803-a2e8-4721-adac-8168b7435a6f_2783.pdf)>. Acesso em 10 ago. 2018.

RODRIGUES, Adriano Duarte, **As novas configurações do público, Colóquio sobre Espaço Público**, organizado pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 6 de Dezembro de 2005.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. 2ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SCHILLING, Voltaire. **A História do Impeachment (2004)**. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/politica/2004/09/24/000.htm>> Acesso em: 31 mai 2018.

SENADO FEDERAL, **Pedalada Fiscal**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/pedaladafiscal>> Acesso em 04 jun 2018.

TAMBELLI, A. **Os meios de comunicação hegemônicos do Brasil e a notícia**. In: GGN – Jornais de Todos os Brasis, 2014. Disponível em <<https://cadernoselivros.files.wordpress.com/2015/11/a-midia-e-a-modernidade-john-thompson.pdf>> Acesso em 08/11/2018.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

TAYLOR, Charles. **A Esfera Pública**. Trad.: Artur Morão. Covilhã: Lusosofia, 2010.

VIERA, Wilder Mendes. **Análise das matérias de capa da revista *Veja***: Estudo do estilo magazine, dos critérios de noticiabilidade e da responsabilidade na produção jornalística (edições: 1916 a 1923, ano 2005). Monografia (Graduação em Jornalismo). Departamento de Comunicação. Centro Universitário de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2005.

WERNECK, Humberto et al. **A revista no Brasil**. São Paulo: Ed. Abril, 2000.

WINNER, Langdon. **Subjects and citizens in the digital realm**. In *Citizenship and digital networks*. SILVEIRA, Sergio Amadeu da. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2010.

## ANEXOS

ANEXO 1- Edições das revistas *Veja* selecionadas para a pesquisa:



Edição 2417 – 18/03/2015



Edição 2421 – 15/04/2015



Edição 2439 – 19/08/2015



Edição 2456 – 16/12/2015



Edição 2469 – 16/03/2016

Anexo 2 - Edições das revistas *CartaCapital* selecionadas para a pesquisa:



Edição 842– 25/03/2015



Edição 846– 22/04/2015



Edição 864– 26/08/2015



Edição 881– 23/12/2015



Edição 893– 23/03/2016



## Carta ao Leitor

# A faixa providencial

A capa de VEJA com a data de 27 de setembro de 2006 foi ilustrada com uma caricatura do então presidente Lula com os olhos vendados pela faixa presidencial. O primeiro mandato de Lula caminhava para o fim e aproximavam-se as eleições nas quais ele obteve nas urnas o direito de ficar mais quatro anos no Palácio do Planalto. A capa da revista refletia a perplexidade geral com o fato de o presidente e seu partido continuarem indiferentes às revelações do mensalão, escândalo que já viera a público e em que os envolvidos já estavam denunciados pelo procurador-geral da República. Os brasileiros que vão às ruas neste domingo, dia 15, para protestar contra a presidente Dilma Rousseff também estão perplexos. Os que votaram em Dilma estão atônitos com o abismo entre o país paradisíaco que ela pintou na campanha eleitoral e a dura realidade que estão vivendo agora. Quem votou contra parece tomado de espanto com a velocidade com que o Brasil está afundando e exige uma reação do governo. Dos dois lados, muitos se assustam com o fato de a presidente, pelo que se depreende de seu discurso em cadeia nacional de rádio e televisão no domingo passado, dia 8, mostrar-se alheia à realidade que a cerca, como se estivesse de olhos vendados. Por essa razão, VEJA fez a capa desta edição inspirada naquela de setembro de 2006.

A incapacidade de Dilma em enxergar a realidade é o foco de uma das reportagens que fazem parte do esforço jornalístico da revista, cujo objetivo é tentar entender os motivos da insatisfação popular com o governo e analisar os cenários políticos mais prováveis depois das manifestações de domingo. Com a ligeireza de um comentarista esportivo, Dilma pôs a culpa da inflação e da forte desaceleração econômica do Brasil na “crise externa”, que ela descreveu como a pior desde o

desastre financeiro e econômico mundial de 1929. Obviamente, de tão absurda, a comparação não convenceu a ninguém. Na ata da última reunião do Copom, que aumentou em 0,5 ponto percentual, para 12,75% ao ano, a taxa básica de juros, o próprio Banco Central fez seu painel técnico ao desmentir Dilma com a explicação de que “as perspectivas indicam recuperação da atividade em algumas economias maduras e intensificação do ritmo de crescimento em outras”.

É exasperante a ideia de que a presidente do Brasil desconheça as causas da crise que afeta os brasileiros — mais ainda a hipótese de que, mesmo as conhecendo, tenha simplesmente tentado enganar a opinião pública com uma retórica de palan-

que vazia e fantasiosa. Espera-se, portanto, que neste domingo quem leve susto seja a presidente. As manifestações podem ter o efeito de romper a carapaça com que os áulicos defendem os presidentes para poupá-los das más notícias, o que, provavelmente, é uma das causas da alienação de Dilma. As outras são seu dogmatismo e sua crença em receituários econômicos ultrapassados.

Muitas das pessoas que vão se manifestar neste domingo acreditam que a única saída para a crise é a renúncia ou mesmo a destituição da presidente por um processo de impeachment. Embora o impedimento seja um recurso constitucional e legal, portanto parte da ordem democrática, lançar mão dele exige muito mais do que insatisfação, antipatia, irritação ou raiva da presidente. Os brasileiros têm motivos de sobra para protestar, mas é irreal concluir que o próximo passo seja o impeachment de Dilma. Existem instâncias e cenários que podem restituir a governabilidade à presidente e recolocar seu governo no rumo certo — e eles precisam ter suas possibilidades esgotadas antes que se cogite uma alternativa mais radical.









# E O GOVERNO MAL COMEÇOU...

Com pouco mais de dois meses do segundo mandato, Dilma já tem a pior aprovação de um presidente desde o impeachment de Collor, as contas públicas em frangalhos, uma economia à beira de uma crise e o povo nas ruas contra ela e seu partido

MARIANA BARROS E DANIEL PEREIRA

**D**ilma Rousseff já foi recordista de popularidade. Em abril de 2012, com um ano e três meses de mandato, era aprovada por 64% da população, o melhor percentual já registrado por um presidente com o mesmo tempo no cargo. Embalada pelo figurino de faxineira ética, depois de demitir em cascata seis ministros acusados de corrupção, superava em aprovação popular até o mentor e antecessor Lula. Quase três anos depois, a presidente enfrenta uma realidade completamente diferente — e francamente ruim. Pesquisas encomendadas pelo Palácio do Planalto mostram que os índices de popularidade da petista já são piores do que os do ex-presidente Fernando Collor de Mello no auge da crise que o levou ao impeachment, em 1992. Na economia, a situação das contas públicas supera em gravidade a

## RUIM E COM VIÉS DE BAIXA

*A gestão Dilma Rousseff vive um momento crítico. Mas pode piorar*

ORLANDO BRITO



que vigorava no fim do triste governo do general João Figueiredo (1979-1985). Os resultados negativos que afetam diretamente a vida dos eleitores começam a aparecer na forma de aumento do desemprego, da conta de luz e do preço dos alimentos no supermercado. A tempestade parece perfeita.

Na semana passada, a própria Dilma passou recibo da gravidade da situação. Depois de ver parte da população reagir com um panelaço ao seu pronunciamento na TV sobre o Dia da Mulher (*leia a reportagem sobre o discurso na pág. 48*) e de ser vaiada por trabalhadores na montagem de uma exposição em São Paulo, a presidente afirmou não haver “razões para o impeachment”. Enquanto ela ouvia vaias em São Paulo, o ex-gerente da Petrobras Pedro Barusco detalhava com calma desconcertante na CPI da Petrobras, em Brasília, como o esquema do petrolão abasteceu com 300 000 dólares de propina a campanha presidencial de Dilma em 2010 (*leia sobre o depoimento na pág. 64*).\*

A sucessão de manobras malsucedidas da presidente ajudou a impulsionar a manifestação contra o governo prevista para ocorrer em mais de 200 cidades neste domingo, dia 15. Há duas semanas, não passavam de trinta as convocações para as marchas no Facebook. Esse número dobrou desde o panelaço. Já a quantidade de mensagens que associam a presidente à palavra impeachment aumentou dez vezes no mês passado em relação a janeiro. Desde fevereiro, os usuários do Twitter publicam em média 4 000 tuítes por dia mencionando o afastamento da petista, segundo levantamento da consultoria Bites. Sobre essa questão, PT, PMDB e PSDB compartilham a mesma posição: são todos contra.

## As saídas possíveis de Dilma

Com menos de três meses de seu segundo mandato, Dilma está encurralada por uma crise política, paralisia econômica e cofres vazios. As manifestações deste domingo vão jogar mais gasolina na fogueira

### REFORMA RADICAL

Dilma passa a borracha nos erros do passado e nomeia um ministério de notáveis, pessoas de comprovada capacidade em sua área de atuação, engajadas no projeto suprapartidário de recolocar o Brasil nos eixos.

**EFEITO** A sociedade dá um voto de confiança ao “novo governo”, os protestos se acalmam e o Congresso se sente pressionado a aprovar o ajuste fiscal, que ajuda a pavimentar a recuperação da economia. Essa hipótese tem dois desfechos. O primeiro: os notáveis restauram a credibilidade do governo, que faz as pazes com a racionalidade. O segundo: a falta de credibilidade do governo contamina os notáveis e eles abandonam o barco antes do naufrágio. Fernando Collor tentou essa manobra salvadora em 1992, quando já estava atolado em um processo de impeachment. Deu a segunda opção.

### REFORMA MINISTERIAL

A presidente mantém a busca da estabilidade na economia e entrega os ministérios que detêm os maiores orçamentos — Saúde, Educação e Integração Nacional, entre outros — à base aliada que se localiza na esfera de influência de lideranças do PMDB no Congresso, o senador Renan Calheiros e o deputado Eduardo Cunha.

**EFEITO** Aumentam as chances de Dilma ver aprovadas as medidas necessárias ao ajuste fiscal, situação em que o Executivo e o Legislativo dividiriam o ônus da impopularidade que os cortes de gastos e o aumento de impostos ocasionam. O risco é o PT boicotar e fazer oposição velada, pois nada é mais difícil do que um parlamentar petista fazer o que o Brasil precisa quando a medida a ser tomada é impopular. Os planos do PT, como se sabe, vão bem até que o dinheiro dos outros acabe.



## RENÚNCIA

Se renunciar, Dilma deixaria o comando do Palácio do Planalto nas mãos do vice-presidente, Michel Temer, do PMDB. Temer pressionaria o PSDB a dividir com ele a responsabilidade de pôr o governo e a economia de pé novamente, restaurando o apoio da sociedade e a credibilidade do país. Seria, então, a hora de o PSDB pensar mais em 2018 do que na salvação nacional e recusar o chamado de Temer.

**EFEITO** O PT voltaria ao terreno que domina melhor, a oposição. Bastariam algumas reuniões do comitê central e viria a palavra de ordem de cima para baixo determinando às massas de manobra do partido que aproveitassem a amargura inevitável dos apertos monetário e fiscal. O PT tentaria, com a mistificação de sempre, retomar o posto de representante da insatisfação popular e quem sabe até reaver um pouco da simpatia da classe média.

## RESISTÊNCIA

Dilma ignoraria os protestos e, aproveitando o descomunal poder que o chefe do Executivo tem no regime presidencialista brasileiro, sobreviveria ao isolamento no Congresso. Seria a "saída pela esquerda", com o aprofundamento do populismo assistencialista e o aumento dos gastos públicos. Os jornalistas oficiais, pagos com dinheiro do contribuinte, inundariam seus blogs com explicações oficiais, colocando a culpa nas "elites brancas", no "imperialismo estadunidense", na seca, na China e, claro, "na mídia golpista".

**EFEITO** O Brasil perderia o "grau de investimento" das agências internacionais de risco e teria de viver das reservas cambiais, que, mesmo volumosas, se esgotariam rapidamente. As forças democráticas, certamente, se oporiam à venezuelização do país. O caos social e os conflitos seriam inevitáveis.

## IMPEACHMENT

A tentação é grande, tanto de uma parcela considerável da população quanto de parte do Congresso. O comando passaria ao vice-presidente, Michel Temer. Caso ele também fosse impedido, o presidente da Câmara assumiria e convocaria eleições gerais.

**EFEITO** O impedimento constitucional de um presidente dá a impressão, mesmo que falsa, de depuração da vida pública nacional. Até parlamentares sem expressão ou de carreira notória ganham aura temporária de herói quando votam pela saída do presidente caído em desgraça. Mas o impeachment não é indolor e deixa sequelas. Sabe-se como começa, mas não como termina. Enquanto os parlamentares estivessem ocupados com a montagem do cadafalso, o Brasil real continuaria sofrendo com a paralisia da economia, padecendo do ônus dos ajustes fiscal e monetário sem o bônus da estabilidade.



## A pior semana da presidente



O vice-presidente Michel Temer, o primeiro na hierarquia na eventual vacância do cargo de presidente da República, declarou na sexta-feira: "Sobre essa história de impeachment, eu nem falo nisso, porque é absolutamente inviável, impensável, é uma quebra da institucionalidade que não é útil para o país. Se o país passa uma dificuldade, você supera essa dificuldade, mas não pensa nessa hipótese". Temer e o ex-presidente Lula, juntamente com caciques de seus partidos, defendem a ideia de que a melhor saída para a situação é espetar uma injeção de adrenalina no coração do governo. Como? Por meio da boa e velha distribuição de cargos na máquina pública. Dilma faria uma

reforma ministerial que aplacaria os ímpetos conspiratórios de aliados, notadamente os do PMDB, mudaria radicalmente o seu grupo de conselheiros políticos (descem Aloizio Mercadante, da Casa Civil, Miguel Rossetto, da Secretaria-Geral da Presidência, e Pepe Vargas, de Relações Institucionais; sobem Michel Temer e Jaques Wagner, da Defesa) e daria tintas novas a um governo que, sem sequer ter completado oitenta dias de vida, já está "envelhecido", conforme expressão do presidente do Senado, Renan Calheiros. Na terça-feira, em reunião no Palácio da Alvorada, Lula receitou a Dilma o passo a passo desse "reset" político-administrativo. A presidente apenas ouviu.

No PSDB, a estratégia, por enquanto, é permanecer em cima do muro — é de lá que os caciques do partido tencionam observar as manifestações de domingo. Embora o PSDB apoie os protestos contra o governo, suas lideranças não pretendem dar o ar da graça nas passeatas. Isso porque, na avaliação de tucanos, não existem, ao menos por ora, nem clima político nem elementos jurídicos que possam impulsionar o impeachment de Dilma. A sigla receia liderar um movimento fadado ao fracasso e teme ainda mais pelo que possa ocorrer caso ele prospere — o naufrágio da economia, consequência da paralisação do Congresso e da inviabilização do





MARCELO D'SANTIS/FRAME/FOLHA PRESS

**VAIAS, PANELOS E TRAIÇÕES** *Dilma foi vaiada por trabalhadores em São Paulo, teve o discurso na TV recebido com panelaços e precisou enfrentar a hostilidade da, cada vez mais inadequadamente, chamada base aliada. Ao lado, Eduardo Cunha, Fernando Collor e Renan Calheiros*

ajuste fiscal, é hipótese invocada com frequência.

Os acontecimentos do dia 15 terão importância decisiva para os rumos políticos do Brasil. A partir do recado das ruas, governo e oposição acertarão suas posições e escolherão as armas com que vão lutar. Dilma Rousseff hesita em escolher as suas. No labirinto em que se encontra, a presidente parece paralisada, relatam aliados, vítima de sua teimosia, da falta de confiança mesmo em assessores mais próximos e da dificuldade em lidar com situações de crise. Mas, a depender do recado das ruas, manter os olhos fechados para a realidade não será mais uma opção para ela. ■

COM REPORTAGEM DE PIETER ZALIS



CRISTIANO MARIZ

veja | 18 DE MARÇO, 2015 | 45





## ATÉ ELA FALA NAQUILO

A naturalidade com que se discute o impeachment, o que a própria Dilma fez ao refutar sua destituição, esconde que ele é a derradeira e não a primeira saída para as crises

ANDRÉ PETRY

**C**oube à presidente Dilma levantar o assunto depois de uma solenidade no Palácio do Planalto. “Eu acho que há que caracterizar razões para o impeachment”, disse. No dia seguinte, o assunto estava na manchete dos três principais jornais do país. O impeachment, até então, circulava nas bordas da política e nas convocações das manifestações po-

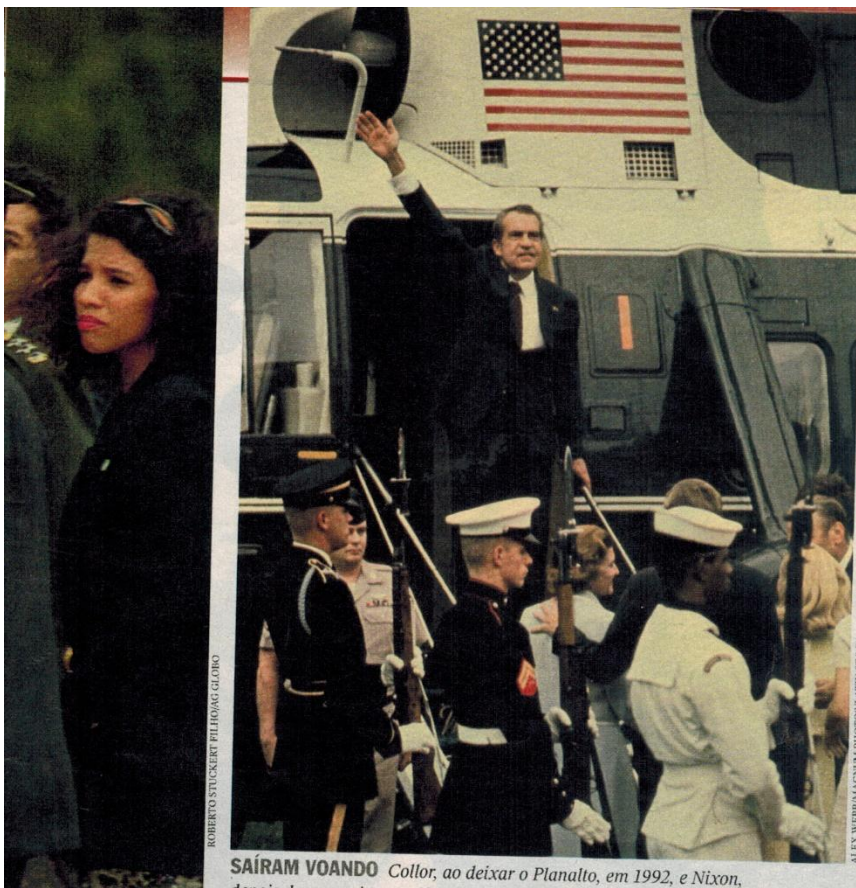
pulares, mas não chegava ao centro do palco. Dilma, num tropeço amador, encarregou-se de atribuir à sua destituição do cargo uma aura de seriedade que antes não tinha.

A cúpula do PSDB, reunida em São Paulo, decidiu apoiar o protesto de domingo, mas refutou o impeachment. Disse o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso: “Impeachment é como bomba atômica, serve para dissuadir, não para usar”. A frase é antiga. FHC

usou-a na crise do governo de Fernando Collor, em 1992, sendo desmentido pelos fatos quando o então presidente foi apeado do poder sem nenhum tumulto bombástico na ordem democrática. Quando a crise do mensalão estava no seu ponto mais agudo no governo de Lula, FHC voltou a usá-la. Sua insistência informa o seguinte: impeachment é sempre traumático e complexo.

Na América do Sul redemocratizada, entre 1978 e 2003, foram eleitos quarenta presidentes. Entre eles, nove deixaram o cargo antes do previsto. É muito: 23% do total. Mas, desses nove, apenas um presidente deixou o cargo por meio de um impeachment clássico: Fernando Collor. Houve outras três tentativas (Paraguai, Peru e Venezuela), mas nenhuma evoluiu como o caso brasileiro. Os demais presidentes renunciaram ao poder ou foram forçados a ir embora. Os números, extraídos de estudo da cientista política Kathryn Hochstetler, mostram que o





**SAÍRAM VOANDO** Collor, ao deixar o Planalto, em 1992, e Nixon, depois de renunciar, em 1974: processo diferente, desfecho igual

impeachment é particularmente difícil de tirar do papel. Em quatro décadas, só houve um caso.

Mesmo nos Estados Unidos, a democracia mais longa e estável das Américas, o impeachment nunca foi acionado. Ou melhor: tecnicamente, o impeachment é o nome que se dá ao processo de investigar e julgar um presidente — que, se condenado, será afastado do cargo em definitivo. Nesse sentido, dois presidentes americanos sofreram impeachment, ou seja, foram investigados e julgados: Andrew Johnson, em 1868, e Bill Clinton, em 1999. Mas ambos acabaram inocentados no julgamento e se mantiveram no cargo. Richard Nixon, cujo nome se tornou um sinônimo de impeachment, nem foi processado. Acuado pelas descobertas do escândalo de Watergate, renunciou ao cargo em agosto de 1974, antes que o processo fosse instaurado.

O impeachment é uma saída difícil, mas civilizada. Antes dele, só se tirava

um governante do poder na base da degola, do golpe, da revolução. A ideia, como tantas outras ideias democráticas, surgiu na Inglaterra, em meados do século XIV. O método começou a ser aplicado para demitir autoridades repudiadas pelo clamor popular, depois caiu em desuso, voltou a ser acionado no século XVII, mas desapareceu de novo por ser considerado complexo demais e politicamente brutal. Do século XIX em diante, tornou-se desnecessário depois que a Inglaterra definiu que os governantes passariam a responder ao Parlamento, e não mais ao rei. Basta um voto de desconfiança do Parlamento para derrubar o primeiro-ministro, sem traumas nem delongas. Mas o impeachment dos ingleses acabou absorvido pela Constituição americana e, dali, saltou para a ordem constitucional das jovens repúblicas presidencialistas da América Latina.

E cá estamos nós, com o impeachment sendo regido no Brasil por uma

lei de 1950 ainda em vigor. A destituição de um presidente é, portanto, um instrumento ao mesmo tempo jurídico e político. Jurídico, porque o processo de impeachment requer uma acusação formal, provas, testemunhos, depoimentos e, ao final, o veredicto — dado pelos senadores. Político, porque o impeachment só é instalado com o voto favorável de dois terços dos deputados, e nenhum presidente vai a julgamento se as condições políticas lhe são favoráveis. Dos nove presidentes sul-americanos que deixaram o poder antes do fim do mandato, apenas um, o paraguaio Raúl Cubas, tinha maioria no Parlamento. Os demais, Collor incluído, haviam torrado todo o seu capital político. Em 2005, com o mensalão fervendo, Lula não enfrentou um processo de impeachment, ainda que houvesse base legal para instalá-lo. Nem os líderes tucanos, na época, quiseram enfrentar um presidente com apoio parlamentar e alta popularidade.

O impeachment é difícil, mas civilizado; é a um só tempo jurídico e político, mas não é recall. Não se instaura um impeachment porque o presidente é impopular, não está fazendo um bom trabalho, a economia está em crise, nem mesmo porque cometeu estelionato eleitoral. Em 1999, Fernando Henrique, depois de fazer campanha prometendo não mexer no câmbio, fez uma brutal desvalorização cambial logo no começo do seu segundo mandato. Sua popularidade desabou: 46% achavam seu governo ruim ou péssimo. O PT tentou o impeachment, mas FHC tinha apoio no Congresso e não havia maciços protestos nas ruas. A ideia morreu. A diferença, agora, é que Dilma está perdendo apoio no Congresso numa rapidez es-tonteante. Se, junto com a erosão parlamentar, as ruas começarem a abrigar multidões atrás de multidões, aí Dilma lembrará com amargura do dia em que resolveu dizer que “há que caracterizar razões para o impeachment”.







# ÇÃO



ANTONIO CRUZ/AGÊNCIA BRASIL



O MST recebe milhões de reais todos os anos do nosso dinheiro, mas é do comandante Lula que eles ouviram ordens de ir às ruas

ROBSON BONIN E HUGO MARQUES

**N**ada como uma crise política para tirar o MST da letargia e colocá-lo de volta nas ruas como instrumento do projeto de poder do PT. Na semana passada, o movimento, adestrado pelos milhões de reais recebidos em verba pública nos governos Lula e Dilma, lançou sua Jornada Nacional de Lutas. Em pelo menos 22 estados, os sem-terra fecharam rodovias, atacaram praças de pedágio, invadiram fazendas, depredaram e saquearam empresas privadas e interditaram prédios públicos. Em Sergipe, três pessoas morreram em decorrência de um acidente provocado pelo bloqueio feito por militantes numa estrada. Oficialmente, a nova ofensiva do MST é mais um passo na caminhada por distribuição de renda e igualdade social. Revin-

**BEM PAGO** João Pedro Stedile, o líder dos sem-terra, foi à Venezuela para pregar a violência no país vizinho e combinar ataques de seu grupo em território brasileiro

dica-se acesso livre ao crédito de bancos estatais, como se as torneiras dos cofres públicos estivessem fechadas para a entidade. Não, não estão. Desde 2004, apenas quarenta cooperativas e assentamentos embolsaram 300 milhões de reais. Parte desse dinheiro, conforme investigação da Polícia Federal e de órgãos de controle, trilhou caminhos ainda desconhecidos.

Mais do que brigar por recursos, o MST saiu às ruas para demonstrar força, como parte de uma estratégia destinada a intimidar o Ministério Público, a Justiça e a oposição. Respondeu, assim, a uma convocação do ex-presidente Lula e de dirigentes petistas preocupados com a possibilidade de o escândalo do petróleo abreviar ou inviabilizar o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff. Há duas semanas, quando a discussão sobre a possibilidade de um processo de impeachment contra Dilma ganhava ares públicos, Lula avisou que o governo e o PT usariam os sem-terra como soldados. Os incidentes da semana passada serviram para lembrar o país do potencial de estrago representado pelo movimento. "Quero paz e democracia. Mas eles não querem. E nós sabemos brigar também, sobretudo quando o Stedile colocar o exército dele na rua", discursou Lula durante um protesto — veja só — em "defesa" da Petrobras. Um dos fundadores do MST, João Pedro Stedile mantém relações umbilicais com o petis-



mo e os parceiros do partido na América Latina, inclusive a turma truculenta do bolivarianismo do século XXI.

Há dias, Stedile discursou como se fosse um chefe de Estado numa cerimônia em homenagem a Hugo Chávez, presidente da Venezuela morto em 2013. Lá como cá, o companheiro atuou como joguete dos poderosos. Primeiro, Stedile mandou um abraço do “companheiro Lula” aos simpatizantes do “comandante Maduro”, referindo-se a Nicolás Maduro, sucessor de Chávez na Venezuela e responsável por aprovar a crise econômica e a repressão à oposição no país vizinho. Dado o recado, Stedile criticou duramente os brasileiros que defendem o impeachment de Dilma. Ele usou, como de costume, a retórica bolorenta dos esquerdistas que pararam no tempo. “Por isso, neste momento, estão atacando vocês, estão atacando o povo argentino, com Cristina (Kirchner), e estão nos atacando no Brasil, falando de impeachment contra a presidente Dilma”, disse o dirigente

do MST. “E nós temos de compreender que somos um só povo e que temos de derrotá-los de uma forma unida. É nas ruas que vamos derrotar o império e toda a burguesia.”

O comandante, como se vê, está de prontidão para defender o Brasil e a América do Sul de uma conspiração internacional. Stedile nada mais é que um líder de uma tropa mercenária que ainda se aproveita da miséria e da ignorância. Além das verbas milionárias repassadas à entidade, ele desfila como um integrante informal do governo e tem acesso livre aos principais gabinetes da Esplanada dos Ministérios. Seus privilégios se estendem à seara dos pequenos favores pessoais. Comandada até o ano passado pelo petista Gilberto Carvalho, outro amigo do peito do ex-presidente Lula, a Secretaria-Geral da Presidência — responsável pela interlocução com os movimentos sociais — pagava até as diárias de viagem de Stedile nos seus deslocamentos pelo

país. Tamanha generosidade tem preço. Foi por isso que o MST protestou na Praça dos Três Poderes contra a prisão da antiga cúpula do PT condenada no processo do mensalão. É por isso que agora se perfila para defender os companheiros que assaltaram a Petrobras, os mesmos que financiam a atuação do movimento e que também puseram milhares de trabalhadores no alçapão do desemprego. Aliás, apoiando o MST está outra entidade adestrada com o dinheiro do contribuinte. Na sexta-feira passada, a CUT organizou um protesto no qual se equilibrou entre a cruz e a espada. Em respeito aos princípios norteadores de sua fundação e aos interesses de seus filiados, bradou contra o ajuste fiscal anunciado pelo governo. Em obediência a esse mesmo governo, que lubrifica seus cofres e dá poderes a seus dirigentes, defendeu a presidente Dilma Rousseff e o PT, alistando-se no exército que pode ser acionado, se necessário, contra um eventual processo de impeachment.

GOV. NABROSA/AG. O GLOBO



DIONÍSIO GOMES/O PORTAL

31/8/2014



**ORDEM DE CIMA?** Adversário do PT, o senador Eunício Oliveira teve sua fazenda invadida pelo MST e sofreu acusações pesadas, o que lhe custou a eleição ao governo do Ceará. Agora aliado, bastou pedir ajuda ao Planalto



A parceria entre petistas e movimentos sociais tem sido bastante rentável para os dois lados. O MST é útil tanto para a defesa quanto para o ataque. No ano passado, o PT usou o movimento para garantir a vitória de Camilo Santana sobre o líder do PMDB no Senado, Eunício Oliveira, na disputa para o governo do Ceará. Em agosto, dois meses antes da votação, um grupo de sem-terra invadiu uma fazenda do senador no interior de Goiás. As imagens do acampamento e das barracas de lona foram espalhadas pelos petistas no Ceará e viraram um trunfo eleitoral. Com elas, acusava-se Eunício, que até então liderava com folga as pesquisas, de manter trabalhadores da fazenda em condições análogas às de escravidão. O efeito foi devastador. O candidato petista venceu a eleição no segundo turno.

Há duas semanas, o senador e o vice-presidente Michel Temer trataram do assunto num jantar com Dilma. "Queria agradecer ao líder Eunício Oliveira, que deixou de viajar a Goiás para resolver o problema da invasão do MST

na sua fazenda para atender ao meu pedido para estar aqui hoje", disse Temer a Dilma, levando a conspirata à mesa. "Mas esse problema ainda não foi resolvido?", reagiu a anfitriã. Acossada pelo PMDB e disposta a reconquistar o partido, a presidente encarregou o ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, de resolver o caso. A ordem para "resolver" foi repassada ao ministro Patrus

Ananias, do Desenvolvimento Agrário. Já no dia seguinte, o governo negociou a saída do MST da fazenda do senador em troca da liberação de outra área de 60 hectares para as famílias invasoras. A solução do impasse, que já se estendia por seis meses, não exigiu nem mesmo 24 horas. Faz sentido. O PT já não precisava mais de seus mercenários para conquistar o governo do Ceará. ■

## ORDEM DE CIMA!

O MST mostrou que atende aos comandos do governo. O ministro Patrus Ananias recebeu ordens da presidente Dilma para resolver o problema da invasão. A fazenda foi liberada sem nenhum conflito

ALAN MARQUES/FOIA PRESS



10/3/2015



veja | 18 DE MARÇO, 2015 | 57



## Artigo J.R. Guzzo

### A pior subversão

Foi marcado para 15 de março, nessa jornada nacional de protesto contra um governo que rompeu relações com os governados, com a razão e com a realidade, um encontro entre o Brasil e a seguinte pergunta: se você não utilizar a liberdade de expressão para criticar o governo do seu país, então para que raios ela serve? Há um bom tempo, ou desde sempre, os atuais donos do poder no Brasil se esforçam dia e noite para impor à população uma trama perversa. A liberdade, dizem, só serve quando é usada para concordar com eles, ou para tratar de algum assunto que não os incomode; quando alguém se vale do direito de livre expressão para discordar do ex-presidente Lula, da presidente Dilma Rousseff e do PT, está praticando um delito. Essa liberdade domesticada, inofensiva e sujeita à aprovação prévia das autoridades, que o governo quer empurrar à força para cima do país, não é liberdade nenhuma — não serve para nada, a não ser para ele mesmo. As manifestações de 15 de março estão destinadas a esclarecer quais são os direitos que estão atualmente em vigor — os que só podem ser exercidos mediante autorização do Palácio do Planalto e do Instituto Lula, ou os que são garantidos pela Constituição brasileira para todo cidadão que se manifesta dentro da lei.

É melhor deixar em paz os números relativos ao tamanho das demonstrações — mais ou menos pes-

**Essa liberdade domesticada, inofensiva e sujeita à aprovação prévia das autoridades, que o governo quer empurrar à força para cima do país, não é liberdade nenhuma — não serve para nada, a não ser para ele**

soas na rua não alteram em nada o fato de que o Brasil vive as primeiras manifestações genuinamente populares desde o movimento das Diretas Já, há mais de trinta anos, e de que o governo está se mostrando perfeitamente incapaz de dar uma resposta decente a isso. Este é o fato real — os descontentes existem, e diante deles a trindade Lula-Dilma-PT tem provado a cada dia, pelo que diz e pelo que faz, que não consegue entender como funciona uma democracia. O alicerce do raciocínio que levam a público, e em cima do qual vão amontoando todas as suas reações, é o seguinte: a manifestação de discordância é perigosa. É um pensamento ruim. Sempre que um governo dá a si próprio o direito de silenciar



quem se opõe a ele, só tem um caminho pela frente: ir tomando decisões cada vez mais repressivas, pois o ato de repressão praticado hoje só poderá ficar de pé se for sustentado pelo ato de repressão praticado amanhã. É a receita das tiranias.

É claro que o atual governo brasileiro não tem meios práticos para criar uma ditadura no Brasil; Lula e seus dependentes sabem que não tem. Mas, ao persistirem na sua estratégia atual, estão dividindo cada vez mais o país em dois lados, e tratando como inimigo o lado que discorda. Tenta-se vender, no fim das contas, a falsificação da virtude. As forças que controlam o governo insistem em dizer que são as únicas representantes do bem no Brasil, por terem

ganhado as quatro últimas eleições presidenciais; quem se opõe a elas, portanto, é o mal. Ganhar quatro eleições seguidas é enorme. Quantos regimes, pelo mundo afora, podem apresentar um desempenho igual? Mas Lula, Dilma e o PT agem como se isso lhes tivesse dado aprovação eterna, e como se o povo já tivesse

decidido que eles devem ficar lá para sempre — qualquer outra possibilidade é considerada um ataque à vontade popular, e qualquer tentativa de alternância do poder recebe o carimbo de "subversão". Afirmando sem parar que os descontentes, a começar pelos que se acham no direito de ir a manifestações de rua, são "golpistas" que babam de raiva. Comportam-se como a ditadura, que via em toda expressão de desacordo uma conspiração de "comunistas".

É difícil achar um conjunto de provas que ateste tão claramente essa opção totalitária como as declarações que o PT faz em público, com o suporte de sua máquina de propaganda remunerada ou voluntária. O esforço mais repetido nessa catequese é o





**NA VISÃO DO PT,** as duas brasileiras ao lado estão praticando um delito, o exercício da liberdade de discordar de Lula ou Dilma

las, num ato em “defesa da Petrobras” no Rio de Janeiro, prometeu pôr “o exército do MST” na rua. Foi ouvido, pouco depois, quando mulheres “sem terra” e com o rosto coberto por lenços invadiram um centro de pesquisas para destruir mudas de eucalipto; chegaram lá a bordo de quinze ônibus fretados por uma organização que vive de dinheiro público. É uma situação curiosa: como nem Dilma nem Lula podem sair à rua,

sequestro da palavra “popular”. Ela só tem validade, segundo Lula, quando é aplicada a quem está a favor. As manifestações do dia 15, por exemplo, não são “populares”; são coisa privativa de gente rica, ou de um ou outro boçal que não sabe o que é bom para ele próprio. O panelaço do domingo anterior, armado livremente pela internet nas 24 horas precedentes, foi descrito como uma brincadeira desses mesmos ricos no terraço de seus apartamentos de luxo — inclusive em São Bernardo, Vila Velha e outros notórios redutos da alta burguesia. (A propósito: ressuscitou-se a palavra “burguês”, em desuso desde os anos 60 do século passado.) O governo nega a possibilidade de que exista fora da classe “AAA” algum brasileiro indignado com a corrupção. Também não admite que um cidadão do povo possa ter valores morais; moralidade, na filosofia do PT, é apenas “moralismo”, um vício que só ocorre nas mais altas esferas da sociedade. Os 51 milhões de eleitores que votaram em Aécio Neves e contra Dilma, na última eleição presidencial, não fazem parte da população do Brasil.

Nada disso altera em um grama o que acontece no mundo das realidades. Pouco depois do panelaço das elites, a presidente viu-se enxotada por um temporal de vaias do percurso que deveria seguir durante sua visita a uma exposição em São Paulo; a cada dia fica mais complicado para Dilma andar a pé em lugares públicos do país que governa. Lula, então, parece incapacitado para exercer o direito de ir e vir. Suas aparições continuam restritas a recintos fechados e ambientes onde dá para vetar a entrada do público em geral. Ali, na segurança de plateias formadas apenas por militantes, faz discursos carregados de ameaças, insultos e rancor contra “eles” — todos os que querem dizer em voz alta que não concordam com o seu catecismo. Na última de-

ambos acham que ninguém mais pode. Não adianta a presidente dizer que admite o direito de manifestação, quando todos os que estão no seu bonde atacam diariamente quem quer se manifestar contra ela. Adianta menos ainda fazer advertências contra a possível “violência” dos protestos quando não foi capaz de dizer uma única palavra para condenar a selvageria que o MST acaba de praticar.

A recusa das forças do governo em aceitar que a população se exprima livremente em público não poderia ser mais óbvia, também, quando acusam os manifestantes de ser os costumeiros “golpistas” deste país. Tornou-se a última moda, nessa toada, dizer que quem discorda está querendo inventar um “terceiro turno” para as eleições do ano passado. Quem, até agora, sugeriu anular a eleição de Dilma? Ou será que o PT está querendo que, uma vez encerrada a votação, fique proibida qualquer crítica ao vencedor? Um disparate com idênticos teores de falência mental é a tese, especialmente exótica, segundo a qual quem se manifesta a favor do impeachment de Dilma está propondo um “golpe militar”. Como é mesmo? Qualquer cidadão brasileiro tem o pleno direito de falar a favor do impeachment; na verdade, pelo que está escrito na lei, tem até o direito de assinar ele mesmo um pedido legal de deposição do presidente da República. (O PT, ainda outro dia, chefou a campanha que levou ao impeachment de Fernando Collor. No governo seguinte, defendeu abertamente o “Fora FHC”; só sossegou quando Lula foi enfim eleito.)

É realmente extraordinário que diferenças de opinião possam levar ao ódio. Mas é justamente isso que Lula, Dilma e o PT estão construindo no momento. Estimulam um Brasil onde as pessoas desprezem umas às outras, ignorem a tolerância e obedecem a quem manda. Essa é a pior subversão.







# NO PAÍS DO PIXULECO...

...as investigações que começaram num pequeno posto de gasolina já atingiram cinco ministérios, duas empresas estatais, três partidos políticos, ministros, ex-ministros, senadores, deputados e um ex-presidente da República

HUGO MARQUES E ADRIANO CEOLIN

veja | 19 DE AGOSTO, 2015 | 43



O

O MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO é conhecido por abrigar alguns dos melhores e mais competentes quadros do governo federal. Sem verbas para investimento em obras, a pasta parecia imune à cobiça de determinados grupos políticos. Parecia. Na mais recente fase da Operação Lava-Jato, a Polícia Federal prendeu um operador do PT cuja função era captar propina com os prestadores de serviço ao ministério e transferi-la para o cofre do partido e as contas de alguns companheiros. — processo idêntico ao da Petrobras, da Eletrobras, do Ministério de Minas e Energia, do Ministério das Cidades, do Ministério da Saúde, da Comunicação Social. A descoberta reforça a suspeita de que podem ser muito mais amplos os limites do maior esquema de corrupção da história brasileira. A investigação que começou em um posto de gasolina já envolve deputados, senadores, ministros, ex-ministros e até um ex-presidente da República. Pelo volume astronômico de dinheiro desviado e pelo número diretamente proporcional de autoridades listadas em pagamentos e recebimentos de propina, fica evidente que o governo é hospedeiro de uma estrutura criminoso organizada e espalhada por diversos órgãos da administração.

Depois de mais de um ano de surpreendentes revelações em sequência, os próprios investigadores admitem que o trabalho está apenas no começo. Os delegados da Lava-Jato têm pela

**DE NOVO** Um dos beneficiados com o dinheiro desviado do Ministério do Planejamento é um escritório que trabalha para a senadora Gleisi Hoffmann

frente um imenso desafio: identificar todas as ramificações da gigantesca estrutura de corrupção montada pelo PT dentro de órgãos de governo e esclarecer até que ponto essa organização paralela age ou não em sintonia com o hospedeiro. Paulo Bernardo e Gleisi Hoffmann são dois expoentes do poder formal do partido.

A operação policial da semana passada foi batizada de Pixuleco 2, uma referência ao apelido que o ex-tesoureiro João Vaccari Neto dava à propina. Desta vez foi preso o ex-vereador petista Alexandre Romano. Segundo os agentes, ele “coletou” 40 milhões de reais da empresa Consist, que prestava serviço de computação ao Ministério do Planejamento. O esquema seguia o padrão ditado por Vaccari: para ganhar o contrato, a empresa

concordava em superfaturar o preço de seus serviços e repassar parte dos ganhos ao partido. E assim foi durante os últimos cinco anos.

Os desvios começaram em 2010, quando o ministério era comandado por Paulo Bernardo. Seguindo o dinheiro, a polícia descobriu que a propina arrecadada tinha entre os beneficiários pessoas muito próximas ao ministro e à sua esposa, Gleisi Hoffmann, ex-chefe da Casa Civil do governo Dilma. Parte do dinheiro desviado foi destinada a um escritório de advocacia que tem como sócios Guilherme Gonçalves

**O COBRADOR** Preso na semana passada, o petista Alexandre Romano era encarregado de “coletar” a propina e encaminhá-la aos colegas de partido







**FORA DO RADAR**

O ex-ministro Paulo Bernardo, do PT: o esquema de cobrança de propina no Ministério do Planejamento começou em 2010, durante a sua gestão

SERGIO LIMA/POLIAPRESS



veja | 19 DE AGOSTO, 2015 | 45





e Sacha Reck, que atuaram nas campanhas eleitorais da senadora Gleisi e também na defesa de Paulo Bernardo em vários processos judiciais. O escritório, que trabalha ainda para o diretório regional do PT no Paraná e para a Itaipu Binacional, na qual Vaccari exercia a função de conselheiro antes de ser preso, recebeu 7,2 milhões de “pixulecos”. Chama atenção uma coincidência: o volume maior de dinheiro foi repassado em 2010, em plena campanha eleitoral. Os pagamentos de propina a Alexandre Romano, porém, continuavam até o mês passado.

O ex-ministro Paulo Bernardo e a senadora Gleisi Hoffmann são dois personagens de peso a compor uma relação de figurões da política arrastados para a república dos pixulecos. A senadora, por exemplo, já é investigada pelo Ministério Público como beneficiária de 1 milhão de reais do esquema de corrupção na Petrobras. Além dela, integram a relação de investigados Eduardo Cunha, presidente da Câmara, Renan Calheiros, presidente do Senado, e dezenas de parlamentares, ministros e ex-ministros, bem como figuras notórias, a exemplo do ex-presidente Fernando Collor. O

trabalho dos delegados e procuradores da Lava-Jato promove e soterra lideranças, vem impulsionando e desestimulando determinados planos, tem minado acordos espúrios com o objetivo de garantir a impunidade de criminosos. O governo e o Congresso têm se movido conforme as várias fases da operação. Na semana passada, emergiu um novo cenário provocado por esse comportamento pendular.

Desde que foi deflagrada, há dezessete meses, a Operação Lava-Jato pôs sob investigação empresários, lobistas, ex-funcionários da Petrobras e cin-





**ACORDÃO** Renan Calheiros, Sarney, Jader Barbalho, Romero Jucá, Henrique Alves, Eduardo Braga, Lula, Michel Temer e Eunício Oliveira: humor no encontro do PMDB com o ex-presidente, mas o que isso tem a ver com Janot (acima) é mistério que não dura

quenta políticos. Numa estratégia para se contraporem às investigações, Renan Calheiros e Eduardo Cunha passaram o primeiro semestre impulsionando projetos de apelo popular, a maioria deles contrária aos interesses do governo. A lógica era a seguinte: por terem assumido posições opostas às do governo, Renan e Eduardo estariam sendo vítimas de perseguição por parte do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, escolhido e recentemente reconduzido ao cargo pela presidente Dilma. A crise econômica e as desavenças políticas criaram condições para a cha-

mada tempestade perfeita. Mais agressivo e com o apoio da maioria, o presidente da Câmara instaurou CPIs para investigar o governo e pavimentou o caminho para a tramitação de um eventual processo de impeachment contra Dilma a partir da rejeição das contas dela pelo Tribunal de Contas da União (TCU), o que estava na iminência de acontecer. No meio do caminho, um dos delatores do petróleo acusou Cunha de ter recebido 5 milhões de dólares de propina — e tudo mudou.

Renan Calheiros se comprometeu a aprovar a recondução do seu antes desafeto Rodrigo Janot para a Procuradoria-Geral da República. Ele presta um serviço não apenas ao governo, mas ao próprio Janot e, desconfia-se, a si próprio. Nove em cada dez políticos de Brasília apostam que Janot vai denunciar Cunha, mas não Renan. Eles farejam, mesmo que não possam provar, que houve um acordo em que Janot é reconduzido à PGR, Renan se salva da Lava-Jato e tenta salvar o governo com a Agenda Brasil (veja a reportagem na pág. 66).

Sabe-se também que Renan agiu junto aos ministros do TCU sobre os quais ele exerce influência — Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Raimundo Carreiro — para que o tribunal concedesse ao Planalto um prazo de mais quinze dias para explicar as manobras apelidadas de “pedaladas fiscais”. A votação das contas da presidente só deverá ocorrer em setembro, e já se especula se Dantas, Vital do Rêgo e Carreiro vão votar de acordo com sua consciência ou suas conveniências. Mesmo que o TCU impugne suas contas, isso só terá efeito ruinoso para Dilma se Renan puser o assunto na pauta. É o caso de conferir o resultado do jogo político. Os prognósticos são:

1. A indicação de Rodrigo Janot para mais um termo na PGR é confirmada pelo Senado de Renan;
2. Janot denuncia Eduardo Cunha e poupa Renan na Lava-Jato;
3. As “pedaladas fiscais” são esquecidas pelo TCU ou pelo Senado.

Quem acertar os três ganhará uma versão encadernada da Agenda Brasil com o autógrafo de Renan Calheiros. ■









**2015**

*“A corrupção continuou, e ainda por cima promovida por um partido que acreditávamos ser a solução do problema”*

Vinte e três anos depois do 16 de agosto que selou o destino de Fernando Collor, 50 brasileiros contam a VEJA por que foram às manifestações pelo impeachment naquela época e os motivos que os levaram a protestar novamente, agora contra Dilma Rousseff. As crises dos governos guardam mais semelhanças ou diferenças?

MARIANA BARROS, PIETER ZALIS E KALLEO COURA

ANDRÉ VALENTIN

veja | 19 DE AGOSTO, 2015 | 55



# O

**O DOMINGO 16 DE AGOSTO FOI** o começo do fim do governo. Em duas dezenas de cidades brasileiras, centenas de milhares de pessoas saíram às ruas “para protestar contra a corrupção, o abuso de poder, os privilégios, o tráfico de influência, a mentira” — assim a Carta ao Leitor de VEJA descreveu a data que entrou para a história como “domingo negro”. Calma, gente! Estamos falando de 1992, o fim da era Collor, o presidente afastado do poder por um processo de impeachment. Vinte e três anos depois, de novo em um domingo 16 de agosto, milhares de brasileiros estarão nas ruas para protestar contra o governo, desta vez o de Dilma Rousseff. As razões para a indignação popular de 1992 — “a corrupção, o abuso de poder, os privilégios, o tráfico de influência, a mentira” — são muito parecidas com as de agora. Embora 65% dos brasileiros afirmem desejar o impeachment, ninguém pode prever se ele será também o desfecho da crise que cerca a atual presidente.

Algumas das circunstâncias políticas e econômicas de 1992 prevalecem em 2015. Dilma, a exemplo de Collor, tem uma taxa de reprovação quase dez vezes maior que a de aprovação. Segundo o Datafolha, 71% reprovam Dilma e apenas 8% lhe dão crédito. No auge da crise, em setembro de 1992, de acordo com o mesmo instituto de pesquisa, Collor tinha 68% de reprovação, contra 9%



“Aos 18, fui movida pelo ideal de derrubar o governo. Agora, não quero que meus filhos vivam num país onde é normal roubar e sair ileso. Tenho vergonha de uma presidente que não sabe se comunicar.” Viviane Rocha, 42



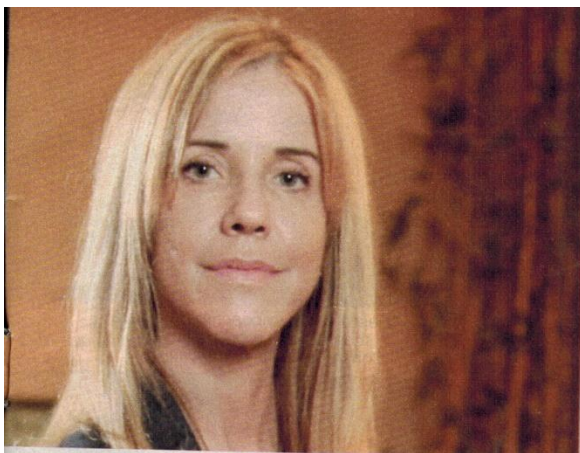
“Eu e meus colegas fomos dispensados da aula, pegamos um ônibus e fomos protestar contra o Collor. Agora é pior. Estamos à beira do colapso. Se a Dilma pensar na nação, renunciará.” André Junqueira Zaharenko, 38



“Em 1992, fui na onda. Agora, Dilma não respeita a divisão dos poderes, principalmente na questão orçamentária. É autoritária. O fato de ela vetar o reajuste dos servidores do Judiciário é inconstitucional.” Brunella Lima, 35

FOTOS: VAGNER ROSSÁRIO; ANDRÉ VALENTIM; ROBERTO SETTON; PAULO VITALE; ANTONIO MILENA; JEFFERSON COPPOLA; SUZETE SANDIN





"Em 1992, eu era estagiária no fórum e combinei com os colegas de irmos juntos. Vou de novo pelo mesmo motivo. Não quero deixar a chama da indignação morrer." *Adriana Balthazar, 45*



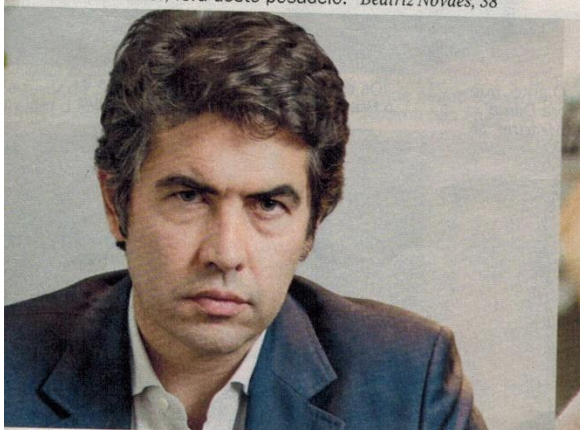
"A crise política é mais grave do que a econômica. E a classe média precisa perder a vergonha. Não é feio trabalhar, ganhar dinheiro, criar empregos e pagar impostos." *Alessandra Andrade*



"Foi emocionante, indescritível, como se eu fosse uma super-heroína com o poder de mudar o país. Quero que o Brasil acorde melhor, fora deste pesadelo." *Beatriz Novaes, 38*



"Collor roubou a poupança da minha avó logo depois da venda de uma casa. As manifestações eram capitaneadas pelo PT e, agora, serão contra esse partido, que se dizia ético." *Chrystian Sobania, 41*



"Em vez de reconhecer os erros, Collor pôs fogo na revolta. Não podemos repetir o erro de 1992, precisamos de mudanças de verdade. Não é só 'Fora PT'. É 'Fora União'." *Danilo Amaral, 44*



"Fui no oba-oba. Nutria um espírito juvenil de querer ficar protestando. E o Brasil ainda precisa de mudança. Voltar às ruas será o primeiro passo para resgatarmos a cidadania." *Carla Piolo, 40*





"Não sei se existem políticos corretos. Mas ainda acredito no Brasil." José Carlos Bueno, 42



"Eu era secretária, Collor roubou meu dinheiro. Hoje minha vontade é acabar com o PT." Vera Soares, 60



"Desta vez, o impeachment é para mostrar que o povo pauta o Congresso." Ronald Tanimoto, 53



"Em 1992, eu ainda me identificava com o PT, que agora entrega a meu filho um país em crise." Paulo Moura, 55



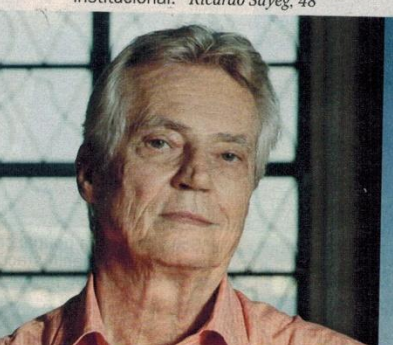
"Fico indignado com o retrocesso do país. A crise não é econômica, é institucional." Ricardo Sayeg, 48



"Agora, pessoas sem formação política querem participar. Há uma diversidade maior." Mario Nogueira, 54



"Meu pai me levou ao Anhangabaú. Estamos dentro da Constituição, como em 1992." Marcia Demestres, 39



"É o mesmo sentimento. O grito, que era 'Fora Collor', será 'Fora Dilma', 'Lula na cadeia'." Marcelo Medeiros, 66



"Os casos de corrupção são piores e o Brasil está mais acomodado do que em 1992." Lorraine Alves, 36



"A saída de Collor já era um fato, agora temos de lutar com mais força." João Carlos Sattler Lima, 46



"Eu, que estava ao lado do PT pedindo o impeachment de Collor, agora estou insatisfeito." Jefferson Todor, 39



"Fui para a escola pública por causa do Collor. Levarei meu filho para ver o que ocorre no Brasil." Janice Kuss, 38





"Oitenta por cento dos motivos para ir às ruas são os mesmos, a corrupção. 20% são ideológicos." *Roberto Melo, 51*



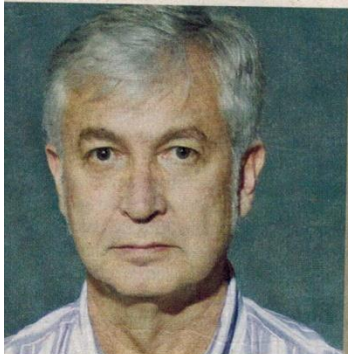
"Aos 19, ajudei a mobilização no colégio. Ainda desejo ver um país melhor, mas não sei por onde começar." *Roberta Suplicy, 42*



"Votei no Lula em 1989, mas tudo pelo que lutei se perdeu, virou parte do projeto de poder do PT." *Maria Imaculada Rios, 52*



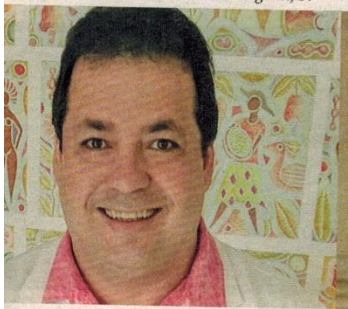
"A política brasileira parece mercado persa, tudo se negocia. Vou para a rua contra essa forma de política." *Marcia Gunha, 48*



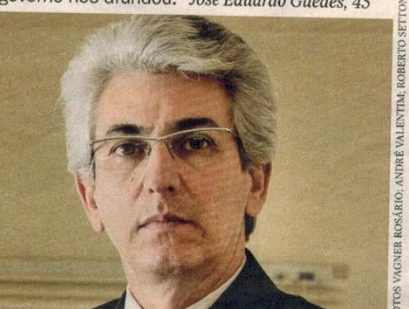
"Collor acabou com a esperança. Sou a favor da Lava-Jato e do Moro. Quero mudar o sistema." *José Luiz Pellegrini, 57*



"Dilma é muito pior que Collor, um corrupto que pegou o país em frangalhos. Ela no governo nos afundou." *José Eduardo Guedes, 45*



"Em 1992, eu era do movimento estudantil. Sou da parcela que produz e paga imposto." *Henrique Arruda, 44*



"A gente não conhecia as palavras impeachment, CPI e dossiê até 1992. Hoje, quero um país justo." *Giovane Gama, 51*

FOTOS: VAGNER ROSÁRIO, ANDRÉ VALENTE, ROBERTO SETTON, PAULO VITALE, JEFFERSON COPPOLA, SUZETE SANDIN, JEFFERSON BERNARDES/AG. PREVIEW, LEO CALDAS/MESSANDRA, ANDRÉ DE SENZI/LOKAS, LEO DRUMOND/INTRO IMAGENS

de entrevistados ainda fiéis. O Brasil de Collor assistiu à volta da hiperinflação, que passou de 1 000% ao ano em 1992. O de Dilma enfrenta uma recessão que deve fazer a economia encolher quase 2%.

Terminam aqui as semelhanças entre os dois governos. A lista de diferenças é bem mais extensa.

No Collorgate, as denúncias de corrupção envolviam diretamente o presidente da República, acusado pelo irmão de usar um teste de ferro para extorquir dinheiro de empresários e flagrado com um carro na garagem adquirido com dinheiro de corrupção. Hoje, não há ninguém apontando diretamente o dedo para a presidente nas investigações do petrolão — nem algo tão concreto quanto um Fiat Elba a provar que ela se beneficiou direta e pessoalmente de dinheiro de propina. A segunda diferença é que o PT não é o PRN, o partido artificial de Collor com seus 28 deputados. Mais da metade deles trairia o presidente na votação do impeachment. Mesmo abaixo do volume morto, acuado pelas investigações e com lideranças na cadeia (ou em vias de ir para lá), o PT continua tendo a segunda bancada na Câmara, com 63 deputados, e a segunda maior no Senado, com treze parlamentares. Junto com os partidos da base aliada, Dilma Rousseff conta, ao menos nominalmente, com 282 dos 513 deputados, mais do que suficientes para barrar um pedido de impeachment — que exige a aprovação de 342 parlamentares, ou dois terços da Câmara. No Senado, a quem cabe dar a palavra final sobre o impedimento de um presidente, ela conta com 45 dos 81 votos. Seria muito difícil chegar aos 54 votos necessários para afastá-la.

O grito das ruas incendiou o Parlamento e já no dia seguinte às manifestações de 25 de agosto de 1992 surgiu um "grupo de governabilidade" em torno do vice Itamar Franco, que, ao fim do processo, em 29 de dezembro, substituiu definitivamente o presidente afastado. É sobretu-





do nesse ponto que a situação de Dilma não poderia ser mais distante da de Collor. O PSDB, hoje a principal força opositora ao governo petista, não tem uma posição fechada sobre qual a melhor saída para a crise. Mesmo a parte do fragmentado PMDB encabeçada pelo vice-presidente Michel Temer, que herdaria o governo no caso de impedimento de Dilma, receia o peso do legado. Há uma grande concordância em considerar que o pós-Dilma seria um período mais conturbado do que foi o pós-Collor. Os muitos líderes mercenários de movimentos sociais e os poucos fanáticos podem desandar a fazer o que mais sabem: desordem e quebra-quebra. É um estado de coisas bem diverso daquele que predominava em 1992, quando a convicção entre os políticos era que a saída de Collor não produziria, como não produziu, nem um suspiro de inconformismo entre a população.

O Congresso que apeou Collor do governo e o que tem o poder constitucional para afastar Dilma também são muito diferentes. O Le-

## A história se repete?

As semelhanças e as diferenças entre a crise que derrubou Collor e a que acossa Dilma

1992

16 AGO

Três dias antes, Fernando Collor tinha ido à TV pedir aos brasileiros que saíssem às ruas de verde e amarelo "pelo Brasil". Em resposta, a população saiu de preto em ao menos dezessete capitais, no "domingo negro". Um dos maiores atos, no Rio, reuniu 10 000 pessoas. Foi o início do fim do governo Collor

25 AGO

As manifestações se tornaram praticamente diárias, mas o grande protesto seguinte aconteceu nesse dia, uma terça-feira. Em São Paulo, cerca de 350 000 pessoas pediram o impeachment de Collor. Pelo país, os protestos espocaram em mais de trinta cidades



2015

Há manifestações convocadas em pelo menos duas centenas de cidades no país. Ao contrário de 23 anos atrás, os protestos realizados até agora já reuniram milhões

O resultado das manifestações de domingo poderá determinar o rumo da crise. Se atraírem multidões, elas vão desencadear novos atos. Se murcharem em relação às anteriores, baixarão a temperatura também no Congresso





**26 AGO**

Uma CPI instalada em 1º de junho, a partir de uma entrevista de Pedro Collor a VEJA, concluiu pela incriminação do então presidente — o relatório foi aprovado por 16 votos a 5. Collor, que antes acusava os adversários de buscar um “terceiro turno”, passa a falar em “golpe”



Não há uma CPI no Congresso que investigue diretamente a presidente nem, até agora, um delator como Pedro Collor, que revelou em detalhes o esquema criminoso do irmão-presidente

**1º SET**

O presidente da OAB, Marcello Lavenère, e o da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, apresentaram à Câmara um pedido de impeachment de Collor. O presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, deu andamento ao processo



Já foram apresentados catorze pedidos de impeachment na Câmara, nenhum deles com a representatividade daquele protocolado pela OAB e pela ABI. Quatro já foram arquivados por não cumprir os requisitos mínimos

**29 SET**

Com 441 votos a favor, 38 contra e 1 abstenção, a Câmara aprovou a abertura do processo de impeachment. Na votação, por ordem alfabética, desde a letra A antigos aliados votaram contra Collor. Na letra O, até Onairêves Moura (PTB-PR), que havia oferecido um jantar de apoio ao presidente dias antes, votou contra ele



Para que o impeachment seja aceito, são necessários os votos de dois terços dos 513 deputados — no papel, Dilma tem 282 deputados. Ou seja, se o processo chegar a esse ponto, ao menos 111 parlamentares precisariam trair a presidente

**2 OUT**

Itamar Franco, o vice, assumiu a Presidência. A comemoração pela queda tomou pelo menos duas dezenas de cidades e reuniu cerca de 500 000 pessoas



O tempo é o senhor da razão

**29 e 30 DEZ**

O Senado confirmou, por 76 votos a 3, o impeachment de Collor. Ele ainda tentou renunciar no meio da votação, para não ter os direitos políticos cassados por oito anos, mas a manobra não foi aceita











"Os jovens eram mais envolvidos. Eu me emociono quando os vejo querendo um país melhor." Elaine Grinberg, 50

"Em 1992, era comandante do Choque em BH. Sei da importância de uma Justiça forte, vou para apoiar o Moro." Edvaldo Piccinini, 70



"Collor simbolizava tudo de ruim, e Dilma falou uma coisa na campanha e fez o oposto depois." Denis Abreu, 37

"Collor era ladrão de galinhas, mas era importante pegar um corrupto. Quero tirar o governo dentro da lei." David Haddad Júnior, 57



"O que me motiva é a mesma coisa: a indignação com o poder público." Renata Martins, 39

"Dilma excluiu muitos direitos trabalhistas, pôs a perder tudo o que o governo do PT conseguiu melhorar." Patrícia Machado, 38



"Os jovens eram mais engajados, o lado bom do que acontece hoje a volta disso." José Carlos Bartholli, 53

"Na época, levei minhas duas filhas gêmeas, que tinham 16 anos. Agora, eu me preocupo com os meus netos." Izabel Avallone, 68

FOTOS: VAGNER ROSÁRIO; ANDRÉ VALENTIM; ROBERTO SETTON; PAULO VITTA JR.; ANTONIO MILERA; JEFFERSON PEREIRA; GUY PREVIEW; LEO GALDAS; ALESSANDRA ANDRADE; SUNDI MORAN; MARGUS DE SI MONTEIRO; BRUNO LINS; DARIAN DORNELLES; CARO GIATTILI; LEO DRUMOND; TITO MAGALHÃES; A. VILHAY.

gislativo hoje é quase tão estilingue quanto vidraça — mais de trinta parlamentares são alvo da mesma Operação Lava-Jato que acossa o governo do PT. Entre eles estão os presidentes da Câmara, Eduardo Cunha, e do Senado, Renan Calheiros, ambos do PMDB.

A maior manifestação até agora contra o governo Dilma ocorreu em março deste ano e, somadas as 250 cidades onde houve gente nas ruas, cerca de 2,4 milhões de brasileiros protestaram. Em São Paulo, a Avenida Paulista transbordou com mais de 1 milhão de pessoas. Os movimentos de oposição que convocam as pessoas para as ruas neste domingo, 16, acreditam que vão superar numericamente os protestos de março. Mesmo que isso não ocorra, a insatisfação popular contra Dilma e o PT não vai se estíliar. Uma pequena mas significativa mostra disso é o que dizem os cinquenta brasileiros e brasileiras que ilustram as páginas desta reportagem. Todos eles compareceram às manifestações anti-Collor de 1992 e, agora, planejam ir aos atos anti-Dilma.

Em 1992, o 16 de agosto foi a fagulha que deu a ignição para o impeachment. Antes daquela data, os manifestantes, os "caras-pintadas", eram alguns poucos milhares em todo o país. Collor provocou a ira da população ao convocar os que chamava de "minha gente" a sair de verde-amarelo como demonstração de apoio a ele. As multidões saíram de preto. Sem maioria no Congresso e rejeitado nas ruas, Collor perdeu as condições mínimas de governabilidade. Sua queda foi mais uma de tantas demonstrações históricas de que os governos não caem por ruínas, caem por falta de maioria parlamentar e de apoio popular. Dilma perdeu o Parlamento e a popularidade. Se ela não recuperar pelo menos um dos dois...

**COM REPORTAGEM DE  
CECÍLIA RITTO, RENATA LUCCHESI  
E JOÃO PAULO MARTINS**

veja | 19 DE AGOSTO, 2015 | 63



## Entrevista PAULO PAIM

ROBSON BONIN

# Vergonha e tristeza

Quadro histórico do PT, o senador anuncia que vai deixar o partido depois de trinta anos de militância. Ele conta que a gota d'água foi a decepção com o governo da presidente Dilma Rousseff

A trajetória política do senador gaúcho Paulo Paim confunde-se com o movimento sindical dos anos 80 e com a própria história do Partido dos Trabalhadores. Essa simbiose está chegando ao fim. O congressista vai deixar o PT, que não representa mais as causas sociais, foi dilacerado pela corrupção e caiu na vala comum da política. O ápice da desilusão foi a reeleição de Dilma Rousseff. A presidente, segundo ele, prometeu uma coisa durante a campanha e, eleita, fez exatamente o contrário. Em entrevista a VEJA, Paim defende a legitimidade do processo de impeachment, embora ressalte não haver um fato jurídico que possa levar à cassação de Dilma.

**Muitos de seus colegas deixaram o PT já no primeiro governo Lula, durante o mensalão, quando os sinais de deterioração ética surgiram de maneira contundente. Por que o senhor decidiu deixar o PT só agora?** O que norteia a minha vida e me faz ficar na política é a energia positiva das causas sociais que defendo a favor dos aposentados, dos negros, dos jovens e dos trabalhadores e movimentos em geral. Os partidos são apenas ferramentas que a gente precisa usar para defender aquilo em que acredita. Estar no PT durante todos esses anos me possibilitou aprovar inúmeras leis importantes para essas causas sociais. Devo ser um dos parlamentares que mais aprovaram leis. Há um estudo da Universidade de Brasília que mostra que, na história da República, em relação ao combate aos preconceitos, ninguém aprovou mais leis do que eu. O Estatuto da Igualdade Racial, a lei da injúria, a política de cotas; enfim, ninguém atuou tanto nessa área. Muitas leis minhas foram sancionadas. Quem tem esse acúmulo não pode ficar trocando de partido do dia para a noite.

CRISTIANO MARIZ

“É triste ver que o sonho acabou. Ver aonde chegamos. Infelizmente, o PT hoje é um partido como todos os outros que sempre criticamos”





**A crise ética que recaiu sobre o PT, com os sucessivos escândalos, não era motivo para deixar o partido?** Nunca fui um parlamentar que só defendeu a bandeira da ética. No Senado, há parlamentar que só faz esse discurso. Eu cuido das causas sociais, tento avançar propondo leis que fortaleçam os direitos sociais e pratico a ética como um valor crucial para a boa política. A ética é obrigação. Aprendi desde cedo com o meu pai, que dizia: quer vencer na vida? Estude, trabalhe e seja honesto. O resto o universo conspira a seu favor. Apesar de alguns companheiros terem errado nessa caminhada, continuei com a minha nau solitária carregando as minhas propostas rumo à terra firme. Enquanto deu para ir aprovando as leis, fui trabalhando e produzindo. Foi por isso que fiquei. Mas a partir do fim do ano passado, quando percebi que o discurso de campanha da presidente Dilma Rousseff foi um e a realidade dos fatos se revelou outra, achei que era hora de mudar de rumo. Vou sair do PT. Isso é certo. Mas ainda não sei com certeza para onde vou.

**Como foi passar pelo mensalão como parlamentar do PT?** Quando começaram a surgir as revelações desses negócios na política, a primeira coisa que fiz foi perguntar se aquelas denúncias eram verdadeiras. Na banca e no próprio partido, todos me diziam que o mensalão não existia, que era tudo invenção. Com o passar do tempo, por mais que eu quisesse acreditar que não era real, comecei a ver os problemas. E virou o que virou. Isso tudo foi me deixando cada vez mais constrangido até chegar à condição em que estou hoje. Alguns podem dizer que o mensalão foi algo criado para manter o projeto do PT. Eu não quero saber. Essa não é a concepção transformadora da política que sempre defendi. A política tem de ser humanitária, e não um negócio para alguns.

**Era possível acreditar que tudo o que foi revelado no mensalão fosse invenção?** Eu não tinha como conhecer as

**Percebi que o discurso de campanha da presidente Dilma Rousseff foi um e a realidade dos fatos se revelou outra. Achei que era hora de mudar de rumo. Vou sair do PT. Isso é certo. Mas ainda não sei com certeza para onde vou**

malandragens da política porque não atuo nessa área. Na minha forma de fazer política, nunca fui afeito à cúpula partidária. Em todos esses anos de PT, raramente participei de reuniões da direção. Eu faço política de fora para dentro, com os sindicatos, clubes de mães e associações de bairro, por exemplo. Quando vieram as denúncias do mensalão, eu disse: investiguem tudo, doa a quem doer. Foram pessoas que erraram, não se pode condenar a todos no partido.

**O PT perdeu a capacidade de se indignar com a corrupção?** O PT sempre teve na militância de base o debate contra a corrupção. A partir do momento em que tudo isso aconteceu, é claro que machucou a militância. Tanto que há militantes que dizem que estou certo em sair. Quem roubou tem de responder pelo que fez.

**Como o senhor se sente em ver colegas do partido sendo hostilizados nas ruas?** Entre a vergonha e a tristeza, fico com o sentimento que é mais grave, a tristeza. É triste ver que o sonho acabou. Ver aonde chegamos. Infelizmente, o PT hoje é um partido como todos os outros que sempre critica-

mos. E nós não viemos para isso. O PT surgiu para fazer a diferença, para construir o sonho de uma sociedade diferente. Mas acabamos na vala comum. Não me envergonho pelo que fiz. Faria tudo de novo. A luta pelo emprego, pelo salário, pelos aposentados, pelos discriminados... A frase correta é: o sonho do PT acabou.

**Como é ver a riqueza de alguns companheiros do senhor, como Lula, Dirceu e tantos outros, que começaram o PT pobres e hoje são milionários?** O constrangimento é real. Não dá para dizer que o PT está bem. O PT está mal. Não vou prejudicar ninguém, não vou julgar se esse ou aquele ficou rico. Defendo a investigação de todas as denúncias, seja contra quem for.

**Foi difícil votar para manter a prisão de um colega de partido?** Esse episódio doeu. O senador Delcídio do Amaral era parceiro. A gente conversava muito. Ele tinha trânsito em todos os setores do Congresso. Era um líder inatacável para nós. Agora, quando chegou aquele documento do STF com aquelas gravações, eu pensei: a polícia tem de ter todo o direito de investigar. É como um filho que você descobriu que está traficando droga. O que você tem de fazer? Tive de votar pela manutenção da prisão dele. Ele vai ter de responder pelo que fez. Mantive a minha coerência dizendo que temos de tratar culpado como culpado, inocente como inocente, seja de que partido for.

**O ex-presidente Lula e a presidente Dilma Rousseff são responsáveis pelo atual momento do país?** O presidente Lula tem um legado social que é inegável. Agora, erramos quando não fizemos uma análise correta do momento e permitimos que esse quadro de deterioração no campo da corrupção e impunidade se apresentasse. Foi falta de fiscalização, falta de quadros realmente comprometidos com a ética, nos deixamos envolver por essa situação toda, talvez achando que é assim mesmo que era o sistema, e não havia outro jeito.



**É possível que Lula e Dilma não soubessem o que se passava na Petrobras?** Não tenho como julgar. Acho que houve erros no governo que levaram a essa situação. Só as investigações vão demonstrar se havia culpa desse ou daquele sujeito da história.

**A promiscuidade política entre o público e o privado tem solução?** Acho que tudo começa pela campanha. Considero o financiamento privado uma vergonha. Ninguém dá 20 milhões de reais a um candidato porque acredita em ideologia. Dá porque está esperando retorno no futuro. Então, é preciso acabar com o poder econômico privado na campanha e estipular limites para a doação de pessoas físicas. Aí eu quero ver se a campanha será no campo das ideias.

**Essa salada de partidos políticos, mais de trinta, também é um problema.** Muitos partidos estão sendo criados apenas para embolsar o dinheiro do fundo partidário. Virou uma bagunça. Uma boa forma de acabar com a corrupção é haver candidaturas avulsas, implantar o voto facultativo e obrigar o político a ter de conquistar o voto do eleitor.

**O senhor já criticou a presidente por não saber ouvir.** Conheço a Dilma há pelo menos trinta anos. Tenho carinho por ela, mas reconheço que é difícil no diálogo, na conversação e na política. Política é uma arte. Você pode até dizer não, mas explica por que disse não. Ela, por exemplo, acabou de vetar alguns projetos meus e nem sequer me chamou para uma conversa.

**Fora do PT, o senhor é governo ou oposição?** Vou ficar com as minhas causas. Se tiver de fazer oposição para aprovar meus projetos, vou para a oposição. Não tenho problema nenhum em ser oposição, desde que as causas estejam em primeiro plano.

**Qual a posição do senhor sobre o impeachment da presidente Dilma?** Sou contra o impeachment porque estou

**“Sou contra o impeachment porque estou convencido de que não há motivos jurídicos. Mas não gosto da palavra golpe. Não é a primeira vez que se levanta a palavra impeachment no Brasil. Nós, no PT, a levantamos muitas vezes”**

convencido de que não há motivos jurídicos. Acho que é uma decisão política que será tomada pelo Congresso. Mas não gosto da palavra golpe. Não é a primeira vez que se levanta a palavra impeachment no Brasil. Nós, no PT, a levantamos muitas vezes. A questão é se há denúncias contundentes para que seja provocado o impedimento. Se há, instale-se o processo. Se não há, mas se criou um clima político na sociedade que levou ao impeachment, instale-se e vamos votar sabendo que está na Constituição.

**Se Dilma for cassada, um governo de Michel Temer poderá resolver os problemas do país?** Acho que não. Por isso digo que, se se chegar a tirar a Dilma, o bom mesmo será convocar uma eleição em todos os níveis. Uma nova proposta, mas é preciso ver os parâmetros legais. Por isso tenho a posição de não aprovar o impeachment.

**Por que é tão difícil acabar com o racismo?** O racismo ainda é muito forte porque a sociedade não evoluiu no campo da educação. Aí está a grande mudança. A criança não nasce racista e não é racista. Ela é ensinada a ser racista. Então, é crucial mudar essa con-

cepção dentro da sala de aula, do jardim de infância à universidade, para mostrar que brancos e negros, índios e ciganos são todos iguais na humanidade. A capacidade de um homem não se mede pela cor da pele, pelo sexo ou por sua origem, mede-se por sua conduta. Isso precisa ser mostrado em sala de aula, ensinado às nossas crianças. Enquanto a postura nos bancos escolares não mudar, essa situação também não mudará e, enquanto isso não ocorrer, é preciso que os negros continuem fazendo o bom combate, assumindo os espaços na sociedade.

**A política de cotas raciais deu resultados?** Deu tão certo que começou a mudar a cor das universidades. Antes, havia no máximo 5% de negros na universidade. Agora, o percentual está entre 15% e 20%. Esses jovens negros e pobres, brancos também, que passaram a ter uma oportunidade mostraram que têm capacidade. Eu quero ver chegar o dia em que seja possível dizer que a política de cotas não é mais necessária, porque houve a integração: todos estão se sentando à mesma mesa e comendo o mesmo pão.

**O movimento sindical, hoje aparelhado pelo governo e pelos partidos, se perdeu?** O movimento sindical começou a errar quando entendeu que, tendo eleito um presidente sindicalista, estava tudo resolvido no país. Então, como sindicalista, acredito que perdemos o dever e a obrigação de nos indignar, de continuar mobilizados. A partir disso, grande parte do movimento sindical foi para os espaços do Estado, e todo mundo achou que estava tudo bem. No auge do governo Lula, escrevi um livro, *O Rufar dos Tambores*, em que dizia que estava com saudade de ver a batida do tambor do povo nas ruas. Chamavam-me de rebelde. Mas acho que o movimento sindical não pode ser partidarizado. Ele tem de ter visão crítica e se manter sempre mobilizado contra questões como a impunidade e a corrupção, por exemplo. Nisso nós também erramos.



# Leitor

Assuntos mais comentados  
Especial impeachment (capa) ▶  
Artigo de Lya Luft  
O "estudo" de Luís Cláudio Lula da Silva  
Artigo de Vilma Gryzinski  
Questões sobre o vírus zika



## Impeachment

A expectativa da grande maioria dos brasileiros é que ocorra o impeachment, e não o "impizza" ("Impeachment não é guerra", 9 de dezembro).

**ADONIRO PRIETO MATHIAS**  
*Londrina, PR*

Votei em Lula em todos os pleitos em que ele disputou a Presidência da República. No entanto, não votei em Dilma Rousseff em 2014, pois o governo do PT se divorciou dos interesses do Brasil e levou o país à falência moral e financeira. O impeachment de Dilma é necessário. Temos um país para governar, educar e produzir. Seria um gesto de grandeza, sabedoria e inteligência se Dilma renunciasse. A renúncia dela diminuiria o custo da transição e até preservaria o muito pouco que ainda resta da imagem da presidente Dilma e do PT.

**JOSÉ CARLOS MARRA**  
*Uberlândia, MG*

O impeachment não será apenas para Dilma, mas também para o PT e todos que usurparam a esperança dos brasileiros.

**KLEBER MONTORIL ROCHA**  
*Manaus, AM*

De forma muito apropriada, a reportagem "O primeiro choque" demonstrou o completo descabimento do único argumento de defesa da presidente Dilma. As escusas da petista ficam ainda mais ridículas quando comparadas com as declarações de Collor, em 1992, prestes a ser aliado da Presidência. Se realmente fosse inocente daquilo que é acusada, o crime de responsabilidade contra a lei orçamentária, Dilma poderia deixar sua defesa somente para os advogados. No entanto, como sabe ser culpada, prefere repetir a mentirosa ladainha do voto popular, e desiste de trabalhar para salvar o pouco de credibilidade que lhe resta.

**GABRIEL CORDEIRO MARTINS DE OLIVEIRA**  
*São Paulo (SP), via smartphone*

É interessante ver o total descontrole de Dilma e seus seguidores. Atacam o presidente da Câmara como se fosse ele o autor do pedido de impeachment. Se alguma restrição deve ser feita a Eduardo Cunha, ela tem de versar apenas sobre a demora do encaminhamento que lhe cabia dar ao requerimento. A trinca de autores, de inquestionável saber jurídico, não foi atacada pelos desesperados petistas e aliados.

**MANOEL ANTONIO BARRETO**  
*Pelotas, RS*

A abertura do pedido de impeachment perpetrada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, revela o baixo nível atual da política brasileira, já que tal ato está sendo utilizado como manobra e disputa política, acentuando ainda mais o quadro de incertezas e, conseqüentemente, o declínio da já combalida economia do Brasil.

**ERIVAN AUGUSTO SANTANA**  
*Teixeira de Freitas, BA*



**Presidente Dilma, desejamos ver o Brasil voltar a funcionar. Se a senhora não é capaz de nos ajudar, por favor, não atrapalhe. Evite o trauma do impeachment e renuncie!**

**HUGO COELHO**  
*Recife, PE*

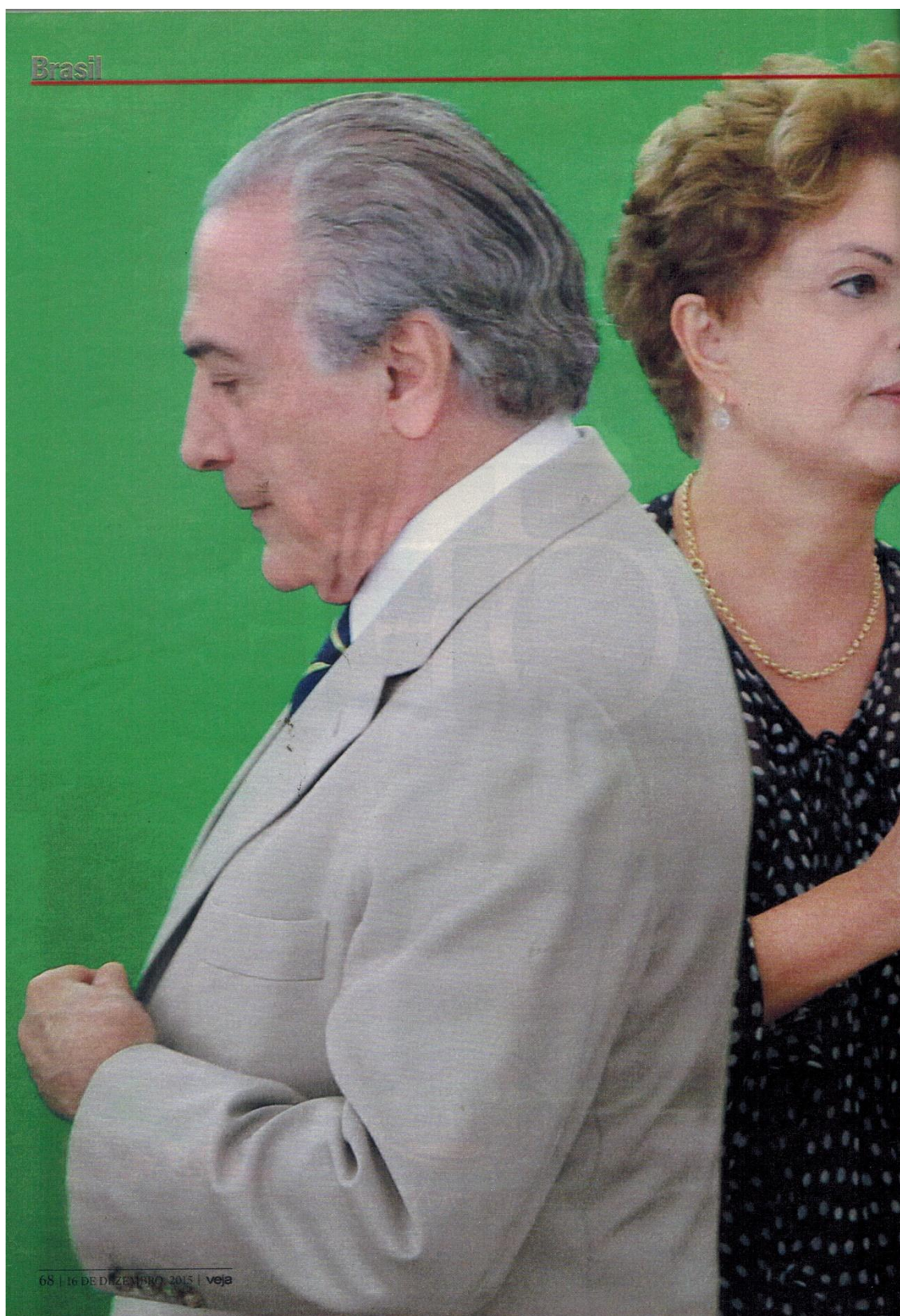
Impeachment é simplesmente aplicar a lei! Ou será que o PT está acima da lei? Será que a Lei do Impeachment não vale para governantes do PT? Essa mesma Lei do Impeachment já foi defendida por Lula, por Marina e por grande parte da "base aliada" na época de Fernando Collor e até mesmo na de FHC.

**MARCOS MORAES LABRUNIE**  
*Salvador, BA*

**Poder em jogo**  
O futuro de Dilma Rousseff na Presidência da República está nas mãos do Congresso Nacional, que vai decidir nos próximos meses se afasta a presidente por crime de responsabilidade

36 | 16 DE DEZEMBRO, 2015 | **veja**









# O GOVERNO SE DESINTEGRA

O PMDB ameaça abandonar a aliança política, o vice-presidente se rebela, o Supremo interrompe o processo de impeachment, parlamentares brigam em plenário e dinheiro de corrupção voa pela janela

DANIEL PEREIRA

**ROMPIMENTO** A presidente Dilma e o vice Michel Temer já não disfarçam mais o mal-estar e as divergências entre eles, que podem resultar no fim da aliança com o PMDB

veja | 16 DE DEZEMBRO, 2015 | 69





**DERROTA** A Câmara aprovou a criação da comissão especial que vai conduzir o processo de impeachment com maioria de deputados oposicionistas, um mau presságio para o governo, que assiste à evaporação de sua base de apoio no Congresso

Faz tempo que Dilma Rousseff não tem base parlamentar, apoio popular nem capacidade para recuperar as finanças do país. Faz tempo também que ela terceirizou a tarefa de governar — para Lula, na política, e para Joaquim Levy, na economia. A fragilidade da presidente, que tem o poder de direito mas o exerce cada vez menos na prática, paralisou a máquina pública, interditou o debate político e acentuou a crise econômica. A inflação deste ano deve superar a casa dos 10%. O desemprego caminha para o mesmo nível. O país corre o risco de perder o selo de bom pagador. O governo Dilma desmorona. Mostra-se sem força até para desafios prosaicos, de votações no Congresso ao combate de epidemias. Os reflexos dessa situação são conhecidos. Há meses, Dilma lida com um recorde de reprovação popular e com o apoio da maioria da população à abertura de processo de im-

peachment contra ela. Agora, o desalento ganha corpo também no universo paralelo da política. Até aliados da presidente alegam que ela perdeu as condições de continuar no cargo. “Já foi, não se recupera mais”, disse o senador Fernando Collor (PTB-AL) ao colega Aécio Neves (PSDB-MG), conforme noticiado pela coluna Radar on-line, de VEJA.com.

Collor fala com conhecimento de causa. Em 1992, ele perdeu o mandato de presidente da República por decisão do Senado, depois de ter sido acusado de corrupção por uma frente de partidos e entidades, na qual se destacava o PT de Lula. A análise de Collor não é movida por um sentimento de vingança, mesmo porque ele é hoje um aliado de primeira hora dos petistas. O que move o senador são os dados da realidade, como o fato de parcela expressiva do PMDB trabalhar abertamente para tirar Dilma do cargo. Essa ofensiva é comandada pelo próprio

presidente do partido e vice-presidente da República, Michel Temer, que substituirá a petista caso o Congresso aprove o impedimento dela. Conforme revelado por VEJA, Temer já se preparava havia algum tempo, com a discrição e a reserva que lhe são peculiares, para a hipótese de ter de assumir o comando do país. Na semana passada, essa hipótese se aproximou um pouco mais da realidade. O vice deu sinais claros aos peemedebistas de que a hora de desembarcar do governo está próxima. Esse movimento foi consumado numa carta que Temer, um especialista em direito constitucional afeito a poemas, escreveu a Dilma.

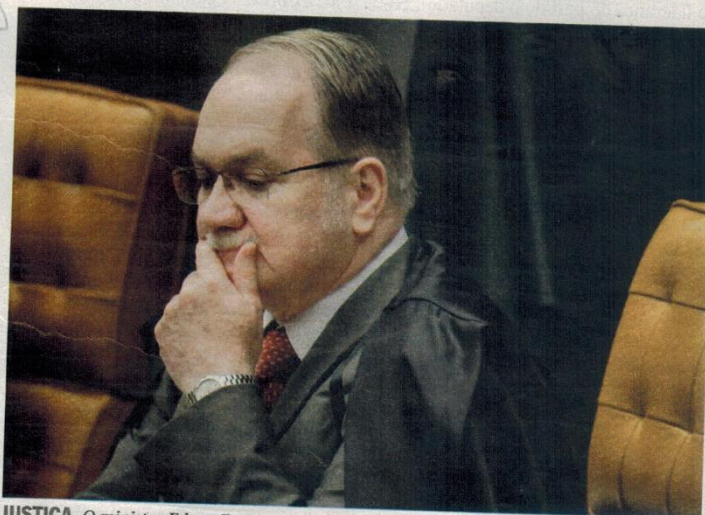
No texto, Temer diz ter sido “um vice decorativo”, elenca episódios nos quais teria sido desprestigiado pela presidente e reclama da demissão de três de seus aliados do ministério. Ou seja: faz o debate da política miúda. O importante, porém, estava no desfecho. Temer afir-





**VEXAME** No Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, deputados ligados ao governo e outros aliados ao presidente da Câmara, Eduardo Cunha, trocam sopapos em público: manobras e brigas evitam o avanço do processo de cassação de mandato

ma que Dilma nunca confiou nem confiará nele e no PMDB. O aviso de rompimento era registrado, finalmente, em palavras escritas. Assustados, assessores palacianos vazaram a missiva a fim de colar no vice a pecha de conspirador. Aliados de Temer também vazaram a mensagem, mas para que chegasse, como o novo receituário a ser seguido, aos peemedebistas da Câmara. Alinhados ao novo humor do chefe, os peemedebistas impuseram derrotas à presidente. Primeiro, garantiram que a comissão especial que analisará o pedido de impeachment será composta, em sua maioria, de oposicionistas. Dilma, que queria um colegiado governista, perdeu a votação por 272 a 199 votos. Ela obteve, portanto, apenas 27 votos a mais do que os 172 exigidos pela Constituição para evitar seu impedimento quando o caso chegar ao plenário. Sua margem de manobra, desde já, é bastante estreita.



**JUSTIÇA** O ministro Edson Fachin, do STF, suspendeu o andamento do processo de impeachment, atendendo a uma ação de deputados governistas





**OPOSIÇÃO** Líderes do PSDB se reuniram e decidiram declarar apoio ao impeachment, mas querem que a votação ocorra em 2016

Os peemedebistas ainda derrubaram da liderança do partido o deputado Leonardo Picciani (RJ), um soldado de Dilma na Câmara. No lugar dele, colocaram Leonardo Quintão (MG), comprometido com a cassação do mandato da presidente. Como essas iniciativas tiveram as digitais de Temer, Dilma chamou o vice para uma conversa. Depois do encontro, os dois disseram que fortalecerão a relação institucional entre eles. Palavras ao vento. O discurso protocolar não acabou com a desconfiança e a disputa de poder entre ambos. "Nós temos de fazer um governo de união nacional. Eu tenho dito isso à presidente", afirmou o vice. Temer, de fato, articula nos bastidores, inclusive com líderes do PSDB e do DEM, um governo de união nacional, mas comandado por ele. Como esse plano já foi posto em prática, o peemedebista voltará às sombras. Por enquanto, não fará movimentos ousados para ascender ao poder. Como de costume, ele deixará essa tarefa a cargo de sua infantaria. Uma das cartas

na manga é antecipar a convenção do PMDB, prevista para março, a fim de declarar de forma oficial o rompimento do partido com o governo.

O pedido de impeachment sob análise da Câmara tem como fundamento jurídico as chamadas pedaladas fiscais — a prática recorrente da equipe econômica de Dilma de utilizar recursos de bancos públicos para quitar despesas de responsabilidade do Tesouro Nacional. Lula, a presidente e os petistas alegam que usaram o mecanismo a fim de garantir o pagamento de benefícios como o Bolsa Família. Balela. Dados de órgãos oficiais mostram que, entre os principais beneficiários das pedaladas, estavam grandes empresas e o agronegócio. Na sexta-feira, uma reportagem do jornal *Valor Econômico* revelou que os técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional já denunciavam em 2013 a ocorrência da contabilidade fictícia e avisavam que a continuidade dessa prática traria prejuízos ao país, como o rebaixamento de sua nota

em dois anos, o que está prestes a ocorrer, e o aumento da dívida pública, já consumado. O alerta da área técnica foi devidamente ignorado e abafado. Dilma e o PT, como se sabe, precisavam fazer o diabo para conquistar a reeleição.

As regras de tramitação do impeachment e até a sua duração ainda não estão claras. Por decisão do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), o processo está suspenso. Nesta semana, Fachin submeterá aos colegas de corte uma série de questões. Por exemplo: se havia base jurídica para o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), aceitar o pedido de impedimento de Dilma. Ou, ainda, se havia amparo legal para Cunha determinar a realização de votação secreta para a escolha dos integrantes da comissão especial que analisará o caso. Calouro no STF, Fachin foi indicado ao cargo neste ano pela presidente, de quem foi eleitor em 2014. O ministro declarou que proporá um rito para a tramitação do impeach-





**DE OLHO NO FUTURO** Em uma demonstração de força, peemedebistas empossaram Leonardo Quintão, opositor do governo, como novo líder do partido

ment. Mesmo sem conhecer o conteúdo da proposta, seus colegas de STF já criticaram a ideia. Por um motivo simples: não cabe ao Judiciário criar normas ou legislar, o que configura usurpação de uma competência do Legislativo.

A sentença do tribunal ditará os próximos capítulos da novela. No mérito, peemedebistas alinhados ao projeto Temer e opositoristas esperam que a autoridade de Cunha para conduzir o processo na Câmara e suas decisões sejam ratificadas. Na forma, torcem até para que haja um pedido de vista, o que transferiria o desfecho do caso para 2016. Os opositores de Dilma querem que o Congresso só vote o impedimento no ano que vem. Eles contam com os próximos meses para convencer a população a voltar às ruas e pressionar deputados e senadores a se posicionar contra a presidente. Em reunião com governadores do PSDB, Fernando Henrique disse que “sem clima” não há razão para o impeachment. O governo, obviamente, quer encurtar o cronograma. Se depender do Palácio do Planalto, a votação do pedido de impedimento pela Câmara ocorrerá em janeiro. Em tese, a pressão

popular sobre os deputados seria menor com a classe média em férias. Nesse período, o quórum no plenário também tenderia a minguar, o que conta a favor de Dilma. Para que a Câmara aprove a abertura de processo contra a petista e a afaste do cargo, são necessários 342 votos. Quanto menos deputados na Casa, maior a chance de ela se safar.

Mesmo que o Supremo decida a questão jurídica nesta quarta-feira, a tendência de Cunha é jogar para 2016 a discussão do impeachment. Apesar de acusado de embolsar propina no petróleo e de mentir para os colegas, Cunha continua como o deputado mais poderoso da Câmara. Ele impediu pela sétima vez que o Conselho de Ética da casa votasse a abertura de processo de cassação de mandato contra ele. De quebra, conseguiu mudar o relator do caso. Na semana passada, os tarefeiros do peemedebista no Conselho de Ética e os soldados do governo se superaram no quesito degradação. Em frente às câmeras de TV, e ao vivo, trocaram tapas e empurrões. Um pugilato amador vergonhoso. A semana registrou outros episódios ainda mais vexatórios.

Na quarta-feira, a Polícia flagrou uma ação sobre a sileira de Hemoderivado. Ao chegarem para uma busca no prédio onde mora o petista, Romulo Maciel Filho viram dinheiro voando pelas janelas. Notas e mais notas de 50 e 100 mil reais, mas uma tentativa de ocultação de provas. Outro diretor da Hemobrás, petista de carteirinha, foi afastado do programa. Os dois são ligados ao líder no Senado, Humberto Costa, investigado na Lava-Jato. A PF fez outra operação, sequestrando outros dois autores do desvio de dinheiro. A obra de R\$ 1,2 bilhão de reais na obra de túnel do Rio São Francisco, a meta de Lula e Dilma. Entre os envolvidos, empresas e operadores. Ciente da deterioração do caso, disse, em entrevista, que terão de se acostumar a carne. Abandonada, Dilma tem outra preocupação. No dia 15, provocado pela carta de impeachment, pediu um pneu novo para a sua moto. Pedaladas não lhe saem do

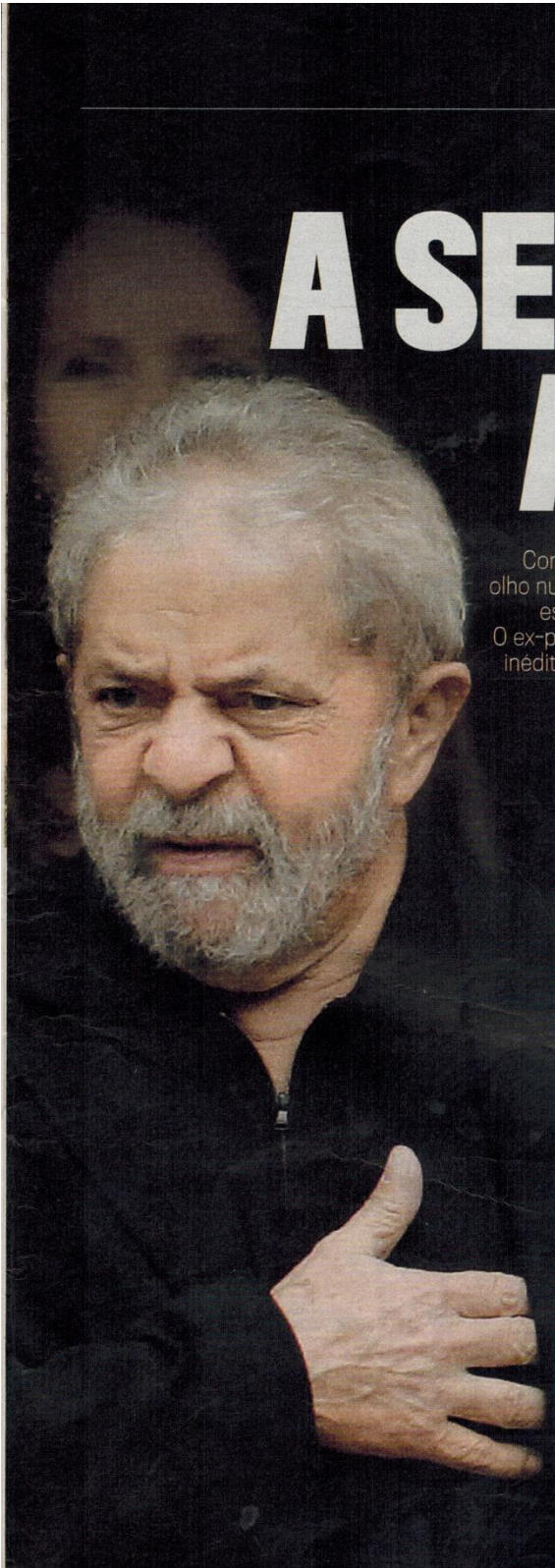












# A SERPENTE ACUADA

Com o governo de Dilma Rousseff esfarelando-se a olho nu, Lula busca apoio político do PMDB, e seu ofidiário espalha que ele foi convidado para ser ministro. O ex-presidente encerrou a semana constrangido por um inédito – e espetaculoso – pedido de prisão preventiva

DANIEL PEREIRA

**E**mbora a jararaca seja uma serpente endêmica na América do Sul, nenhum outro país do continente além do Brasil tem uma jararaca como Luiz Inácio Lula da Silva. “A jararaca está viva”, disse o ex-presidente há duas semanas, logo depois de depor nas investigações da Lava-Jato, na barulhenta condução coercitiva de que foi alvo. Na semana passada, a jararaca provou-se realmente muito viva, mas em luta desesperada pela sobrevivência. Jantou por três horas no Palácio da Alvorada com a presidente Dilma Rousseff, recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para barrar as investigações sobre seu patrimônio, reuniu-se com líderes do PMDB em busca de uma saída política, recebeu um convite para ser “ministro do foro privilegiado” e terminou a semana ainda pior do que começou: denunciada por lavagem de dinheiro e falsidade ideológica, e com um inédito pedido de prisão preventiva apresentado à Justiça pelo Ministério Público de São Paulo. Sim, a jararaca está viva, mas nunca esteve tão acuada.

A movimentação de Lula revela quanto sua situação se deteriorou nos últimos dias, desde o depoimento que prestou à Polícia Federal, no Aeroporto de Congonhas. Sua imagem, logo depois de falar por três horas e meia aos agentes federais, apareceu num vídeo divulgado pela depu-

16 DE MARÇO, 2016 39



tada Jandira Feghalli, do PCdoB do Rio de Janeiro, no qual Lula vocifera palavrões ao telefone, irritadíssimo com a pressão das investigações. Mas separe-se o joio do trigo: o pedido de prisão apresentado pelos procuradores do Ministério Público de São Paulo na semana passada é uma peça amadora, que em nada se compara ao trabalho cuidadoso que vem sendo feito pelos investigadores da Lava-Jato. O pedido de prisão produziu o milagre de reunir críticas uníssonas de petistas, tucanos, juristas e palpiteiros em geral. Ele será analisado pela juíza Maria Priscilla Ernandes Veiga Oliveira, da 4ª Vara Criminal de São Paulo, que tem fama de linha-dura.

São muitos os pecados atribuídos ao ex-presidente. Em diferentes frentes, ele é acusado ou suspeito de corrupção, tráfico de influência, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica. Ou, substituindo o Código Penal pelo bom português, é investigado sob a suspeita de se beneficiar do dinheiro sujo do petrolião, o maior esquema de corrupção já investigado na história do país. Diante de tantos e tão variados indícios de crimes, Lula desembarcou em Brasília para pedir apoio a próceres da República. Seu plano é criar uma rede de proteção capaz de contestar, constranger e intimidar os investigadores. Numa reunião com Dilma Rousseff, exigiu empenho em sua defesa e alegou que protegê-lo significa proteger o governo e o mandato da presidente, que treme à sombra do impeachment em tramitação no Congresso. O recado foi claro: o destino de um está atrelado ao destino do outro. Ou os dois se salvam, ou ninguém. O raciocínio traz embutido um acerto de contas. Há tempos o criador reclama da deslealdade da criatura, que insiste em transferir para Lula a responsabilidade pelos escândalos. O petista tem



**OCASO** Dilma, entre o impeachment e a possibilidade de renúncia: perto do fim?





## O OFIDIÁRIO DE LULA

*Às cobras criadas do ex-presidente cabem a defesa incondicional do chefe e o ataque implacável aos seus inimigos*



**Paulo Okamoto**  
JARARACA-VERDE

O presidente do Instituto Lula é também o fiel escudeiro do petista para assuntos financeiros, guardião e administrador das "verdinhas" da família. A força-tarefa da Lava-Jato chegou a pedir sua prisão preventiva pela prática de organização criminosa, mas o pedido foi negado na semana retrasada pelo juiz Moro.



**Jaques Wagner**  
JARARACA-DA-PRAIA

O sempre bronzado ex-governador da Bahia, com sua fala mansa e fama de jeitoso, é o negociador de Lula por excelência. Nessa função, faça chuva ou faça sol, o chefe da Casa Civil do governo Dilma atua tanto em território adversário quanto no campo amigo.



**Renan Calheiros**  
JARARACA-DO-CERRADO

Desde que Lula o ajudou a livrar-se da cassação de mandato, o (novamente) presidente do Senado está ligado a ele por um pacto de sangue selado em meio ao cerrado da capital federal. Peemedebista e petista compartilham interesses comuns, nem todos confessáveis.



**Gilberto Carvalho**  
JARARACA-DO-CAMPO

O melhor amigo do MST é, para Lula, o perfeito pau para toda obra. Gilbertinho, como é chamado pelo patrão, toma broncas homéricas e públicas de Lula, e no seu governo era chefe de gabinete. Jamais recusa uma missão dada por ele, mesmo as mais penosas.



**Ricardo Berzoini**  
JARARACA-PINTADA

O ex-sindicalista, ex-presidente do PT e hoje ministro de Dilma é o ponta de lança da tropa de choque lulista. Especializado em confrontos e aloprações, está sempre pintado para a guerra.



**Rui Falcão**  
JARARACA-DE-BARRIGA-VERMELHA  
No PT, Lula manda e ele executa. Rui Falcão é o braço-direito do ex-presidente no partido. Sua missão: garantir que a sigla da bandeira vermelha e da estrela branca trabalhe a serviço dos interesses do chefe.

alegado que Dilma arruinou a economia, desarranjou a política e quer salvar-se da guilhotina com o discurso do combate à corrupção.

Em mais de um cenário, Lula insinuou a Dilma que o melhor caminho para ambos seria ele, Lula, assumir de vez as rédeas do governo. O ex-presidente reclama para assessores que sua sucessora ouve seus conselhos, finge que concorda, mas não executa o combinado. Daí a necessidade de uma intervenção. Assim Lula tem resumido o balanço da relação com a presidente: "A Dilma é ótima para ser mandada (*por mim*), mas uma tragédia para mandar (*nos outros*)". Numa tentativa de mostrar poder, Lula quer agora os ministérios da Justiça e da Fazenda sob a sua tutela. Ele defende há tempos a nomeação para a Justiça de um político ou jurista experiente, como o ex-ministro Nelson Jobim, que seja capaz de controlar a Polícia Federal com pulso firme e manter um diálogo com os ministros dos tribunais superiores, a quem cabe a palavra final sobre os escândalos de corrupção.

Da Fazenda, Lula espera uma guinada na política econômica, com a adoção de medidas de incentivo ao crédito e ao investimento, a fim de atenuar o mau humor da população. O PT considera a rua um ativo partidário e conta com ela para defender o ex-presidente e sua pupila do risco de impedimento. A pessoas próximas, Lula e seu ofidiário (*veja o quadro ao lado*) espalharam que o ex-presidente foi convidado por Dilma para assumir um ministério. Lula se sentiu comovido com o gesto, mas não aceitou nem recusou a oferta. No ano passado, petistas já haviam defendido sua nomeação para a Casa Civil como forma de lhe assegurar o direito a foro privilegiado. Na época, Lula classificou a ideia de coisa de alopra-





**COBERTURA VISÍVEL** O tríplex no Guarujá, visto do alto: a prova de que o ex-presidente Lula tentou ocultar o patrimônio

do, uma vez que aceitá-la equivaleria a assinar uma confissão de culpa. A situação, agora, é outra. O cerco dos investigadores está cada vez mais próximo, e Lula, cujo instinto de sobrevivência é historicamente aguçado, anda preocupado com sua família, que obviamente não seria beneficiada pelo foro privilegiado.

O ex-presidente se reuniu também com senadores do PT e do PMDB. No encontro, declarou ser vítima de perseguição e conclamou os parlamentares a lutar contra o que chamou de "arbitrariedades" da Polícia Federal, do Ministério Público e da Justiça. O discurso soa como uma sinfonia de Bach para uma plateia toda encrencada, também ela, com inquéritos no Supremo Tribunal Federal, acusada de receber propina desviada dos cofres da Petrobras. É o caso do próprio anfitrião da reu-



**DESORDEM** Os promotores que pediram a prisão preventiva do ex-presidente





**PRESENTE** O sítio de Atibaia, que foi reformado pelas empreiteiras do petróleo

nião, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

O quadro geral fica mais grave ainda diante da situação do governo de Dilma Rousseff. Nos últimos dias, a presidente tem aparecido em público com o rosto abatido, olheiras carregadas, cabisbaixa. Em parte, esse semblante decorre de uma cirurgia (*veja nota na coluna Radar*), mas seu desânimo é consequência de uma revelação: finalmente, ao que parece, Dilma deu-se conta de que seu governo pode acabar antes do fim. Até aqui, a presidente vinha confiando cegamente nas garantias que seu marqueteiro, João Santana, preso em Curitiba, lhe dera sobre a lisura das contas de sua campanha. Mas as notícias de que as delações premiadas, a começar pela dos executivos da empreiteira Andrade Gutierrez, vão reforçar a silhueta do caixa dois da campanha de 2014 abalaram o estado

de espírito de Dilma (*veja a reportagem na pág. 52*). É tanta delação que o líder do PDT na Câmara, Weverton Rocha, disse que, no Maranhão, já há prefeito dormindo em motel — para não ser surpreendido com uma versão local do japonês da Federal.

Com o esfrelamento do governo Dilma, o Senado até abriu uma discussão típica das crises agudas: a mudança de regime. A ideia seria adotar uma modalidade de semipresidencialismo ou um parlamentarismo-tampão, através do qual a presidente poderia até ficar no cargo, mas como elemento decorativo. No Congresso, forma-se um consenso de que o impeachment só será aprovado se cancelado pelas ruas, onde a defesa do governo também se encontra fragilizada. Em nota, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil cobrou dos políticos responsabilidade na busca de uma solução pa-

## AS FRENTES CONTRA LULA

Denunciado na quinta passada no caso Bancoop/tríplex, o ex-presidente ainda é investigado em outros três processos

**Caso:** BANCOOP/TRÍPLEX  
**Status de Lula:** **DENUNCIADO**  
**Quem investiga:** Ministério Público de São Paulo

O órgão ofereceu denúncia contra o ex-presidente pelos crimes de lavagem de dinheiro e falsidade ideológica. Lula é suspeito de tentar ocultar a propriedade de um triplex no Guarujá (SP), adquirido por meio da Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo (Bancoop)

**Caso:** VENDA DE MEDIDAS PROVISÓRIAS  
**Status de Lula:** **INVESTIGADO**  
**Quem investiga:** Operação Zelotes

A Polícia Federal, no âmbito da Operação Zelotes, apura a participação do petista no caso de duas medidas provisórias que beneficiaram a indústria automobilística. Os investigadores suspeitam que elas tenham sido "vendidas" a representantes do setor por agentes do governo

**Caso:** PETROLÃO  
**Status de Lula:** **INVESTIGADO**  
**Quem investiga:** Lava-Jato

A força-tarefa da Lava-Jato apurou que Lula teve despesas pessoais e vantagens patrimoniais pagas pelas empreiteiras beneficiadas no petróleo

**Caso:** FAVORECIMENTO À ODEBRECHT  
**Status de Lula:** **INVESTIGADO**  
**Quem investiga:** Ministério Público Federal

O órgão apura o pagamento de 7 milhões de reais ao ex-presidente pela Odebrecht. Em troca, ele teria interferido junto ao BNDES para que a empreiteira obtivesse empréstimos para realizar obras no exterior





**PADRES E ARTISTAS** O bispo auxiliar Darci José Nicioli e a atriz Juliana Paes: eles querem pisar na cabeça da cobra

ra a crise: "O momento atual não é de acirrar ânimos. A situação exige o exercício do diálogo à exaustão. É fundamental garantir o Estado democrático de direito. Conclamamos a todos que zelem pela paz em suas atividades e em seus pronunciamentos". A iniciativa da CNBB, antes tão ligada ao PT, reflete o clima de hostilidade reinante. Movimentos sociais invadiram recentemente a sede de veículos de comunicação, numa tentativa de intimidá-los. Centrais sindicais, como a CUT, anunciaram faz tempo a intenção de colocar seus soldados em campo para defender o governo. Mas a decantada força do PT, ou de Lula, nas ruas ainda é mais uma promessa do que uma realidade.

A voz das ruas, na verdade, enfraqueceu-se diante das denúncias sobre o patrimônio de Lula. Ficou difícil, mesmo para os petistas da gema, defender o ex-presidente. O pedido de prisão preventiva de Lula, ainda que



apressado, decorre de uma questão real: a reforma realizada pela OAS num triplex no Guarujá que, segundo os investigadores, pertence à família do ex-presidente. Além da prisão, os promotores pediram a quebra do sigilo fiscal do petista e a retenção de seu passaporte. VEJA revelou em outubro que a empreiteira gastou cerca de 1 milhão de reais na reforma do tri-

plex. De lá para cá, só cresceram as evidências de que a família Lula da Silva, se não é dona formal do imóvel, era sua indiscutível beneficiária.

Em nota, o Instituto Lula afirmou que o Ministério Público possui documentos que provam que o petista não é dono do triplex nem cometeu irregularidade. O pedido do Ministério Público, rascunhado às pressas, facilitou a defe-





**DESEMBARQUE** Lula ainda tem apoio popular, mas a mobilização nas ruas, por enquanto, é mais promessa que realidade

sa de Lula e até virou piada viral na internet por uma confusão. Os promotores disseram que as peripécias de Lula deixariam impressionados até mesmo “Marx e Hegel”. Queriam dizer Marx e Engels, mas trocaram o parceiro de Marx pelo filósofo alemão, no que poderia ser considerado, digamos assim, um crime epistêmico. E ainda cometeram o deslize de citar Nietzsche, o filósofo do niilismo. O dado desconcertante é que Nietzsche dizia que “não existem fatos, apenas interpretações”.

“Se tentaram matar a jararaca, não bateram na cabeça, bateram no rabo. A jararaca tá viva, como sempre esteve.” Essa foi a frase completa de Lula, ao reagir à condução coercitiva para depor, há duas semanas. Dois dias depois, a bazófia recebeu uma inesperada reprimenda do então bispo auxiliar da Arquidiocese de Aparecida, dom Darci José Nicioli. “É hora de voltar à casa do Pai. Pisar a cabeça da serpente. De todas as serpentes. Anu-

lar a força do mal e vencer o mal pelo bem. Coragem”, declarou Nicioli, abençoando o trabalho de combate à corrupção. Lula e o PT perdem o apoio da Igreja, cujas alas mais liberais sempre lhes foi dócil, e também estão perdendo terreno em outra seara antiga: os artistas, que, como a atriz Juliana Paes, têm gravado vídeos contra o atual estado de coisas.

A fragilidade política de Dilma e os percalços crescentes de Lula reanimaram os caciques do PMDB e do PSDB que trabalham pela queda do governo. Eles se reuniram para discutir cenários. O presidente do PSDB, senador Aécio Neves, defendeu como solução mais viável o impeachment da presidente, que, se aprovado, deixaria o comando do país nas mãos do vice-presidente Michel Temer. Os tucanos querem derubar os petistas, mas não desejam assumir o governo num quadro de recessão econômica, desemprego e

inflação crescentes. Na sexta-feira passada, em entrevista coletiva, Dilma manteve em aberto a possibilidade de Lula assumir o ministério e aproveitou para negar que esteja pensando em renunciar. Com sua habitual inabilidade política, introduziu no vocabulário de Brasília uma palavra da qual qualquer governante fraco faz tudo para passar longe — renúncia.

A questão central, no entanto, é que o destino pessoal de Lula ou de Dilma é praticamente irrelevante quando confrontado com o destino do Brasil. A crise, que abala o governo e o nome mais popular do PT, está arranhando o país, cuja economia se encontra paralisada e sem perspectivas de melhora a curto prazo, o que resulta em prejuízo para o conjunto dos brasileiros, ricos ou pobres. É desse veneno ofídico que o Brasil precisa escapar para retomar o caminho das nações estáveis, prósperas e ao menos um pouco otimistas com o próprio futuro. ■ *danilo*



# Rosa dos ventos

MAURICIO DIAS



## O fantasma da UDN

► Espalha-se o cheiro de um retorno ao passado, como se o objetivo final fosse entregar o Brasil a Tio Sam

### FRASE

"A corrupção é uma velha senhora" (Presidenta Dilma Rousseff, em recente discurso, para dizer que não há nada de novo sob o sol)

A REAÇÃO CONSERVADORA e golpista mostrou a cara nas manifestações de rua no domingo 15 de março. Os números foram inflacionados, como, por exemplo, em São Paulo. De qualquer forma, o contingente de pessoas foi grande e espalhou-se por diversas capitais do País e algumas poucas cidades do interior.

Nessas marchas os participantes, com traços verde-amarelos, tinham focos difusos expressados em cartazes e faixas de variados tamanhos e agressividade: o impeachment da presidente Dilma, corrupção, apelo à intervenção militar imediata, agressão verbal ao PT e aos petistas, entre outras. Algumas senhoras sessentonas reviveram o movimento dos carapintadas formado pela juventude dos anos 90 do século passado. Lutavam, no caso da ditadura, por eleições "Diretas Já". Hoje, o conjunto da obra, como constata as palavras de ordem, convergia para um só objetivo, possível de ser traduzido pelo lema "Direita Já!"

Uma parte da imprensa debitou as manifestações na conta de um suposto esforço em "defesa da democracia". Essa expressão, uma ofensa à história, estava nas páginas do jornal *O Globo* do dia seguinte, sustentada por uma manchete com números falsos, "Dois milhões nas ruas", desmentidos por pesquisa do insuspeito Datafolha. O jornal carioca, valendo-se do "olhômetro" da Polícia Militar, afirmava que pela

Avenida Paulista desfilarão 1 milhão de pessoas. A pesquisa reduziu tudo a 210 mil, número elevado, mas não gigantesco. Muito inferior, por exemplo, à histórica "Marcha da Família com Deus pela Liberdade".

Naquela ocasião, a população de São Paulo era menor e a aglomeração, que antecipou o golpe militar, foi calculada em 500 mil pessoas. Em 1964, *O Globo* estava também na vanguarda do reacionarismo. Apoiando, é claro.

Embora as situações sejam diferentes, é necessário manter acesa a luz amarela. Herdeiros da concepção udenista repetem hoje os antecessores de ontem. Em 1964, com apoio da esquerda doidivanas, tiraram a bandeira da democracia das mãos de um governo que tinha alta aprovação. Não adiantou. A sociedade os seguiu. Jango foi derrubado.

A oposição não tem proposta de um programa político-econômico alternativo ao dos governos petistas. Sem alternativa tornou a corrupção o centro dos problemas brasileiros. Alimenta-se de episódios como o chamado "mensalão", uma tradução oportunista do que de fato ocorreu, a reprovável formação de caixa 2 comum a todos os partidos, e agora da corrupção de empreiteiros e alguns poucos funcionários da Petrobras.

Como se fossem "os puros", pregam a ética cavalcando na promessa de acabar com a corrupção. Aspas retiradas do livro *A Lei e a Ordem*, de Ralf Dahrendorf, um sociólogo alemão de cepa liberal, inspirado nas reflexões "de magnífica ironia" da lavra de Heinrich Popitz: "Uma sociedade que revelasse todos os casos de desvio arruinaria a validade de suas normas (...). As normas não suportam a luz forte de um holofote, elas precisam de uma certa obscuridade".

Em desespero por estarem fora do poder há 12 anos, e vai a 16, inconformados os opositores perderam o freio. Se a afirmação de Popitz for verdadeira, eles algum dia, mantidos na oposição, talvez proponham acabar com o Brasil ou entregá-lo ao Tio Sam.



A participação foi maior na Marcha da Família

CAPA

# COMEÇAR DE NOVO?

*Menos de três meses após o início do segundo mandato, o arranjo institucional que sustenta o governo se desintegra*

por ANDRÉ BARROCAL

**A**O ASSUMIR o segundo mandato, Dilma Rousseff anunciou na Câmara dos Deputados o lema do governo dali por diante: “Brasil, pátria educadora”. Onze semanas depois, o escolhido para transformar o slogan em realidade à frente do Ministério da Educação foi ao mesmo plenário e realmente fez história. Chamado a explicar uma declaração do fim de fevereiro, segundo a qual a “direção da Câmara será um problema grave para o Brasil” e havia ali “uns 300, 400 deputados achacadores”, Cid Gomes evitou os panos quentes. Ao contrário.

Diante do presidente da Casa, Eduardo Cunha, símbolo das críticas do ministro, pediu desculpas a quem se sentiu pessoalmente ofendido, mas assumiu e repetiu afirmações. Foi além. Dedo em riste na direção de Cunha, que o havia chamado de mal-educado dias atrás, disparou: “Prefiro ser acusado de mal-educado a ser acusado de achacar empresas, como ele”. Gomes sugeriu ainda aos parlamentares da base aliada não dispostos a defender o governo: “Larguem o osso”. Aplaudido por quem acompanhava o depoimento das tribunas da Câmara, o ministro deixou o Congresso, dirigiu-se ao Palácio do Planalto e entregou o cargo. Dilma Rousseff aceitou. A conversa durou pouco e a saída foi comunicada em uma nota lacônica.

O episódio encerra por ora uma rixa entre as famílias Gomes e Cunha, a favor deste último. Por causa do momento, contém, no entanto, um significado político maior, qui-

çá um prenúncio. A administração inaugurada sob o lema “pátria educadora” está obrigada a recomeçar do zero, como apelam conselheiros e aliados da presidenta. E como já se admite no Planalto. Acuada pelas manifestações pró-impeachment e pelas queixas contra o ajuste fiscal, sempre em choque com a classe política e tímida diante dos microfones, a presidenta vê seu ibope em queda livre e perto dos índices de Fernando Collor às vésperas da deposição. É a pior fase do lulismo desde 2003.

A distribuição de forças dentro do governo, desenhada na montagem da Esplanada dos Ministérios, passa por uma revisão. Se de início a aposta era reduzir a dependência do PMDB, até por conta da presença de personagens da estirpe de Cid Gomes, do PROS, a ordem agora





é a busca de uma reaproximação com o partido do vice Michel Temer. O núcleo do governo promete, finalmente, incorporar os peemedebistas ao centro das decisões, o que significa em última instância mais cargos em todos os escalões. Antecessor de Cunha no comando da Câmara, Henrique Alves se aquece à beira do campo, à espera da escaladação.

**O** rearranjo tende a atingir os ocupantes dos estratégicos postos palacianos. Os ameaçados são os chefes da Casa Civil, Aloizio Mercadante, e da Secretaria de Relações Institucionais, Pepe Vargas, ambos do PT. Comandados pelo ex-presidente Lula, parlamentares petistas estão em campanha para tirar



A presidenta perde o ministro Cid Gomes, culpado por dizer verdades à Câmara e seu presidente, Eduardo Cunha



de Mercadante o posto de principal conselheiro e estrategista de Dilma. Não enxergam nele habilidade para compensar a falta de jogo de cintura da presidenta. A crítica estende-se a Vargas. Para a função de Mercadante, Lula e o PT querem o ministro da Defesa, Jaques Wagner.

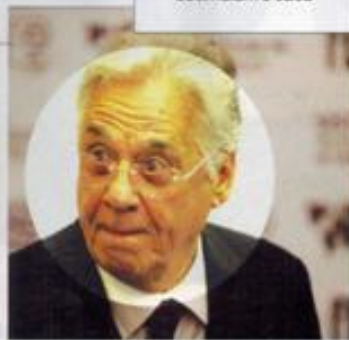
Dilma, não é de hoje, tem sido pressionada a esvaziar o poder de Mercadante, mas a delicada conjuntura aos poucos mina seu poder de resistir. A dúvida é em qual função Wagner assumiria o leme político do governo. Na própria Defesa? Na Casa Civil? A presidenta gosta do estilo gerencial de Mercadante e não quer abrir mão do auxiliar. Muito menos o chefe da Casa Civil parece disposto a ver seu espaço reduzido. A hipótese de voltar à Educação não o entusiasma. Enquanto isso, Wagner observa a distância a hipótese de integrar a chamada cozinha do Planalto.

**A** pressão em prol de um rearranjo do governo aumentou após as manifestações do domingo 15, que levaram milhares de brasileiros às ruas em várias cidades do País. Graças à fragilidade política da mandatária e a um amadurecimento da oposição, o governo fez acrobacias com o assunto. O objetivo dos fomentadores dos atos era pedir a deposição presidencial, por *impeachment* ou por meio de um golpe militar. Dilma reagiu, porém, como se as passeatas fossem apartidárias e espontâneas e reivindicassem apenas o fim da corrupção. Em entrevista na segunda-feira 16, declarou-se "humilde" e pronta a "escutar" e "dialogar" com as ruas. Resta saber como seria possível conversar com quem não aceita outra solução senão a sua saída da Presidência. No dia seguinte, o Yem Pra Rua, um dos promotores das manifestações, divulgou "carta de repúdio às reações do governo federal". E anunciou novos protestos para 12 de abril.

A organização das marchas e o perfil de seus participantes evidenciaram a pouca disposição para conversa. Vá-



Aécio Neves e FHC estimulam o caos



rias páginas no Facebook convocatórias dos protestos defendiam o *impeachment*. Dos 210 mil manifestantes que foram à Avenida Paulista, diz o Datafolha, 47% exigiam o "Fora Dilma" ou "Fora PT". Outros 47% afirmavam protestar contra a corrupção. Como 90% dos entrevistados disseram crer que Dilma sabia da corrupção na Petrobras, até quem dizia protestar genericamente contra a corrupção mirava a presidenta. No Paraná, o cenário era bem parecido. Segundo o instituto Paraná Pesquisas, 85% dos manifestantes defendiam o *impeachment*.

Os tucanos também tiveram sua cota de acrobacia no trato das manifestações. Estimularam os protestos, ajudaram a

organizá-los (até financeiramente, consta), mas queriam aparecer apenas como intérpretes, não líderes do movimento. Uma tentativa de fugir do rótulo de golpistas. A artimanha explica uma certa dubiedade do tucano-mor, o ex-presidente Fernando Henrique. Antes dos protestos, FHC comparava o *impeachment* à bomba atômica; para dissuadir, não para usar. Depois, afirmou que a presidenta tem perdido as condições de governar e que, caso apareçam provas de seu envolvimento no escândalo da Petrobras, "a lei deve ser cumprida".

**O** PSDB esforça-se para vincular Dilma à Operação Lava Jato. Depois de o ministro Teori Zavascki, relator do caso no Supremo Tribunal Federal, ter arquivado um pedido do opositorista PPS de abertura da investigação contra a petista, o senador Aécio Neves, presidente nacional do partido, e uma frente da oposição encaminharam ao magistrado um novo pedido na quarta-feira 18. Para acalmar os opositores, Zavascki solicitou um novo parecer do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, inicialmente contrário à ideia.





Rossetto e Cardozo:  
o silêncio teria sido  
mais produtivo

Não fosse a fragilidade política, o governo não precisaria se preocupar com a tentativa da oposição de usar as ruas para derrubá-lo. E a falta de criatividade e iniciativa leva-o às soluções habituais e que não têm dado resultado animadores. Em resumo, uma tentativa de reconquistar o apoio de um Congresso cada vez mais alinhado à ideia do salvar-se quem puder e outra de convencer velhos aliados de que o ajuste fiscal recolocará o País novamente nos trilhos, apesar dos altos custos da transição.

**E**m seu plano de embaralhar o *impeachment* e as manifestações, o PSDB contou com o costumeiro apoio da mídia, diz o deputado Paulo Pimenta, do PT gaúcho, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Para ele, as passeatas foram noticiadas pelas tevês como “apartidárias, bonitas e pacíficas”, o que empurrou um “governo fraco e sem comando” para uma “reação burocrática”. Estimulado pela cobertura jornalística, houve petista desgostoso com Dilma que preferiu ficar com as ruas. No dia dos protestos, o senador Walter Pinheiro, da Bahia, leu na internet que um ministro

## REAÇÕES DISTINTAS DO GOVERNO: FALOU GROSSO COM OS PROTESTOS DO DIA 13 E FINO COM AS MANIFESTAÇÕES DO DIA 15

estranhara os cálculos da Polícia Militar sobre o número de presentes. Ligou para o ministro e disparou: “Em vez de ficar preocupado se tinha 10 ou 10 mil, deveria se preocupar com o recado, não importa de quem veio”. O anônimo ministro acertou, como mostraria o Datafolha. A PM exagerou, em São Paulo e em Porto Alegre, no mínimo.

Preocupado, Lula reuniu-se com auxiliares na segunda-feira 16 e em seguida viajou a Brasília. Na capital federal, conversou com aliados e jantou com Dilma. Não se conhece o exato teor da conversa, mas houve uma tentativa de reação

do governo nos dias posteriores. A presidenta lançou um pacote anticorrupção e outro de moralização no futebol. Contudo, porém, sem medidas mais práticas que a tirem da posição defensiva.

**E**ssa inação está clara em uma avaliação aparentemente produzida pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência e vazada para os jornalistas na terça-feira 17. O texto, que erra em vários diagnósticos, admite a existência de uma “comunicação errada e errática”. E vê nos eleitores e militantes “um sentimento de abandono e traição” crescente, desde a nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda e das medidas de ajuste fiscal contra as quais partidários de Dilma foram às ruas na sexta-feira 13. Em relação a essas manifestações, o Palácio do Planalto reagiu de forma diferente. Nada de “humildade” exibida diante da turnê *pró-impeachment*. A presidenta preferiu um tom mais duro e firme, sem concessões. “Não vou deixar de dizer para todo mundo que nós queremos fazer o ajuste. E mais: ele seria praticado ‘com convicção e com paixão’”.

A análise interna da Secretaria de Comunicação tornou-se pública graças a um equívoco do ministro Thomas Trautmann, que enviou o texto por e-mail por engano a um repórter do jornal *O Estado de São Paulo*. O engano custou mais de uma cabeça ao Planalto. O senador Aloys Nunes Ferreira, do PSDB paulista, pediu a convocação do ministro ao Senado. Quer explicações sobre o que considerou o uso indevido de verba oficial para manutenção de uma rede de propaganda partidária. Trautmann saiu de férias, a fim de cuidar de problemas familiares.







REPORTAGEM DE CAPA

# VACCARI, SÓ FALTAVA MAIS ESTA...

*A prisão do tesoureiro do PT  
atíça a oposição e recoloca o governo  
e o partido na defensiva*

por FABIO SERAPIÃO

**A** BAIXA ADESAO AOS PROTESTOS do domingo 12 trouxe um alívio momentâneo ao Palácio do Planalto. A calmaria não durou nem dois dias. Na terça-feira 14, a *Folha de S. Paulo* trouxe as primeiras nuvens carregadas ao publicar entrevista com o ex-funcionário da holandesa SBM Offshore, David Taylor, na qual ele sugere ter havido demora na investigação do caso de pagamento de propina na Petrobras para não atrapalhar a campanha da pre-  
lenta. A tempestade chegou nas primeiras horas do dia seguinte, quando os meios de comunicação noticiaram a prisão do secretário de finanças do PT e tesoureiro da primeira eleição de Dilma, João Vaccari Neto, e o relatório do TCU sobre a existência de crime de responsabilidade nas chamadas “pedaladas fiscais”.  
Tão logo os meios de comunicação deram início à replicação das notícias, a oposição ao governo federal mudou a estratégia, voltou a defender um pedido de

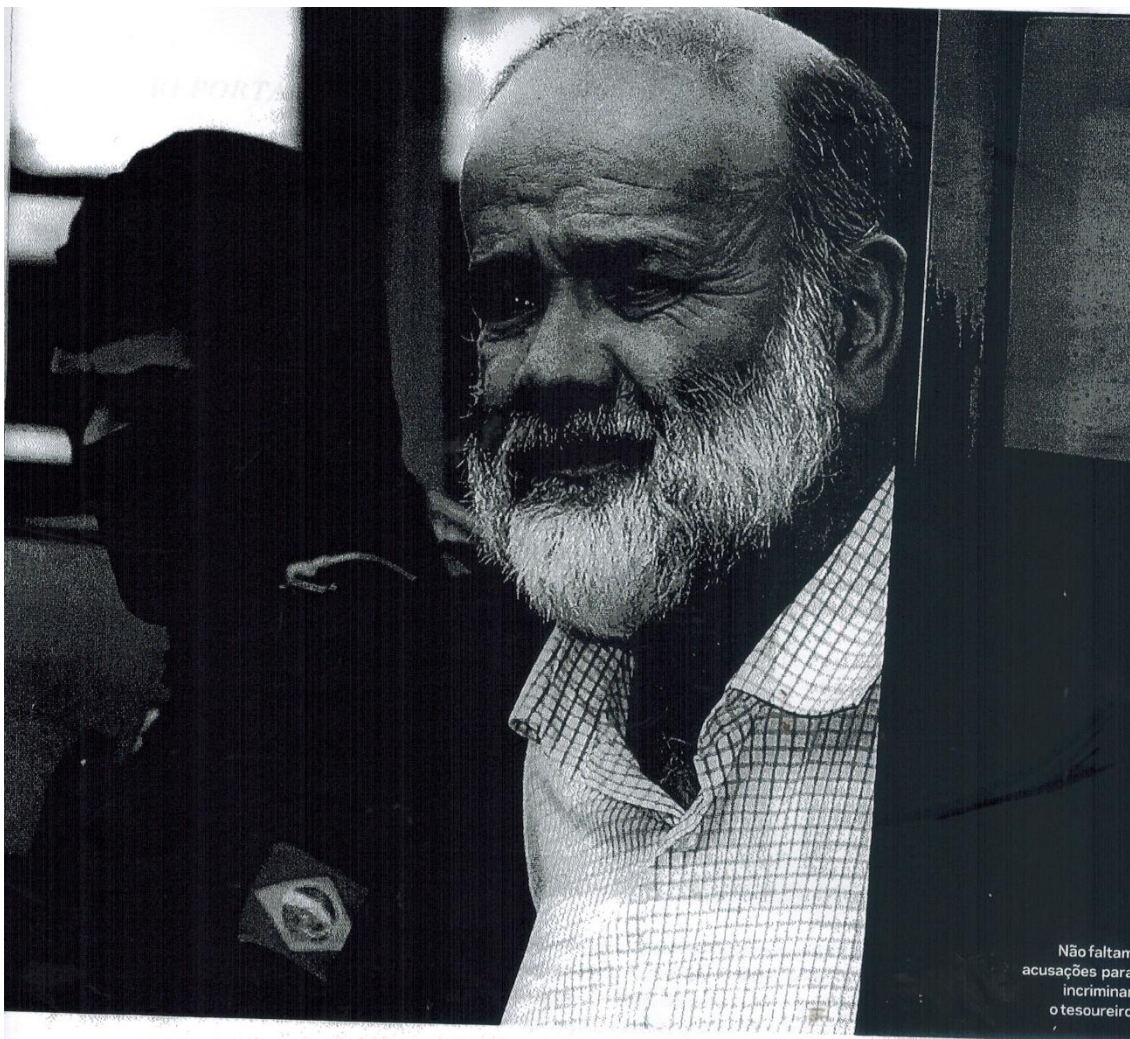


Giselda de Lima, esposa do tesoureiro, recebeu 400 mil reais de empresa ligada a Youssef

*impeachment* e até mesmo o cancelamento do registro do PT. No mesmo dia da prisão de Vaccari, o bloco opositor recebeu alguns dos grupos que organizaram as manifestações. Os movimentos, liderados pelo Vem pra Rua, levaram um “Carta do Povo Brasileiro” aos parlamentares, na qual pedem o *impeachment* de

Dilma, um choque de transparência da administração pública e o fim da “doutrinação ideológica” nas escolas. Criticados pela suposta acomodação, o senador Ronaldo Caiado, do DEM, foi





Não faltam acusações para incriminar o tesoureiro

aplaudido ao apoiar abertamente o *impeachment*, enquanto o tucano Aécio Neves titubeou até responder que apoiava as reivindicações do movimento.

São cinco partidos – PSDB, PPS, PV, DEM e Solidariedade – decididos a agir conjuntamente e que, agora, buscam um caminho jurídico capaz de encontrar um crime de responsabilidade necessário para retirar Dilma da Presidência.

“Estamos, sim, encomendando estudos jurídicos junto a alguns dos mais renomados juristas brasileiros para compreender se, dentre tantas denúncias, houve crime de responsabilidade cometido pela presidenta da República que possa embasar um processo de abertura de

investigação e, portanto, de *impeachment*”, afirmou Aécio Neves.

Nesse sentido, a pesquisa Datafolha realizada na sexta-feira 10 e divulgada na véspera das manifestações revela o motivo da euforia da oposição. Embora não tenham ido para as ruas no domingo, 63% dos brasileiros, apontou o instituto, admitem haver a necessidade da abertura de um processo de *impeachment* contra Dilma. No embalo desses números e pela insistência de o PT emprestar nomes de seus quadros para as manchetes das páginas policiais, os ataques

da oposição tendem a aumentar e o tom deve ser cada vez mais próximo do exibido por Caiado e companhia.

O “democrata” segue uma linha diferente dos demais. Defensor eufórico do *impeachment*, Caiado afirmou em nota que o PT “não tem credenciais de partido político, e sim de lavanderia”, e disse que pedirá a revogação de seu registro partidário por ter recebido dinheiro de uma empresa estrangeira, o que seria vetado pela lei. Seu correligionário do Rio Grande Norte Agripino Maia aparenta esquecer o

A cunhada de Vaccari, Marice de Lima, está foragida





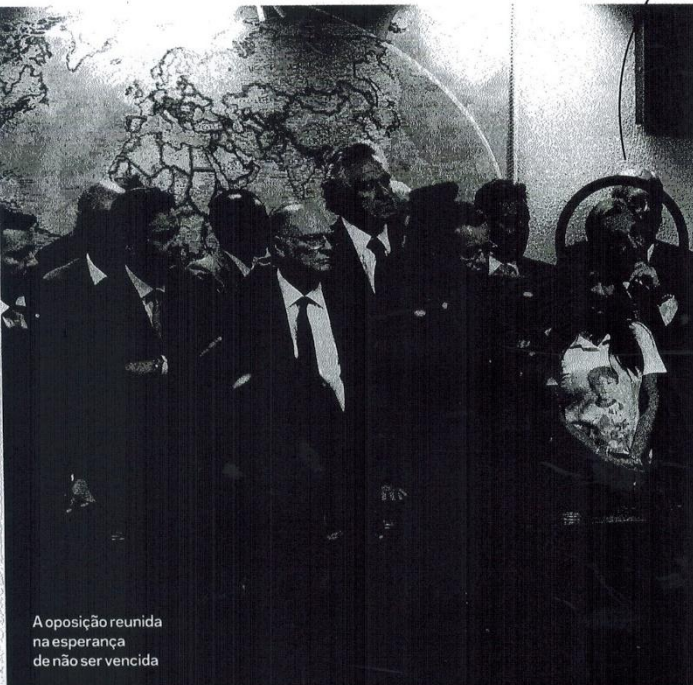
## REPORTAGEM DE CAPA

fato de ser investigado por corrupção pelo STF e defende a saída de Dilma desde que fatos agrupados caracterizem crime de responsabilidade.

É nesse cenário que a prisão de Vaccari, a entrevista do ex-funcionário da holandesa SBM Offshore e o relatório do TCU sobre as “pedaladas fiscais” desencadeiam as intempéries que se abatem sobre o Planalto. À procura de provas destinadas a caracterizar crime de responsabilidade, os tucanos convocam o ex-ministro Miguel Reale, acostumado a emitir pareceres pagos largamente em moeda ou afinidades ideológicas.

**N**o caso da SBM, ao valorizar o depoimento do ex-diretor da multinacional, acusado de chantagear a empresa holandesa, a oposição apresenta a tese de que Dilma teria interferido no trabalho da CGU para evitar o avanço da investigação, enquanto a disputa pela reeleição corria a todo vapor. Sobre o relatório do TCU, o relator José Múcio afirmou haver crime de responsabilidade, sem citar a presidenta, e sim os integrantes da equipe econômica do governo passado.

Na prática, enquanto a oposição se esbalda em malabarismos teóricos, o PT esconde-se dos fatos para não agir de forma mais firme contra os seus. Como se deu com o ex-parlamentar André Vargas, preso na sexta 10, juntamente com os ex-deputados Luiz Argolo (Solidariedade) e Pedro Correa (PP), o PT age em relação a Vaccari com a mesma cautela que não lhe convém. O envolvimento do tesoureiro na Operação Lava Jato teria impacto menor, caso o afastamento tivesse sido escolhido como forma de aguardar o desenrolar da investigação. Não bastasse ser personagem frequente nos escândalos de corrupção petistas, Vaccari é alvo de nada menos que sete frentes de investigação instauradas pela força-tarefa. Se



A oposição reunida na esperança de não ser vencida

estivesse fora do partido desde sua primeira aparição nos inquéritos, ainda em novembro de 2014, na fase Juízo Final da operação, Vaccari não daria o argumento que levou o juiz Sergio Moro a decidir-se pela prisão. Acentuou o juiz que seu “poder e influência política” são ilustrados “pelo fato de não ter sido afastado até o momento”.



Rui Falcão, liderança tibia

Mesmo após a prisão do tesoureiro, o partido continua a defendê-lo. O tardio afastamento está relacionado, como sustenta a nota oficial assinada pelo presidente Rui Falcão, a questões práticas e legais, não à vontade da cúpula partidária. Para os dirigentes petistas, a “prisão é injustificada e a verdade prevalecerá no final”. O discurso é o mesmo entoado ao longo do julgamento do “mensalão” e repetido após as condenações na instância máxima do Judiciário. A tática corresponde à orientação de Falcão e seus apoiadores da corrente Construindo um Novo Brasil, a CNB, ou antigo “campo majoritário”, e agregadas como o PT de Lutas e Massas e a Novos Rumos, esta última da qual Falcão é integrante. Mesmo correntes mais dispostas ao enfrentamento, como a Mensagem ao Partido, ensaiaram um pedido de expulsão, mas a ideia não prosperou.



Investigado por corrupção,  
Agripino Maia,  
do DEM, é um cruzado  
do impeachment



## A quebra do sigilo da família Vaccari foi decisiva para a Lava Jato

A primeira linha investigatória contra Vaccari surgiu após a PF interceptar trocas de mensagens entre executivos da construtora OAS e o doleiro Alberto Youssef. Segundo a documentação, o executivo José Ricardo Nogueira Breghirolli solicitou a Youssef, em 3 de dezembro de 2013, a entrega de 244 mil reais na residência de Marice de Lima, cunhada do tesoureiro. Questionado, Youssef informou serem os valores parte da propina paga pelos desvios na Petrobras. Segundo o doleiro, além da OAS, a Toshiba teria sido responsável por outros pagamentos intermediados por ele e que teria como destinatária Marice. Outra suspeita que recai sobre o tesoureiro é a de que ele teria solicitado o pagamento de propina a empreiteiras em forma de doação legal de campanha. A

tese, segundo o juiz Moro, encontra amparo no próprio depoimento de um dos doadores, o delator Augusto Mendonça. Ele confirma o repasse de 4,2 milhões de reais provenientes dos desvios na Petrobras ao partido. A tese foi corroborada por outro delator, o ex-dirigente da Camargo Corrêa Eduardo Leite. Segundo ele, em 2010, ano em que era



tesoureiro da campanha de Dilma, Vaccari solicitou que cerca de 10 milhões de reais em pagamentos atrasados relacionados à propina fossem efetuados sob forma de doação oficial ao PT.

Além das doações, Augusto Mendonça informou aos investigadores ter realizado repasses de 1,5 milhão de reais para Vaccari por meio da gráfica Atitude, ligada ao Sindicato dos Bancários de São Paulo. Outros dois delatores, Pedro Barusco e Paulo Roberto Costa, apontam o tesoureiro como nome do PT no esquema de desvio na estatal. Barusco chegou a apresentar suas planilhas com a lista de pagamentos efetuados e detalhou a participação de Vaccari nas negociações com a Sete Brasil para construção de sondas bilionárias no Brasil.

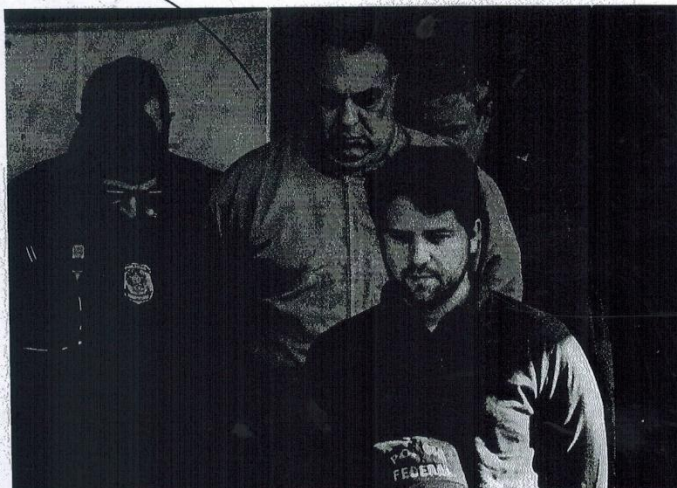
Foram, porém, as quebras de sigilo de Vaccari e de seus familiares que viabilizaram os pedidos de prisão. Além de mostrar uma evolução patrimonial acima dos valores arrecadados e declarados, a força-tarefa encontrou uma série de inconsistências nos dados. A primeira é uma transação envolvendo a esposa do tesoureiro. Giselda Lima recebeu 400 mil reais da CRA, empresa de fachada em nome do funcionário de Youssef e delator Carlos Alberto Pereira da Costa. Embora exista um contrato de empréstimo entre as partes, segundo Costa e o advogado do doleiro, a transação tinha como objetivo “esquentar” a propina relacionada à Petrobras.

A compra efetuada por Marice de um imóvel no Guarujá, em 2011, por 232 mil reais, também chamou atenção da força-tarefa. No ano seguinte à aquisição, ela declarou ter desistido do negócio e repassado o apartamento à OAS por 432 mil reais. Meses depois, a empreiteira vendeu o mesmo imóvel por valor abaixo daquele da compra. “Aparentemente, tal negócio serviu para ocultar e dissimular a origem ilícita dos recursos,



Como se deu nessas prisões, o PT porta-se pior que Pilatos

tratando-se de possível vantagem indevida paga pela OAS a Vaccari", diz o MPF. Vaccari, sua esposa Giselda e a cunhada Marice aparecem na quebra de sigilo da filha do tesoureiro. Segundo os investigadores, os dados bancários mostram que as reservas de Nayara saltaram de 400 mil reais, em dezembro de 2012, para 1 milhão no mesmo mês de 2014. A origem desses valores são doações de Vaccari, 131 mil reais; da mãe, 280 mil reais; e da tia Marice, 345 mil reais. O restante é oriundo de duas empresas do setor imobiliário.



**C**artaCapital procurou alguns juristas para debater a pertinência do pedido de *impeachment* contra Dilma e possível suspensão do registro do PT por conta do caso Vaccari, SBM Offshore e relatório do TCU. Para Celso Antônio Bandeira de Mello, professor de direito administrativo da PUC, não há base para o processo de *impeachment*. "Do ponto de vista jurídico, o pedido é um absurdo." Embora considere ser uma decisão mais política do que jurídica, Bandeira de Mello entende que o processo recai sobre uma questão técnica. "Cabe ao Judiciário se pronunciar sobre a eventual existência de crime de responsabilidade, e não ao Congresso." O jurista, crítico do julgamento do chamado "mensalão", tem batido de frente com Ives Gandra Martins, autor de um parecer encomendado por José Oliveira Costa, advogado do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, sobre a possibilidade jurídica da abertura de processo de *impeachment*, publicado no jornal *Folha de S. Paulo*. Para Ives Gandra, apesar de ainda não haver

provas concretas contra a presidenta, ela pode ser julgada por crime de improbidade administrativa por omissão e negligência pela corrupção na Petrobras.

Em um terreno mais neutro, o advogado João Fernando Lopes de Carvalho, especialista em direito eleitoral, afirma que Dilma só pode ser julgada por irregularidades cometidas a partir do início do atual mandato. Mesmo se ficar comprovado o recebimento de recursos ilegais pela campanha petista em 2014 ou 2010, Carvalho entende tratar-se de uma questão relativa ao direito eleitoral. "Irregularidades como caixa 2, aplicação

irregular de recursos e abuso de poder econômico podem levar à cassação do diploma, mas não são elementos para o pedido de *impeachment*". O jurista critica o tempo curto para se entrar com um processo de cassação, hoje definido em 15 dias após a diplomação do presidente. Sobre a tese de Martins, Carvalho entende que a eventual omissão ou negligência de Dilma também tem de se dar a partir do início de seu atual mandato.

Sobre o pedido do senador Caiado de cassação do registro do PT, Carvalho afirma que a Lei dos Partidos Políticos só prevê essa hipótese em casos extremamente graves, como o recebimento pela legenda de recursos de governos estrangeiros. "O PT tem de pagar por seus pecados. Mas acabar com a sigla seria uma medida autoritária." Embora os elementos jurídicos a favor do impedimento sejam inconsistentes, as segundas trapalhadas de seu partido dificultam a vida da presidenta, duramente. Faltou ao PT, até agora, a coragem para fazer um mea-culpa. •

*"O pedido de impeachment é absurdo", afirma Bandeira de Mello*

Colaborou José Antonio Lima e Miguel Martins



# QI/Estilo



## A carnavalização da política

As ruas arrancam das pessoas, em surtos autobiográficos, o pior delas mesmas

**O**S PROTESTOS de domingo 12 produziram, no caldo requeentado do ódio de classe, ralas ideias – o golpe militar liderando o ranking –, mas compensou pelas imagens deliciosamente constrangedoras dos cortejos. Não bastasse o que já andam fazendo os camisas-negras do Judiciário, os manifestantes do Forra Dilma! tratam de se comportar na

avenida como se estivessem numa de suas periódicas incursões na Disney World, nas quais a gente fica sem saber se Pateta é aquele que recepciona ou aquele que visita. O uso reiterado, pelos irritados do impeachment, do nariz vermelho de palhaço, pode ser uma homenagem aos heróis midiáticos do Congresso, assim como pode ser apenas uma menção autobiográfica.



### E a carnavalização da moda

Ainda que esta versão da São Paulo Fashion Week tivesse atrativos mais consistentes, como o de comemorar os 25 anos de tesoura do mais internacional estilista brasileiro, qualquer tributo a Alexandre Herchcovitch acabaria subjugado pela profusão de flashes que a moda dedica a seu côté stravaganza. A principal excentricidade, agora, foi Iggy Pop. O roqueiro veio promover a grife de óculos Chilli Beans. Aproveitou para produzir um quebra-quebra performático, sem se esquecer de desnudar o dorso que não lembra os 67 anos que ele enverga. Iggy Pop tem um assumido êmulo seu aqui no Brasil. Mas Supla não compareceu ao evento. Talvez temesse o constrangimento de uma comparação.



## EDITORIAL

MAURICIO DIAS

# Mino Carta Tragicomédia

► Ódio de classe nas marchas  
e as contribuições de Fernando  
Henrique ao besteiro nacional

**Q**UE SOBRA DAS manifestações de domingo 16 de agosto? Ódio de classe. Inextinguível, inesgotável, inexorável ódio de classe. Insuportável para qualquer democrata autêntico. Não figuram na categoria, obviamente, os barões midiáticos e os seus sabujos. Tampouco Aécio Neves e o tucanato em geral, encabeçado por Fernando Henrique Cardoso. Diriam dele as vovós de antanho: está gagá.

Ao contrário do que divulgaram os jornais de segunda 17, as manifestações não foram o sucesso esperado pelos organizadores. Reunir 800 mil brasileiros em 169 municípios de um país de 200 milhões de habitantes não impressiona, apesar das reações entre eufóricas e triunfantes da mídia e da oposição. A última versão dessas novas marchas da Família, com Deus e pela Liberdade levou às ruas, meses atrás, o dobro de participantes. Nem esta comoveu.

Uma pesquisa do Datafolha nos diz quem compareceu: mais homens que mulheres, bem mais brancos que pretos ou pardos, a maioria passou dos 51 anos de idade e mais de 70% votaram em Aécio Neves. Como as marchas do golpe de 64, manifestações burguesas e burguesotas, como de resto prova o grau elevado de escolaridade dos marchadores, a denunciar ao mesmo tempo o baixo nível das nossas escolas.

Sim, o pessoal está movido a ódio de classe, com particularidades tropicais. A vocação festeira e o impulso ficcional da fantasia estimulado pela estiagem. Não ganham

a praça para clamar contra Dilma, Lula e o PT, e sim contra o que supõem ser a presidenta, o ex-presidente e seu partido. Figuras romanescas que em outros tempos chamariam de comunistas, representantes de uma esquerda metida a redentora do povão enquanto chafurda na corrupção. Algo assim como um Robinson Crusoe que caiu na gandaia.

CartaCapital há mais de uma década lamenta que o PT tenha se portado no poder como todos os demais partidos. No caso de Dilma Rouseff, enxerga uma presidenta que descumpriu as promessas da campanha, inapetente no jogo político, proba, porém, acima de qualquer suspeita. Quanto a Lula, é o presidente mais amado do Brasil pós-ditadura a despeito do chamado “mensalão”, seu governo foi o primeiro a implementar uma política social, modesta, e uma política internacional independente, primorosa.

Vale acentuar também que, no hediondo capítulo dos escândalos, o PT no governo é bem menos vistoso do que o PSDB. À sombra de dois mandatos de FHC, o tucanato esbaldou-se diante do olhar conivente e protetor da mídia nativa. Nuvens imaculadas singraram os céus e o PSDB, capaz de escândalos monumentais, se assumia como partido da reação e seu presidente mergulhava nos braços de Clinton.

Nestes dias FHC se apressa a uma contribuição póstuma, digamos assim, ao saudoso Febeapá de Stanislaw Ponte Preta, uma das figuras do passado que faz tanta falta ao Brasil de hoje, parvo quando não vulgar, incapaz de graça, menos ainda de relâmpagos de humor como já se deu nos tempos idos e sepultados. Se bem entendi, do alto da sua comprovada vocação de contorcionista do retoque constitucional, FHC

O príncipe tucano  
abasteceria o Febeapá  
de Stanislaw Ponte Preta,  
com a pronta, irreduzível  
colaboração dos jornalões

DEPOIS DOS PROTESTOS

## FH surpreende, sugere renúncia e revolta o P

O sentimento é que o governo é ilegítimo, diz ex-presidente na lei  
Pedidos no Congresso aumentam de 10 para 20 o número de deputados que o PT não pode votar em favor do governo, afirma o ex-presidente

## FHC diz que renúncia seria 'gesto de grandeza' de Dilma

Tucanos elevam pressão: Alívio da que PSDB temer por impeachment e Aécio fala em 'convergência'

## Renúncia de Dilma seria um 'gesto de grandeza', diz FHC

BRASIL, 16 DE AGOSTO — População considera governo ilegítimo, afirma ex-presidente; Planalto quer quebrar o 'clima de pessimismo'

propõe agora mais uma reforma, pela qual o presidente, embora eleito conforme a lei, teria de renunciar tão logo as pesquisas indicassem desfavor popular.

Conclusão: Dilma Rouseff teria de entregar-se passivamente a um “gesto de grandeza” e renunciar à vista das pesquisas negativas, a tornarem seu governo “ilegítimo”. Deixo a Marcos Coimbra a tarefa de confrontar FHC presidente com a atual presidenta (páginas 28 e 29). Registro apenas que o PSDB adere de pronto ao pensamento do seu príncipe para justificar o abandono da ideia do impeachment impossível.

Realista, pelo contrário, a análise do ex-ministro das Comunicações de FHC, Luiz Carlos Mendonça de Barros, grande personagem da maior bandalheira/roubalheira da história do Brasil, as privatizações tucanas, quando chamava o então presidente de “bomba atômica” ao lhe atribuir poderes nucleares. Diz ele, talvez inspirado por sua condição recente de empresário, além de investidor, que a solução conveniente está hoje no “acordão”, que prefiro chamar, mais propriamente, de conciliação das elites. A qual está em gestação, nas barbas de tucanagens, marchas e painelaços.

Os jornalões divulgam o besteiro tucano em uníssono e em manchetes, enquanto o governo acuado exhibe sua incapacidade de reação à altura, que se recomendaria enérgica, com o exato tempero da ironia. Como se vê, a crise não é somente econômica, política e social, é também cultural. •



CAPA

# CUNHA E SEUS MILHÕES

O PRESIDENTE DA CÂMARA É DENUNCIADO PELA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA E VÊ O HORIZONTE SE ENCURTAR

por RODRIGO MARTINS\*

**Q**UEM CULTIVA a indignação seletiva corre o risco de colher constrangimento. Parece ser o caso dos manifestantes mineiros que no domingo 16 exibiram em Belo Horizonte a faixa “Somos milhões de Cunhas”. Tsc, tsc, tsc... Exatos quatro dias depois dos protestos que miraram o PT, Lula e Dilma Rousseff, mas ignoraram os demais “suspeitos”, a Procuradoria-Geral da República denunciou o presidente da Câmara pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Eduardo Cunha, como se sabe, foi acusado por Júlio Camargo, executivo da Toyo Setal, de receber ao menos 5 milhões de dólares em propinas, entre junho de 2006 e janeiro de 2012, para viabilizar a contratação de dois navios-sondas pela Petrobras. A apresentação da denúncia, que, caso aceita pelo Supremo Tribunal Federal, o tornará réu no processo da Operação

Lava Jato, pode até acirrar os ânimos no Congresso nos próximos dias, mas tende a diminuir ainda mais o protagonismo do deputado peemedebista, em processo de isolamento desde que seu colega de partido e presidente do Senado, Renan Calheiros, negociou uma trégua com o governo.

**A INDIGNAÇÃO SELETIVA COSTUMA PRODUZIR VEXAMES PARA QUEM A EXERCE**

O Ministério Público Federal também apresentou denúncia contra o senador e ex-presidente Fernando Collor, do PTB, e o empresário Pedro Paulo Leoni

Ramos. Segundo os procuradores, o grupo ligado ao ex-presidente recebeu 26 milhões de reais em propinas entre 2010 e 2014, oriundas







COM O CINTO  
LOUIS VUITTON  
E A GRAVATA  
AMARELA,  
CUNHA ESTÁ  
NA LINHA  
"ORANGE  
IS THE NEW  
BLACK"

de um esquema ilícito de autorizações para o uso da bandeira BR em postos de gasolina. Os investigadores da Lava Jato chegaram ao nome de Collor a partir de oito recibos de depósitos, no valor de 50 mil reais, encontrados durante as buscas no escritório do doleiro Alberto Youssef. O delator confirmou manter a contabilidade paralela de Ramos, e ele teria solicitado vários repasses de dinheiro ao ex-presidente, do qual foi ministro de Assuntos Estratégicos.



De acordo com o doleiro, um funcionário da *Gazeta de Alagoas*, jornal do qual Collor é sócio, chegou a ir duas ou três vezes em seu escritório para pegar entre 200 mil e 300 mil reais. Courier das propinas Rafael Ângulo Lopez confirmou, em depoimento, que entregou 60 mil reais em dinheiro nas mãos de Collor, em um aparcamento em São Paulo. O Conselho de

**Janot aponta crimes de corrupção e lavagem de dinheiro**



Controle de Atividades Financeiras identificou movimentações atípicas em contas do senador que totalizam 798 mil reais. Os carros de luxo apreendidos em sua residência em Brasília, entre eles uma Ferrari e uma Lamborghini, estavam registrados em nome de uma empresa de fachada do senador, a Água Branca Participações.

**C**unha foi igualmente arrastado para o escândalo por Youssef, em outubro de 2014. O doleiro apresentou detalhes sobre contratos referentes à construção e aluguel de duas sondas de perfuração marítima para exploração de petróleo na África e no Golfo do México. Os acordos foram assinados em 2006 e 2007 no valor total de 1,2 bilhão de dólares. O negócio foi celebrado entre a empresa sul-coreana Samsung e a Petrobras, com participação da japonesa Mitsui. A intermediação teria sido feita por Fernando Soares, vulgo Fernando Baiano, operador ligado à Diretoria Internacional da Petrobras, indicado pelo PMDB. Segundo a PGR, a propina foi oferecida, prometida e paga por Camargo, que defendia os interesses da Mitsui. Entre os destinatários finais, acusa Youssef, estão o presidente da Câmara e Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento da Petrobras.

Por causa dos contratos, a Samsung transferiu, em cinco parcelas pagas no exterior, 40,3 milhões de dólares para Camargo, informa a PGR. Em seguida, o lobista transferiu, a partir da conta de uma *offshore* sediada no Uruguai, parte desses valores para outras contas bancárias, também no exterior, indicadas por Baiano. Cunha é acusado de lavagem de dinheiro por ocultar e dissimular o recebimento dos valores no exterior.

Ainda segundo Youssef, em um dado momento, Camargo parou de receber a comissão da Samsung e interrompeu os repasses a Baiano. Cunha teria ficado irritado com a suspensão das propinas e passou a pressionar o executivo a

Na quinta 20, Cunha foi o alvo dos protestos. Dilma se aproxima de Temer e Calheiros



Davi Machado Evangelista, que cuida da defesa do parlamentar, declarou que acusação é “é facilmente derrubável” por ser baseada “em um delator infiel, que mente”.

Cunha, por sua vez, refutou qualquer possibilidade de se afastar do comando da Câmara.

Por ora, apenas um pequeno grupo de parlamentares, de diferentes partidos, prepara um manifesto em prol do afastamento do presidente da Câmara. O deputado Ivan Valente, do PSOL, antecipou que a bancada de seu partido pretende apresentar uma representação no Conselho de Ética por quebra de decoro parlamentar, o que pode levar à cassação do mandato. Só aguarda o STF acolher a denúncia da PGR, o que transformaria Cunha em réu da Lava Jato. Na quinta-feira 20, ele voltou a cobrar a convocação do peemedebista na CPI da Petrobras, além de defender as convocações de Camargo e Solange Almeida. Mas todas as solicitações acabaram descartadas pela maioria dos colegas na comissão.

“No início dos trabalhos, Cunha se apresentou voluntariamente. Agora que temos elementos para interrogá-lo, ele se esconde atrás de sua tropa de choque”, lamenta Valente. “Será difícil romper o cerco. O PT permanece acuado, de olho na governabilidade e com medo de sofrer novas retaliações. E o PSDB, de forma irresponsável, articula-se nos bastidores para dar

partir de dois requerimentos na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, formulados pela então deputada Solange Almeida, em julho de 2011.

**O**s requerimentos solicitavam informações sobre o lobista, a Samsung e o Grupo Mitsui. Um foi dirigido ao Tribunal de Contas da União e outro ao Ministério de Minas e Energia. Cunha sempre negou estar por trás das solicitações. Uma perícia no setor de informática da Câmara comprovou, no entanto, que o autor das duas peças estava conectado no sistema como “Dep. Eduardo Cunha”, utilizando a senha pessoal e intransferível do parlamentar. Somente depois, informa a Procuradoria, os requerimentos foram autenticados pelo gabinete da então deputada, que também acabou denunciada ao lado de Cunha.

Camargo confirmou toda a história em depoimento à Justiça em 16 de julho. Segundo ele, durante uma reunião com Cunha e Fernando Baiano, o presidente da Câmara disse ser “merecedor” de 5 milhões de dólares referentes ao contrato dos navios. A despeito de todas as evidências,



**Aécio assiste à debacle de mais um aliado na luta pelo impeachment**



sustentação a Cunha, um aliado de conveniência. Quando a denúncia vier a público, imagino ser difícil manter tal postura.”

O Planalto tende a celebrar em silêncio a desgraça do adversário. O governo ainda não possui maioria na Câmara e qualquer ação mais ostensiva só daria mais munição a Cunha, que posa como vítima de um complô do Executivo com o procurador-geral Rodrigo Janot. Além de controlar a bancada do PMDB, o presidente da Câmara conta com o apoio silencioso do chamado baixo clero e de partidos da oposição, à frente PSDB e DEM, que o enxergam como principal fiador de um processo de impeachment contra Dilma. No Parlamento mais conservador desde o fim da ditadura, ele também conquistou a confiança da chamada “bancada BBB”, do Boi, da Bala e da Bíblia, ao patrocinar projetos como a Estatuto da Família, a PEC que altera as regras para a demarcação de terras indígenas, e garantir a aprovação da redução da maioridade penal.

“Resta saber até quando ele conseguirá manter essa lealdade. Ninguém em sã consciência continua abraçado a um corpo em chamas”, observa o cientista político Cláudio Couto, professor da Fundação Getúlio Vargas. “Cunha foi

excessivamente autoconfiante e arrogante ao transformar a pauta da Câmara em instrumento de defesa e vingança pessoal. Com essa ‘pauta-bomba’ que compromete as finanças públicas, ele sinalizou aos agentes econômicos ser o principal fator de risco e instabilidade, e não uma solução para a dupla crise, política e econômica. Isso só contribuiu para o seu isolamento, além de abrir espaço para o presidente do Senado, também investigado na Lava Jato, emergir como o grande conciliador do momento, capaz de acabar com a turbulência.”

**C** alheiros manteve a promessa de dar suporte ao governo e servir de anteparo à agenda de Cunha. Na quarta-feira 19, assegurou a aprovação do projeto que reduz as desonerações nas folhas de pagamento, parte do ajuste fiscal. No dia anterior, resistiu à pressão dos servidores do Judiciário e adiou novamente uma sessão do Congresso para avaliar o veto de Dilma ao reajuste de 78% concedido à categoria. Pelos cálculos do Ministério do Planejamento, a medida teria um impacto de 25 bilhões de reais em quatro anos. Sua “Agenda Brasil” está longe de ser consensual. “É a voz dos lobistas do plenário”, critica o senador Roberto Requião, colega de partido. Mas a iniciativa ao menos abriu caminho para a retomada do diálogo.

Em uma “Carta à Nação”, divulgada na quinta-feira 20, a Ordem dos

**COLLOR TAMBÉM NÃO ESCAPOU DAS GARRAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO**



Advogados do Brasil, a Confederação Nacional da Indústria, a Confederação Nacional do Transporte e o Conselho Nacional de Saúde apresentaram proposta para a superação da crise. “Independentemente de posições partidárias, a nação não pode parar nem ter sua população e seu setor produtivo penalizados por disputas ou por dificuldades de condução de um processo político que recoloca o País no caminho do crescimento”, diz o texto. “É preciso que as forças políticas, de diversos matizes, trabalhem para a correção de rumos da nação. É uma tarefa que se inicia pelo Executivo, a quem cabe o maior papel nessa ação, mas exige o forte envolvimento do Congresso, do Judiciário e de toda a sociedade.”

Para o petista José Guimarães, líder do governo na Câmara, é um sinal de que a sociedade está cansada do clima de instabilidade permanente. “Inicia-se um novo ciclo marcado pelo diálogo, que a presidenta Dilma empreende com o Congresso, com os movimentos sociais e com o setor produtivo”, diz. “As rodadas de conversas sinalizam que ninguém quer mais esse clima beligerante. Ninguém quer crise institucional, muito menos saídas golpistas.”

Mesmo com minoria na Câmara, o governo tem conseguido minimizar o impacto das propostas patrocinadas por Cunha que geram aumento das despesas públicas. Na terça-feira 18, conseguiu costurar um acordo para que a mudança na correção do FGTS ocorra de forma escalonada até 2019, quando deve se igualar àquela da caderneta de poupança, além de reservar 60% do lucro anual do fundo para oferecer descontos aos mutuários do Programa Minha Casa Minha Vida. A proposta original previa alterar a remuneração do FGTS a partir de 1º de janeiro de 2016. Mais um sinal do enfraquecimento de Cunha, encaixotado pela Lava Jato. •

\*Colaboraram André Barrocal e Henrique Beirangê

DANIEL TEVEIRA/ISTO É CONTEÚDO, CARLOS BECERRA/REUTERS, ANDRÉ GONÇALVES/O GLOBO E ELZA FUZARA/ABR



## Seu País

# Do "Fora FHC" ao "Fora Dilma"

**ARTIGO** As semelhanças entre os apelos de 1999 e as manifestações recentes

POR MARCOS COIMBRA

**O** GOVERNO ESTÁ mudo, incapaz de formular e transmitir sua narrativa dos acontecimentos no País, de como chegamos aonde estamos e para onde vamos. Não tem um discurso a respeito do que faz, do porquê e o que almeja. Limita-se a reagir de forma espasmódica e pouco criativa às pressões recebidas.

Pede a todos, ricos e pobres, simpatizantes e adversários, concordância com a necessidade de um "ajuste". Parece no fundo querer um cheque em branco, pois não explica aos cidadãos os motivos que o exigem, não esclarece quais sacrifícios serão necessários e não fixa um horizonte.

Da oposição raramente se ouve algo que preste. Ela não expõe ideia, projeto ou proposta ao debate nacional. Seus líderes, embora cheios de cabelos brancos, agem tal qual meninos radicais. Fazem o mesmo que criticavam em seus velhos inimigos, os petistas contra quem brigaram em seus tempos de governo.

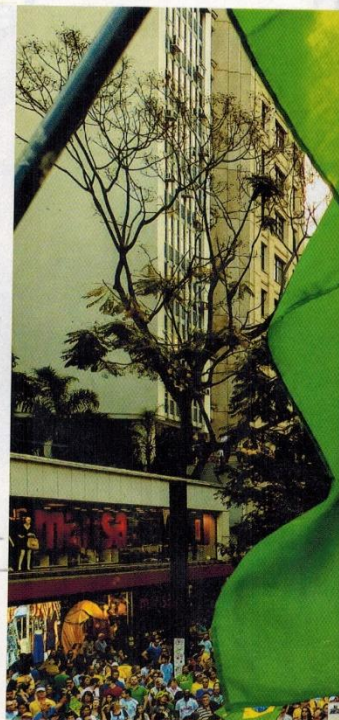
A gratuita sugestão de Fernando Henrique Cardoso a Dilma Rousseff, a renúncia, é um exemplo perfeito dessa irresponsabilidade. A menos que se trate de uma reles vingança de quem teve de ouvir apelo idêntico.

Em 1999, em meio à crise instaurada no início de seu segundo mandato, o tucano

ouviu do petista Tarso Genro a sugestão de deixar a Presidência e convocar novas eleições. Genro baseava-se na "fraude eleitoral" cometida por FHC durante a campanha, quando prometera fazer o inverso do que fazia, e no fato de ele ter perdido condições morais de governar, depois do "escândalo da privatização".

**Enquanto os principais** nomes da oposição se apequenam, os pequenos ficam menores. Ora nos brindam com declarações de um reacionarismo truculento, ora posam de ingênuos e fingem espanto diante das revelações a respeito da maneira como se financia, desde sempre, a política no Brasil. Terão se esquecido de que a eleição de praticamente todos foi custeada por meio do mesmo mecanismo?

O que se ouve e se lê na mídia é quase sempre de chorar. Às vezes por ignorância, na maioria dos casos por opção ideológica, oferece-se à opinião pública uma interpretação equivocada de nossa vida política. Em regra, a função dessa "leitura da realidade" é legitimar o discurso da oposição. Isso ficou claro no tratamento dado pela dobradinha mídia/oposição às manifestações antigoverno. Centraram a discussão na dimensão quantitativa: relevante era o número de participantes. A oposição fixou-se na quantidade tanto quanto os meios de comunicação. Como



FHC sugeriu a renúncia de Dilma por rancor?



se os manifestantes diferissem daqueles que permaneceram em casa apenas por seu ativismo e os brasileiros fossem uma massa homogênea, o que faria de quem protestava a amostra perfeita de todos.

Diante dessa hipótese inverossímil, a reação do governo e seus simpatizantes





As marchas são legítimas, mas claramente partidárias. E assim devem ser tratadas

foi negá-la. À argumentação das quantidades, proposta pela oposição e pela mídia, fez-se a contraposição da sociologia dos manifestantes. As mesmas fotos que atestariam o "tamanho" dos eventos evidenciariam sua composição atípica. Ao contrário de expressar o Brasil, seriam exclusivas da classe média branca das metrópoles.

As duas teses são verdadeiras: os protestos foram "grandes" e de fato seus participantes não eram sociologicamente representativos do conjunto do País. Mas nenhuma delas centra-se no aspecto mais significativo do fenômeno.

Pela segunda vez temos um presidente no início do segundo mandato a enfrentar graves problemas. Pela segunda vez a popularidade presidencial despensa e fica em idênticos 8% de avaliação positiva em agosto do primeiro ano

### Os protestos atuais não refletem o desejo nacional. Estão mais para um "tucanaço"

pós-reeleição. Antes de Dilma Rousseff, também Fernando Henrique ouviu "apelos" para renunciar e viu seus oponentes moverem-se para conseguir seu *impeachment*.

Pela segunda vez, estimulada por clima parecido, a oposição convoca protestos populares. O "Fora FHC" de 1999 chegou a colocar cerca de 200 mil manifestantes

nas ruas de Brasília e, muito provavelmente, seus organizadores teriam enchido a Avenida Paulista se assim o desejassem.

Qual a diferença em relação a hoje? Em 1999, o *establishment* foi hábil ao pesquisar a etiqueta de "coisa de petista" no "Fora FHC", o que impediu que ele fosse interpretado como uma manifestação do conjunto da sociedade. Agora, os mesmos personagens propalam a tese inversa e querem tornar "dos brasileiros" um movimento específico de uma porção, não majoritária, do País.

Desde o domingo 16 veio a público uma única pesquisa com manifestantes que continha a pergunta fundamental, a respeito do voto em 2014. Foi de responsabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais e realizada em Belo Horizonte. Entre os entrevistados nas ruas da cidade, 79% votaram em Aécio Neves e 11% anularam ou deixaram em branco o voto. A se considerar os dados de pesquisas semelhantes conduzidas ao longo do primeiro semestre, o quadro em outros locais não terá sido muito diferente.

A discussão relevante não é se os manifestantes foram muitos ou poucos. Ou se foram típicos ou não da sociedade. O mais importante: estavam nas ruas, quase exclusivamente, eleitores do PSDB.

Problema? Obviamente não, pois esses cidadãos têm todo direito de se mostrar tristes com o resultado da última eleição. O que não justifica esconder da opinião pública o fato de serem eles a ocupar as ruas.

No modo como a dupla mídia/oposição apresentou e discutiu as manifestações ficou escondida sua característica mais importante. E o governo, em sua mudez, não teve argumentos para rebater a fábula. O Fora FHC foi "coisa de petista"? Certamente. Falta é dar nome às atuais manifestações. Quem sabe não poderiam ser consideradas um "tucanaço"?.







REPORTAGEM DE CAPA

# O NATAL DE DILMA

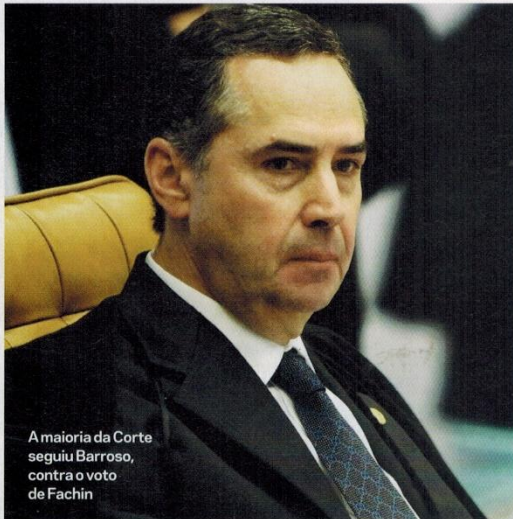
O SUPREMO INTERROMPE AS MANOBRAS PRÓ-IMPEACHMENT, ENQUANTO A PRESIDENTA PREPARA MUDANÇAS NA ÁREA ECONÔMICA

por ANDRÉ BARROCAL



Diálogo imaginário.  
Levy: "Saio por ali?" Dilma: "Sim, sem problemas"





A maioria da Corte seguiu Barroso, contra o voto de Fachin



**A** O COMPLETAR EXATOS seis meses no cargo, Edson Fachin, ministro calouro do Supremo Tribunal Federal, deu seu grito de independência. Ao menos foi a impressão deixada pelo magistrado, responsável por relatar a ação que definiu o rito de *impeachment* na Corte Suprema. Indicado por Dilma Rousseff, eleitor declarado da petista em 2010, Fachin surpreendeu até o mais delirante antidilmitista. Em um voto de cem páginas, abençoou na quarta-feira 16 as manobras do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, ignorou o trâmite adotado na deposição de Fernando Collor, em 1992, e propôs outro, que limitava a defesa da presidenta da República e facilitava as pretensões da oposição.

Não se sabe até que ponto as pressões sobre o ministro influenciaram o voto. Desde que assumiu a relatoria, Fachin passou a ser assediado moralmente pelos defensores do *impeachment*. Manifestantes postaram-se na porta de sua residência em Brasília. Em uma rua próxima, seu rosto foi pintado no asfalto com um alvo no meio da testa. No Paraná, sua terra natal, cartazes o classificavam como “assassino da democracia”.

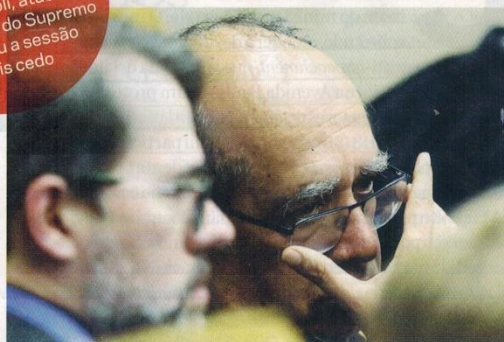
O entusiasmo da oposição durou pouco. Na quinta 17, uma reviravolta comandada pelo ministro Luís Roberto Barroso mudou o cenário de forma radical, a favor de Dilma. Fachin só amalhou dois votos favoráveis a seu relatório, o de Gilmar Mendes, notório antipetista, e José Dias Toffoli, ex-petista. Diante da derrota anunciada, Mendes não deixou de exercer sua verve política antes de abandonar a sessão pelo meio, sob a desculpa de uma

viagem urgente. Classificou a decisão do colegiado de “casuística” e insinuou que os colegas de Corte tentavam dar um balão de oxigênio a um governo moribundo. Suas bravatas de nada valeram.

O STF frustrou o golpe tramado por Cunha em três pontos essenciais. Considerou inválida a constituição de uma chapa avulsa na eleição da comissão especial que vai analisar a consistência do processo contra a presidenta e a sua escolha por voto secreto. E determinou que o Senado tem o direito de decidir se aceita ou não um processo. À Câmara, definiram os ministros, cabe tão somente autorizar uma investigação.

“O presidente da Câmara dos Deputados estava firmemente disposto a conduzir este processo de acordo com os seus interesses e com a sua situação jurídica, que sabemos ser bem precária”, afirmou o deputado federal petista Wadih Damous. “Hoje, o Supremo firmou o papel do Senado Federal, que não é de mero carimbador das decisões da Câmara. E reafirmou hoje o Estado Democrático de Direito, pois entendeu que o processo do *impeachment* precisa

**POLÍTICA.**  
Mendes, apoiado por Toffoli, atacou os colegas do Supremo e deixou a sessão mais cedo



EVARISTO SA/AF. ROSINEI COUTINHO/STF. NELSON JR./STF E ANDRÉ DUSEK/ESTADÃO CONTEÚDO



## REPORTAGEM DE CAPA



**VITORIOSOS**  
O Senado de Calheiros  
tem autonomia no  
impeachment, diz STF.  
Picciani volta  
à liderança do PMDB  
na Câmara

estar cercado do devido suporte legal. Foi uma grande vitória da democracia." Representantes da oposição criticaram a decisão, mas prometeram acatá-la.

Diante do voto da maioria do tribunal, a Câmara dos Deputados terá de recomendar o processo do zero. Uma nova comissão será escolhida pela indicação dos líderes partidários, respeitada a proporcionalidade das bancadas. A função do plenário da Casa será referendar essa seleção. Até o fechamento desta edição, na noite da quinta-feira 17, não havia uma decisão dos parlamentares sobre o cancelamento ou a redução do recesso. Eram remotas as chances de o Congresso retomar mais cedo os trabalhos.

**C**om as regras definidas pelo Supremo, Dilma Rousseff ganhou um novo gás, enquanto prepara um lance ousado em defesa do próprio mandato, a troca do ministro da Fazenda. O movimento visa, sobretudo, atender à desiludida base social petista na trincheira anti-impeachment, que, apesar da desilusão, organizou na quarta 16, na Avenida Paulista, um protesto maior do que aquele dos defensores do afastamento da petista, no mesmo local, no domingo 13 (55 mil contra 40 mil participantes, segundo o Datafolha). Ao mesmo tempo, a presidenta busca sinalizar ao País o que virá pela frente, se permanecer no cargo. O Palácio do Planalto procura um substituto para Joaquim Levy, que, de acordo com portais de notícia, fez um pronunciamento em tom de despedida na reunião do Conselho Monetário Nacional, na quinta 17. O ministro da Casa Civil, Jaques Wagner, conversou nos últimos dias com empresários em São Paulo para sondar a receptividade a um ou outro nome. O perfil ideal, na visão de Wagner,

seria um empresário de peso do setor produtivo, alguém capaz de empunhar a bandeira do crescimento, inspirar os pares e as ruas. Repetir a "solução Levy", representante do "mercado", nem pensar.

Não há, porém, garantia de sucesso da estratégia. A má vontade do empresariado com o governo é notória. Pesa ainda a incerteza política, que tende a afastar eventuais candidatos ao cargo. Por isso, o Palácio do Planalto não descarta um plano B, uma solução caseira. Dois nomes cogitados são o de Nelson Barbosa, ministro do Planejamento, e Armando Monteiro Neto, titular do Desenvolvimento. A favor do primeiro contam a sintonia filosófica com a presidenta e o domínio dos números e da história do governo petista, com o qual colabora desde 2003. O segundo tem a vantagem de ser empresário, ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria e senador. Possui trânsito na economia e na política. Monteiro e Wagner conversaram na quarta-feira 16 pela manhã, em um encontro fora de suas agendas.

Na véspera, Monteiro e Barbosa participaram, no Palácio do Planalto, de uma reunião com empresários e sindicalistas. Dirigentes das associações nacionais dos fabricantes de máquinas, das montadoras e da indústria têxtil, além de integrantes de seis centrais sindicais, entregaram propostas para a retomada do crescimento econômico. Ausência notada foi a do ministro da Fazenda. Durante a conversa, a presidenta comentou: "Precisamos construir uma nova equação para a economia brasileira". A declaração da presidenta e a ausência do titular da Fazenda seriam "emblemáticas" a respeito do futuro de Levy, na opinião do presidente da CUT, Vagner Freitas, presente ao encontro e crítico do ministro.



Os ministros  
definiram  
o rito do processo  
de impedimento



Dilma estava disposta a mudar o comando da Fazenda fazia algum tempo, mas a falta de um nome claro para substituir Levy e o momento político e econômico adiaram o desfecho. Após a reforma ministerial de outubro, a presidenta foi alvo de uma ofensiva de petistas ligados ao ex-presidente Lula. O grupo achava que o momento era ideal para mexer na equipe econômica. O PT desesperava-se (e ainda se desespera) com a hipótese de ir à eleição municipal, em 2016, com uma profunda recessão nas costas. Mais grave: anteviam a possibilidade de ruas “amorenadas” nas manifestações contra a mandatária no início do próximo ano, devido ao aumento do desemprego, já em 7,5%, o pior novembro desde 2008.

## O MINISTRO JAQUES WAGNER CONSULTA EMPRESÁRIOS EM BUSCA DE UM SUBSTITUTO PARA LEVY

**N**o fim de outubro, Dilma aceitou tomar um café da manhã com Antonio Palocci, ex-ministro da Fazenda, e ouviu a defesa da nomeação de Henrique Meirelles, presidente do Banco Central nos governos Lula. O ex-presidente, diz um antigo colaborador, apostava em Meirelles na Fazenda por causa de seu trânsito no mundo das finanças. A operação foi, no entanto, muito ostensiva. Incluiu até vazamento a jornalistas. Um “erro”, na opinião do ex-colaborador de Lula. O assédio alimentou a imagem de uma presidenta tutelada pelo antecessor, justamente após ela ter aceitado trocar Aloizio Mercadante por Jaques Wagner. Incomodada, ela recusou a ideia.

Nos últimos dias, Levy deu várias declarações públicas de permanência no cargo. Puro teatro, em parte combinado com o Palácio do Planalto. Sua saída é iminente. Nem mesmo o anúncio da decisão de outra agência de *rating*, desta vez a Fitch, de retirar o grau de investimento do Brasil, influenciou. A aprovação, pelo Congresso, da meta fiscal de 2016, de 0,5% do PIB, processo em que mais uma vez a Fazenda jogou contra o Planejamento e o Planalto, foi talvez a sua última tarefa. Um ministro do núcleo duro do governo, desses que se reúnem com Dilma para discutir o estado das coisas, diz que a presidenta reserva um “presente de Natal” ao eleito-

rado frustrado com a nomeação de Levy.

A guerra do *impeachment* tornou urgente trocar o leme na Fazenda, segundo algumas avaliações. Apesar de diversos movimentos sociais terem saído às

ruas em defesa da democracia, há dúvidas no Palácio do Planalto sobre a disposição de eles se manterem até o fim ao lado da presidenta, caso não vejam mudanças na economia. A manutenção de Levy atrapalha ainda nas negociações no Congresso, pois a cantilena do ministro sobre “cortar, cortar e cortar” gastos afasta aliados. “Vivemos um círculo vicioso: a cada nova redução de gasto, o PIB cai mais”, reclama o deputado petista Paulo Pimenta, líder do governo na Comissão Mista de Orçamento.





**FALTA GENTE**  
Os protestos contra  
Dilma Rousseff  
continuam a se  
esvaziar. No domingo  
13, foram  
70% menores

Uma visão muito parecida com aquela da bancada do PMDB do Senado, grupo político fundamental para Dilma neste ano de tantos conflitos com a Câmara de Eduardo Cunha. Meses atrás, a bancada topara aliar-se a Nelson Barbosa em um movimento que esteve perto de derrubar Levy: a proposta de um Orçamento deficitário para 2016. O titular da Fazenda conseguiu, contudo, mais uma vitória. Para tanto, recorreu ao apoio do “mercado” e a um discurso terrorista sobre o futuro.

**E**xponte do PMDB no Senado, o presidente da Casa, Renan Calheiros, continua a ser um discreto aliado de Dilma Rousseff, apesar de ter sido incomodado na mais recente fase da Operação Lava Jato. Calheiros ficou preocupado, embora resignado, após as buscas e apreensões da terça-feira 15. Alguns de seus aliados foram atingidos. Com tantos petistas enrolados, seria ilusão imaginar que o governo tem como salvá-lo. O senador até teve razões para um leve sorriso. Se as casas e escritórios de Cunha foram reviradas pelos federais, o mesmo não aconteceu em seu caso, pois o ministro Teori Zavascki, do STF, não autorizou.

Calheiros manteve o Senado aberto normalmente após as batidas policiais, o que garantiu a votação de uma lei vital para os cofres do governo, a regularização de capitais enviados sem declaração ao exterior. Bancou a realização de sessões conjuntas de senadores e deputados para aprovar o Orçamento e a meta fiscal de 2016. E ainda arrumou tempo para criticar o vice-presidente Michel Temer, aliado de Cunha, no golpe via *impeachment*. O senador, em um momento de fúria e humor, teria chamado o vice de “mordomo de filme de terror”. Também defendeu o

retorno do deputado Leonardo Picciani, do PMDB do Rio de Janeiro, à liderança do partido na Câmara.

Picciani, com o aval de Cunha, havia sido substituído por Leonardo Quintão.

Calheiros acusou Temer de ser um dos responsáveis pelo caos político em Brasília. No tempo em que o vice-presidente cuidou da articulação política do Planalto, disse o senador, só tratou de nomear aliados. Na carta ressentida enviada por Temer a Dilma, acrescentou, “em nenhum momento demonstrou preocupação com o Brasil”.

Na missiva, o vice ressentiu-se de ter sido excluído de compromissos oficiais. Reclamou em particular da ausência nas reuniões com Joe Biden, vice-presidente dos Estados Unidos. Mal sabe ele que, na segunda-feira 7, Biden telefonou a Dilma para lhe prestar solidariedade na luta contra o *impeachment*. Desejou sorte à presidenta.

O estopim das críticas foi a decisão da cúpula do PMDB, na quarta 16, de filtrar novas filiações. Temer é presidente do partido e liderou a decisão, a pedido de Cunha. O objetivo era impedir a volta de Picciani, adversário do *impeachment*, à liderança da bancada do partido na Câmara. Calheiros chamou a decisão de “retrocesso”, enquanto Temer, em nota oficial, insinuava que o senador alagoano era um “coronel”. Inútil. No dia seguinte, Picciani reconquistou o posto, graças às assinaturas de 36 deputados do PMDB. Inconformada, a turma de Cunha ameaça convocar uma convenção, no início de 2016, para defender o rompimento definitivo com o governo. O ano vai começar a todo vapor. ■

\*Colaborou Rodrigo Martins



WÁLTER FANGANIELLO MAIEROVITCH



## A prisão de Cunha

► **Lavagem de dinheiro, definiu o STF, é crime permanente. Eis uma razão para encarcerá-lo**

**P**OUCA GENTE SABE, mas existe uma Escola de Cidadania na esquecida e populosa zona leste da capital de São Paulo: 3,3 milhões de indivíduos. Está instalada no bairro de Ermelino Matarazzo, funciona na Igreja de São Francisco e depende do trabalho do seu fundador, Antonio Luiz Marchione, o popular Padre Ticão.

Neste mês de dezembro participei, com o arquiteto Ruy Ohtake e a deputada Luiza Erundina, de dois colóquios de fim de ano. Os formandos e a comunidade ouviram considerações sobre a atuação e o comportamento ético de Eduardo Cunha, presidente da Câmara, e o *impeachment*. Este é um instituto para julgamento político nascido no Parlamento inglês, em 1376, quando reinava Eduardo III e diante de acusações de incompetência e corrupção dos seus ministros e da sua amante Alice Perrers: o *impeachment* restou incorporado ao sistema da Common Law.

Para defender a urgência na decretação da prisão cautelar de Cunha, lembrei prever o nosso ordenamento legal a prisão em flagrante delito e estabelecer o poder-dever das autoridades em dar voz de prisão, diante de situações estabelecidas na lei processual penal. Mais, frisei o fato de poucos saberem que o nosso Código Penal contempla delitos de consumação instantânea e crimes permanentes: nos permanentes, o momento consumativo prolonga-se no tempo, como, por exemplo, na extorsão mediante sequestro. Aí caberá a prisão em flagrante enquanto a vítima for mantida em ca-

tiveiro, sob domínio do sequestrador.

Importante lembrar, ao tempo do julgamento do “mensalão”, ter o Supremo Tribunal Federal (STF) decidido, com relação ao crime de lavagem de dinheiro (e Cunha está sendo acusado de lavagem de dinheiro), tratar-se de crime permanente. No particular, o STF desprezou o entendimento de doutrinadores a sustentar a lavagem de capitais como crime instantâneo de efeito permanente. Pela atual jurisprudência do STF, o crime de lavagem de dinheiro se protraí, se alonga no tempo, ou seja, é crime permanente. No caso Cunha, a consumação delinqual se alonga, com ocultação permanente de capitais em contas correntes. Tudo não declarado no Brasil, com evasão de divisas e dinheiro em odor de corrupção. Trocado em miúdos, pode-se dar voz de prisão em flagrante a Cunha.

**Como reforço**, convém lembrar o caso Delcídio do Amaral, preso preventivamente, tendo o ministro relator Teori Zavascki sustentado tratar-se o crime de formação de organização criminosa, de natureza permanente, e que poderia, até, ensejar prisão em flagrante. O mesmo raciocínio empregado pelo ministro Teori poderia ser adotado pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, numa representação de imposição de prisão preventiva de Cunha. Uma custódia, aliás, mais do que necessária, como é público e notório, para garantia da ordem estabelecida, conveniência da instrução criminal e a fim de se assegurar, no caso de condenação, a aplicação da lei penal.

Não se deve esquecer, ainda, poder qualquer cidadão representar ao procurador Janot para avaliar e eventualmente postular no STF a prisão preventiva de Cunha. Não se aconselha, embora legal, voz de prisão dada por comum mortal, pois a esperteza de Cunha poderia transformá-lo em vítima de desacato. Por outro lado, a presiden-

ta Dilma, é sabido, não está sendo acusada, ao contrário de Cunha, de corrupção e lavagem de dinheiro, crimes comuns.

Na denúncia mandada processar por Cunha, imputa-se contra Dilma autoria de crime de responsabilidade no exercício das funções presidenciais, por infração à lei em face de: **1. Créditos suplementares não autorizados pelo Congresso. 2. Irregularidades na Petrobras, com destaque à aquisição de Pasadena. E 3. Pedaladas fiscais, mediante adiantamentos realizados por bancos públicos.**

Em casos de *impeachment*, o julgamento do mérito das acusações é político e cabe com exclusividade ao Senado, vencida a fase de admissibilidade da acusação na Câmara. A bem da verdade, gasta-se tinta ao sustentar a falta de fundamento jurídico para o *impeachment* sem se bater à porta do Supremo Tribunal Federal. Em uma situação como a atual, cabe sim ao STF analisar e decidir sobre ilegalidades e inconstitucionalidades. A Corte, assim, poderá decidir se as acusações contra Dilma, em tese, se adequam ou não ao crime de responsabilidade. E o STF poderá declarar ser inadmissível o *impeachment* por atos ocorridos no primeiro mandato de Dilma, conforme está claro no artigo 86, parágrafo 4º da Constituição.

É ingenuidade achar que, no Senado, haverá julgamento à luz de aprofundado exame de questões jurídicas, mais especificamente sobre a tipicidade e a presença de intenção dolosa. Num julgamento político, colhido na base do “sim” ou “não”, pode contar o fato de outros presidentes terem dado pedaladas e não ter havido dolo por parte de Dilma. Mas pode contar a oportunidade da permanência na função e de se considerar Michel Temer como a salvação da lavoura. Caso a decisão do Senado seja condenatória, o STF, salvo irregularidades formais e nulidades, jamais cassará decisão de mérito. •

[colunistas@cartacapital.com.br](mailto:colunistas@cartacapital.com.br)



REPORTAGEM DE CAPA

# DESTA VEZ VEREMOS UMA REAÇÃO?

## OS MOVIMENTOS SOCIAIS PROMETEM RESISTIR A UM GOLPE

por RODRIGO MARTINS

**N**ÃO SÃO RAROS os momentos da história brasileira em que o povo acompanhou de longe os acontecimentos paradigmáticos. Em um artigo à época no *Diário Popular*, o jornalista Aristide Lobo assim descreve a recepção à Proclamação da República em 1889: a população do Rio de Janeiro assistiu bestializada o movimento e o confundiu com uma parada militar. Sete décadas e meia depois, em 1964, o golpe transcorreu sem o disparo de um único tiro e sem gente nas ruas.

Desta vez, diante da possibilidade de um *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, viveremos situação semelhante? Os movimentos sociais dizem que não. Na quarta-feira 16, veio o primeiro recado das ruas. Protestos contra o golpe espalharam-se por 23 estados e no Distrito Federal e alcançaram seu ápice em São Paulo, onde 55 mil manifestantes, segundo o Datafolha, marcharam da Avenida Paulista à Praça Roosevelt, no Centro. O ato superou a passeata pró-*impeachment* do domingo 13.

Apesar de defender a permanência da presidenta, os atos não pouparam críticas ao governo, sobretudo à política econômica. “Os trabalhadores sem-teto não saíram às ruas em defesa da Dilma. Somos contra a cassação do mandato dela porque não há base legal para isso, mas o governo é indefensável do ponto de vista político. Aplica medidas antipopulares, empurra a conta da

crise para os mais pobres, tem um programa oposto ao que apresentou nas eleições de 2014”, resume Guilherme Boulos, coordenador nacional do MTST. “Mas o *impeachment* é fruto de uma articulação política de setores da direita e significa a ascensão do vice Michel Temer, que representa um projeto neoliberal puro-sangue, com forte ameaça de regressão social e trabalhista.”

Mesmo entidades ligadas ao PT, como a Central Única dos Trabalhadores, pressionam o governo para mudar os rumos da política econômica. No dia anterior aos atos em defesa de seu mandato, Dilma recebeu um documento com propostas redigidas por seis centrais e uma parcela do empresariado. “No ato da entrega, tivemos uma sinalização positiva. Dilma praticamente acabou com o superávit primário, ao propor a meta de 0,5% para 2016. E a presidenta soltou uma declaração emblemática: ‘Precisamos construir uma nova equação para a economia brasileira’”, comenta Wagner Freitas, presidente da CUT.

O aceno de mudança contribuiu para ampliar a adesão dos trabalhadores aos atos contra o *impeachment*. A Intersindical,

Freitas, da Cut, Vitral, da UNE, e Boulos, do MTST: unidos contra o movimento da direita





TAMBÉM  
NESTA  
SEÇÃO

**SÃO PAULO, 16  
DE DEZEMBRO**  
55 mil manifestantes,  
segundo o Datafolha,  
marcharam contra  
o impeachment

UGT, CTB e Nova Central participaram da mobilização. A despeito da aliança do deputado Paulinho com a oposição e Eduardo Cunha, parte dos militantes da Força Sindical aderiram aos atos pró-Dilma. “O golpe não é só contra a presidenta, é contra as conquistas que os trabalhadores tiveram nos últimos anos”, diz Freitas. “Sem a valorização do salário mínimo nos últimos anos ou as políticas de transferência de renda, pode apostar que a direita não teria tanto interesse em derrubá-la.”

**Na própria quarta** 16, centenas de estudantes e intelectuais reuniram-se na Faculdade de Direito da USP para o lançamento de um manifesto pela “legalidade e democracia”, subscrito por mais de 7,5 mil professores universitários, entre eles Alfredo Bosi, Dalmo Dallari, Fábio Konder Comparato, Maria Vitória Benevides e Miguel Nicolelis.

Para alívio do governo, o número de manifestantes anti-Dilma está em declínio. Recuou cerca de 70% desde os primeiros grandes protestos, realizados em março. Trata-se de um fenômeno distinto do ocorrido durante o *impeachment* de Fernando Collor, observa o historiador Luiz Antônio Dias, professor da PUC de São Paulo. “Em 1992, os atos não paravam de crescer e mobilizaram quase



todos os setores da sociedade. Praticamente não houve reação nas ruas”, afirma. “Neste aspecto, vejo mais semelhanças com o cenário pré-golpe de 1964, quando havia a disputa de dois grupos opostos. A direita era capaz de reunir multidões pela deposição de João Goulart, como ocorreu na Marcha da Família. Os movimentos sociais e as forças progressistas, por sua vez, defendiam o governo, e reuniram dezenas de milhares no comércio da Central do Brasil.”

Os dados coletados pelo Datafolha no domingo 13 reforçam a análise do historiador. A ampla maioria dos que saíram às ruas de São Paulo pelo *impeachment* são eleitores de Aécio Neves, do PSDB. No segundo turno das eleições do ano passado, 84% dos manifestantes votaram no candidato tucano e somente 3% mencionaram Dilma. O perfil elitista é notório: 81% têm ensino superior e 44%

possuem renda familiar superior a dez salários mínimos. A idade média dos participantes tem crescido. Começou com 39,6 anos, em março, e chegou a 48,2 no último ato.

“A juventude não aderiu aos atos contra Dilma por perceber que, na realidade, tudo não passa de uma disputa de poder promovida por grupos que querem tomar o lugar dela para implantar seu projeto”, avalia Carina Vitral, presidente da União Nacional dos Estudantes. “Quando os ‘caras-pintados’ saíram às ruas contra Collor, havia indícios sólidos de envolvimento pessoal do presidente da República com esquemas de corrupção, inclusive com depósitos na conta de sua esposa. No caso da Dilma, não existe sequer uma acusação que a envolva diretamente.”

Tanto os grupos favoráveis quanto os contrários ao *impeachment* prometem voltar às ruas após o *réveillon*. “Com o início do processo no Congresso, é provável que ambos consigam engrossar as suas fileiras”, aposta Dias. Resta saber a real influência que as ruas terão sobre o destino de Dilma. Até o momento, os manifestantes figuraram como coadjuvantes da guerra política travada no Congresso. •

MIGUEL SCHINCAROLIA/AFP, TIAGO QUEIROZ/ESTÁDIO CONTEUDO, VÍTOR VOGLER E JOSÉ CRUZ/ABR







# Remendo malfeito

**ORÇAMENTO** O Congresso autoriza a redução do superávit, mas as projeções para as contas públicas continuam sombrias

POR CARLOS DRUMMOND

**A** APROVAÇÃO PELA Comissão Mista do Orçamento do Congresso, na quinta 17, da proposta do governo para 2016 de redução da meta fiscal, de 0,7% para 0,5% do PIB, permitirá preservar os programas sociais, Bolsa Família incluído, mas selou a saída do ministro da Fazenda, Joaquim Levy. No mesmo dia, a agência Fitch rebaixou a classificação de risco do Brasil, do grau “investimento” para o “especulativo”. A causa principal da reavaliação não foram as alterações da meta fiscal, conforme apresentado pela mídia, mas os efeitos da recessão sobre as contas públicas, conclui-se da leitura do relatório. A agência Standard & Poor's tomou a mesma decisão em setembro.

O Congresso descartou a possibilidade de abater da meta gastos com investimentos nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, alternativa razoável diante da perspectiva de continuidade da recessão em 2016. O abatimento zeraria o déficit.

**A discussão da nova meta** ocorreu sob pressão da proposta de *impeachment* da presidenta por suposta violação da lei orçamentária com a abertura de crédito suplementar neste ano, além das supostas “pedaladas” ou manipulações na execução do Orçamento de 2014. Seriam “pedaladas” os atrasos do governo nos repasses do Tesouro a bancos públicos que os

tornariam credores da União, situação vetada pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O TCU considerou a prática ilegal e rejeitou as contas do ano passado.

Para o professor titular de Direito Financeiro da Faculdade de Direito da USP, Heleno Torres, “em nenhum momento o TCU condenou essas contas por dano ao Erário. Consequentemente, ele poderia aprovar as contas, com ressalvas, como manda o regimento interno, mas nunca reprová-las por serem irregulares”. O Congresso é o titular do Orçamento e dá a última palavra sobre o assunto e, por enquanto, “tudo está em apuração e análise, falta o parecer do exame de contas pela Comissão Mista do Orçamento, segundo estabelece a Constituição”.

Segundo o jurista, qualquer interpretação sobre o conceito de crime financeiro, de natureza orçamentária, só pode ser apreciada depois do julgamento pelo Congresso Nacional. “Não podemos avançar etapas num julgamento apresado sobre a situação de Dilma Rousseff.

**O investimento público caiu 37% de janeiro a julho e segue ladeira abaixo**

Temos de aguardar as instituições do Estado Democrático de Direito funcionarem adequadamente. Estamos num momento muito sensível, pois, quando se passa por cima de regras, a história cobra um preço muito alto.”

**Concentrada na meta** de superávit e na tramitação do pedido de *impeachment*, a apreciação do Orçamento deixou em segundo plano aspectos cruciais para a recuperação da economia, caso do investimento público, com queda de 37% de janeiro a julho e redução prevista de 30% entre este ano e o próximo. “Ninguém discute se o dinheiro da saúde, educação, ciência e tecnologia, defesa é suficiente, quanto tem de investimento, só qual será o superávit. Mas o Orçamento existe para dar superávit, ou algum bem-estar à população, atender ao interesse público, a direitos?”, pergunta Flávio Tonelli, assessor técnico da Câmara dos Deputados e especialista em orçamentos e políticas públicas.

“É fundamental recuperar a capacidade de investimento público, assim como criar um ambiente favorável ao investimento privado”, diz o economista Antonio Corrêa de Lacerda, da PUC de São Paulo. Os casos recentes da Grécia e da Europa mostram o equívoco dos ajustes baseados em cortes de gastos. “No Brasil é mais grave, pois a combinação de austeridade fiscal, leia-se redução de investimentos e gastos sociais, com juros elevados, inviabiliza a retomada.”



CAPA

# A FORÇA DO CAOS

A IRRESPONSABILIDADE GENERALIZADA MERGULHA O BRASIL EM UMA ESPIRAL DE VIOLÊNCIA, INTOLERÂNCIA E IRRACIONALIDADE. QUE VAI SOBRAR?

por ANDRÉ BARROCAL E RODRIGO MARTINS

**A** RADICALIZAÇÃO TOMOU CONTA do País após uma escalada policial, judicial, midiática e política contra o governo e o PT. Os endinheirados, chamados de “classe média” apenas por falsa modestia, estão tomados por fúria antipetista. Segundo se observa em protestos de rua, redes sociais da internet, bares, reuniões familiares e no plenário do Congresso, parece iminente um acontecimento mais grave. O mandato de Dilma Rousseff corre riscos enormes e nem a chegada de Lula à Casa Civil, última tentativa do governo de mostrar capacidade política e econômica, é garantia de alguma normalidade. Ao contrário. Uma conflagração produzida em diversas frentes e por vários atores, mas com um dedicado regente nos últimos dias, o juiz da Operação Lava Jato, Sergio Moro, a quem Dilma passou a enfrentar de peito aberto.

Herói das expressivas manifestações “Fora Dilma” do domingo 13, Moro incendiou o Brasil três dias depois dos protestos, ao divulgar grampos telefônicos de Lula. Uma das escutas mostra o petista em um diálogo com a presidenta sobre sua nomeação para o ministério. Na conversa, ocorrida na quarta-feira 16, Dilma diz: “Seguinte, eu tô mandando o ‘Bessias’ junto com o papel pra gente ter ele, e só usa

em caso de necessidade, que é o termo de posse, tá?” A conversa alimentou na mídia e entre antipetistas a tese de obstrução da Justiça. Segundo essa tese, o termo de posse foi apressado para proteger Lula contra um eventual pedido de prisão decretado por Moro antes de o ex-presidente assumir o cargo de ministro. Uma interpretação rebatida pelo Palácio do Planalto. Em nota, a Presidência diz que o

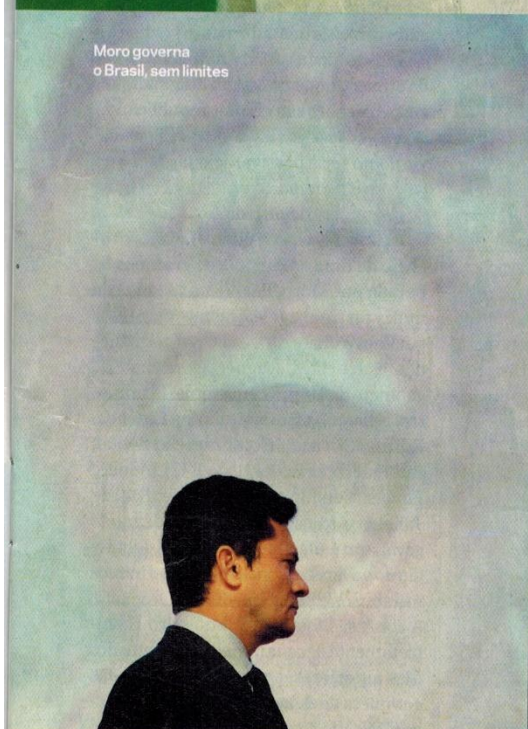
termo foi enviado para Lula assiná-lo previamente caso não participasse da cerimônia de posse que aconteceria no dia seguinte, quinta-feira 17. Lula tinha planos de só ir a Brasília na terça-feira 22, quando de fato ocorrerá a efetiva transmissão do posto de Jaques Wagner para ele.

As escutas são precedidas por uma história estranha, e o modo como Moro lidou com as interceptações provocou fortes reações. O juiz quebrou o sigilo do teor da arapongagem antes de enviar o material ao Supremo Tribunal Federal. Polêmica: ele podia tornar públicas conversas que envolvem a chefe da nação? O presidente, segundo a Constituição, só pode ser investigado no STF, como ressaltou o novo ministro da Justiça, Eugênio Aragão, para quem Moro não poderia fazer nada diante do “encontro fortuito de provas” e teria cometido um crime previsto na Lei de Interceptações (*quadro à página 17*). Em um despacho, o juiz invocou os Estados Unidos para se defender das críticas, ao





Essa aliança  
está à prova



Moro governa  
o Brasil, sem limites



E os conflitos  
explodem



CARTACAPITAL — 23 DE MARÇO DE 2016 1



Catta Preta, o juiz militante



PUBLICAÇÕES



**Rafaela Carla Presta Neto**  
 10 de outubro de 2014 em 17:20

**Henzo cumprida** em **Luiz Augusto Carla Presta**  
 10 de outubro de 2014 em 17:20

**Consentimento**

**19**

**Estimate Empresarial**

**10 de 1037 1 Comentários**

**Luiz Augusto Carla Presta** foi o primeiro a comentar.  
 10 de outubro de 2014 em 17:20

**Carla Estelita Rosa FTO**  
 10 de outubro de 2014 em 17:20

**Estimate Mc-Hellen**  
 10 de outubro de 2014 em 17:20

**Luiz Augusto Carla Presta** foi o primeiro a comentar.  
 10 de outubro de 2014 em 17:20

**Yvela da Neteira Cruz Sotelo Simões**  
 10 de outubro de 2014 em 17:20

**Adriana Luis Carol**  
 10 de outubro de 2014 em 17:20

# PELA PRIMEIRA VEZ, DILMA DECIDIU CONFRONTAR OS EXCESSOS DA LAVA JATO

mencionar o caso de Watergate, pivô da queda do presidente Richard Nixon em 1974. “Nem mesmo o supremo mandatário da República tem um privilégio absoluto no resguardo de suas comunicações, aqui colhidas apenas fortuitamente, podendo ser citado o conhecido precedente da Suprema Corte norte-americana em US vs. Nixon, 1974, ainda um exemplo a ser seguido.”

**O**utra polêmica: a conversa entre Lula e Dilma foi gravada após Moro ter ordenado à Polícia Federal o fim da escuta. A interrupção foi decretada às 11h12 da manhã do dia 16. Às 11h44, a Vara de Curitiba emitiu uma certidão que atesta a notificação ao delegado federal Luciano Flores de Lima, o mesmo que dias antes tomara o depoimento forçado de Lula no Aeroporto de Congonhas. O telefonema grampeado entre Dilma e Lula ocorreu à 1h32 da tarde, e Moro recebeu

seu conteúdo às 3h34. Por que a escuta continuou, apesar da ordem de Moro? Em nota, a PF apontou a burocracia como explicação. Segundo os federais, cabia à operadora de telefonia – Vivo, no caso –, depois de avisada, interromper as gravações. E, já que o material foi recebido pela PF, esta o encaminhou a Moro para o juiz decidir o que fazer. Em mais um despacho para se justificar, o magistrado de Curitiba afirmou que o horário da gravação não era relevante, apenas o teor das conversas.



## Moro vê um paralelo entre Nixon e Dilma

O episódio do grampo levou Dilma a uma espécie de declaração de guerra contra Moro. Havia algum tempo a presidência ruminava a ideia de enfrentar a Lava Jato publicamente, convencida de que a operação tem hoje um objetivo político: cassá-la, prender Lula e fechar o PT. Seus principais conselheiros no Planalto defendiam a adoção de tal postura, esperança de driblar o cerco que paralisa o governo e o País. A hora chegou. Na cerimônia de posse de Lula e Aragão, Dilma classificou como "grampo ilegal" as interceptações da PF e acusou Moro de desrespeitar a Constituição para insuflar a população contra o governo. "Convulsional a sociedade brasileira em cima de inverdades, métodos escusos e práticas criticáveis, viola os princípios e garantias constitucionais e os direitos dos cidadãos. E abrem precedentes gravíssimos. Os golpes começam assim", afirmou. "Queremos saber quem autorizou, por que autorizou e por que foi divulgado quando não continha nada, nada eu repito, que possa levantar qualquer suspeita sobre seu caráter republicano".

Na Advocacia-Geral da União estudava-se como seria possível acionar Moro no STF. No PT, a intenção era denunciar o juiz ao Conselho Nacional de Justiça.

A conversa entre Dilma e Lula foi o recheio de uma enxurrada de grampos liberada por Moro. Por todos os lados da mídia jorraram telefonemas mantidos pelo novo chefe da Casa Civil com aliados. Entre estes, Wagner, agora chefe de gabinete de Dilma com status de ministro, Nelson Barbosa, titular da Fazenda, Edinho Silva, da Comunicação Social, Rui Falcão, presidente do PT, Lindberg Farias, senador petista pelo Rio de Janeiro. As ligações mostram, de modo geral, um Lula aborrecido com a letargia do governo e com o que ele define como abusos e perseguições da Lava Jato. A confusão foi tamanha que tirou completamente de cena fatos importantes dos dias anteriores, entre eles a divulgação completa da delação premiada do senador Delcídio do Amaral, que implica até



senador tucano Aécio Neves, e uma gravação que mostra o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, em uma conversa com um assessor de Delcídio interpretada como uma tentativa de impedir a delação.

**A** notícia dos grampos intensificou uma onda de manifestações em várias cidades, de certa forma esperadas por conta da nomeação de Lula para o ministério. Foi quase um segundo tempo dos protestos do domingo 13. A revolta da quarta-feira 16 era estimulada pela versão de que o ex-presidente aceitou o cargo para fugir de Moro e da cadeia. Lula temia essa interpretação da opinião pública e, por isso, ponderou muito antes de aceitar a tarefa. O Planalto foi cercado por manifestantes vestidos de verde e amarelo, com faixas contra Dilma, Lula e o PT. No alto de um carro de som, despontava o líder do Movimento Brasil Livre, Kim Kataguiri, e ouvia-se um animador de auditório que pregava



Temer se esquivava, Calheiros é um pouco mais assertivo. Os dois próceres continuam a ser o retrato do PMDB: nunca com os dois pés no barco

a "violência verbal" contra o governo

A cerimônia de posse de Lula ocorreu em clima tenso e com confrontos físicos. Do lado de fora do Planalto, a cavalaria da Polícia Militar não conseguiu manter o cordão de isolamento, e manifestantes a favor e contra o ex-presidente entraram em conflito. No Palácio, também houve tumultos. Um deputado de oposição, Major Olímpio, do Solidariedade, bradou "Vergonha. É uma vergonha o que fizeram ontem". Acabou vaiado, hostilizado e retirado por seguranças presidenciais. Integrantes de movimentos sociais aproveitavam as pausas do discurso de Dilma para atacar o juiz da Lava Jato: "Moro fascista". A TV Globo também tornou-se alvo, acusada de insuflar população contra o governo. Curiosidade: o jornal *Clarín*, uma espécie de "Globo da Argentina", noticiou assim os grampos liberados por Moro: "Escuta escandalosa".

O clima geral levou um magistrado em Brasília a conceder uma liminar contra a posse de Lula, em uma ação popula-

## POR CIMA DA LEI

**A** decisão de quebrar o sigilo das interceptações telefônicas do ex-presidente Lula não é um crime apenas por ter resultado na divulgação de conversas de agentes públicos protegidos pelo foro privilegiado, a começar pela presidenta Dilma Rousseff. O juiz Sérgio Moro também atropelou a Lei nº 9.296, que regulamenta o inciso XII da parte final do artigo 5º da Constituição.

A lei foi promulgada em 24 de julho de 1996 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. O inciso XII do artigo 5º da Constituição foi muito genérico a respeito da quebra de sigilos telefônicos e de textos. Diz o texto: "É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóte-



ses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal".

As hipóteses foram definidas oito anos depois pela Lei nº 9.296. Diz o artigo 8º: "A interceptação de comunicação telefônica, de qualquer natureza, ocorrerá em autos apartados, apensados aos autos do inquérito policial ou do processo criminal, preservando-se o sigilo das diligências, gravações e transcrições respectivas". Reforça o artigo 9º: "A gravação que não interessar à prova será inutilizada por decisão judicial, durante o inquérito, a instrução processual ou após esta, em virtude de requerimento do Ministério Público ou parte interessada".

Ao quebrar todo o sigilo das gravações e permitir a divulgação das conversas do ex-presidente, mesmo aquelas sem nenhuma relação com a investigação de supostos crimes, Moro desrespeitou duplamente a lei que regulamenta a Constituição. Pergunta: isso não vem ao caso? - por Sérgio Lirio



movida contra a nomeação e decidida mais rapidamente do que a liberação por Moro dos grampos no ex-presidente. Contestada judicialmente pelo governo, a decisão foi tomada pelo juiz da 4ª Vara Itagiba Catta Preta Neto. Para o juiz, a nomeação tinha a "clara intenção" de intervir no Poder Judiciário, ou seja, proteger Lula das apurações da Lava Jato. Catta Preta é um militante anti-Dilma e antipetista e não faz questão de escondê-lo. Em sua página no Facebook, já publicou fotos ao lado da família em manifestações a favor da cassação da presidenta. Em 7 de março, escreveu: "Ajude a derrubar a Dilma e volte a viajar para Miami e Orlando. Se ela cai, o dólar cai junto". A jornalista, afirmou ter o direito de exercer sua cidadania e de se manifestar, mas garantiu que suas convicções não interferem no trabalho. Uma dezena de ações contra a posse desaguou no STF, responsável pela palavra final no caso.

**A** polêmica sobre o foro privilegiado obtido por Lula com a nomeação para o governo desnuda um bocado de desfaçatez e hipocrisia de boa parte da turma anti-Lula, anti-Dilma e anti-PT. O mesmo Fernando Henrique Cardoso, que na terça-feira 16 chamou de "escandalosa" a posse, sancionou em dezembro de 2002, uma semana antes de passar a faixa ao petista, uma lei garantidora de foro especial a ex-presidentes. Um dispositivo, segundo dizia à época, "adequado" para evitar que um ex-mandatário "tenha de responder por perseguição política". A lei foi derrubada em 2005 pelo STF, em um julgamento no qual só dois ministros votaram a favor de sua manutenção. Entre estes Gilmar Mendes, que não perdeu uma única oportunidade nos últimos dias para atacar a indicação de Lula.

Mais uma curiosidade sobre tucanos e trocas de jurisdições. Em fevereiro de 2014, o ex-presidente do PSDB Eduardo Azeredo renunciou ao mandato de deputado para escapar do julgamento no STF no qual o Ministério Público pedia 22 anos



## A SOBREVIVÊNCIA DO GOVERNO DEPENDE CADA VEZ MAIS DA MILITÂNCIA

de prisão por conta de sua participação no "mensalão tucano" em Minas Gerais. Com a renúncia, o processo foi enviado à Justiça comum, um reinício que, para chegar até o fim no STF, tende a levar anos. O deputado, a propósito, foi condenado em dezembro a 20 anos de cadeia, mas recorreu.

A própria essência dos numerosos protestos ocorridos no domingo 13 contra o governo – corrupção – também cheira a hipocrisia. Em janeiro, o instituto DataPopular ouviu 3,5 mil cidadãos em 146 cidades e constatou: apesar de só 3% assumirem ser corruptos, 70% admitem ter praticado ao menos uma atitude corrupta e 80% disseram conhecer alguém que cometeu. Para o diretor do Data Popular, Renato Meirelles, a grande novidade nas recentes marchas anti-Dilma foi o coroamento do juiz da Lava Jato como "justiceiro" do Brasil, daí algumas

faixas, cartazes e camisetas defenderem "Moro presidente". Meirelles diz mais: "A camada de maior renda está completamente engajada" contra Lula, Dilma e o PT. No maior palco de atos do domingo 13, a Avenida Paulista, o Datafolha identificou, entre os estimados 500 mil presentes, 77% com grau superior e 63% que recebem mais de cinco salários mínimos.

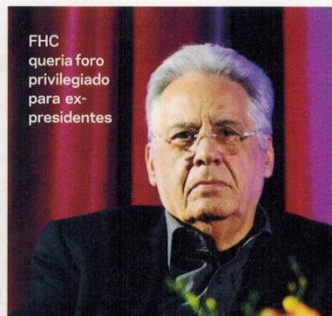
Alta renda à parte, na Suprema Corte houve quem tenha interpretado com mais exatidão os propósitos da entrada de Lula em um cargo no Planalto. Cultivador de posições minoritárias, apreciador do papel de contraponto ao senso comum, o ministro Marco Aurélio Mello declarou: "Vejo muito mais a ida (para o governo) do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva como uma tentativa de reverter o quadro de impasse nacional no campo político, pela ausência



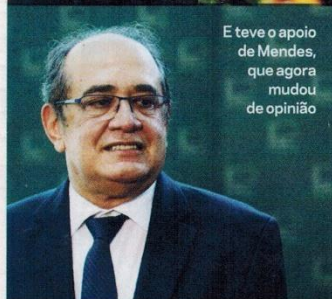
de entendimento entre o Executivo e o Legislativo” e de contornar “a crise que preocupa os cidadãos em geral, que é a crise econômica financeira”.

A grande dúvida em Brasília é se ainda dá tempo para salvar o governo. A prioridade, como Lula disse a interlocutores nos últimos dias, é a economia. Segundo um ministro palaciano, a ênfase no discurso pró-crescimento vai aumentar daqui para a frente. Não se deve esperar, porém, mudanças de cadeiras na Fazenda ou no Banco Central, como se especulou nos últimos dias. “Em 2014, o candidato favorito do empresariado não era nem Dilma nem Aécio, era Lula”, lembra o filósofo Renato Janine Ribeiro. Para ele, o *timing* da nomeação pode ter sido perdido. “Em vez de criar uma agenda positiva, o gesto pode ser visto como um simples ato de defesa” contra as investigações. O que de fato aconteceu, em um primeiro momento.

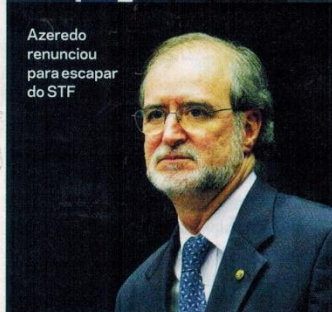
**D**ecisivo para o desfecho da crise política, o PMDB dá sinais para todos os gostos, o que não chega a ser novidade. Reeito dias atrás presidente do partido, o vice de Dilma, Michel Temer, não compareceu à posse de Lula, cerimônia na qual foi empossado na Aviação Civil o secretário-geral peemedebista, Mauro Lopes. No Planalto há quem veja Temer irremediavelmente rompido com o governo e pronto para herdar a faixa presidencial, apesar da disposição de Lula para ouvi-lo. Já o presidente do Congresso, Renan Calheiros, moveu-se, digamos, de forma mais alinhada ao governo. Se dias antes sentara com líderes tucanos para discutir alternativas pós-Dilma, a divulgação do grampo entre Lula e Dilma levou-o a chamar Moro de “juiz de exceção”. Na Câmara, o deputado Leonardo Picciani, líder da bancada, disse que Lula é um “craque” que pode estar em um “time errado” e teve de se virar para indicar os integrantes da comissão do *impeachment* aprovados no plenário na quinta-feira 17. Segundo um



FHC queria foro privilegiado para ex-presidentes



E teve o apoio de Mendes, que agora mudou de opinião



Azeredo renunciou para escapar do STF

ministro, o PMDB anda “assustado”.

O mesmo talvez possa ser dito de partidos menores da “base aliada”, aqueles que podem fazer a diferença na comissão do *impeachment*, tocada agora a toque de caixa pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Operação que o líder da Rede, deputado Alessandro Molon, disse da tribuna ser uma tentativa de acabar com a Operação Lava Jato a partir da derrubada do PT do poder federal e o controle das investigações pelo próximo governo, quem sabe uma dobradinha entre PMDB e PSDB. Entre as siglas nanicas, algumas pularam ou ensaiam desembarcar do barco governista. O PRB entregou

o ministério do Esporte e deixou a base. O PP, controlador do Ministério da Integração Nacional, discute se segue o mesmo caminho. O PMDB marcou para o dia 29 uma reunião para decidir de ficar ou sair de vez do governo.

**E**ncontrar boa vontade na oposição é uma ilusão desfeita no Planalto, onde até há poucos dias havia quem achasse possível dialogar com certos setores do tucanato e convencê-los, quem sabe, que a Lava Jato mexe com todo o sistema político, não só com os governistas. Líder do PSDB no Senado, Cássio Cunha Lima considera o *impeachment* “irreversível”, em razão dos problemas na economia e do descrédito na capacidade da presidenta. “Não há nenhuma condição de conversar com o PT e o governo agora, as condições estão muito deterioradas.” Um quadro congelado mesmo após a entrada de Lula no governo, movimento tido por Cunha Lima como “suicídio político” e um “autogolpe dado por um governo que acabou”. E ao reconhecer que o sistema político como um todo está contaminado, como mostra a delação premiada do senador Delcídio do Amaral, só haveria uma saída: “Remédio para democracia doente é voto. Por isso defendendo novas eleições”.

Diante do caos político, a sobrevivência do governo parece cada vez mais dependente da militância disposta a sair às ruas. Uma tarefa complicada e que exige equilibrar a defesa da democracia sem um apoio explícito a um governo considerado reprovado por suas políticas adotadas no segundo mandato, entre elas o ajuste fiscal. Na sexta-feira 18, uma manifestação convocada pelo PT uniria CUT, MST e UNE em defesa de Lula. No dia 31, haverá um ato amplo com entidades não necessariamente aliadas do governo, como o MTST, cujo líder, Guilherme Boulos, vê hoje no Brasil uma “direita venezuelana e uma onda macarthista que precisam ser enfrentadas nas ruas”. Mergulhado no caos, o Brasil partiu para o tudo ou nada. •



CAPA

# BRASIL, CAPITAL CURITIBA

## LULA MINISTRO LEVA O COMPLÔ E A INCITAÇÃO À DESORDEN AO PAROXISMO

por MINO CARTA

**M**EU CARO E VELHO AMIGO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, com quem falo amiúde pelo telefone e pessoalmente, entende que da negação da política, objetivo do complô urdido contra Dilma, o PT e ele mesmo, surgirão os arrivistas à Berlusconi, como se deu na Itália depois da Operação *Mani Pulite*. Na minha visão, a comparação está errada, bem como está quem vê semelhanças com o advento do fascismo e do nazismo. O Brasil é único na moldura do mundo contemporâneo. Trafegamos entre a Idade da Pedra e a Idade Média.

Fascismo e nazismo foram deflagrados contra a democracia. Contra o Estado de Direito e as instituições que lhe são próprias. Nós vivemos de aparências. De fato, as instituições não funcionam e o Estado de Direito inexistente. À implantação estável de uma democracia autêntica está longe de bastar a realização de eleições periódicas.

A ameaça do golpe vibra sempre no ar em um país onde casa-grande e senzala permanecem de pé e aquela sempre aspira a uma democracia sem povo.

Brasil, capital Curitiba, e daqui, epicentro do complô, saem as diretrizes e as motivações da operação golpista. Atingimos agora a fase aguda da incitação à desordem, para o carnaval dos burgueses enraivecidos e espanto e desalen-

to dos cidadãos sensatos. Desta situação não emergem tanto Berlusconi quanto Hitler e Mussolini. Nasce o caos.

Considerem as tradições, e nem vale procurar muito longe. O golpe de 1964 foi desferido com a pretensão de salvar a democracia. Aquilo que foi chamado de revolução cuidou de manter um simulacro democrático ao reabrir o Congresso, composto por dois partidos surgidos para







Ainda há quem saiba quem é Sergio Moro, enquanto Lula e Dilma tomam a decisão mais corajosa e arriscada das suas vidas políticas

confirmar a hipocrisia atávica. Conseguimos ser únicos, na comparação com Argentina, Chile e Uruguai, vítimas também do golpe inspirado pelos Estados Unidos, prontos também a prestar ajuda material.

Reconheça-se a presença naqueles dias turvos de figuras dignas, na frente o doutor Ulysses, capaz de reunir debaixo da bandeira emedebista todas as resistências à ditadura, de uma irônica anticandidatura quando da "eleição" de Ernesto Geisel e, ao cabo, de comandar as Diretas Já. Vingaram, porém, as indiretas, e redemocratização rima com enganação. Só o governo Lula marcou uma mudança notável, graças a inéditas políticas sociais e de uma política internacional de insólita independência.

Regredimos progressivamente e a perspectiva é o caos. Haverá quem suponha que um Paulo Skaf qualquer, que patrocina an-

tecipadamente as suas festas ao incentivar as manifestações diante do edifício assírio-babilônico da Fiesp na Avenida Paulista, ou um pueril juiz de província alçado a salvador da pátria, representam o dia de amanhã para os buzina-dos e os paneleiros moradores, frequentemente, de residências bem maiores que o do triplex da praia dos farofeiros.

Disso tudo resulta, pela primeira vez na história brasileira, o risco monstruoso do marasmo na terra de ninguém. Há 39 anos enxergo em Lula a única lideran-

ça popular deste país único, na sua imaturidade e ignorância. Na resignação do povo e na prepotência da casa-grande. Na incapacidade da maioria de escapar à pregação midiática para formular sua própria ideia. São estes os brasileiros negados à compreensão de que Lula no governo representa a última esperança de evitar o pior. Não somente para ele próprio e o governo, para todos nós.

O ex-metalúrgico que perdeu três eleições à Presidência da República para ganhar a quarta, reeleger-se e deixar o

## ENTRE A IDADE DA PEDRA E A IDADE MÉDIA, O PAÍS NÃO PERCEBE QUE LULA É A ÚLTIMA ESPERANÇA



governo com cerca de 90% de aprovação popular, tomou na manhã de quarta 16 a decisão mais corajosa de toda a sua vida política. O caminho à frente para o novo chefe da Casa Civil da presidenta Dilma Rousseff, de verdade destinado a um papel mais importante do que de hábito reservado à pasta, será certamente muito acidentado, vincado pela incerteza.

A reação enfurecida dos militantes do complot diz que Lula quis simplesmente evitar a prisão e tira disto argumentos para sustar sua atuação como ministro-chefe da Casa Civil. Dilma, ao chamar Lula, não escondeu seu primeiro propósito, mas neste embate cada qual combate com as armas possíveis. Lula sabe, entretanto, que sua tarefa vai muito além da autodefesa. Há quem lhe atribua qualidades milagreas, a serpentear nas entranhas da terra nordestina. Certo é que sua liderança é inegável.

Disse-me ele, pelo telefone grampeado, que o primeiro problema a ser enfrentado é a crise econômica. Suas ideias a respeito são conhecidas. Crescimento é a saída. Daí a necessidade de encontrar recursos para investimentos rápidos, assunto de uma reunião já agendada para a sexta 18, ou segunda 21, com a presidenta e o ministro Nelson Barbosa. Ideal keynesiano, um *new deal* adaptado às circunstâncias e ao volume de dinheiro disponível.

Seria um bom começo. Essa agenda, contudo, há de ser volumosa como uma Bíblia, para salvar um projeto de governo, devolver Dilma às promessas eleitorais e, desde logo, impedir o *impeachment*. O caminho se afigura especialmente íngreme. Não me surpreende, de todo modo, a serenidade que Lula conserva em meio à tempestade, como se deu quando na dita "condução coercitiva", operação anticonstitucional e de inaudita violência executada por 200 policiais armados até os dentes.

A transcrição do depoimento de Lula no Aeroporto de Congonhas, deveria, a bem de uma plateia arguta, ser transformada em peça do teatro do absurdo, entregue à

pena de Ionesco ou de Beckett. Tudo indica que o inquisidor espera por Godot, chega, porém, Lula e o ridiculariza. Com extrema sutileza, que a mídia não registra e o inquisidor não percebe.

**N**ão falta quem, escriba dos jornais, aluda aos palavrões com que o depoente recheou algumas de suas respostas, e clame contra a "baixaria" digna de um botequim. A linguagem icástica do ex-metalúrgico não haveria de chocar em um país cuja elite prima pela vulgaridade, traço comum dos moradores da casa-grande e dos aspirantes aboletados no sótão. Estão nessas páginas passagens fartas a merecer a hilaridade, sem contar a inutilidade cômica das perguntas sobre o funcionamento dos Instituto Lula ou sobre o trabalho de lobista desenvolvidos por Lula na qualidade de presidente da República, a favor de obras de empresas brasileiras no exterior. Sustenta o delegado inquisidor estar apenas em busca da verdade. Responde o interrogado: se for atrás da verdade, mande prender quem diz que o apartamento é meu.

O delegado evoca a delação premiada de Fernando Baiano: afirmou ter ouvido que um amigo do ex-presidente, José Carlos Bumlai, deu 2 milhões de reais à nora de Lula. E o interrogado, impassível: tenho quatro noras e gostaria de saber onde acabou este dinheiro. E o delegado: por que,

ao assumir a Presidência, em 2003, Lula trocou a diretoria da Petrobras. O interrogado: era tudo tucano, um deles foi trabalhar com Eike Batista e o afundou. E sobre as doações do Instituto, Lula acentua que certa empresa deu o dobro a Fernando Henrique. Enfim, constata que ninguém dá dinheiro sem ser solicitado, até o dízimo não é espontâneo, "se o pastor não pede, o cristão vira as costas e vai embora".

Em duas oportunidades, Lula diz do seu desapontamento sem alterar o tom: "Eu ando muito p. da vida porque a falta de respeito e a cretinice comigo passaram da conta". E ainda: "Espero que, quando tudo isso terminar, alguém peça desculpas, que alguém fale 'desculpa, pelo amor de Deus'".

Uma pesquisa Datafolha relata que mais de 70% dos entrevistados aprovam a violência praticada pela polícia contra Lula, na sexta 4. Onde sobraram os brasileiros que foram beneficiados durante a Presidência do ex-metalúrgico? Talvez o habitante do limbo careça de memória. Este é, porém, traço comum à maioria. Tal a chave de entendimento dos eventos dos dias de hoje, ao menos uma das razões. Permitto-me andar na contramão.

Faz 52 anos, 19 de março de 1964, pos-tei-me na esquina da Rua Marconi com Barão de Itapetininga para ver passar a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Era aquele um dos pontos elegantes de São Paulo, a Livraria Brasileira de

Outra foi a razão do comício das Diretas Já, mais um digno capítulo da história do doutor Ulysses







As semelhanças apavorantes entre a marcha de 1964 e o desfile de 2016

Caio Prado ficava por perto, em frente a uma galeria de arte, um Fasano que servia chá ao som de violinos, lojas como Vogue, Madame Rosita, Old England.

**C**alçadas apinhadas, um helicóptero sobrevoava a área. Entalado no espaço exíguo, o volumoso governador Adhemar de Barros seguia do alto a manifestação, enquanto desfiava um terço sempre extraído do bolso do colete nas oportunidades convenientes. E a caravana passou na direção de um Bósforo espraído entre o Mappin Stores e o Theatro Municipal, inspirado no Olympia parisiense.

Vinham na frente os inconfundíveis quatrocentões, sócios do Clube Harmonia, mesclados a alguns ousados carcamanos e turcos endinheirados, e a uma turba de fâmulos, camareiras, cozinheiras, mordomos, jardineiros, motoristas,

creio não faltassem os pedicuros. Eram seguidos pelos sócios do Paulistano, um degrau abaixo nas escala da aristocracia paulistana, com a provável ausência de mordomos e pedicuros.

Decrescia, assim, aos poucos, a projeção social dos marchadores, todos trajados, porém, à altura do evento, cavalheiros de terno e gravata, muitas damas de *tailleur*, algumas de chapéu. Falou-se em 500 mil pessoas, como, segundo a *Folha de S. Paulo*, se deu domingo 13 de março de 2016 e declamou na primeira página do *Estadão*, estampada a data sobre a foto da maré humana.

Falou-se em 500 mil também por ocasião do comício das Diretas Já, em janeiro de 1984, e aquele, sim, foi um evento empolgante, exemplo de bravura no desafio à ditadura. Ao cabo da manifestação, grupos de participantes caçaram a reportagem da Globo, a se esmerar na

condenação do movimento, e um veículo da emissora foi incendiado na Avenida Paulista. Prova de coragem ainda maior aconteceu quando do culto ecumênico realizado na Catedral da Sé, no sétimo dia da morte de Vlado Herzog, assassinado pelos torturadores da masmorra da Rua Tutoia. Era 31 de outubro de 1975.

**O** Exército tentou bloquear os caminhos de acesso à Sé e dispôs atiradores de elite nas janelas dos prédios em torno da praça, canos de rifles e metralhadoras riscavam sombras oblíquas sobre as fachadas. A missa atendia à convocação do cardeal-arcebispo dom Paulo Evaristo Arns e contava com a pronta adesão do rabino Sobel e do pastor Wright. Quinze mil cidadãos desassombrados lotaram a catedral.

Outro gênero de brasileiros, bem diferente daqueles que marcharam em 64 e





desfilaram no domingo 13 e também da moçada de cara pintada aglomerada para celebrar a renúncia de Fernando Collor empurrada pela mesma Globo que o elegeu, com a extraordinária contribuição da revista *Veja*, em cuja redação nasceu a definição "caçador de marajás". Já então declaravam o pretensão combate à corrupção aqueles que a praticam impunemente. Aliás, já disse e repito agora: Collor não cairia não fosse a revista *IstoÉ* para descobrir a ligação entre a Casa da Dinda e o Palácio do Planalto. Na época comandava a sucursal de Brasília João Santana, hoje preso pela Lava Jato.

**A** corrupção no Brasil é endêmica, está arraigada no ânimo de um país predado pelos colonizadores, subjugado pelos interesses dos impérios, antes ingleses, depois americanos, entregue à lei do mais forte, dado à propina, tanto como autor quanto como receptor. Somos campeões, no dia a dia, no golpe baixo, no passamoleque, no "levar vantagem", na trapaça miúda e graúda. Vale perguntar aos nossos botões quanto gastou a Fiesp de inúmeros empresários que preferem ser rentistas em lugar de produtores de bens e ser-



Skaf sonha ser o Berlusconi nativo e celebra antecipadamente

viços para financiar, ao menos em parte conspícua, o desfile do domingo 13. Esta também é uma forma de corrupção.

Favorecidos pelo Fisco que os coloca em pé de igualdade com pobres e remediados, e ainda prontos a comprar o fiscal, os senhores não se emendam porque não precisam. Cuidam, porém, do seu desenho maior, acabar com Dilma, o PT e qualquer veleidade de retorno de Lula. Supõem da sua conveniência estimular a tábula rasa da política para propor como herói Sérgio Moro, quem sabe Cássio Conserino, aquele que confunde Hegel com Engels.

A tragicomédia de 64 assume agora duas tonalidades distintas. Seja de ópera-bufa em muitos lances, inclusive nas

inconsistentes acusações dirigidas contra Lula. Seja de pura tragédia ao desvendar a possibilidade do seu resultado final: o caos.

Além dos previsíveis bonecos de Lula e Dilma devidamente caracterizados, dos cartazes e faixas carregados de ódio, muitos vieram com filhos e babás, sem esquecer de geladeiras portáteis para se abastecer de guaraná, cerveja e até champaigne. Inúmeros envergaram a camisa amarela da CBF, antro de corrupção, de João Havelange, grão-mestre dos seus sucessores na Fifa, a Ricardo Teixeira, de Marin a Del Nero, sem excluir Neymar, a esperança coral de ouros e taças pelos gramados do mundo. Mas no país privado de Estado de Direito, corruptores e corruptos do tamanho, por exemplo, de Paulo Maluf e Daniel Dantas, precisam ser condenados no estrangeiro para ser atingidos pelo castigo que merecem. Aqui vivem à larga.

Em relação a 64, um fato muito positivo, sinal de progresso em meio ao desbragamento geral. Dois colonistas globais, Merval Pereira e Ricardo Noblat, prontificam-se a insinuar que as Forças Armadas se dispõem a rechaçar as milícias petistas, em caso de distúrbios. Denunciam suas esperanças e as dos seus patrões. Um documento assinado pelo general Otávio do Rêgo Barros, do Centro de Comunicação Social do Exército, logo esclarece: "Quando empregamos tropas em eventos de pacificação ou de garantia da lei e da ordem, a determinação nos é dada por meio da Presidência da República". Em entrevista ao jornal *Valor*, o general Otávio disse mais: "É essencial que as Forças Armadas, até pela credibilidade que têm, tenham papel completamente institucional e de Estado. Consideramos muito importante que a instituição fique pairando acima de qualquer viés ideológico".

A postura constitucional das Forças Armadas diante da crise neste momento conforta, bem ao contrário do que ocorre em relação à Suprema Corte de um país único e negativamente peculiar. •

## SINAL POSITIVO: OS MILITARES CONFIRMAM SEU RESPEITO À CONSTITUIÇÃO



